

Preço banca: R\$ 3,50

www.jornalodiasp.com.br

Fundado em 5 de abril de 1933 QUINTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2025

Lula determina demissão do presidente do INSS

Anvisa aprova medicamento para retardar avanço do Alzheimer

Página 5

Número de envolvidos em conflitos por terra salta para 900 mil em 2024

Página 4

CNU de 2025 deve ter 3 mil vagas e ao menos duas

novas carreiras

Opróximo Concurso Público Nacional Unificado (CNU) deve ter cerca de 3 mil vagas, e a abertura das inscrições está prevista para o mês de junho. As informações foram divulgadas na quarta-feira (23) pela ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

Segundo a ministra, o termo de referência para a chamada das empresas candidatas a compor a banca do concurso já está pronto. Esther Dweck disse que essas informações, a serem publicadas no próximo edital, podem ser divulgadas de forma oficial nesta semana ou na próxima.

na proxima.

O próximo CNU deve ter entre as novidades duas novas carreiras % uma delas é ligada à área de defesa e segurança pública, e a outra é relacionada ao campo do desenvolvimento socioeconômico.

"São duas carreiras muito importantes, que complementam as carreiras de política social, de analista de infraestrutura e de analista de tecnologia da informação", disse a ministra em entrevista à CNN Brasil.

Os salários iniciais devem ser acima de R\$ 9 mil, podendo chegar a R\$ 21 mil, disse a ministra. Outras carreiras, segundo Esther Dweck, já tiveram autorizações nas áreas de saúde e

de administração.

A ministra informou também que, nesta quinta-feira (24), deve haver mais um passo para a contratação das pessoas que passaram no último concurso em cargos que não requeriam curso de formação.

"São cerca de 4,3 mil pessoas que a gente vai publicar a autorização de provimento para que elas possam ingressar no serviço público brasileiro nas próximas semanas, de preferência", afirmou.

Os candidatos aprovados na primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CNU) devem começar a ser convocados em maio, segundo previsão anunciada no último dia 15 de abril pelo MGI, após a sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A expectativa inclui os cargos que não exigem cursos de formação dos oito blocos temáticos, de nível superior e médio. (Agência Brasil)

<u>DÓLAR</u>

Comercial Compra: 5,70 Venda: 5,71

Turismo Compra: 5,75 Venda: 5,93

EURO Compra: 6,46

Venda:

Governo suspende autorização para cobrança de mensalidade associativa



Página 3

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou na quarta-feira (23) a demissão do presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Stefanutto. Ele é um dos investigados da Operação Sem Desconto, que a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram na manhã da quarta-feira.

A demissão deve ser efetivada pelo Ministério da Previdência Social, ao qual o INSS é vinculado.

Pela manhã, a Justiça Federal já havia determinado o afastamento cautelar de Stefanutto e de outros cinco

servidores públicos.

A operação investiga um suposto esquema nacional de cobrança de mensalidades associativas não autorizadas que teria descontado de aposentados e pensionistas cerca de R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024.

Após a deflagração da operação, o governo federal anunciou a suspensão de todos os acordos de cooperação técnica que permitem que organizações da sociedade civil cobrem de aposentados e pensionistas mensalidades associativas descontadas diretamente dos benefícios pagos pelo INSS. (Agência Brasil)

Preço de ingredientes do prato feito tem queda em São Paulo em março

Página 3

Polícia Civil investiga banqueiros envolvidos em fraude milionária

Página 5

Estado de SP registra abertura de mais de 510 mil empresas nos últimos 12 meses, informa Seade

Página 2

Esporte

Chegada espetacular define primeiro endurance da Copa Joy Chevrolet

O primeiro endurance da Copa Joy Chevrolet foi um verdadeiro espetáculo de emoções no Autódromo de Interlagos.

Sob tempo seco e calor, a prova teve uma largada tranquila, mas tudo mudou com o desenrolar da corrida e a parada obrigatória. Gomes, com ritmo constante e preciso, mantevese na liderança durante praticamente toda a prova, seguido de perto por Aleandro Fortunato e por Nilson Patrone, que vinha em terceiro. Página 14



Copa Joy - Mini Endurance - Abril 2025

Como Chico Landi ajudou na conquista do primeiro título da história



Chico Landi (de branco) em 1948, em sua jornada no automobilismo internacional

A carreira de Francisco Sacco Landi, conhecido no Brasil e no mundo como Chico Landi, foi desde sempre pautada pelo pio-

neirismo. E foi isso o que aconteceu em 1979, quando Landi cedeu sua experiência e orientações a um jovem talento brasileiro, Paulo Gomes, que também se tornaria uma lenda do esporte. Naquele mesmo ano, Paulão conquistou o primeiro título da história da BRB Stock Car Pro Series, sob os aplausos e olhares de seu ídolo, Chico Landi.

Nascido em 11 de julho de 1907, Landi se desenvolveu como piloto inicialmente no cenário nacional, destacando-se em provas de rua famosas, como o GP Cidade do Rio de Janeiro, no famoso Circuito da Gávea, onde venceu três vezes (1941, 1947 e 1948). Também em 1947, estreou no exterior no GP de Bari, no sul da Itália, e triunfou na prestigiada prova no ano seguinte a bordo de uma Ferrari, sendo o primeiro brasileiro a vencer uma corrida de automobilismo fora do país. Página 14

São Paulo com 44 atletas na seleção brasileira que irá ao 54º Campeonato Sul-Americano

O atletismo paulista terá, mais uma vez, uma participação expressiva em eventos internacionais. Neste fim de semana, entre 25 e 27 de abril, o Brasil disputará o 54° Campeonato Sul-Americano Adulto de Atletismo, na cidade de Mar del Plata, na Argentina, e da delegação de 88 atletas, 44 são de clubes e associações filiadas à Federação Paulista de Atletismo. O estado também contará com seis treinadores, além de uma fisioterapeuta e

uma massoterapeuta.

A competição valerá índices, pontos importantes para o Ranking Mundial e vagas aos campeões de Área Sul-Americana (desde que tenham o melhor resultado na prova na área) na corrida pela qualificação ao Mundial de Atletismo de Tóquio, Japão, em setembro. Os atletas mais jovens têm foco em atuações destacadas nos Jogos Pan-Americanos Júnior de Assunção, Paraguai, em agosto. Página 14

Estão abertas as inscrições para o 2º Brasileiro de Corrida em Trilha e Montanha



Giovanna Costa Martins em ação no Itatiaia

Já estão abertas as inscrições para o 2º Campeonato Brasileiro de Corrida em Trilha e Montanha, que será realizado no Parque Nacional de Itatiaia, em Itatiaia, Rio de Janeiro, nos dias 6 e 7 de junho. As inscrições podem ser feitas entre os dias 22 de abril e 6 de maio no site da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). A

competição será realizada paralelamente ao evento de trail running da Evolution Itatiaia National Park (que tem regulamento e cronograma próprios).

Poderão participar da competição nacional os clubes regularmente filiados às federações estaduais de atletismo. Página 14

Jornal O DIA SP

SP bate recorde de visitantes estrangeiros no 1º trimestre do ano

O estado de São Paulo bateu recorde no número de estrangeiros recebidos no primeiro trimestre do ano: 807.030, segundo dados do Ministério do Turismo e da Embratur, em parceria com a Polícia Federal. Desse total, 795.285 chegaram por via aérea, o que reforça a posição do estado como uma das principais portas de entrada de visitantes internacionais no Brasil.

O número consolida São Paulo como o maior hub aéreo da América Latina, impulsionado por sua robusta infraestrutura, ampla malha aérea e oferta turística diversificada — que vai de

www.jornalistacesarneto.com

Um dos fundadores da hoje mega cidade, o padre José de Anchieta [nome da sede do parlamento] foi beatificado pelo papa Wojtyla [João Paulo 2°] em 1980 e canonizado [tornado santo pela

Fervoroso cristão católico, o prefeito [reeleito em 2024] Ricar-

Fervoroso cristão católico, o deputado Gil Diniz (PL) ... reeleito

Fervoroso cristão católico, o militar [capitão na reserva do

Partidos com cadeiras na Câmara Deputados(as) e Senado

Cristão [católico apostólico romano], o presidente Lula da Sil-

va (dono do PT) tá viajando pra Roma [Itália], pra participar do

protocolo de governantes ao falecido papa Bergoglio [Francisco].

Leva a esposa 'Janja', que convive muito bem com religiões de

Igrejas católicas [orientais com autonomia jurídica ... sob

autoridade papal via Vaticano romano: a caldeia, a siríaca, a

maronita, a copta, a etíope, a eritréia, a malabar, a melquita, a

Ítalo-albanesa, a greco-grega, a greco-ucraniana, a greco-bie-

... a greco-búlgara, a greco-romena, a greco-croata, a grego-

húngara, a greco-eslovaca, a greco-rutena, a greco-macedônica e

a siro-malabar. A católica inglesa, hoje anglicana, rompeu com o

Vaticano no Século 16. A chefia passou a ser dos reis [hoje Charles

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na

imprensa [brasileira] desde 1993, nossa coluna diária de política

recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de

Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência

das Liberdades [Concedidas por DEUS]

Federal têm como parlamentares maiorias cristãs. São católicos(as)

ou protestantes [desde o Século 16]. Quem cresce a cada eleição são os eleitos e reeleitos representando as igrejas cristãs protes-

Exército] e governador Tarcísio Freitas (Republicanos) espera que um conservador seja eleito pra um papado que devolva a São

Paulo a importância da maior arquidiocese do Brasil e do mundo

do Nunes (MDB) espera que um conservador seja eleito pra um papado que devolva à São Paulo a importância que já teve como

maior arquidiocese do Brasil e também maior do mundo ocidental

na chapa do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL - SP) ...

espera que um conservador seja eleito pra um papado que devol-

va a São Paulo a importância de maior arquidiocese do mundo

igreja católica romana] pelo papa Bergoglio [Francisco] em 2014

CÂMARA (São Paulo)

PREFEITURA (São Paulo)

ASSEMBLEIA (São Paulo)

GOVERNO (São Paulo)

CONGRESSO (Brasil)

PRESIDÊNCIA (Brasil)

origens africanas

HISTÓRIAS

lorrussa, greco-russa, ...

RELIGIOSAS

3°] e das rainhas

ANO 33

ocidental

ocidental

centros culturais e gastronômicos a roteiros de natureza e negócios. Além disso, o estado se destaca como destino preferencial para turistas de ao menos seis nacionalidades, fortalecendo sua posição estratégica no turismo internacional. Em 2024, o número de turistas estrangeiros que desembarcaram no território paulista foi de 2,3 milhões.

O crescimento foi significativo entre os principais países emissores. A Argentina lidera com um aumento de 95% no número de visitantes em relação ao mesmo período do ano passado. França e Portugal também registraram altas expressivas, de 26% e 22%, respectivamente. Na sequência, aparecem Chile (18%), Estados Unidos (14%) e Reino Unido (4%).

"São Paulo tem uma posição estratégica no turismo nacional. Um estado multitemático, rico e diverso. O aumento na chegada de turistas é um marco histórico, que reforça nosso papel como protagonista do turismo no Brasil", afirma o secretário de Turismo e Viagens do Estado, Roberto de Lucena.

Em março, o estado foi a principal porta de entrada do país, com 277.266 turistas internacionais. O Rio de Janeiro aparece em seguida, com 241.812 entradas, seguido pelo Rio Grande do Sul (168.507) e Bahia (17.583).

Turismo nacional em alta

O aumento na chegada de estrangeiros tem impulsionado o turismo nacional, que segue batendo recordes mês a mês, segundo a Embratur. O Brasil registrou, no primeiro trimestre de 2025, a maior entrada de visitantes internacionais de toda a sua história: 3.739.649 turistas — um crescimento de 47,8% em relação ao mesmo período de 2024. (Gover-

Prefeituras da região de Bauru aderem ao programa UniversalizaSP

O programa UniversalizaSP, que propõe a organização de consórcios regionais para a prestação de serviços de saneamento, recebeu a adesão de 18 prefeituras da região de Bauru. A iniciativa, coordenada pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) e gerida pela Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, visa apoiar as cidades paulistas no desafio de garantir resiliência hídrica e alcançar as metas de universalização estabelecidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento: 99% de cobertura de abastecimento de água e 90% de coleta e tratamento de esgoto até 2033.

Os municípios participantes da região de Bauru são: Bariri, Barra Bonita, Bauru, Borebi, Cafelândia, Dois Córregos, Getulina, Guaiçara, Guaimbê, Guarantã, Iacanga, Igaraçu do Tietê, Itapuí, Lençóis Paulista, Pirajuí, Promissão, Reginópolis e Sabino.

A secretária da Semil, Natália Resende, ressaltou a importância do apoio técnico fornecido pelo Estado: "Com essas adesões, as prefeituras terão nosso apoio para avançar de forma integrada. Só assim conseguiremos garantir resiliência hídrica e a ampliação do acesso aos serviços de água e esgoto, a chamada universalização", afirmou.

Ao todo, 214 municípios receberão suporte técnico do governo estadual em estudos de viabilidade técnica, econômica, jurídica e ambiental; análise da governança necessária; elaboração de modelos societários, regulatórios e contratuais; além do mapeamento de potenciais investidores.

O Estado será responsável pela realização dos estudos de viabilidade e pela modelagem das contratações para parcerias regionalizadas — sem custos para prefeituras. Após essa etapa, serão realizadas consultas públicas que antecedem os editais de licitação.

A Semil apoiará a formação de consórcios regionais, respeitando as características de cada bacia hidrográfica e as particularidades de cada localidade. (Gover-

Governo de SP sanciona lei que autoriza PPP das Travessias Hídricas e apresenta iniciativa a investidores europeus

O governador Tarcísio de Freitas sancionou a lei que autoriza a concessão do sistema de travessias hídricas à iniciativa privada. Aprovada na semana passada pela Assembleia Legislativa (Alesp), a medida vai permitir a modernização do serviço de transporte aquaviário de passageiros e veículos em diferentes regiões do estado. A sanção foi publicada na edição da quarta-feira (23) do Diário Oficial do Estado de São Paulo.

"Vamos proporcionar transporte de qualidade para a população que depende de balsas e embarcações para se deslocar, além de facilitar a vida dos visi-

tantes de regiões de enorme potencial turístico. Transformamos o dia a dia das pessoas e ainda atraímos crescimento econômico a cada vez que tiramos esses projetos do papel. Nada resiste ao investimento", afirma o governador Tarcísio de Freitas.

A iniciativa abre caminho para um investimento de R\$ 1 bilhão na modernização de 14 rotas de balsas e embarcações, que atendem cerca de 40 mil pessoas por dia. Entre as melhorias, estão a aquisição de mais de 40 novas embarcações, incluindo modelos elétricos para aumentar a resiliência climática, e o aprimoramento da infraestrutura e nos terminais.

Para apresentar o projeto de travessias hídricas a investidores internacionais, o governador Tarcísio de Freitas realiza nesta semana um roadshow por países como Dinamarca, Holanda e Noruega. Além do sistema de travessias, outras iniciativas qualificadas no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado (PPI-SP), como o túnel imerso Santos-Guarujá, também estão na pauta dos encontros.

A primeira parada da comitiva paulista foi em Amsterdã, onde se reuniu com executivos da construtora Ballast Nedam. Nos próximos dias, o governador Tarcísio de Freitas se encontra com lideranças de empresas como TEC Tunnel, Immontec, Ruter, LNS, Sweco, DFDS, Maersk e Femern A/S na Holanda e também na Noruega e na Dinamarca.

A missão também realizará visita técnica às obras do túnel submerso Fehmarnbelt, em construção entre a Dinamarca e a Alemanha. Com 18 quilômetros de extensão, quatro faixas rodoviárias e duas linhas férreas, a megaestrutura é considerada uma referência global e serve de exemplo para o projeto do Túnel Santos-Guarujá. (Governo de SP)

Agrishow 2025: operação especial é montada para garantir segurança viária durante o evento

Com a expectativa de receber milhares de visitantes de todo o Brasil e exterior, a Agrishow 2025 movimentará a cidade de Ribeirão Preto (SP) e a malha viária da região de 28 de abril a 2 de maio. A concessionária Entrevias, iuntamente com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) e a Polícia Militar Rodoviária (PMRv), realizará um Plano Operacional que inclui reforço no efetivo, sinalização específica, rotas alternativas e ações educativas para orientar os motoristas.

Realizada em uma área de mais de 500 mil metros quadrados, a feira é considerada a principal vitrine de inovações para o setor agrícola na América Latina e impacta diretamente o tráfego nas rodovias Prefeito Antônio Duarte Nogueira (SP-322) e Alexandre Balbo (SP-328). Os organizadores do evento estimam mais de 195 mil visitantes para o período.

A previsão é um acréscimo diário de 8 mil a 10 mil veículos apenas na SP-322, que já contabiliza, em média, 49 mil veículos por dia nos dois sentidos. O maior fluxo de veículos está previsto para os seguintes horários: das 7h às 11h e das 17h às 21h.

Plano operacional

A SP-322, no km 321 - sentido leste -, será a principal via de acesso à Agrishow. O trecho contará com reforço na sinalização horizontal e vertical, além de faixas e banners informativos. Os acessos aos estacionamentos foram organizados para evitar confusão, com veículos utilizando pistas correspondentes ao seu sentido de chegada.

Para facilitar o fluxo, uma nova via de entrada foi criada na rotatória da Avenida Patriarca, além disso, não haverá separa-

ção de veiculos por categoria no estacionamento, o que deve agilizar o processo de entrada.

A área da feira será monitorada em tempo real por 356 câmeras e contará com operadores adicionais no Centro de Controle Operacional (CCO) da concessionária integrados ao Centro de Controle Multimodal da Artesp. Os visitantes poderão contar com atendimento aos usuários 24 horas por dia, inclusive com suporte clínico, distribuição de água potável, banheiros e informações nas bases de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAUs). Totens interativos fornecerão informações sobre condições climáticas e tráfego.

Entre as melhorias implementadas estão o alargamento de vias de acesso e intervenções em rotatórias, que permitem a operação de fluxo "contramão" com segurança. A área pavimentada do Acesso Leste também foi ampliada, possibilitando a entrada de até três faixas de tráfego.

Ações educativas e comunicação com os motoristas

Em parceria com a Polícia Militar Rodoviária (PMRv), a concessionária Entrevias apoiará fiscalizações de velocidade e testes de alcoolemia, fornecendo também estrutura para operações especiais. A PMRv prestará apoio no fechamento temporário de acessos, orientação de tráfego e

controle de congestionamentos.

Campanhas educativas e mensagens em Painéis de Mensagens Variáveis (PMVs) vão alertar os motoristas sobre as condições de tráfego e rotas alternativas. Faixas informativas e mensagens eletrônicas serão veiculadas nos dias que antecedem a feira e durante todo o evento. (Governo de SP)

Estado de SP registra abertura de mais de 510 mil empresas nos coração, na assembleia dos justos e na congregação" Salmos 111:1

A Fundação Sistema Estadu-

últimos 12 meses, informa Seade

al de Análise de Dados - Seade lança um novo boletim com foco na análise das empresas no Estado, tendo como base o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), disponibilizado pela Secretaria Especial da Receita Federal. Essas informações permitem a análise da dinâmica, distribuição geográfica e

perfil dessas empresas. Nessa primeira edição da publicação, os dados mostram que no acumulado dos últimos 12 meses, de março de 2024 a fevereiro de 2025, o estado de São Paulo registrou a abertura de 513.345 novas empresas, excluídos os MEIs. O setor de serviços liderou, com 355.245 novos empreendimentos, 69,2% do total. O comércio ocupou a segunda posição, com 105.661 novas empresas. O desempenho dos demais setores foi: agropecuária (2.419), indústria (23.598) e construção (26.422).

A Região Metropolitana de São Paulo liderou a criação de empresas no acumulado dos últimos 12 meses, com 305.006 novas empresas, 59,4% do total do Estado. Na sequência, destacaram-se as Regiões Administrativas (RAs) de Campinas (67.253 São José dos Campos (22.724). Outras regiões de destaque foram Santos (16.521), Ribeirão Preto (14.542), São José do Rio Preto (14.275) e Bauru (8.627).

empresas): Sorocaba (23.112): e

Microempreendedores Individuais (MEIs)

No acumulado dos últimos 12 meses, de março de 2024 a fevereiro de 2025, o Estado de São Paulo registrou a criação de 831.220 MEIs. O setor de serviços concentrou a maior parte dos registros, com 547.267 MEIs, 65,8% do total. Na sequência, apareceram os setores de (68.095), construção (58.536) e agropecuária (3.746).

comércio (153.576), indústria

A Região Metropolitana de São Paulo registrou o maior número de MEIs criados entre março de 2024 a fevereiro de 2025, com 409.638 registros, 49,3% do total estadual. Em seguida, apareceram as RAs de Campinas (130.053), Santos (46.652), São José dos Campos (46.572) e Sorocaba (46.422). Outras regiões de destaque foram São José do Rio Preto (26.296), Ribeirão Preto (25.371) e Bauru (18.390). (Governo de SP)

APALAVRA-"Louvai ao Senhor! Louvarei ao Senhor de todo o

cesar@jornalistacesarneto.com

S. Paulo **Jornal**

Administração e Redação

Rua Carlos Comenale, 263 3° andar

Filial: Curitiba / PR

CEP: 01332-030

Jornalista Responsável

Mtb. 69016/SP

Angelo Augusto D.A. Oliveira

A opinião de nossos colaboradores não representa

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br Site: www.jornalodiasp.com.br

Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC Matriz:

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822

Assinatura on-line

Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50 Impressão: Grafica Pana

necessariamente nossa opinião

Governo suspende autorização para cobrança de mensalidade associativa

O governo federal anunciou, na quarta-feira (23), a suspensão de todos os acordos de cooperação técnica que permitem que organizações da sociedade civil cobrem, de aposentados e pensionistas, mensalidades associativas descontadas diretamente dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A medida foi anunciada poucas horas após a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagrarem a chamada Operação Sem Desconto, que aprofunda as investigações sobre um suposto "esquema nacional de descontos de mensalidades associativas não autorizadas" que teria descontado de aposentados e pensionistas cerca de R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024

No âmbito da operação, a Justiça Federal determinou o afastamento cautelar do presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, e de outros cinco servidores públicos investigados. Também autorizou a PF a cumprir 211 mandados judiciais de busca e apreensão, seis prisões temporárias. Além disso, determinou o sequestro de bens no valor de mais de R\$ 1 bilhão e a suspensão dos descontos cobrados por nove das 11 entidades associativas que são alvo da operação.

"Para além da decisão judicial, que suspendeu os descontos para nove dessas entidades, estamos suspendendo os acordos de cooperação técnica de todas as demais organizações associativas", disse o ministro da CGU, Vinicius de Carvalho, durante coletiva de imprensa, da qual também participaram os ministros da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e da Previdência Social, Carlos Lupi, além do diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues.

De acordo com o ministro, cerca de 3 milhões de beneficiários do INSS têm algum valor descontado mensalmente de suas aposentadorias ou pensões a título de desconto associativo. A suspensão dos acordos e, consequentemente, das deduções de qualquer valor, servirá como um "freio de arrumação" no sistema de parcerias entre o INSS e as organizações da sociedade civil.

"Ninguém quer impedir que as pessoas se associem livremente, desde que elas demonstrem o interesse em fazê-lo", comentou Carvalho. "A suspensão é uma medida administrativa para fazermos uma análise desses processos como um todo. E, assim, garantir a higidez e a integridade do processo daqui para frente [...] É importante que todas as pessoas que, por acaso, tenham esse

desconto, saibam exatamente o porquê de isso acontecer. E, principalmente, que tenham manifestado concordância com os descontos."

Histórico

Após afirmar que, mais que uma ação de combate à corrupção e às fraudes, a Operação Sem Desconto é uma iniciativa em defesa dos aposentados e pensionistas de todo o país, Carvalho explicou que, em 2023, a CGU começou a apurar "o aumento do número de entidades e de valores descontados".

"É muito importante destacar que estes descontos não começam em 2023, mas lá atrás. E vêm em um crescente, ao longo dos anos. A partir de 2023, contudo, quando assumimos o governo, e técnicos da CGU identificaram um aumento desses descontos e das reclamações de aposentados e pensionistas, começamos esta apuração", destacou o ministro.

A partir daí, técnicos da CGU realizaram auditorias em 29 entidades que tinham acordos de cooperação técnica (ACTs) com o INSS. Além disso, entrevistaram 1,3 mil aposentados que tinham descontos em folha de pagamento.

"Mais de 90% destes entrevistados não reconheciam ter autorizado esses descontos. Muitos, inclusive, só ficaram sabendo da ilegalidade do desconto durante a entrevista – ou eles desconheciam o desconto ou achavam que ele era obrigatório", acrescentou Carvalho.

Os técnicos da CGU concluíram que as 29 entidades auditadas não tinham estrutura operacional para prestar os serviços que afirmavam oferecer aos beneficiários, como descontos na aquisição de produtos e serviços, incluindo convênios de planos de saúde ou assistência jurídica. Também identificaram que 70% das 29 entidades analisadas não tinham entregue a documentação necessária para justificar o descente.

"Acho que por volta de 40% das entidades auditadas não entregaram documentação alguma. Cerca de 30% a entregaram incompleta e, ainda assim, estavam habilitadas a oferecer o serviço. Como este tipo de coisa aconteceu é o objeto da investigação", disse o ministro, reforçando que, só entre 2019 e 2024, as entidades cobraram de aposentados e pensionistas em torno de R\$ 6,3 bilhões.

"Mas seria precipitado dizer que todo este montante é ilegal; que 100% dos aposentados que pagam o desconto associativo tiveram seus consentimentos fraudados. Só na amostra que a CGU fez, de 1,3 mil beneficios, deu 97% de fraudes, com as pessoas dizendo não estarem de acordo, não saberem ou não terem autorizado o desconto", completou o ministro Vinicius de Carvalho.

Os dados do INSS e da CGU apontam que, a partir de 2016, o montante descontado de pensionistas e aposentados por meio dos descontos associativos autorizados ou não - cresceu ano após ano. Em 2016, foram R\$ 413 milhões; em 2017, R\$ 460 milhões; em 2018, R\$ 617 milhões; em 2019, R\$ 604 milhões. Em 2020, em meio à pandemia da covid-19, o valor caiu para R\$ 510 milhões. Em 2021 foram descontados R\$ 536 milhões. Em 2022, R\$ 706 milhões. Em 2023, R\$ 1,2 bilhão. E, no ano passado, R\$ 2,8 bilhões.

Descontos

A mensalidade associativa é uma contribuição que aposentados, pensionistas ou pessoas de uma determinada categoria profissional pagam, periodicamente, para fazer parte de uma associação, sindicato ou entidade de classe sem fins lucrativos que represente os interesses de seus membros do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Entre janeiro de 2023 e maio de 2024, o INSS recebeu 1 milhão de reclamações acerca de descon-

tos indevidos, motivando o cancelamento dos descontos autodeclarados como não autorizados. Além disso, em março do ano passado, o instituto estabeleceu novas regras para regulamentar o desconto associativo.

Assinada por Alessandro Stefanutto, a Instrução Normativa Pres/INSS nº 162 estabelece o percentual máximo da dedução e que o desconto deve ser previamente autorizado pelo aposentado ou pensionista, que tem de assinar um termo de adesão.

O beneficiário que não reconhecer o desconto da mensalidade associativa em seu benefício pode requerer a exclusão da cobrança usando o aplicativo do instituto, o site Meu INSS ou a central telefônica 135. Também é possível pedir o bloqueio temporário da cobrança.

O aposentado ou pensionista que não tenha autorizado os descontos também pode solicitar o estorno de valores cobrados indevidamente. Para isso, ele deve entrar em contato com a entidade responsável que recebeu as quantias descontadas (cujo telefone é informado no contracheque do beneficiário). Se preferir, o interessado também pode enviar email para o endereço eletrônico acordo.mensalidade@inss.gov.br, informando o ocorrido. (Agência Brasil)

Preço de ingredientes do prato feito tem queda em São Paulo em março

Levantamento da Associação Paulista de Supermercados (Apas), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), mostra que, em março, o preço dos principais ingredientes do prato feito caiu no estado de São Paulo.

A carne bovina, item de maior peso na composição do prato, registrou recuo de 1,16%. No acumulado deste ano, a queda chega a 0,49%. Entre os cortes que mais baratearam desde janeiro, destacam-se a picanha (6,16%), fraldinha (4,91%), contrafilé (2,89%) e patinho (2,21%).

"O aumento da oferta de fêmeas para abate, combinado à diminuição da demanda por carne devido ao término do período de festas e à substituição por outros produtos com preços mais acessíveis, pode explicar a redução nos preços em março. O arrefecimento da taxa de câmbio durante o primeiro trimestre do ano e a queda nos preços da ração também contribuíram com a redução nos preços da carne no mês", explicou o economista-chefe da Apas, Felipe Queiroz.

O preço do arroz recuou 2,40% em março, enquanto o feijão teve leve alta de 0,63%, mas acumula expressiva deflação de 24,76% nos últimos 12 meses. No mesmo período, a categoria de cereais apresentou queda de 12,75%.

"Em março, toda a subcategoria de cereais recuou 1,29%,

mantendo a tendência de deflação observada desde o segundo trimestre de 2024. Esse processo deflacionário está relacionado principalmente à diminuição no preço do feijão, que está em queda desde o mês de abril do ano passado", disse Queiroz.

Percepção

A redução dos preços, no entanto, ainda não foi sentida pelos consumidores. A servidora pública Gisele Fernandes, de 53 anos de

idade, disse que não percebeu queda nos supermercados.

"Os preços praticados no segmento da alimentação, como o arroz, o feijão e a carne, já vêm em uma ascendência galopante desde novembro do ano passado. Esses alimentos, a meu ver, ficaram com o preço impraticável. A solução está sendo diminuir o consumo desses alimentos", disse.

Já a assistente de recursos humanos Andreza Ferreira, de 43 anos de idade, notou a diminuição nos preços.

"Esse último mês percebi que o arroz e o feijão tiveram uma queda e deu para comprar de novo a marca mais cara que eu comprava. Antes, para poder adequar a minha renda, eu tive que trocar de marca para não ter um peso no orçamento. A carne eu não senti tanta diferença, eu ainda continuo fazendo minhas alternativas", disse. (Agência Brasil)

Após live na UTI, STF intima Bolsonaro em hospital de Brasília

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi intimado na quarta-feira (23) sobre o processo criminal que deverá responder no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a trama golpista que pretendia impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A intimação ocorreu na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital DF Star, em Brasília, onde se recupera de uma cirurgia no intestino.

No dia 11 deste mês, o ministro Alexandre de Moraes determinou a intimação de todos os denunciados do núcleo 1 que viraram réus após o julgamento da Primeira Turma da Corte que aceitou a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A medida é uma formalidade prevista na legislação para comunicar pessoalmente os réus sobre a abertura da ação penal. As intimações foram concluídas entre os dias 11 e 15 de abril, exceto no caso de Bolsonaro, que passou mal no dia 12 e foi submetido a cirurgia nos dias seguintes.

Diante do estado de saúde do ex-presidente, o STF esperava uma data adequada para intimálo. Contudo, Bolsonaro realizou uma live na terça-feira (22) direto da UTI, e o Supremo determinou que um oficial de Justiça fosse na

quarta-feira ao hospital.

Passo a passo

Com a abertura do processo criminal contra o núcleo 1, os acusados passam a responder pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de pa-

trimônio tombado.

A ação penal também marca o início da instrução processual, fase na qual os advogados poderão indicar testemunhas e pedir a produção de novas provas para comprovarem as teses de defesa. Os acusados também serão interrogados ao final dessa fase. Os trabalhos serão conduzidos pelo gabinete do ministro Alexandre de

Moraes, relator do caso.

Após o fim da instrução, o julgamento será marcado e os ministros vão decidir se o ex-presidente e os demais acusados serão condenados à prisão ou absolvidos. Não há data definida para o julgamento.

Em caso de condenação, a soma das penas para os crimes passa de 30 anos de prisão. (Agência Brasil)

Senado cria grupo para discutir mineração em terras indígenas

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), informou na quarta-feira (23) a criação de um grupo de trabalho (GT) para discutir a mineração em terras indígenas. Com 11 senadores, o grupo será presidido pela vice-presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), a senadora Tereza Cristina (PP/MS).

Segundo ato publicado no Diário Oficial do Senado da terça-feira (22), o grupo terá 180 dias para elaborar uma proposta de projeto de lei para regulamentar a pesquisa e a lavra de recursos minerais nos territórios indígenas.

"A medida atende ao que estabelece a Constituição Federal, que atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para legislar sobre o tema", diz nota do presidente do Senado.

do Senado.

Historicamente, as principais organizações indígenas do Brasil são contrárias à exploração mineral em seus territórios. Recentemente, a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, se manifestou contra esse tipo de empreendimento nas terras dos

povos originários.

Segundo Alcolumbre, o objetivo é oferecer uma proposta

"equilibrada, tecnicamente fundamentada e livre de contaminações ideológicas".

"O Senado Federal não quer um texto que legitime a exploração predatória de nossas riquezas, como já vimos tantas vezes no passado. Também não queremos uma iniciativa que paralise a inclusão social dos povos que vivem nessas terras e que desejam um futuro com melhores condições. Nosso compromisso é com um texto responsável, que concilie desenvolvimento com respeito aos direitos das comunidades tradicionais", disse o presidente do Senado.

No início deste ano, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, sugeriu projeto de lei que abriria caminho para mineração em terras indígenas. Diante das críticas de representantes indígenas, a proposta foi suspensa.

Durante a 21ª edição do

Durante a 21ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília, no início deste mês, os indígenas voltaram a criticar a mineração em seus territórios. O evento é a principal e maior manifestação indígena do Brasil.

A coordenadora secretária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Marciely Tupari, explicou à Agência Brasil, durante o acampamento, que a mineração tem impactos negativos no modo de vida das comunidades.

"A gente tem exemplo do impacto que a mineração traz para dentro dos territórios e dos nossos rios, como ocorre com os Yanomami e os Munduruku. Os parentes estão sofrendo com a desnutrição, com mercúrio dentro do corpo, os peixes estão contaminados", afirmou Marciely.

s estão contaminados", afiru Marciely. Senado O grupo de trabalho será com-(PSD)

que o presidirá

Senador Plínio Valério (PSDB) Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)

Senador Eduardo Braga (MDB)

Senador Zequinha Marinho (PODEMOS)

Senador Marcos Rogério (PL) Senador Rogério Carvalho (PT)

Senador Efraim Filho (UNIÃO) Senador Weverton (PDT)

Senador Rodrigo Pacheco (PSD)

posto pelos seguintes membros: Senador Cid Gomes (PSB) Senadora Tereza Cristina (PP), (Agência Brasil) <u>1.032.142</u> 1<u>.044.618</u> <u>988.276</u> <u>990.026</u>

CSLL Diferido IRPJ Diferido

Exercícios aldo no Início do Período

Contribuição Social

nnosto de Renda

Lucro Líquido do Exercício

2.686 7.462 (6.311)

8.228 (6.311)

7.264

Agro lidado

443.392 451.265 416.466 416.466

1.108 3.079 (5.949)

(16.455) (16.501) (16.508) **7.264 66.562 66.562**

(5.953)

(7.000) (11.029)

99 (52.205)

Número de envolvidos em conflitos por terra salta para 900 mil em 2024

QUINTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2025

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Os conflitos por terras no Brasil envolveram 904 mil pessoas no ano de 2024, divulgou na quarta-feira (23) a Comissão Pastoral da Terra, no relatório Conflitos no Campo Brasil referente ao ano passado. Em 2023, esses conflitos envolveram 792 mil pessoas, o que representa que mais de 100 mil pessoas a mais foram afetadas por esses confrontos no ano passado, quando resultaram em 13 assas-

Esse número foi registrado apesar de ter havido uma queda no número de conflitos no campo em relação a 2023, ano que teve o maior patamar da série histórica do relatório em 29 anos, com 2.250 conflitos. Já em 2024, houve 2.185 ocorrências desse

O documento mostra que a maior parte desses conflitos diz respeito a violências contra a ocupação e a posse da terra, o que inclui despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, destruição de casas, roças e pertences, pistolagem, grilagem, invasões e outras violên-

Segundo o levantamento da Comissão Pastoral da Terra, os fazendeiros são os principais agentes causadores da violência por terra. O relatório aponta o grupo como responsável por 44% das violências relacionada à terra, com 739 registros. Os donos de fazendas também são apontados como os principais responsáveis pelos casos de incêndios (47%) e desmatamento ilegal (38%).

O relatório mostra ainda que grileiros, empresários e madeireiros completam a lista dos maiores causadores de conflitos e violências. Já entre os segmentos que mais sofrem violência, os povos indígenas representam 29% dos registros.

Também houve um aumento expressivo na quantidade de conflitos sofridos por posseiros, com 425 casos, e quilombolas, com 221, especialmente entre os povos e comunidades tradicionais do Maranhão, onde foram registrados 22 casos

Segundo o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Ricardo Hoepers, o trabalho da CPT mostra a preocupação da pastoral em dar visibilidade para as "periferias existenciais e geográficas", conforme pregava o Papa Francisco.

"Um relatório anual sobre os conflitos no campo é exatamente um esforco contínuo da CPT para não deixar ninguém invisibilizado, ninguém anônimo, para mostrar nomes, contar biografias, para mostrar que temos os mesmos direitos. Tenho certeza de que o Papa Francisco tem orgulho do trabalho realizado", disse o religioso durante o lançamento do relatório.

O documento chama atenção

para a ação de um grupo ruralista autodenominado "Movimento Invasão Zero", composto por grandes fazendeiros e proprietários de terras e que conta com apoio de parlamentares ligados ao agronegócio. O grupo é conhecido por suas ações violentas contra famílias em situação de acampamento, ocupações e retomada de territórios, contando com o apoio de milícias, agentes de segurança privada e forças polici-

Um dos casos apontados com envolvimento do grupo é o assassinato de Maria Fátima Muniz de Andrade, conhecida como Nega Pataxó, em 21 de janeiro. O crime foi cometido por um fazendeiro ligado ao Movimento Invasão Zero, com apoio da polícia, em uma ação articulada contra a retomada indígena Pataxó Hã Hã

"O caso da Nega Pataxó é emblemático e, como fato, dita os rumos de 2024, uma vez que foi o primeiro assassinato do ano e pela ação do Invasão zero, que tem destaque como um dos principais agentes promotores da violência no campo em 2024", diz o documento.

Além das atuações diretas em conflitos no campo, o grupo também exerce influência nas casas legislativas brasileiras, promovendo propostas de lei que buscam, sobretudo, a criminalização das ocupações de terras e das retomadas de posse por comunidades tradicionais e movimentos sociais.

Nos estados de Goiás, Maranhão, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Pará e Pernambuco, ocorreram ações assumidas e/ou comprovadas enquanto ataques violentos por parte do grupo Invasão Zero. Já em outros estados, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará e Santa Catarina, também ocorreram ataques coordenados de grupos de fazendeiros, onde há suspeitas de que tenham sido articulados pelo Invasão Zero.

Na avaliação do presidente da CPT, Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira, o apoio e a ligação de parlamentares com esse tipo de movimento colocam o legislativo federal e as assembleias legislativas estaduais como "parte do problema" da violência no campo.

Dom José Ionilton citou como exemplo a legislação que trata do marco temporal para a demarcação de terras indígenas, como fonte de conflito por terra.

"A nossa luta é para não deixar que a legislação venha para atrapalhar a vida do camponês, do ribeirinho, dos assentados, dos indígenas, dos quilombolas e tantas outras pessoas. Trabalhamos para que a reforma agrária avance para assentar os trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, pois acreditamos que a reforma agrária é o caminho mais eficiente para diminuir ou até mesmo acabar com a violência no campo", defendeu. (Agência Brasil)

Governo de SP inicia roadshow internacional e apresenta túnel Santos-Guarujá a investidores holandeses

O governador Tarcísio de Freitas iniciou na terça-feira (22) o primeiro dia de reuniões do terceiro roadshow internacional promovido pela gestão neste ano. O objetivo é atrair investidores para os projetos do Programa de Parcerias em Investimentos (PPI-SP), que conta com portfólio estimado em mais de R\$ 550 bilhões.

Durante encontro realizado em Amsterdã, na Holanda, a comitiva paulista apresentou o projeto do túnel imerso Santos-Guarujá a executivos da construtora Ballast Nedam. Aguardada há mais de um século pela região, a ligação contará com faixas para veículos, ciclovia, passagem para pedestres e uma via exclusiva para o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). O leilão está agendado para 1º de agosto e o investimento estimado é de R\$ 6 bilhões, por meio de uma concessão patrocinada com duração de 30 anos.

Outra iniciativa apresentada aos investidores foi o projeto de

modernização das travessias hídricas, que prevê R\$ 1 bilhão em investimentos para a modernização de 14 linhas de transporte aquaviário. A proposta inclui ainda a substituição da frota por mais de 40 embarcações de última geração, incluindo modelos elétricos, que ampliarão a sustentabilidade do sistema. O edital será lançado ainda no primeiro semestre

Os próximos compromissos da missão internacional serão na Dinamarca e Noruega, onde o governador Tarcísio de Freitas se reunirá com lideranças de empresas como TEC Tunnel, Immontec, Ruter, LNS, Sweco, DFDS, Maersk e Femern A/S.

A comitiva também fará uma visita técnica às obras do túnel submerso Fehmarnbelt, em construção entre a Dinamarca e a Alemanha. Com 18 quilômetros de extensão, quatro faixas rodoviárias e duas linhas férreas, a megaestrutura é considerada uma referência global e serve de exemplo para o projeto do Túnel Santos-Guarujá. (Governo de SP)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO														
Senhores Acionistas: Em cumprimento ao que dispõe o estatuto social e de conformidade com a exigência legal, a diretoria submete à apreciação de V.Sa., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31														
de dezembro de 2024 e 31 de dezen	e dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. A Diretoria São Paulo, (SP) Abril de 2025													
Balanço Patrimonial, Demons	Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Demais Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)													
Ativo		2024		2023	Passivo		2024		2023	Demonstração de Resultados				
	BP	Conso-	BP	Conso-		BP	Conso-	BP	Conso-	Resultado		2024		2023
Circulante	Agro	lidado	Agro	lidado	Circulante	Agro	lidado	Agro	lidado		BP	Conso-	BP	Conso-
Disponível	35.493	35.512	13.960	13.964	Fornecedores	37.783	40.140	42.682	44.432		Agro	_lidado	Agro	lidado
Aplicação Financeira	82.273	83.314	28.360	28.360	Financiamentos/Empréstimos	79.751	79.751	45.391	45.391	Receita Bruta	460.686	469.692	434.732	
Clientes	24.722	24.722	35.332	35.332	Impostos/Tributos a Recolher	7.604	7.606	5.518	5.518	(-) Deduções de Vendas e Serviços	(27.119)	(28.111)	(37.000)	(37.000)
IF Derivativos	1.128	1.128	16.432	16.432	Salários/Férias a Pagar	6.660	6.668	6.793	6.793	Receita Líquida	433.567	441.581	397.731	397.731
Estoques	117.476	120.899	120.664	123.938	Recebimentos Antecipados	6.120	6.120	5.309	5.309	(-) Custos dos Produtos e				
Ativo Biológico	41.673	50.936	60.539	66.884	Venda para Entrega Futura	1.868	1.868	1.912	1.912	Serviços Vendidos	(293.333)	(301.504)	(304.521)	(304.521)
Adiantamento a Fornecedores	13.308	13.692	8.258	8.258	Juros s/ Capital Próprio a pagar	13.992	13.992	11.245	11.245	(-) Variação negativa a valor justo	(26.892)	(28.693)	(36.014)	(36.014)
Outros Créditos	23.527	24.312	28.346	28.346	Dividendos a pagar	-	-	1.029	1.029	Variação positiva a valor justo	2.477	5.541	20.369	20.369
Despesas Antecipadas	377	377	365	365	Parcerias a pagar	27.510	27.510	28.084	28.084	Lucro Bruto	115.819	116.925	77.565	77.565
Total	339.977	354.892	312.257	321.879	Total	181.288	183.655	147.963	149.714	Receitas e Despesas Operacionais				
Ativo Não-Circulante					Passivo Não-Circulante					Despesas com Vendas	(322)	(322)	(619)	(619)
Depósitos Judiciais	2	2	45	45	Fornecedores	80.442	80.442	65.453	65.453	Administrativas e Gerais	(16.179)	(16.896)	(15.061)	(15.074)
Mútuo - Sócio	10	10	-	-	Financiamentos/Empréstimos	59.005	68.072	53.830	53.830	Despesas Tributárias	(3.667)	(3.841)	(1.976)	(1.976)
Outros	2.211	3.034	6.518	1.968	Empréstimos Sócios/Coligadas	23.296	23.296	22.043	22.043	Outras Receitas Operacionais	4.524	4.526	24.277	24.255
Direito de Uso Parcerias	371.377	371.377	382.848	382.848	Imposto/Tributo Diferido	-	1.042	9.954	9.954	Outras Despesas Operacionais	(2.033)	(1.300)	(3.405)	(3.405)
Investimentos	9.029	230	3.552	230	Provisões p/ contingência	386	386	434	434	Resultado Antes das				
Imobilizado	309.158	314.696	282.667	282.667	Parcerias a pagar	363.910	363.910	365.048	365.048	Operações Financeiras	98.141	99.092	80.780	80.746
Diferido	39	39	40	40	Total	527.039	537.148	516.761	516.761	Receitas Financeiras	39.639	40.119	57.532	57.577
Intangível	339	339	348	348	Patrimônio Líquido					Despesas Financeiras	(118.940)	(119.329)	(53.487)	(53.487)
Total	692.165	689.726	676.019	668.147	Capital Realizado	74.805	74.805	74.805	74.805	Lucro Antes do Imposto Renda				
					Reservas e Incentivos Fiscais	79.367	79.367	79.367	79.367	e Contribuição Social	18.840	19.882	84.825	84.836

13.368

13.368

156.276

 323.815
 323.815
 323.551
 323.551

 1.032.142
 1.044.618
 988.276
 990.026

13.004 13.004

156.375 156.375

BRANCO PERES AGRO S/A. - CNPJ (MF) 43.619.832/0001-01

			oupitui iiou			
	Capital social	Lucros a Destinar	Reserva Legal	Reserva Incentivo Fiscal	Prejuízo Acumulado Total	Saldo no Início do Período
Saldo em 31/12/2022	74.805	111.575	9.676	71.962	- 268.018	
Resultado do Período	-	66.562	-/	-	- 66.562	Transferência para Reserva Legal
Aumento de Capital	-	-				Transferência para Reserva Fiscal
Lucros a Destinar	-	-	-			Dividendos Distribuídos
Redução de Capital	-	-	-	-	- 1	Juros Sobre Capital Próprio
Constituição de Reservas	-	(3.329)	3.329	-		Lucros Amortizados
Resultado Benefício Fiscal	-	(7.405)	-	7.405		Reserva Lucros a Destinar
Dividendos Distribuídos	-	_	-			Saldo no Final do Período
Amortização de Prejuízo	-	-	-	-		Demonstra
Juros de Capital Próprio	-	(11.029)	-	-	- (11.029)	
Saldo em 31/12/2023	74.805	156.375	13.005	79.367	- 323.551	
Resultado do Período		7.264	_	-	- 7.264	Fluxos de caixa originados de:
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	Atividades Operacionais Valores Recebidos de Clientes
Lucros a Destinar	-	-	-	-		
Prejuízo	-	4	-			Valores pagos a empregados administrativos
Constituição de Reservas	-	(363)	363			Valores pagos de despesas
Resultado Benefício Fiscal	-	-	-	-	<i>-</i>	administrativas
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-		Valores pagos de impostos e taxas
Amortização de Prejuízo	-	-			. /-	Valores pagos a serviços prestados
Juros de Capital Próprio		(7.000)				
Saldo em 31/12/2024	74.805	156.275	13.368	79.367	- 323.815	Valores pagos a fornecedores
Notas Expl	icativas às Demon	strações Financeiras -	- Exercícios findos em	31 de Dezembro de 2024 e 2023	(Em milhares de Reais)	Valores pagos a empregados
4 0	A	and a few and a few death of the second				indústria e agrícola

Reserva Legal

Resultado a Destina

ações do Patrimônio Líquid

. Contexto Operacional: A sociedade tem por objetivo a industrialização da ca- 5. Estoques: a-de-açúcar, para a produção de álcool, açúcar e geração de energia elétrica. A caa-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é produzida em áreas de parce rias com os acionistas e terceiros e também adquirida em condições normais d mercado de fornecedores. A empresa possui uma operadora de grãos, denominad Branco Peres Grãos Ltda, da qual é detentora de 100%. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras financeiras: As demonstrações financeiras: As demonstrações finance

ões financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis e mana da legislação Societária, em conformidade com o disposto nas Leis nº 11.638/07

B. Descrição das práticas contábeis: a) Aplicações Financeiras: Registradas a usto acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não super o valor de mercado. b) Direitos e Obrigações: Atualizados aos índices de variaçã nonetária e juros, nos termos dos contratos vigentes de modo a refletir os valor ncorridos até a data do balanço. c) Estoques: Avaliados ao custo médio de aquis ão de produção que não exceda ao valor de mercado. Os custos de entre-safra se io apropriados aos custos de produção no decorrer da próxima safra. d) Imobiliza do: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e corrigido moneta riamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método l near as taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens e valor residual, d cordo com a Lei 11.638/07. e) Contingências: Despesas decorrentes de processo iscais, trabalhistas ou de responsabilidade civil são provisionados quando conheci los, não sendo esperados impactos relevantes de ações em andamento. f) Impos le Renda e Contribuição Social: f.a) Imposto de Renda - calculado a alíquota o 5% acrescido do adicional de 10%. f.b) Contribuição Social - calculada a alíquo de 9%. f.c) Imposto Diferido provisionado sobre os valores de contingências e de mais provisões de ganhos e perdas registrados. g) Estão provisionadas os possíve ganhos/perdas com operações de NDF com base nos indicadores em 31/12/2024 h) Os Ativos Biológicos são registrados, amortizados durante o exercício e remensu ados em 31/12/2024 sempre embasados a índices de mercado. i) A partir de jane o/2019 a empresa passaou a reconhecer no balanço os contratos de parceria d cana de açúcar conforme NBC 06 (R2), j) O exercício encerrou com prejuízo que se posto a amortização com Lucros Acumulados a Destinar. k) Em 2023 foram ap ados e contabilizados créditos de IRPJ/CSLL em função de subvenção fiscal de ICMS, conforme LC 160/2017. I) Balanço auditado conforme parecer nº 179-2025, pela empresa Moore Prisma Auditores Independente

João Paulo Branco Peres - Diretor

e-	Produtos Acabados		74.031	83.470	**
le	Almoxarifado		28.102	26.204	Va
la	Produtos em Elaboração		15.343	10.991	v a
	Total		117.476	120.664	Va
S-	6. Imobilizado	Tempo Vida	BP	Conso-	i
as	ITENS	Útil (ano)	Agro	lidado	Va
е	Edificações	25	17.647	16.331	Va
	Móveis e Utensílios	10	4.531	4.496	C
10	Maquinismos e Acessórios	10	244.391	226.968	Va
ra	Veículos	5	16.522	16.638	C
ío	Culturas Pemanentes	4	398.630	328.507	Va
es	(-) Depreciação Acumulada		(372.800)	(310.511)	Di
i-	Terrenos		237	237	F
е-	Manutenção Entressafra				At Va
a-	Total		309.158	282.667	Va
a- li-	7. Financiamentos		BP	Conso-	Va
le	Moeda Nacional		Agro	lidado	٧
)S	Empréstimo com Sócios/Coligadas		23.296	22.043	Va
i-	Arrendamento Mercantil Financeiro)	-	-	Cr
to	Contrato Câmbio - ACC		50.774	22.239	Ju
le	Finame		71.433	68.733	8
ta	Custeio Agrícola		8.249	8.249	Di
e-	Provisão Perdas Derivativos		8.300		ŗ
is	Total		162.052	121.265	At
4.	Parcelas Classificadas no Ciculante	9	79.751	45.391	Pa
u-	Parcelas Classificadas no Não Cicu	lante	82.301	75.873	Re
ei-	Finame: Juros de 3,00% a 11,09%				Pa Di
le	a.a. PRORENOVA: Juros de 4,60%	a 6,44% a.a. ACC	: Juros de 2,209	6 a 6,25% a.a.	r
rá	Os financiamentos a longo prazo v	encem entre 2025	5 a 2033. Garant	ias: Alienação	Aı
u-	fiduciária de bens, equipamentos ir	ndustriais e aval c	los acionistas.		~
le	8. Capital Social: 0 capital social	é representado po	or 296.334.274.02	28 ações nomi-	Di

nativas, sem valor nominal. Os acionistas tem direito a um dividendo mínimo de 6,00% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei nº 6.404/76

Valores pagos de despesas administrativas (24.366) (24.575) (25.938) Valores pagos a impostos e taxas (24.366) (24.575) (25.938) Valores pagos a serviços prestados terceiros a administração (11.479) (1.479) (1.479) (1.970) Valores pagos a serviços prestados industria e agrícola (60.493) (60.518) (50.732) Valores pagos a dempregados industria e agrícola (60.493) (60.518) (50.732) Valores pagos de despesas industriais Valores pagos a serviços prestados por terceiros (35.566) (39.025) (33.841) Valores pagos de manutenção industrial durante a safra (5.281) (5.281) (5.281) (5.896) Valores pagos de manutenção industrial durante a entre-safra (5.833) (5.833) (7.822) Valores pagos de despesas agrícolas Valores pagos de despesas agrícolas Valores pagos de despesas agrícolas Valores pagos de despesas de comercialização (49.336) (49.336) (57.071) Valores pagos a desinistas pelas atividades operacionais (4.980) (4.980) (4.880) (4.852) Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais (4.980) (4.980) (4.980) Valores recebidos referente vendas de ativos permanentes (4.158) (30.732) (47.213) Valores recebidos de sinistros (5.933) (5.937) (47.213) Valores recebidos de sinistros (5.937) (5.937) (5.938) (5.937) (5.938) (5.938) (5.938) (5.938) (5.938) (5.938) (5.938) (5.939) (5.055) (5.938) (5.939) (5.	1	administrativos	(6.539)	(6.541)	(5.579)	(5.579)
administrativas (14,620) (14,908) (21,326) Valores pagos de impostos e taxas (24,366) (24,575) (25,938) Valores pagos a serviços prestados (116,047) (116,047) (124,915) (17,070) Valores pagos a empregados (116,047) (116,047) (124,915) (17,070) Valores pagos a empregados (16,047) (116,047) (124,915) (17,070) Valores pagos a empregados (16,047) (16,614) (11,614) (11,614) (11,614) Valores pagos a serviços (16,047) (16,614) (11,614) (11,614) (11,614) Valores pagos de despesas industriais (16,14) (16,14) (11,614) (11,614) Valores pagos de manutenção (35,566) (39,025) (33,841) Valores pagos de manutenção (16,281) (5,281) (5,896) Valores pagos de despesas agrícolas (16,333) (5,833) (7,822) Valores pagos de despesas agrícolas (29,316) (34,282) (25,934) Valores pagos de despesas (49,336) (49,336) (57,071) Valores pagos de despesas (49,336) (49,336) (57,071) Valores pagos a acionistas (4,980) (4,980) (4,882) Valores pagos a acionistas (4,980) (4,980) (4,882) Valores pagos a cerierente a compra (4,980) (4,980) (4,882) Valores pagos referente a compra (4,980) (4,980) (4,882) Valores pagos referente a compra (4,980) (4,980) (4,882) Valores pagos referente a compra (4,180) (4,180) (4,180) (4,180) Valores recebidos referente (24,158) (30,732) (47,213) Valores recebidos de sinistros (1,523) (1,523) Valores recebidos de sini	- 1		(0.000)	(0.011)	(0.070)	(0.070)
Valores pagos de impostos e taxas Valores pagos a serviços prestados terceiros a administração (1.479) (1.479) (1.970) (1.479) (1.970) (1.479) (1.970) (1.970) (1.479) (1.970) (1.970) (1.479) (1.970) (1.970) (1.479) (1.970) (1.970) (1.970) (1.479) (1.970) (1.970) (1.970) (1.479) (1.970) (1.970) (1.970) (1.479) (1.970) (1.970) (1.970) (1.479) (1.970) (1.970) (1.970) (1.479) (1.970) (1.970) (1.970) (1.479) (1.970) (1.970) (1.970) (1.479) (1.970) (1.970) (1.970) (1.60.43) (60.518) (50.732) (1.614) (1.614) (1.111) (1.614) (1.111) (1.614) (1.111) (1.614) (1.111) (1.614) (1.111) (1.614) (1.111) (1.614) (1.111) (1.614) (1.614) (1.614) (1.111) (1.614) (1.	4		(14.620)	(14.908)	(21.326)	(21.326)
Valores pagos a serviços prestados terceiros a administração (1.479) (1.479) (1.970) (1.970) (1.970) (1.6.047) (116.047) (124.915) (1.770) (1.6.047) (116.047) (124.915) (1.770) (1.6.047) (124.915) (1.770) (1.6.047) (124.915) (1.770) (1.6.047) (124.915) (1.6.047) (1.6.047) (124.915) (1.6.047) (1.6.047) (124.915) (1.6.047) (1.6.047) (124.915) (1.6.047) (71	Valores pagos de impostos e taxas				(25.938)
terceiros a administração (1.479) (1.479) (1.479) (1.479) (1.6.047					, ,	, ,
Valores pagos a fornecedores 116.047 116.047 124.915 17 174.000 124.915 17 174.000 174			(1.479)	(1.479)	(1.970)	(1.970)
Valores pagos a empregados (60.493) (60.518) (50.732) (50.732) (1.614) ((116.047)		
Valores pagos de despesas industriais Valores pagos a serviços prestados por terceiros (35.566) (39.025) (33.841) Valores pagos a serviços prestados por terceiros (35.566) (39.025) (33.841) Valores pagos de manutenção industrial durante a safra (5.281) (5.281) (5.286) Valores pagos de manutenção industrial durante a entre-safra (5.833) (5.833) (7.822) Valores pagos de adespesas agrícolas (29.316) (34.282) (25.934) Valores pagos de aquisição de insumos agrícolas (49.336) (49.336) (57.071) Valores pagos de despesas de comercialização (21.988) (22.795) (22.252) Valores pagos a deinistras (4.990) (4.980) (4.980) (4.982) Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais Atividades de investimentos Valores recebidos referente a compra de imobilizado (24.158) (30.732) (47.213) Valores recebidos referente vendas de ativos permanentes 1.792 2.025 5.005 Valores recebidos de sinistros 1.523 1.523 Créditos Mútuo Juros recebidos de sinistros 1.523 1.523 Créditos Mútuo Juros recebidos de investimentos Atividades de investimentos Atividades de financiamentos Pagamentos de empréstimos (89.749) (89.749) (73.962) Recebimentos de empréstimos (89.749) (89.749) (73.962) Recebimentos de despesas financeiras (16.39) (1.482) (1.305) Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos 22.518 31.437 (28.446) Disponibilidades no início do período 42.320 42.324 84.001			, ,	, , ,		,
Valores pagos a serviços prestados por terceiros (35.566) (39.025) (33.841) Valores pagos de manutenção industrial durante a safra (5.281) (5.281) (5.896) Valores pagos de manutenção industrial durante a entre-safra (5.833) (5.833) (7.822) Valores pagos de despesas agricolas (29.316) (34.282) (25.934) Valores pagos de despesas agricolas (29.316) (34.282) (25.934) Valores pagos de despesas de comercialização (21.988) (22.795) (22.252) Valores pagos de despesas de comercialização (21.988) (22.795) (22.252) Valores pagos a comistas (4.980) (4.980) (4.8802) Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais (24.158) (30.732) (47.213) Valores recebidos referente a compra de imobilizado (24.158) (30.732) (47.213) Valores recebidos de sinistros (24.158) (30.732) (47.213) Valores recebidos de investimentos (24.158) (30.732) (47.213) Atividades de financiamentos (24.158) (18.985) (40.462) (47.268) (47.2		indústria e agrícola	(60.493)	(60.518)	(50.732)	(50.732)
prestados por terceiros (35.566) (39.025) (33.841) Valores pagos de manutenção industrial durante a safra (5.281) (5.281) (5.896) Valores pagos de manutenção industrial durante a entre-safra (5.833) (5.833) (7.822) (25.934) Valores pagos de despesas agricolas (29.316) (34.282) (25.934) Valores pagos de aquisição de insumos agrícolas (49.336) (49.336) (57.071) Valores pagos de despesas (21.988) (22.795) (22.252) Valores pagos a acionistas (4.980) (4.980) (4.882) Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais (24.158) (30.732) (47.213) Valores recebidos referente a compra de imobilizado (24.158) (30.732) (47.213) Valores recebidos de sinistros (24.158) (30.732) (47.213) Valores recebidos de sinistros (24.158) (30.732) (47.213) Valores recebidos de sinistros (25.252) (25.252) Créditos Mútuo Juros recebidos de sinistros (25.253) (25.253) (25.253) Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos (25.253) (25.		Valores pagos de despesas industriais	(1.614)	(1.614)	(1.111)	(1.111)
Valores pagos de manutenção industrial durante a safra (5.281) (5.281) (5.896) (5.896) (5.281) (5.281) (5.896) (5.896) (5.281) (5.281) (5.896) (5.281) (5.281) (5.281) (5.896) (5.281)	!	Valores pagos a serviços				
valores pagos de manutenção (5.281) (5.281) (5.286) Valores pagos de mentre-safra (5.833) (5.833) (7.822) Valores pagos de despesas agrícolas (29.316) (34.282) (25.934) Valores pagos de aquisição de insumos agrícolas (49.336) (49.336) (57.071) Valores pagos de despesas (49.336) (49.336) (57.071) Valores pagos de despesas (49.336) (22.795) (22.252) Valores pagos a acionistas (4.980) (4.980) (4.980) (4.	'	prestados por terceiros	(35.566)	(39.025)	(33.841)	(33.841)
Valores pagos de manutenção industrial durante a entre-safra (5.833) (5.833) (7.822) (25.934) Valores pagos de despesas agricolas (49.336) (49.336) (57.071) Valores pagos de despesas de comercialização (21.988) (22.795) (22.252) Valores pagos a acionistas (4.980) (4.980) (4.980) Valores pagos a acionistas pelas atividades operacionais Atividades de investimentos (24.158) (30.732) (47.213) Valores pagos referente a compra de imobilizado (24.158) (30.732) (47.213) Valores recebidos referente vendas de ativos permanentes (24.158) (30.732) (47.213) Valores recebidos de sinistros (25.252) Valores recebidos de sinistros (25.253) (25.005) Valores recebidos de sinistros (25.253) (25.253) Valores recebidos de sinistros (25.253) (25.005) Valores recebidos de sinistros (25.005) Valores recebidos de sinistros (25.005) (27.228) Valores recebidos de sinistros (25.005) (27.228) Valores recebidos de sinistros (25.005) Valores recebidos de sinistros (25.005) (27.234) Valores recebidos de sinistros (25.005) (27.234) Valores recebidos de sinistros (25.005) (27.235) Valores recebidos de investimentos (25.005) (27.235) (27.235) Valores recebidos de investimentos (25.005) (27.235)	1	Valores pagos de manutenção				
valores pagos de despesas agrícolas (29.316) (34.282) (25.934) Valores pagos de adquisição de insumos agrícolas (49.336) (49.33	.	industrial durante a safra	(5.281)	(5.281)	(5.896)	(5.896)
Valores pagos de despesas agrícolas Valores pagos de aquisição de insumos agrícolas (49,336) (49,336) (57,071) Valores pagos de aquisição de insumos agrícolas (49,336) (49,336) (57,071) Valores pagos de despesas de comercialização (21,988) (22,795) (22,252) Valores pagos a acionistas plas atividades operacionais Atividades de investimentos Valores pagos referente a compra de imobilizado (24,158) (30,732) (47,213) Valores recebidos referente vendas de ativos permanentes 1,792 2,025 5,005 Valores recebidos de sinistros 1,523 1,523 - Créditos Mútuo Juros recebidos sobre aplicações financeiras Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos Atividades de financiamentos Pagamentos de empréstimos Recebimentos de empréstimos Recebimentos de despesas financeiras Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos Aumento/redução nas disponibilidades no		Valores pagos de manutenção				
Valores pagos de aquisição de insumos agrificolas (49.336) (49.336) (57.071) (49.336) (.	industrial durante a entre-safra	(5.833)	(5.833)	(7.822)	(7.822)
de insumos agrícolas (49.336) (49.336) (57.071) Valores pagos de despesas de comercialização (21.988) (22.795) (22.252) Valores pagos a acionistas (4.980) (4.980) (4.852) Disponibilidades liquidas geradas pelas atividades operacionais Atividades de investimentos Valores pagos referente a compra de imobilizado (24.158) (30.732) (47.213) Valores recebidos referente vendas de ativos permanentes Valores recebidos de sinistros (1.523 1.523 1.523 1.523 1.523 Créditos Mútuo (2.4.158) (30.732) (47.213) Juros recebidos de sinistros (1.523 1.523 1.523 1.523 1.523 Disponibilidades liquidas aplicadas nas atividades de investimentos Atividades de financiamentos Pagamentos de empréstimos (89.749) (89.749) (73.962) Recebimentos de empréstimos (89.749) (89.749) (73.962) Recebimentos de empréstimos (13.907) (12.668 46.821) Pagamentos de despesas financeiras (16.39) (1.482) (1.305) Disponibilidades liquidas geradas nas atividades de financiamentos Aumento/redução nas disponibilidades no (42.320 42.324 84.001) Disponibilidades no (42.320 42.324 84.001)	.	Valores pagos de despesas agrícolas	(29.316)	(34.282)	(25.934)	(25.934)
Valores pagos de despesas de comercialização (21.988) (22.795) (22.252) Valores pagos a acionistas (4.980) (4.980) (4.852) Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais Atividades de investimentos Valores pagos referente a compra de imobilizado (24.158) (30.732) (47.213) Valores recebidos referente vendas de ativos permanentes 1.792 2.025 5.005 Valores recebidos de sinistros 1.523 1.523						
de comercialização (21,988) (22,795) (22,252) Valores pagos a acionistas (4,980) (4,980) (4,980) (4,90) (4,90) (4,90) (4,90) (4,90) (4,90) (4,90) (4,90)			(49.336)	(49.336)	(57.071)	(57.071)
Valores pagos a acionistas (4.980) (4.980) (4.982)						
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais 65.933 64.050 27.228 Atividades de investimentos Valores pagos referente a compra de imobilizado Valores recebidos referente vendas de ativos permanentes 1.792 2.025 5.005 Valores recebidos de sinistros 1.523 1.523 1.523 Valores recebidos de sinistros 1.523 1.523 Valores recebidos obre aplicações financeiras 7.837 8.199 1.745 Valores financeiras Valo			(21.988)	(22.795)	(22.252)	(22.252)
Pelas atividades de investimentos Causa			(4.980)	(4.980)	(4.852)	(4.852)
Atividades de investimentos Valores pagos referente a compra de imobilizado Valores recebidos referente vendas de ativos permanentes valores recebidos de sinistros Lisza Créditos Mútuo Juros recebidos sobre aplicações financeiras nas atividades de investimentos Atividades de financiamentos Pagamentos de empréstimos Recebimentos de despesas financeiras Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos Pagamentos de empréstimos Recebimentos de despesas financeiras Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos Aumento/redução nas disponibilidades no Disponibilidades no	Ш					
Valores pagos referente a compra de imobilizado			65.933	64.050	27.228	21.182
de imobilizado (24.158) (30.732) (47.213)						
Valores recebidos referente vendas de ativos permanentes 1.792 2.025 5.005						
vendas de ativos permanentes 1.792 2.025 5.005 Valores recebidos de sinistros 1.523 1.523 1.523 Créditos Mútuo Juros recebidos sobre 7.837 8.199 1.745 Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos (13.007) (18.985) (40.462) Atividades de financiamentos (89.749) (89.749) (73.962) Recebimentos de empréstimos (113.907) 122.668 46.821 Pagamentos de despesas financeiras (1.639) (1.482) (1.305) Disponibilidades líquidas geradas na stividades de financiamentos 22.518 31.437 (28.446) Aumento/redução nas disponibilidades no inicio do período 75.445 76.502 (41.681) Disponibilidades no inicio do período 42.320 42.324 84.001	:		(24.158)	(30.732)	(47.213)	(41.163)
Valores recebidos de sinistros 1.523 1.523 1.524 1.525 1.5	.		4 700	0.005	F 00F	F 00F
Créditos Mútuo Juros recebidos sobre aplicações financeiras 7.837 8.199 1.745	:				5.005	5.005
Juros recebidos sobre			1.523	1.523	-	-
Disponibilidades líquidas aplicadas 1.3.007 18.385 40.462 18.385 40.462 18.385 40.462 18.385 40.462 18.385 40.462 18.385 40.462 18.385 40.462 18.385 40.462 18.385 40.462 18.385 40.462 18.385 40.462 18.385 40.462 18.385 40.462 18.385 40.462 18.385 40.462 18.385 40.462 18.385 40.462	- 1		-	-	-	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos (13.007) (18.985) (40.462) (13.007) (18.985) (40.462) (13.007) (18.985) (40.462) (19.007) (19.0			7 007	0.100	1 745	1.745
nas atividades de investimentos (13.007) (18.985) (40.462)				8.199	1.745	1./45
Atividades de financiamentos (89.749) (89.749) (73.962) Pagamentos de empréstimos 113.907 122.668 46.821 Pagamentos de despresas financeiras (1.639) (1.482) (1.305) Disponibilidades líquidas geradas (1.639) (1.482) (1.305) Disponibilidades de financiamentos 22.518 31.437 (28.446) Aumento/redução nas (1.482) (1.482) (1.481) Disponibilidades no (1.482) (1.482) (1.481) Disponibilidades no (1.482) (1.482) (1.482) (1.482) Disponibilidades no (1.482) (1.482) (1.482) (1.482) (1.482) Disponibilidades no (1.482) (1.48	'	Disponibilidades ilquidas aplicadas		/10 00E\	/40 462)	(34.412)
Pagamentos de empréstimos (89.749) (89.749) (73.962) (73	:		(13.007)	(10.303)	(40.402)	(34.412)
Recebimentos de empréstimos 113.907 122.668 46.821 Pagamentos de despesas financeiras 1.639 (1.482) (1.305) Disponibilidades Iquidas geradas nas atividades de financiamentos 22.518 31.437 (28.446) Aumento/redução nas disponibilidades 75.445 76.502 (41.681) Disponibilidades no 1.660 1.660 1.660 1.660 1.660 Disponibilidades no 1.660 1.660 1.660 1.660 1.660 Disponibilidades no 1.660 1.660 1.660 1.660 1.660 1.660 Disponibilidades no 1.660 1.6			(00.740)	(00.740)	(72.002)	(73.962)
Pagamentos de despesas financeiras Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos disponibilidades (22.518 31.437 (28.446) Aumento/redução nas disponibilidades no início do período 42.320 42.324 84.001 Disponibilidades no						46.821
Disponibilidades líquidas geradas	١.					(1.305)
nas atividades de financiamentos 22.518 31.437 (28.446) a Aumento/redução nas disponibilidades 75.445 76.502 (41.681) a Disponibilidades no 42.320 42.324 84.001 a Disponibilidades no			(1.033)	(1.402)	(1.505)	(1.303)
Aumento/redução nas disponibilidades 75.445 76.502 (41.681) o Disponibilidades no início do período 42.320 42.324 84.001 Disponibilidades no	ı.		22 518	31 //37	(28 446)	(28.446)
disponibilidades 75.445 76.502 (41.681) o inicio do período 42.320 42.324 84.001 o Disponibilidades no	0			31.437	(20.440)	(20.440)
Disponibilidades no início do período 42.320 42.324 84.001 Disponibilidades no			75 445	76 502	(41 681)	(41 677)
início do período 42.320 42.324 84.001 _ Disponibilidades no	-		73.773	70.302	171.001)	141.071)
Disponibilidades no			42.320	42 324	84.001	84.001
			12.020	12.027	<u> </u>	<u> </u>
10.020 12.020			117,766	118.826	42.320	42.324
	J I	Polices				

ESTEIO - ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS S/A

Italo Daniel Fratini - Contador - CRC 1SP270130/0-0

CNPJ/MF Nº 76.650.191/0001-07

NIRE Nº 41300010251 53ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Forma: Lavrada nos termos do Parágrafo 1.º do Artigo 130, da Lei 6404/76. Data: 16 de abril de 2025. Horário: 10:00 (dez) horas. Local: Rua Dr. Reynaldo Machado n.º 1151 - Prado Velho, Curitiba-Paraná. Presenças: 100% do Capital Social, conforme Livro n.º 01, fls.49vs. Mesa: Presidente Sr. CARLOS VALÉRIO AVAIS DA ROCHA, Secretário Sr. CARLOS LUCIDORIO TRINDADE. Convocação: Por Carta-Convite datada de 16 de março de 2025. Publicações: Dispensadas face a presença da totalidade dos acionistas: 1) 53ª Assembléia Geral Ordinária: a) exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; b) destinação do lucro líquido auferido no exercício e das reservas de lucros; c) outros assuntos de interesse social. Sendo o que oferece nesta oportunidade, reitero protestos de apreço, contando desde já com o atendimento desta. Atenciosamente. Curitiba, 16 de março de 2025. (a) CARLOS VALÉRIO AVAIS DA ROCHA - Diretor Presidente". Iniciados os trabalhos, o Sr. Presidente, atendendo o item "a" da Ordem do Dia da 53ª Assembléia Geral Ordinária, colocou sob exame, discussão e votação, o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Reservas de Lucros, a Demonstração do Resultado do Exercício e o Demonstrativo do Fluxo de Caixa, documentos esses, regularmente publicados nas página 9 do Jornal O DIA SP de 09 de abril de 2025 e nas páginas nº 62 e 63 no Jornal "Diário Oficial do Estado do Paraná" no dia 11 de abril de 2025. Os prazos de publicação previstos no art.133 da Lei nº 6404/76 foram dispensados, nos termos do § 3º e § 4º, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. Minuciosamente examinados e discutidos tais documentos, foram aprovados sem restrições, abstendo-se os legalmente impedidos. Atendendo o item "b", por unanimidade deliberou-se o seguinte: b.1) referendar a distribuição de dividendos autorizada pela Diretoria no período de janeiro a dezembro 2024; b.2) autorizar a distribuição de dividendos ao longo do ano de 2025, no percentual de até 35% (trinta e cinco por cento) calculado com base na reserva de lucros existente no balanço de 31/12/2024; b.3) destinar o valor equivalente ao percentual deaté 27% (vinte e sete por cento) calculado sobre a reserva de lucros existentes no balanco de 31 de dezembro de 2024 para a aquisição de ativos ao longo de 3 (três) anos contados a partir de 16 de abril de 2025; b.4) autorizar que o saldo da reserva de lucros do balanço aprovado fique em suspenso para futura utilização de conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Atendida as matérias dos itens "a" e "b", o Sr. Presidente em atendimento ao item "c", deixou livre a palavra e como dela ninguém desejou fazer uso, declarou estar inteiramente atendida a Ordem do Dia da 53ª Assembléia Geral Ordinária. Atendido as matérias dos itens "a", "b" e "c" da 53ª Assembléia Geral Ordinária, o Sr. Presidente esclareceu não estar o Conselho Fiscal instalado por ser de funcionamento não permanente, podendo qualquer acionista requerer-lhe a instalação, na forma legal. A seguir o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura desta ata, que foi por mim elaborada e no reinício da sessão, lida em todo o seu teor para que todos tomassem conhecimento e pudessem deliberar, o que ocorreu, tendo sido achada em tudo conforme e aprovada unanimemente e assinada por todos os acionistas presentes, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos. Curitiba, 16 de abril de 2025 (aa). WR Administração e Participações Ltda., representada por Wellington Cavalcanti da Rocha; CM Empreendimentos e Participações Ltda., representada por Neusa Martins de Arruda Coelho; WELLINGTON CAVALCANTI DA ROCHA e CARLOS LUCIDÓRIO TRINDADE.

> WR Administração e Participações Ltda. Wellington Cavalcanti da Rocha

CM Empreendimentos e Participações Ltda. Neusa Martins de Arruda Coelho

Wellington Cavalcanti da Rocha

Carlos Lucidório Trindade

Certifico que a presente ata consta às folhas 01 a 05 do Livro Registro de Atas nº 33 registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná.

Curitiba, 16 de abril de 2025

Carlos Valério Avais da Rocha Presidente

Carlos Lucidorio Trindade Secretário

A presente ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20251899268 por registro em 16/04/2025

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO PARTICULAR DE AÇÕES DA "ESTEIO-ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS S.A." COM SEDE EM CURITIBA, PARANÁ À RUA DR. REYNALDO MACHADO N.º 1.151 COM CAPITAL SOCIAL DE R\$ 12.000.000,00 (DOZE MILHÕES DE REAIS), DIVIDIDO EM 12.000.000 (DOZE MILHÕES) DE AÇÕES ORDINÁRIAS NOMINATIVAS

SUBSCRITOR	QUALIFICAÇÃO	AÇÕES SUBSCRITAS	VALOR (R\$) INTEGRALIZADO	TOTAL
C.MEMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	Pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n.º 81.113.409/0001-16, com sede à Rua Dr. Reynaldo Machado n.º 1.151, em Curitiba-PR	5.940.000	5.940.000,00	5.940.000,00
W.RADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	Pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n.º 81.114.266/0001-67 com sede à Rua Dr. Reynaldo Machado n.º 1.151, em Curitiba-PR	5.468.619	5.468.619,00	5.468.619,00
WELLINGTON CAVALCANTI DA ROCHA	Brasileiro, casado, engenheiro civil CPF Nº 000482599-34 residente e domiciliado em Curitiba-PR	471.381	471.381,00	471.381,00
CARLOS LUCIDÓRIO TRINDADE	Brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF. 111326399-72 residente e domiciliado em Curitiba- PR	120.000	120.000,00	120.000,00
TOTAL		12.000.000	12.000.000,00	12.000.000,00

Curitiba, 16 de abril de 2025 Carlos Lucidório Trindade

www.jornalodiasp.com.br

No Zebra Network S.A.

DEMONSTRAÇÕES CON BALANÇOS PATRIMONIAIS Passivo e patrimônio líquido Passivo circulante Ativo Ativo circulante Caixa e equivalentes de caixa Fornecedores Contas a receber de clientes e outros 982 459 232 Obrigações trabalhistas 962 415 373 150 Despesas antecipadas Passivo de arrendamento - Direito de uso 254 Outras contas a pagar Outros ativos Ativo não circulante 29.853 58.066 Impostos diferidos Passivo de arrendamento - Direito de uso Aplicações financeiras - Caução aluguel Impostos a recuperar 265 Patrimônio líquido Capital social 687 1.274 Prejuízos acumulados

Total do passivo e patrimônio líquido 27.711 55.339 38.942 75.313

Depósitos judiciais Imobilizado Intangível Total do ativo com sede à Rua Ceará, 470, na cidade e Estado de São Paulo. A Companhia tem como atividade preponderante a venda de publicidade online em websites de conteúdo próprio evenda de serviços de publicidade para terceiros. Os websites de propriedade da Companhia são: Baixaki, Click Jogos, Tecmundo, Voxel, Mega Curioso. The Brief e Minha Série. A Companhia também realiza a prestação de Curioso, Tile Dine e Willia Seine. A Companina alimenti realiza a presalação de serviço de construção de websites de conteúdo difin da comercialização da produção de conteúdo digital e produção de vídeos para publicidade. Em resposta ao resultado do último exercício, a Administração adotou um plano estratégico para reverter o prejuízo e fortalecer a sustentabilidade financeira da Companhia para reverter o prejuzzo e intraiecer a sustentaminaten annanteniar du accompanina ao longo de 2025. Entre as principais iniciativas, destaca-se a intensificação da produção de vídeos e conteúdos exclusivos, com o objetivo de ampliar o engajamento da audiência e ofertar soluções mais segmentadas, alinhadas às tendências de mercado. Adicionalmente, iá está vigente um controle mais rigoroso sobre os custos variáveis e fixos, garantindo maior eficiência na allocação de recursos e na gestão financeira. Além disso, foi revisada a forma de análise da margem dos projetos, adotando uma visão mais integrada ao negócio. Essa abordagem permitirá um controle mais preciso dos custos variáveis de cada projeto e dos custos fixos gerais da Companhia de maneira unificada, viabilizando ajustes e tratégicos para otimizar despesas e melhorar a rentabilidade operacional. Tais medidas têm como propósito aprimorar a eficiência operacional, fortalecer a competitividade da Companhia e impulsionar a recuperação dos resultados financeiros de 2025 e próximos períodos. 2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: 2.1. Declaração de conformida de: As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), 2.2. Base de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 2.3. Resumo das principais práticas contábeis: O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue: 2.3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, com liquidez imediata,e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. 2.3.2. Contas a receber de clientes: São demonstradas pelos valores nominais das notas fiscais, acrescidos de variação cambial e ajustados ao valor presente até a data do balanço, quando aplicável. A provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber de clientes. 2.3.3. Imobilizado: Estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação acumulada e perda De 31 a 60 dias nor redução ao valor recuperável, quanto aplicável. A depreciação desses ativos pinicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida úti estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seia integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente, 2.3.4. Arrendamentos: Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento, sendo registrados no momento inicial como ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental, confor-me NBC TG 06/R3 - "Arrendamentos". 2.3.5. Intangível: Ativos intangíveis ad-quiridos com vida útil definida, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamen te.Os ativos intangíveis adquiridos com vida útil indefinida são registrados ao valor justo apurado na data de aquisição, deduzido das perdas por redução ao valor justo apurior in data de adjustado, jeduziro de perdas por le una valor recuperável. i) Agio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill):
O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) resultante de uma com-

binação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio,

líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de

(goodwill) é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Compa-

nhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das siner-

gias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio por expec-tativa de rentabilidade futura (goodwill) foi alocado são submetidas anualmente a

teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente,

aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de

seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio por expec-tativa de rentabilidade futura (goodwill) é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos

subsequentes, 2.3.6. Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment):

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais

ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal

indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar

o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. 2.3.7. Outros ativos e passi-

vos circulantes e não circulantes: São demonstrados ao valor de custo ou re-

alização, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes rendimentos e va-riações monetárias ou cambiais auferidos. 2.3.8. Contas a pagar a fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são demonstradas pelos

valores nominais de aquisição do produto adquirido ou do serviço recebido,

acrescidos de variação cambial e ajustado a valor presente até a data do balanço, quando aplicável. 2.3.9. Provisões: As provisões são reconhecidas para obriga-

ções presentes (legal ou constituída) resultante de eventos passados, em que

seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja prová-

vel. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações

todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão

todos os berieficios economicos requentos para a injuntação de um provisados asos esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensu-

rado de forma confiável. 2.3.10. Apuração do resultado: O resultado é apurado

pelo regime de competência. 2.3.11. Reconhecimento da receita: A receita é

pero regime de competencia. 25.11. Recomercimento de recetar. A recetar ex-mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações

concedidos ao comprador e outras deduções similares. Prestação de serviços:

A receita de serviços prestados é reconhecida quando todas as seguintes condi-

Artecta de serviços pesados e recumentos quanto dosa as seguintes conti-ções forem satisfeitas: • A proporção dos serviços executados até a data do ba-lanço puder ser confiavelmente mensurada; • As despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente

mensuradas; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e • É provável que os beneficios econômicos associados à transação fluam para a entidade. Mais especificamente, a receita de prestação de serviços é reconhecit ad quando os serviços são prestados de acordo com suas ordens de serviços elou contratos. 2.3.12. IR e CS: A despesa com o IR e CS representa a soma dos im-

postos correntes e diferidos, sendo: Impostos correntes; A provisão para IR e

CS está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro

tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributá-

veis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para IR e CS é calculada

com base nas aliquotas vigentes no fim de cada período do relatório. Impostos diferidos: Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporá-

rias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos re-

conhecidos nas demonstrações contábeis individuais e as bases fiscais corres-

pondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuizos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reco

nhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferi-

dos ativos são reconhecidos sobre todas as diferencas temporárias dedutíveis

dus ativos sad recominedous soute todas so unierriquas emplorarias dedutiveis, appenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam

ser utilizadas, ou até mesmo quando possui uma projeção de resultado positiva para os próximos períodos, 2.3.13. Estimativas contábeis: As estimativas con-

tábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julga

apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despes

equeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, consi-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÁS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A No Zebra Network S.A. é uma sociedade anônima riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, vida útil do ativo imobilizado e intangível e de capital fechado constituída em 01.02.2002, de acordo com as leis brasileiras, valor justo dos instrumentos derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente. **2.3.14. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto po ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acres cidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis a aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. 2.3.15. Novas normas e interpretações: As normas e interpretações novas e alteradas que estão em vigência a partir de 01.01.2024 não trouxeram impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia. A Administração avaliará no ano de 2025 os possíveis impactos, caso aplicável à Companhia. 3. Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de

Depósitos bancários	27 170
Aplicações financeiras (a)	4.736 8.428
Total	4.763 8.598
a) São representadas por: (i) aplicações em Certificado de	Depósito Bancário
CDB), e operações compromissadas com debêntures, ambo	s remunerados em
aproximadamente 100% da variação de taxa de juros do Certi	ficado de Depósito

Interbancário (CDI); e (ii) Fundo de Investimento com liquidez diária com remu neração aproximada de 100% da taxa de juros do Certificado de Depósito Inter bancário (CDI). As aplicações possuem liquidez imediatas, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor 4. Contas a receber de clientes e outros Clientes - Internacional 26 256 Provisão para perdas esperadas para crédito

de liquidação duvidosa (a)

Curto prazo

(a) Para a constituição de provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa no exercício, foram realizadas análises individuais, principalmente dos clientes com títulos vencidos acima de 360 dias. Em consequência dessa análise, a Administração concluiu sobre a necessidade de provisão nas demonstrações contábeis no montante de R\$133 (R\$ 224 em 31.12.2023). O saldo de contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

De 61 a 90 dias	-	21
De 91 a 180 dias	9	144
De 181 a 360 dias	8	105
Acima de 361 dias	203	398
Total vencidos	291	704
Total	3.819	7.409
A movimentação da provisão para perdas esperadas para crédito	os de liqu	idação
duvidosa está composta por:		
Saldo em 31.12.2022		487
(+/-) Adições/baixa líquidas		(262)
Saldo em 31.12.2023		224
(+/-) Adições/baixa líquidas		_(91)
Saldo em 31.12.2024		133
5. Impostos a recuperar:	2024	2023
PIS a recuperar	29	1
COFINS a recuperar	134	4
INSS a compensar (a)	107	821
IRPJ/CSLL - Saldo negativo	10	119
IRPJ/CSLL - Pagamento a maior	3	1
Exclusão ISS base PIS e COFINS (b)	158	147
Exclusão PIS e COFINS da própria base (c)	1.032	957

1.473 2.066

Longo prazo
(a) A Companhia contratou nos meses de abril e setembro de 2020, um trabalho
de consultoria tributária realizado pela empresa AFL Consultores Associados,
para levantamento de créditos previdenciários, onde foram identificadas oportu-1.190 1.104 nidades para aproveitamento/compensação dos valores pagos de INSS entre os anos de 2015 e 2020 sobre a verba de terceiros (Sistema S), visto que existe um limite do teto de contribuições a terceiros, em 20 salários-mínimos. Com a apre-sentação pelos Consultores de legislações e decisões favoráveis, junto à emissão de opinião legal (legal opinion) da Noce & Jabur Advogados Associados sobre o tema, a Administração optou pelo reconhecimento do crédito. Houve atualização do trabalho nos periodos de 2022 e 2023 considerando as mesmas rubricas e seguindo a jurisprudência vigente. Contudo, em 2024 o STJ pac a matéria de forma desfavorável aos contribuintes, levando à reversão dos créditos ainda não utilizados e sem decisão positiva. O saldo residual apresentado no meio do PERDCOMP Web à Receita Federal, transmitido em 2019, que permanece em processamento pelo referido órgão; (b) A Companhia impetrou mandado de segurança com pedido de medida liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário decorrente da inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e CO-FINS, para o qual teve decisão favorável com respectivo processo de mandado de segurança cível (120) nº 5015534-09 2020 4 03 6100, assinado eletronicade segurança avea (120) in 30 (3034-09.2020.403.6100, assinado detiriolidamente em 17 de agosto de 2020. Do período de vigência da medida liminar a Companhia realizou o reconhecimento no curto prazo do crédito de agosto de 2020 a dezembro de 2022 no montante de R\$ 195.604,93, compensados no primeiro trimestre de 2023; Para compensação dos valores residuais a Companhia está aguardando posicionamento definitivo do STF sobre o tema; e (c) Do perío-do em trânsito em julgado, a Companhia realizou o reconhecimento no longo prazo do crédito dos períodos de fevereiro de 2018 a julho de 2020 no montante de R\$ 129.711.99, com atualização de saldo pela SELIC mensal, mas sem pos sibilidade de compensação até a sentença. Em 2024 houve tese proposta e fixação do tema de repercussão geral com novos votos, mas o julgamento foi suspenso sem que se tenha por enquanto a decisão final. Acerca de ação judicial periso sem que se terma por insiquanto a decisaci mian. Aceta de expa judicia pleiteando a exclusão do PIS/COFINS na Própria Base, a qual teve sentença fa-vorável proferida em setembro de 2022 pelo Supremo Tribunal Federal, a Companhia realizou o reconhecimento do crédito tributário dos períodos de janeiro de derando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou 🛮 2016 a maio de 2022 no montante de R\$ 759.767,35, sendo pela sentença pro 2010 a maio de 2022 lo monitale de l'A 33.701.30. es anto pera sentena pio cedente prolatada no período, não permitida a compensação, também pela au sência de liminar defenda. Em 2023, houve o reconhecimento complementar do crédito tributário dos períodos de maio de 2022 a fevereiro de 2023 no montante de R\$134.399,68 atualizados, sendo reclassificados ao curto prazo o montante de R\$75.116,09 relativos à vigência da medida liminar, os quais foram integralfoi iniciado, mas houve decisão desfavorável no processo e, seguindo uma abor dagem conservadora, a Companhia não irá beneficiar-se do indébito na própria base a partir de novembro de 2024 até que uma nova movimentação favorável ocorra. **6. Imobilizado:** O imobilizado é composto por:

			2	024		2023	P
	Taxas de		Depre	ciação			В
	depreciação	Custo	acun	nuláda	Líquido	Líquido	
Instalações	20%	12		(12)	-	-	Α
Máquinas, equipamen-							R
tos e computadores	20%	1.796	((1.507)	289	424	D
Móveis e utensílios	10%	412		(344)	68	106	Р
Benfeitorias em imóveis	3						В
de terceiros	33%	1.213	(1.161)	52	239	B S
Direitos de uso imóvel							13
arrendado (CPC 06) -							J
Nota explicativa nº 10	33%	739		(461)	278	505	D
Total		4.171		3.484)	687	1.274	Α
A movimentação do imo	obilizado está	demons	trada a s	seguir:			0 P
	Máqu	ıinas,		Benf	ei-		Р
	eq	juipa- N	/lóveis				0
	mer	ntos e	е	imóve	eis		T
	Insta- com	puta-			ei- Direi		(i
	lações (dores	sílios		os de us		е
Saldo em 31.12.2022	.	510	132			<u>1.748</u>	S
Adições	-	93	1		40	- 133	re
Baixas	-	(9)	-		(2)	- (11)	d
Depreciação		(170)	(27)	(21			Α
Saldo em 31.12.2023		424	106		<u>39</u> 50		a
Adições	-	29	3		23 7	78 133	S

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	16	_14.333	17.473
(-) Custo dos serviços prestados	17	(12.238)	(11.453)
Lucro bruto		2.096	6.020
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas comerciais	17	(933)	(743)
Despesas gerais e administrativas	17	(6.113)	(9.355)
Outras (despesas) receitas líquidas	18	(27.065)	911
Prejuízo operacional antes do resultado fina	nceiro	(32.016)	(3.167)
Receitas financeiras	19	978	745
Despesas financeiras	19	(54)	(361)
Variação cambial, líquida	19	19	(55)
Prejuízo antes do IR e CS		(31.073)	(2.838)
(-) IR e CS - Corrente	20	32	(46)
Prejuízo do exercício		(31.041)	(2.885)

ver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. **7.Intangível:** O intangível é comzação Impair-Taxas de

r		zação	Custo	acumulada	ment (e)	2024	2023	
-	Ágio - goodwill (a)	-	189.118		(165.444)	23.673	49.852	F
l,	Domínios de				,			,
à	internet (b)	-	2.025	-	-	2.025	2.025	A
0	Software (c)	20%	1.696	(1.635)	-	61	574	ı
•	Marcas e patentes	-	78	` -	-	78	78	1
a	Pesquisa e desen-							A
S	volvimento (d)	-	6.716	(4.843)	-	1.874	2.810	r
-	Total		199.633	(6.478)	(165.444)	27.711	55.339	6
е	(a) Ágio por expecta	tiva de re	ntabilidad	le futura prove	eniente da	aguisição	o de con-	(
	trole da Companhia	pela Vila	Isabel P	articipações	Ltda. o qua	al foi inc	orporado	(
	pela No Zebra Netw	ork S.A. e	m 05.01.2	2015 e está ar	oresentado	pelo val	or líquido	(
	do impairment; (b) F	Refere-se	a gastos o	com registros	dos domín	ios dos v	websites,	5

mente para impairment; (c) Registro dos Softwares adquiridos de terceiros que são amortizados pelo prazo de licença definido em contrato; e (d) Em 2023, os projetos que integram o ativo intangível de Pesquisa e Desenvolvimento desde 2022 são o Novo Tecmundo, focado na experiência mobile-first e ampliação de conteúdos comerciais e o Novo Click Jogos, visando maior rentabilidade e competitividade através da atualização de acervos e implementação de novos formatos vendáveis. Além disso, em 2023, houve o desenvolvimento de novos proje tos, sendo eles o Novo Mega Curioso e Novo Baixaki. Ambos contam com a alocação de recursos para o desenvolvimento de plataformas tecnológicas, visando aprimorar a experiência do usuário e fortalecer as marcas no mercado, de modo a atender o contexto *mobile-first*. Isso envolve a reformulação completa da aplicação substituindo tecnologias como ASP dássico por Node e React. Em 2022, iniciou-se a amortização dos projetos com o acompanhamento de business plan do retorno com benefícios futuros e que teve continuidade para 2024. A movimentação do intangível está demonstrada a seguir

Mar- Domí-

cas e nios de Pes- Ágio

Movimento do		paten-	inter-	quisa e	Goodwill	
intangível	Softwares	tes	net (i)	desenv.	(ii)	Total
Saldo em						
31.12.2022	986	78	2.025	3.225	49.852	56.166
Adições	100	-		1.889	-	1.989
Baixas	-	-	-	(10)	-	(10)
Amortização	(512)	-	-	(2.294)	-	(2.806)
Saldo em						
31.12.2023	574	78	2.025	2.810	49.852	55.339
Adições		-	-	-		-
Baixas					(26.178)	(26.178)
Amortização	(513)			(936)		(1.449)
Saldo em						
31.12.2024	61	78	2.025	1.874	23.674	27.711
(i) Reconhecido IR	e CS diferid	os sobre	a mais	valia dos	domínios d	le interne
uma vez que sua	dedutibilidad	le somei	nte ocorr	erá na re	alização d	o saldo;
(ii) Ágia par avpagt	ativa da ranta	hilidada	futuro pr	ovonionto	مزمزینم مام	ão do con

(ii) Ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente da aquisição de controle da Companhia pela Vila Isabel Participações Ltda, o qual foi incorporado pela No Zebra Network S.A. em 05.01.2015. A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01/ IAS 36 - "Redução ao valor recuperável de ativos", caso exista evidências claras eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. As principais pre-missas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas a seguir: • Menor nível de unidade geradora de caixa: no caso a operação da própria Companhia; · Valor recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados; e • Apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda. Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais realizados. Para o exercício de 2024 o estudo de realização do ágio foi atualizado, e a Empresa identificou a necessidade de constituição de provisão para *impairment* no montante de 26.178, refletindo a estimativa do valor recuperável 8. Fornecedores:

Nacional	010	001	
Internacional	47	92	
Total	720	923	
Os fornecedores referem-se, principalmente, aos gastos com hosp	edagen	n, con-	
teúdo, tecnologia, projetos e plataforma dos websites. O prazo m	édio de	paga-	
mento aos fornecedores é de 30 dias.			
9. Obrigações trabalhistas:	2024	2023	
Provisão de férias	546	664	
Provisão para encargos de férias	78	94	
INSS a recolher	82	161	
FGTS a recolher	61	63	
Total	767	982	
10. Impostos e contribuições:	2024	2023	
PIS a recolher		8	
COFINS a recolher	-	33	
ISS a recolher	129	236	
IRRF	146	148	
Outros	Q۵	3/	

11. Passivo de arrendamento - Direito de uso: Em 2021, a Companhia firmo um novo contrato de arrendamento de imóvel até junho de 2024, pela mudanca da sede em São Paulo. Em 2024, houve atualização do cálculo em virtude de extensão do contrato até junho de 2027, mantendo a taxa incremental de 28,32% para o contrato de São Paulo.

Movimentação do passivo de arrendamentos:	
Provisão a pagar de arrendamento mercantil	2023 2022
Provisão com arrendamento mercantil	670 1.509
Ajuste a valor presente	(193) (444)
Total	479 1.065
Passivo circulante	150 232
Passivo não circulante	328 833
Total	479 1.065
O cronograma de pagamento das parcelas do passivo de conforme segue:	arrendamento,
·	31/12/2024
2025	280
2026	260
2027	130
Total	670
Movimentação do passivo de arrendamento:	
Saldos em 31.12.2022	1.304

dições		
eduções por mudança de taxa incremental		
espesas com juros		30
agamentos		(544
aixas por encerramento de contrato		,
aldo em 31.12.2023		1.06
dições		319
eduções por mudança de taxa incremental		
espesas com juros		250
agamentos		(249
aixas por encerramento de contrato		(907
aldo em 31.12.2024		479
2. Outras contas a pagar:	2024	202
CP a pagar		1.310
videndos Santa Tereza (i)	-	478
diantamentos de clientes e diversos	12	410
utras obrigações	25	2
ovisão auditoria/consultoria(ii)	101	3.23
	CE A	40

Iotal
(i) Dividendos históricos e Juros sobre Capital Próprio com pagamento efetuado em 20/24. (ii) Raiva contábil dos cales e de compagamento efetuado em 20/24. (iii) Raiva contábil dos cales e de compagamento efetuado em 20/24. (iii) Raiva contábil dos cales e de compagamento efetuado em 20/24. (iii) Raiva contábil dos cales e de compagamento efetuado em 20/24. (iii) Raiva contábil dos cales e de compagamento efetuado em 20/24. (iii) Raiva contábil dos cales e de compagamento efetuado em 20/24. (iii) Raiva contábil dos cales e de compagamento efetuado em 20/24. (iii) Raiva contábil dos cales e de compagamento efetuado em 20/24. (iii) Raiva contábil dos cales e de compagamento efetuado em 20/24. (iii) Raiva contábil dos cales e de compagamento efetuado em 20/24. (iii) Raiva contábil dos cales e de compagamento efetuado em 20/24. (iii) Raiva contábil dos cales e de compagamento efetuado em 20/24. (iii) Raiva contábil dos cales e de compagamento efetuado em 20/24. (iii) Raiva contábil dos cales e de compagamento efetuado em 20/24. (iii) Raiva contábil dos cales e de contábil dos cales e de compagamento efetuado en 20/24. (iii) Raiva contábil dos cales e de contabil do cales e de contabil dos cales e de contabil do em 2024; (ii) Baixa contábil dos valores de provisão de honorários mensais HIG sem reflexo de pagamentos. A baixa ocorreu em razão da revisão dos critérios de reconhecimento da obrigação, considerando a ausência de exigibilidade futura dos montantes registrados. 13. Provisões para riscos fiscais e trabalhistas. sos passivos em que a probabilidade de perda é provável. Em 31.12.2024 e 2023, a entidade não possuía nenhum processo classificado como de perda provável, portanto não constituiu provisões nas demonstrações contábeis individuais. Em 31.12.2024, com base no parecer de seus assessores jurídicos, não

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTA	AÇOES DO P	ATRIMONIO L	IQUIDO
	Capital	Prejuízos	Patrimônio
	social	acumulados	líquido
Saldos em 31.12.2022	56.840	(15.528)	41.312
Prejuízo do exercício		(2.885)	(2.885)
Saldos em 31.12.2023	56.840	(18.413)	38.427
Prejuízo do exercício		(31.041)	(31.041)
Saldos em 31.12.2024	56.840	(49.454)	7.386
existem contingências classificadas co	omo riscos de	perda possível	(R\$ 1.889 em
31.12.2023). A movimentação da prov			
sequir:		3	
Saldo em 31.12.2022			3
(+) Adições			
(-) Reclassificação			-
(-) Baixas			(3)
Saldo em 31.12.2023			
(+) Adições			
(-) Reclassificação			-
(-) Baixas			
Saldo em 31.12.2024			
14. Impostos diferidos: Os imposto montantes:	s diferidos sã	io compostos o	dos seguintes
Amortização do ágio para fins fisca	ie	31/12/2024	31/12/2023
Saldo ágio decorrente		01/12/2024	01/12/2020
da incorporação reversa Vila Isabe	el	83.602	83.602
Amortização do ágio em 2015 a 2019		(83,602)	(83,602)
Saldo a amortizar		(***********	(
Alíguotas vigentes		34%	34%
IRPJ e CSLL diferidos às alíquotas	viaentes	28.425	28,425
Total IRPJ e CSLL diferidos	J	28.425	28.425

saldo dos impostos diferidos, serão mantidos e sem variação, até a realiz do saldo de ágio. 15. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31.12.2024, o capital social subscrito e integralizado tem o valor de R\$ 56.839 e está repre-sentado por um total de 1.500.000 ações pertencentes da Manaslu Brasil Partners IK - FIP. b) Reserva de capital: A referida reserva, poderá ser utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucro; (ii) resgate, reembolso de compras de ações; (iii) resgates de partes beneficiárias; e (iv) incorporação ao capital social. c) Reserva de lucros: c.1) Reserva legal: O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados na constituição da reserva legal, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por ações, até o limite de 20% do capital social integralizado. c.2) Reserva de retenção de lucros: Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Acões, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar capital social; atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação de excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. d) Dividendos: De acordo com o Estatuto Social, aos acionistas é assegurado um divi denidos. De acordo com o estatuto sociar, aos acomisais e assegurado um um-dendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercicio. Por deliberação da Administração, a Companhia poderá elaborar balanços e demonstrações contábeis em periodicidade semestral, bimestral,trimestral ou mensal, e distribuir os lucros intercalares. Não foram distribuídos dividendos durante os exercícios de 2023 e, em 12.06.2024, foram distribuídos os saldos de dividendos remanescentes po yelor de R\$ 478 da "Santa Teresa" incorporada em 30.04.2021

2023 6, 6111 12.00.2024, 1014111 013011001003 03 341003 06 011106	1100316111	an636611-	A Com					
tes no valor de R\$ 478 da "Santa Teresa", incorporada em 30.04.2021.								
16. Receitas:	2024	2023	recebe					
Serviços prestados - Mercado interno	9.617	13.932	II) Con					
Serviços prestados - Mercado externo	6.162	5.849	equival					
Cancelamento de serviços	(71)	(408)	de exp					
Total receita operacional bruta	15.708	19.374	aceitos					
Impostos sobre vendas (a)	(1.375)	(1.900)	como o					
Receita operacional líquida	14.333	17.473	base er					
(a) Os impostos e contribuições incidentes sobre a receita são	PIS, COF	INS, ISS	pela Ad					
e CPRB. 17. Informação sobre a natureza das despesas	reconhe	cidas na	manter					
demonstração do resultado: A Companhia apresentou a de	monstrac	ão do re-	posiçõe					
sultado utilizando uma classificação das despesas basead			Compa					

ção do resultado são apresentadas a seguir

Despesa com pessoai (*)	11.25/ 10.514
Conteúdo, plataforma e hospedagem	1.982 1.865
Serviços de terceiros	1.747 4.182
Publicidade/marketing	896 349
Projetos	525 -
Infraestrutura	151 240
Aluguel	16 78
Viagens e eventos	319 315
Impostos e taxas	9 129
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	309 139
Depreciação e amortização	1.878 3.405
Outros	194 335
Total	19.283 21.551
Custo dos serviços prestados	12.238 11.453
Despesas comerciais	933 743
Despesas administrativas	6.113 9.355
(*)Inclui salários, benefícios e encargos.	
18. Outras receitas (despesas) líquidas:	2024 2023
Créditos previdenciários	(796) 831
Impairment sobre ágio (Nota Explicativa nº 7)	(26.178) -
Outras receitas	- 87
Outras despesas	(91)(7)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	(27.065) 911
19. Receitas e despesas financeiras:	
Receitas financeiras: Receitas de aplicações financeiras	714 662
Juros SELIC sobre créditos previdenciários -	
INSS (2015 a 2019)	- 56
Outras receitas	<u>264 (27)</u>
Total	978 691
Despesas financeiras: Encargos financeiros	(23) (330)
Despesas bancárias	(13) (11)
IOF	(18) _(20)
Total	(54) (361)
Variação cambial, líquida: Variações cambiais ativas	87 97
Variações cambiais passivas	(68) (152)
Total variação cambial, líquida	<u>19</u> <u>(55)</u>
Resultado financeiro	943 329
20. Resultado do IRPJ e CSLL:	2024 2023
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(4.863) (2.859)
(+) Adições	5.841 5.751
(-) Exclusões	(6.615) (5.985)
Resultado tributável	(5.637) (3.093)
Compensação 30% saldo prejuízos/base negativa	
Alíquotas vigentes	- 34%
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes (a)	
(a) Ao longo do ano de 2024 não houve constituição de Impos	sto de Renda Pes-

soa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) face a apresentação de prejuízo fiscal. Esse resultado foi impactado, principalmente, por despesas sem efeito caixa, como depreciação e amortização de projetos de pesquisa e desenvolvimento. 21. Cobertura de seguros (não auditado): Considerando a natureza das atividades da Companhia e relevância dos itens do ativo imobilizado, a Companhia adota a política de contratar cobertura de seguro parcial para os seus bens do imobilizado. Adicionalmente, a Companhia contrata seguros para a proteção dos imóveis alugados para o desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de cumprir com o acordado no contrato de locação. Em 31.12.2024, a cobertura de seguros contra incêndio, danos materiais, roubo/furto e lucros cessantes é de R\$1.700(R\$1.520 em 31.12.2023). O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender as suas necessidades operacionais. A Companhia entende que não está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa em derivativos ou qualquer outro instrumento de risco. Instrumentos financeiros: Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros se aproxima a seu valor de mercado em razão de suas características e condições comerciais pactuadas. Em 31.12.2024, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: Caixa e bancos: está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil; · Aplicações financeiras: está representado por certificados de depósitos bancários, classificados como disponíveis e recebíveis e apresentam valor justo aproximado do seu valor contábil; • Contas a receber: são classificados como recebíveis, apresentadas pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento desses instrumentos; • Fornecedores: são classificados como outros passivos, apresentados pelo valor de custo amortizado. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de venci-mento desses instrumentos. **Gestão de risco financeiro**: Os fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia não a expõem aos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia, através de monitoramento e gerenciamento dos impactos financeiros no fluxo de caixa. I) Concentração de risco de mercado: O risco de mercado é o CRC PR-011.979/F-1

Prejuízo antes do IR e CS	<u>(31.041)</u>	(2.838)
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa		
aplicado nas atividades operacionais		
Depreciação	(217)	3.214
Amortização dos direitos de uso - IFRS 16	(1.357)	188
Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas		
para créditos de liquidação duvidosa	(91)	(262)
Reversões de Contas a Receber	` -	` -
Resultado da incorporação	190	-
Outras provisões	(152)	(3)
Baixa líquida de imobilizado e intangível	(177)	21
Baixa líquida de direitos de uso	(55)	_
Despesas de juros sobre arrendamentos	907	305
Baixas de contratos e reduções por taxa incremental (IFRS 16)		
Provisão para impairment de intangível (ágio)	26.178	
1 Toviodo para impairmont de intangivor (agio)	(5.402)	625
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(0.402)	
(+/-) Contas a receber	3.409	1.684
(+/-) Impostos a recuperar	593	(411)
(+/-) Despesas antecipadas	161	(97)
(+/-) Outros ativos	(17)	150
		596
(+/-) Fornecedores	(203)	
(+/-) Obrigações trabalhistas	(215)	(173)
(+/-) Impostos e contribuições	(00)	(142)
(+/-) Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	(86)	(000)
(+/-) Outras contas a pagar	181	(899)
(+/-) IR e CS	(39)	(46)
(=) Caixa líquido gerado (aplicado)		
nas atividades operacionais	(1.618)	1.288
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e outros	(134)	(134)
Aquisição de intangível		(1.989)
(=) Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(134)	(2.123)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamento direito de uso	(295)	(544)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(1.788)	
(=) Caixa líquido (aplicado) das atividades de financiamento	(2.083)	(544)
(=) Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.835)	(1.379)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	8.598	9.977
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	4.763	8.598
(=) Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.835)	(1.379)
risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um ins	trumento	financei-
ro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os p		
englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambi		
Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado inclu		
receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financ		
recesser e empresamos a pagar, depositos, instrumentos inant	0111001110	

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2024 2023	
s a receber - US\$	26 53	
cedores - US\$	4719	
	73 72	
npanhia gerencia o risco mantendo uma carteira eq	quilibrada entre contas a	
er e fornecedores a pagar sujeitos a taxas fiz	xas e taxas variáveis.	
ncentração de risco de crédito: O risco de cré	dito decorre de caixa e	
alente de caixa, denósitos em hancos e instituições	s financeiras, bem como	

ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos Em 31.12.2024, a Companhia possuía os seguintes ativos/passivos denomina

de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras são aceitos títulos de entidades classificadas pela Administração da Companhia como de primeira linha. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com limites estabelecidos pela Administração. III) Risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e a capacidade de liquida posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende linhas de créditos não utilizadas, caixa e equivalentes de caixa. 23. Transações não envolvendo o caixa: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros aos quais a Companhia entende que não está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional 24. Aprovação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão em 22.04.2025. DIRETORIA

Thiago Missiaggia Cruz - Presidente Renata Narciso Brondino - Diretora/Contadora - CRC 272884/O-8 RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **No Zebra Network S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da No Zebra Network S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2024, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da No Zebra Network S.A. em 31.12.2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança,mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os se causada por fraude ou erro, planeiamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria adultion en responsa a lais riscos, ben como douverno evderica de adultiona apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro. já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; · Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia: • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pel razballidade de Sallidados Collabers e l'espectivas intrigações telas peia Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatóri manterem em continuidade operacional; e · Avaliamos a apresentação geral a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações

Auditoria e Consultoria Ltda.

Ricardo Engel Contador CRC 1PR-052.941/O-5

significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos

Polícia Civil investiga banqueiros envolvidos em fraude milionária

Uma operação da Polícia Civil de São Paulo deflagrada na quarta-feira (23) investiga banqueiros e executivos suspeitos de estelionato, lavagem de dinheiro e organização criminosa. A operação recebeu o nome de Floresta Devastada.

Entre os alvos desta ação policial estão os irmãos banqueiros Nelson Nogueira Pinheiro e Norberto Nogueira Pinheiro, que teriam dado calotes em clientes. A suspeita é de que os irmãos tenham desviado o dinheiro de clientes para offshores [geralmente empresas abertas em paraísos fiscais], sem que esses recursos tenham

sido devolvidos. A Agência Brasil não conseguiu contato com a defesa dos investigados.

Inicialmente, as investigações apontaram para uma possível prática de estelionato por parte da instituição financeira. Depois, apurou-se que essa empresa teria tentado se valer de um pedido de recuperação judicial fraudulento para se blindar contra credores e ainda tentar proteger um grande volume de bens estimado em centenas de milhões de reais.

A operação, informou a Polícia Civil, também identificou um

sofisticado esquema de movi-

mentações patrimoniais, possivelmente voltadas à lavagem de dinheiro, o que incluía o uso de empresas de fachada e de bens mantidos em paraísos fiscais. A Justiça determinou ainda

o bloqueio de cerca de R\$ 500 milhões dos investigados e autorizou o arresto de imóveis de alto padrão para evitar que eles possam ser vendidos. A Justiça também autorizou que, durante a operação, fossem coletados documentos, dispositivos eletrônicos, valores em espécie, obras de arte, joias e veículos de luxo dos investigados. (Agência Brasil)

do Alzheimer A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) apro-

vou o registro do medicamento Kisunla (donanemabe), indicado para o tratamento de comprometimento cognitivo leve e demência leve associados à doença de Alzheimer. Segundo a entidade, trata-se de um anticorpo monoclonal que se liga a uma proteína chamada beta-amiloide.

'Na doença de Alzheimer, aglomerados de proteína betaamiloide formam placas no cérebro. O donanemabe atua ligando-se a esses aglomerados e reduzindo-os, retardando assim a progressão da doença", explica por até 72 semanas. "Na semana 76 do estudo, os a Anvisa.

Ainda de acordo com a agênpacientes tratados com donane-

cia, o donanemabe foi avaliado em estudo envolvendo 1.736 pacientes com doença de Alzheimer em estágio inicial, que apresentavam comprometimento cognitivo leve, demência leve e evidências de patologia amiloide.

Anvisa aprova medicamento

para retardar avanço

O estudo analisou alterações na cognição e na função cerebral dos pacientes. Eles receberam 700 miligramas (mg) de donanemabe a cada quatro semanas nas três primeiras doses e, em seguida, 1.400 mg a cada quatro semanas (para 860 pacien-

tes) ou placebo (uma infusão simulada para 876 pacientes),

clínica menor e estatisticamente significativa na doença de Alzheimer em comparação aos pacientes tratados com placebo", destacou a Anvisa.

mabe apresentaram progressão

Contraindicação O uso de donanemabe é con-

traindicado em pacientes que estejam tomando anticoagulantes, incluindo varfarina, ou que tenham sido diagnosticados com angiopatia amiloide cerebral (AAC) em ressonância magnética antes de iniciar o tratamento. Os riscos nesses pacientes, segundo a agência, são considerados maiores que os benefícios. (Agência Brasil)

Jornal O DIA SP Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes As integras dessas publicações encontram-se disponíveis no site

alner 🖊

ALPER CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.

100% das quotas representativas do capital social da Ducais Corretora de Seguros Ltda., uma corretora com sede em Belo Horizonte (MG) possui uma longa trajetória em consultoria e pós-venda, com foco em gestão de saúde, apoio especializado

colaboradores altamente capacitados e registrou mais de R\$ 50 milhões em prêmios emitidos em 2024. • Em 4 de feve

de 2025, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de 100% das quotas representativas do capital social da

Brasil. Companhia com sede em Santos (SP) e presença em cinco regiões estratégicas, a De Caprio acumula uma trajetória

capital social da Humani Corretora de Seguros Ltda., com sede em Osasco (SP). • Em 26 de fevereiro de 2025, a Companhia

aipei					DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E	CONSOLIDADA	AS EM 31 DE	DEZEMBRO	DE 2024	
alta performance em seguros		Balanços pa	trimoniais ei	m 31 de dezemb	oro de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais)					
	Contro	ladora	Cons	olidado			oladora	Conso		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Ativo Circulante					Passivo Circulante		·			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	281	110	399	1.035	Fornecedores (Nota 11)	18.530	14.089	18.813	14.964	
Títulos e valores mobiliários (Nota 3)	55.524	14.453	74.221	32.149	Obrigações trabalhistas (Nota 12)	33.378	32.308	49.062	45.939	Re
Caixa restrito (Nota 3)	1.352	590	46.333	5.383	Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 13)	280	-	2.256	2.030	Se
Contas a receber (Nota 4)	122.335	83.364	136.081	L 92.287	Outras obrigações tributárias (Nota 14)	18.792	12.571	20.112	13.921	De
Impostos a recuperar (Nota 5)	8.137	8.867	9.387	11.245	Dividendos a pagar	-	68	-	68	Re
Outros recebíveis de partes relacionadas (Nota 6)	6.678	3.855			Outras contas a pagar com partes relacionadas (Nota 6)	11.219	8.993	-	-	Re
Outros ativos	5.478	6.423	7.683	7.544	Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 7.1)	101.318	90.344	101.718	90.711	D
	199.785	117.662	274.104	149.643	Arrendamento mercantil (Nota 16)	6.240	5.599	6.240	5.754	In
					Prêmios e sinistros a pagar (Nota 17)	-	-	42.266	4.738	In
					Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	94.690	18.114	94.690	18.114	Se
					Outros passivos	957	810	5.371	6.937	0
						285.404	182.896	340.528	203.176	0
Ativo não circulante					Passivo não circulante					Pe
Impostos a recuperar (Nota 5)	1.330	1.609	10.921	l 11.519	Fornecedores (Nota 11)	746	672	1.156	672	D
Contas a receber (Nota 4)	14.767	4.448	14.767	4.448	Outras obrigações tributárias (Nota 14)	10.394	1.748	10.506	1.909	In
Outros recebíveis de partes relacionadas (Nota 6)	6.283	4.768	6.376	5.044	Provisões para demandas judiciais (Nota 15)	5.745	7.819	5.998	8.125	Re
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13)	44.345	34.668	44.119	34.635	Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 7.1)	70.367	87.057	69.967	87.057	
Depósitos judiciais (Nota 15)	2.455	1.618	2.455	1.680	Outras contas a pagar com partes relacionadas (Nota 6)	1.434	1.254	-	-	Res
Outros ativos	3.834	3.264	3.834	3.445	Arrendamento mercantil (Nota 16)	9.918	10.489	9.918	10.694	Re
	73.014	50.375	82.472	60.771	Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	140.088	32.258	140.088	32.258	De
Investimento (Nota 7)	129.751	122.743			Outros passivos	799	1.196	8.484	9.254	Re
Imobilizado (Nota 8)	7.684	5.106	7.830	5.396		239.491	142.493	246.117	149.969	0
Direito de uso (Nota 9)	13.835	14.634	13.83	14.940	Patrimônio líquido					
Intangível (Nota 10)	597.224	483.940	704.637	591.279	Capital social (Nota 20.1)	418.920	379.427	418.920	379.427	Re
	748.494	626.423	726.302	611.615	Ações em tesouraria	(16.757) -	(16.757)	-	In
	821.508	676.798	808.774	672.386	Reservas de capital (Nota 20.5)	72.234	71.261	72.234	71.261	In
					Reserva de lucro (Nota 20.4)	18.564	18.383	18.564	18.383	
					Resultado do período	3.437	-	3.437	-	Res
						496.398	469.071	496.398	469.071	Res
					Participação de acionistas não controladores	-		(165)	(187)	A
					Total do patrimônio líquido	496.398	469.071	496.233	468.884	A
Total do ativo	1.021.293	794.460	1.082.878	822.029	Total do passivo e patrimônio líquido	1.021.293	794.460	1.082.878	822.029	

	As notas explicativas são parte integrante										
Demonstrações da	s mutações do patrimônio líquido - Exe	ercícios findos en	n 31 de dezembr	o de 2024 e 20	23 - (Em milhares de r	eais)					
	Capital social (excluindo	Ações em	Reserva	Reserva	Lucro/(Prejuízo)	Total	Participação não				
	custos em emissão de ações)	tesouraria	de capital	de lucro	acumulado	Companhia	controladores	Total			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	379.427		68.065	24.927		472.419	225	472.644			
Resultado do exercício	-	-	-	(6.568)	-	(6.568)	(374)	(6.942)			
Plano de opções de ações	-	-	5.724	-	-	5.724	-	5.724			
Exercício das opções do plano de remuneração de ações	-	-	(2.528)	-	-	(2.528)	-	(2.528)			
Pagamento de dividendos a não controladores	<u>-</u>	<u> </u>		24		24	(38)	(14)			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	379.427		71.261	18.383		469.071	(187)	468.884			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	379.427		71.261	18.383		469.071	(187)	468.884			
Resultado do período					3.618	3.618	22	3.640			
Plano de opções de ações	-	-	385	-	-	385	-	385			
Aumento de capital (20.1)	39.493	-	-	-	-	39.493	-	39.493			
Recompra de ações	-	(16.757)	-	-	-	(16.757)	-	(16.757)			
Exercício das opções do plano de remuneração de ações	-	-	588	-	-	588	-	588			
Reverva legal	-	-	-	181	(181)	-	-	-			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	418.920	(16.757)	72.234	18.564	3.437	496.398	(165)	496.233			
As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras individuais e consolidadas											

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado) 1. Informações gerais: A Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Alper" ou "Companhia"), com sede social localizada A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiran na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 13º andar, São Paulo - SP, tem como objeto social a corretagem e administração de seguros ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para um terceiro. 2.2.4. Caixa e de todos os ramos, incluindo de previdência social complementar e de saúde, sendo permitida a participação no capital social de outras sociedades empresárias que atuem, direta ou indiretamente, no setor de seguros e resseguros, no setor de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja de corretagem e intermediação de seguros, incluindo a prestação de serviços correlatos, e no setor de serviços e produtos qualificado como equivalente de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja financeiros, desde que devidamente autorizada pela autoridade competente na forma da legislação aplicável, na qualidade de sócia, acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento como a subscrição ou aquisição equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades atuantes em qualquer dos setores acima referidos, a prestação de serviços de consultoria empresarial e, ainda, serviços de tecnologia. A Companhia foi constituída como sociedade anônima, em 15 de março de 2010, por meio de permuta das ações por quotas de posteriores são mensuradas pelo custo amortizado. São constituídas provisões para reduzir o risco de créditos com base corretoras ("Sociedades Corretoras"). No día 22 de dezembro de 2023, a WP Itacaré Holdco S.A. adquiriu 71,73% das ações ordinárias da Companhia por meio de leilão. As ações ordinárias foram adquiridas pelo preço de R\$ 43,50 por ação, totalizando o valor de R\$ 610.373.556,00. E após a liquidação financeira ocorrida no dia 5 de janeiro de 2024, as ações deixaram de ser negociadas no Novo Mercado da B3. Em 10 de abril de 2024, conforme comunicado emitido pela Companhia, foi iniciado o protocolo do pedido de registro de uma oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia visando o cancelamento do seu registro de emissão de valores mobiliários categoria "A" na CVM e, consequentemente, à sua saída do segmento básico de listagem da B3. Em 23 de julho de 2024, a Companhia comunicou que a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) aprovou sua OPA (Oferta Pública de Ações) com o objetivo de cancelar o registro da Companhia na B3. O Edital da OPA de cancelamento foi publicado no dia 24 de julho de 2024. Em 26 de agosto de 2024 ocorreu o leilão da Oferta Pública de Ações para cancelamento de registro da Companhia ("OPA"), realizado nesta data por meio do Sistema Eletrônico de Negociação da B3 S.A. Como resultado do Leilão, a WP Itacaré Holdco S.A. adquiriu 24.801 ações ordinárias de emissão da Companhia. As ações ordinárias foram adquiridas pelo preço de R\$ 46,47 por ação, totalizando o valor de R\$ 1.152.502,47. A liquidação financeira da OPA ocorreu em 28 de agosto de 2024. Em 3 de setembro de 2024, a Companhia divulgou através de fato relevante que foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, o resgate compulsório da totalidade das ações de emissão em circulação da Companhia. Foram resgatadas o total de 358.200 ações ordinárias de emissão da Companhia que remanesceram em circulação no mercado, representando 1,76% do seu capital social total. O preço do resgate a ser pago aos seus respectivos titulares, foi equivalente ao preço por ação pago no âmbito da Oferta Pública de Ações para cancelamento de registro da Companhia ("OPA") cujo lellão foi realizado na B3 S.A. em 26 de agosto de 2024, ou seja, R\$ 46,78, ajustado pela Taxa SELIC acumulada, desde a Data de Liquidação do Lellão (28 de agosto de 2024) até a data do efetivo pagamento do Preço de Resgate. A liquidação do resgate foi realizada em 17 de setembro de 2024, aos acionistas, proporcionalmente a sua participação acionária na Companhia, em moeda corrente nacional. **1.1. Contexto operacional** - As projeções de receitas e fluxos de caixa operacionals indicam plenas condições de continuidade das operações, reforçadas pelas recentes aquisições. A receita líquida consolidada da Companhia cresceu 29,53% versus o exercício de 2023. Além disso, a Companhia mantém sua eficiência operacional, vide Nota 25. Em 2024, a Companhia seguiu sua estratégia de investimento em CAPEX e M&A, e visando à melhoria de seu capital circulante líquido foi aprovado junto ao Conselho de Administração, a captação de quatro financiamentos no mercado em marco, maio, outubro e novembro de 2024, conforme demonstrado na Nota explicativa 17, 2, Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, principais práticas contábeis, julgamentos e estimativas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alper referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas para emissão e divulgação de acordo com a aprovação dos membros do Conselho de Administração da Companhia em 22 de abril de 2025, considerando os eventos subsequentes até esta data. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASR") e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. **2.1. Base de consolidação e investimentos em controladas** - <u>Base de consolidação</u> - Em 31 de dezembro de 2024, a controladora Alper possuía investimentos, diretos e indiretos, em 7 sociedades, representadas por 6 empresas limitadas, 1 empresa sociedade anônima de capital fechado, com atuação em 4 estados brasileiros (7 sociedades em 31 de dezembro de 2023, em 10 estados brasileiros). **2.2.2. Combinação de negócios** - Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação de equipe médica e enfermagem, e soluções em Business Intelligence. Fundada em 2010, a corretora conta com 13 transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. De Caprio Corretora de Seguros Ltda., companhia é referência no segmento de seguros para transportes de careas no Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. 2.2.3. Instrumentos financeiros

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ninistradores e Acionistas da **Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A.** - São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado - As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil

registrados pelo valor justo. A Companhia classifica os seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes

operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** uais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas. não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em noso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e nasejeto, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive

EY

- Os ativos e passivos financeiros da Companhia são reconhecidos a partir da data em que ela se torna parte das disposições de 40 anos, apoiada por um time de 31 colaboradores especialistas e uma carteira de mais de 1.000 clientes ativos. • Em contratuais de tais instrumentos financeiros, e de acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros, sendo inicialmente 19 de fevereiro de 2025, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de 100% das quotas representativas do

categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, dependendo da natureza e finalidade aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 148.679.607,00, mediante emissão de 3.417.922 novas ações ordinárias. para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende • Em 24 de março de 2025, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de 100% das quotas representativas do

das características do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. capital social da Reolon Companhia de Seguros Ltda., com sede em Cidade Lucas do Rio Verde (MT).

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC- SP-034519/O

Murilo Teixeira Coelho Morgante Contador CRC-SP280120/O

na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas 7ª VARACÍVEL DA CAPITAL - SP - FORO CENTRAL EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1056586-31.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito o

^{ra} Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Ricardo Augusto Ramos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a WANESSA MITIKO SUNAO IZUNO. CPF 18195626890, que lhe foi proposta uma ação de Pro Cível por parte de CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO CABESP. alegando em síntese a cobrança da quantia de R\$ 5.182,14 (30/03/2023), referente inadimplemento da contribulções do PAFE - Plano de Assistência aos Filhos e Equiparados, no período de fevereiro a abril de 2021 Encontrando-se a ré em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da açã proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Nã ndo contestada a ação, a ré será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o present edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 0 de abril de 2025.

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

CNPI/MF 48.343.871/0001-34 | NIRE 35300602854
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos certificades da 1º Emidsa Da Bamiboo Securitizadora S.A.

Ficam convocados os titulares dos certificados de recebiveis imobilários da 1º Série da 1º Emissão da Bamboo Securitizadora S.A.

("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamento), a VÕRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LIDA.

inscrita no CNP/MF sob o nº 2.2.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), em atenção ao disposto na Cláusula 17.4, do Termo de Securitização" ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a ser reulizada, em primeira convocação, em 20 de maio de 2025, às 10:30, e em segunda convocação no día 28 de maio de 2025, às 10:30, de forma exclusivamente digital (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Día: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução CVM nº 60, das demonstrações financeiras do patrimônio separado apresentada pela Companhia Securitizadora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI. está disponível (i) no site da Securitizadora: https://bamboodcm.com/emissoes/ e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, por videoconferência, via plataforma Microsoft Teams coordenada pela Securitizadora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem a endereço eletrônico da Securitizadora securitizadora@bamboodem.com e ao Agente Fiduciário agenteficicario@vort.com.b; retrenerialmente, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização d. Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direit de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância a Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Securitizadora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu websit (https://bamboodcm.com/emissoes/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizad o aos Titulares dos CRI na página eletrônica de CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Securitizadora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que

anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 24 de abril de 2025. BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

Aguassanta Participações S.A.

São Paulo, 04 de abril de 2025.

as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

CNPJ/MF nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484 Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Pelo presente, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária d Aquassanta Participações S.A., a ser realizada no dia 29 de abril de 2025, às 16 horas, na Avenida Brigadeiri Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132 para deliberarem sobre as sequintes ordens do dia: (i) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras elativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Deliberar sobre a destinação do esultado do exercício; e (iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores.

São Paulo (SP), 17 de abril de 2025

Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente do Conselho de Administração

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

CNPJ n° 01.637.895/0001-32 - NIRE 3530037055 RESUMO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Reunião realizada por videoconferência em 15/04/2025, dispensadas as formalidades de convocação, com a presença da totali dade dos conselheiros. Deliberaram pela aprovação da 18º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espéci quirografária, em série única, no valor total de R\$ 1.000.000.000,000, a ser distribuída por oferta pública com esforços restritos destinada a investidores profissionais, sob regime de garantia firme de colocação. Foram aprovadas as principais condições da emissão, conforme minuta da escritura, bem como autorizada a diretoria a adotar as providências necessárias para sua efetivação, contratação de instituições intermediadoras e demais prestadores de serviços, fixando-lhes os respectivos honorários Ratificaram-se os atos já praticados relacionados ao tema. JUCESP nº 122.484/25-3 em 17/04/2025. Aloizio E. Soares Junior · Secretário Geral em exercício. A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal.

Avita Corretora de Seguros S.A. NIRE 35300641604 CNPJ 32.922.789/0001-24

Edital de Convocação - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA Os senhores acionistas da **Avita ^Corretora de Seguros S.A. (**"Companhia") são convidados pelo Conselho de Administração a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em 30.04.2025, às 16h, na sede social da Companhia, na Rua Surubim, nº 577 - 19º andar - CJ 191, 192, 193 e 194, Cidade Monções em São Paulo (SP), a fim de: I) Em pauta ordinária: (a) Tomar as contas dos administradores, examinar deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2024; (b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e referendar a deliberação de dividendos da Companhia: c) Fixar a verba remuneratória global e anual destinada aos administradores. II) Em pauta extrordinária a) Alterar o jornal de publicação da Companhia; b) Reformular o Estatuto Social da Companhia; e c) Consolida o Estatuto Social, com as alterações propostas. Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram se à disposição dos acionistas na sede da Sociedade. São Paulo (SP), 17 de abril de 2025. (a) Eduardo Nogueir.

Domeque - Presidente do Conselho de Administração.

Demonstrações do				
Exercícios findos em 31 de dez	embro de 202	24 e 2023		
(Em milhares d	le reais)			
	Contro	ladora	Conso	lidado
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
ceitas líquidas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
rviços prestados (Nota 21)	371.504	276.155	412.401	319.205
spesas operacionais				
passe	(43.255)	(31.807)	(47.923)	(35.853)
emunerações, encargos sociais e benefícios (Nota 22)	(154.240)	(117.250)	(223.193)	(177.438)
espesas comerciais/marketing	(13.390)	(11.322)	(14.698)	(12.560)
fraestrutura	(9.263)	(7.645)	(10.389)	(9.184)
stitucionais e legais (Nota 23)	(3.521)	(2.732)	(4.119)	(2.984)
rviços de terceiros (Nota 24)	(80.890)	(58.104)	(31.529)	(22.114)
utras receitas operacionais, líquidas	12.849	9.875	11.347	10.206
utras despesas operacionais, líquidas	(1.511)	(2.258)	(1.819)	(2.621)
erdas efetivas e esperadas com contas a receber (Nota 4)	(908)	(2.093)	(854)	(2.459)
epreciação e amortização	(30.671)	(20.969)	(36.109)	(23.527)
pairment	-	(13.279)	-	(13.279)
sultado de equivalência patrimonial (Nota 7)	8.666	8.285		
	(316.134)	(249.299)	(359.286)	(291.813)
sultado operacional	55.370	26.856	53.115	27.392
sultado financeiro líquido				
espesas financeiras (Nota 25)	(33.652)	(10.640)	(34.073)	(11.333)
eceitas financeiras (Nota 25)	6.025	6.712	12.429	10.618
utros resultados financeiros líquidos (Nota 25)	(34.047)	(42.865)	(33.666)	(42.444)
	(61.674)	(46.793)	(55.310)	(43.159)
sultado antes da contribuição social e imposto de renda	(6.304)	(19.937)	(2.195)	(15.767)
nposto de renda e contribuição social - correntes (Nota 13)	-	-	(4.152)	(5.329)
nposto de renda e contribuição social - diferidos (Nota 13)	9.922	13.369	9.987	14.154
	9.922	13.369	5.835	8.825
sultado do período antes da participação de não controladores	3.618	(6.568)	3.640	(6.942)
sultado do período atribuível a:				
cionistas não controladores	-	-	22	(374)
cionistas controladores	3.618	(6.568)	3.618	(6.568)
As notas explicativas são parte integrante destas infor	mações financ	ceiras individu	ais e consolida	das.
Demonstrações dos resul				
- (: 6 64 1 1 6				

01/01 a 31/12/2024 3.618	01/01 a 31/12/2023 (6.568)		
3.618	(6.568)	3.640	(6.942)
	-	_	_
3.618	(6.568)	3.640	(6.942)
-	-	22	(374)
3.618	(6.568)	3.618	(6.568)
rmações finan	ceiras individu	ais e consolida	adas.
	- 3.618 rmações finan	3.618 (6.568) rmações financeiras individu	22

	 		3.618	3.618	22	3.640	As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras individuais e consolidadas.							
	- 385	-	-	385	-	385	Demonstrações dos fluxo	s de caixa ind	lireto					
		-	-	39.493	-	39.493	493 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais)							
(16.75	57) -	-	-	(16.757)	-	(16.757)		Contro	ladora	Consol	idado			
	- 588	-	-	588	-	588		01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a			
		181	(181)	-	-	-	Fluxos de caixa das atividades operacionais			31/12/2024				
(16.75	57) 72.234	18.564	3.437	496.398	(165)	496.233	Resultado do período antes do imposto de renda							
	mações financeiras i	ndividuais e consi	olidadas				e contribuição social	(6.304)	(19.937)	(2.195)	(15.767)			
	,		reais, exceto guando d	lo outra forma inc	dicado)		Ajustes de receitas e despesas que não afetam caixa							
		•			•		e equivalentes:							
			uando os direitos contrat				Perda esperada com contas a receber (Nota 4)	908	2.093	854	2.459			
			todos os riscos e bene		•		Ajuste a valor presente	11.300	8.042	11.333	8.191			
			mobiliários - Caixa e equ				Remuneração baseada em ações (Nota 22)	4.594	5.157	4.594	5.724			
			ra fins de investimento				Depreciação e amortização	29.974	24.286	35.282	27.790			
			ele deve ser prontament			, ,	Valor justo de contas a pagar por aquisição de corretoras							
			o risco (que seja insignif				(Nota 24)	20.572	34.823	20.572	34.823			
			em espécie, contas ban				Reversão de provisão de garantia financeira (Nota 25)	(0.000)	(0.205)	(1.332)	(999)			
			ente com vencimento ori				Resultado de equivalência patrimonial (Nota 7)	(8.666)	. ,	(2.127)	-			
			stradas pelo valor justo,				Constituição (Reversão) de provisão para demandas judiciais Juros e rendimentos financeiros	(2.175)		(2.127) 17.507	63			
			amortizado. São constitu ação de cada credor e a				Perdas com dividendos desproporcionais	20.113	2.670 1.284	17.507	(835) 970			
			nia (receitas e despesas)				Baixa de imobilizado e intangível	142	(127)	146	(133)			
			panhia adota como polí				Ajustes por redução no valor recuperável de ativos (Nota 7)	142	13.279	140	13.279			
			as. 2.2.10. Reconhecime				Outras provisões	18.655	9.819	24.599	16.237			
			is clientes, intermediand				Redução de ativos e aumento de passivos operacionais	89.113	73.245	109.233	91.802			
			lidade associados às apól				Contas a receber	(46.474)		(54.967)	(33.748)			
			corretor preste serviços a				Impostos a recuperar - líquido de IR e CSLL compensados	2.597	(2.533)	3.716	(3.537)			
			nissão ou renovação das				Fornecedores	4.089	2.189	4.312	2.039			
			e acordo com a vigência				Obrigações trabalhistas	(19.220)	(2.133)	(22.599)	(5.168)			
			com cliente, sendo o re				Obrigações tributárias	14.484	2.394	14.745	1.894			
u (1)	identificação dos co	ntratos com os cli	ientes; (2) identificação o	das obrigações de	performance previstas	nos contratos;	(Pagamentos) resgaste de depósitos judiciais	(775)	(1.477)	(775)	(1.400)			
			o; (4) alocação do preço				Pagamento de demandas judiciais	-	(1.421)	-	(1.420)			
			ta quando a obrigação de				Imposto de renda e contribuição pagos	-	-	(4.058)	(4.536)			
ia - <u>C</u>	omissão de corretag	gem (apólices e e	ndossos) - Destinada à v	venda de seguros	nos negócios de ramo	s elementares,	Partes relacionadas - excluindo garantias financeiras	(13)		-	-			
n pre	evidência, benefícios	, massificados e a	utomóveis, com consulto	ores especializado	os e realização de cotaçã	o de propostas	Outros ativos e passivos	(1.466)		(1.870)	(5.793)			
o, mu	ultisseguradoras, for	necendo soluçõe	s em seguros de alto va	alor agregado. Ag	genciamento - Os agen	ciamentos são		(46.778)		(61.496)	(51.669)			
e de	vidos quando é um	novo cliente cor	porativo para a segurac	dora e a comercia	alização de seguros em	condições de	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	42.335	40.495	47.737	40.133			
			<u>ordados</u> - Destinada à p				Fluxos de caixa das atividades de investimento							
a cor	nsultoria na reestrutu	uração de seguros,	, possibilitando a esses cli	ientes a ampliação	de sua gama de ofertas	na contratação	Pagamentos por aquisições de corretoras (líquido do caixa adquirido)	(158.112)	(144.177)	(157.228)	(144.411)			
			ios pagos. <u>Intermediaçõ</u> e				Aumento de capital em controladas (Nota 7)	(156.112)	(4.000)	(157.228)	(144.411)			
			eguradora, um risco assui				Aquisição de imobilizado e intangível	(27.502)		(29.411)	(23.138)			
			oilidade na aceitação de u				(Aplicação) Resgate de títulos e valores mobiliários	(36.786)		(38.092)	93.278			
			ecebido. Esta operação e				Dividendos a receber controladas	(50.755)	5.976	(55.552)	33.270			
			ão de cotação de proposta				Incorporações de controladas - caixa líquido	5.180	9.278	_	_			
			quido: 20.1. Capital socia				Caixa líquido aplicado e gerado nas atividades de investimentos			(224.731)	(74.271)			
			ndo os custos com emiss				Fluxos de caixa das atividades de financiamentos							
			ovembro de 2024, a Alpe				Captação de empréstimos	215.867	47.641	215.867	47.641			
			Isório de 358.200 ações				Pagamento de empréstimos	(50.799)	-	(50.799)	-			
			da Companhia. 20.2. Açõ				Pagamento de arrendamento mercantil (principal e juros)	(7.815)	(5.734)	(7.825)	(5.878)			
			grama de recompra de a ministração. Foram adqu				Recebimento pelo exercício do plano de remuneração de ações			(3.621)	2.768			
			lores, ao preço médio d				Recompra de ações	(16.757)	(4.921)	(16.757)	(4.921)			
			no que estimava a aquisiç				Aumento de capital (Nota 20.1)	39.493	-	39.493				
			m 31 de dezembro de 20				Pagamento de dividendos	(1.312)			(7.213)			
			de ações, e transferência				Caixa líquido aplicado e gerado nas atividades de financiamentos		33.511	176.358	32.397			
			e dezembro de 2023) e r				Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	171	(2.095)	(636)	(1.741)			
			22 de janeiro de 2025, a				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	110 281	2.205	1.035	2.776 1.035			
			ital social da Ducais Corre				Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	281	110	399	1.035			

Demonstrações dos val Exercícios findos em 31 de dezembro de 2			la mania)			
Exercicios findos em 31 de dezembro de 2	Controladora Consolidado					
	01/01 a	01/01 a	01/01 a 01/01 a			
			31/12/2024			
Receitas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		
Receitas Receitas de prestação de serviços (líquidas de cancelamentos)	422.918	313.858	472.297	363.034		
Perda esperada com contas a receber	(908)	(2.093)	(854)	(2.459)		
Insumos adquiridos de terceiros	(42.255)	(24.007)	(40.463)	(25.052)		
Repasse	(43.255)					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(107.022)					
Valor adicionado bruto	271.733	200.639	360.883	278.301		
Depreciação e amortização	(23.979)			(19.899)		
Valor adicionado líquido produzido	247.754	184.246	331.980	258.402		
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	8.666	8.285	-	-		
Ajuste por perda de valor recuperável de ativos	-	(13.279)	-	(13.279)		
Dividendos desproporcionais	(78)					
	8.588	(6.212)		(13.279)		
Valor adicionado a distribuir	256.342	178.034	331.980	245.123		
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal						
Remuneração direta	103.930	78.283	155.101	122.846		
Remuneração baseada em ações	4.199	5.354	5.215	5.921		
Benefícios	17.111	11.670	23.821	17.043		
FGTS	6.586	4.933	10.392	8.035		
	131.826	100.240	194.529	153.845		
Governos (impostos, taxas e contribuições)						
Federais e municipais	52.265	32,749	71.096	48.410		
Remuneração de capitais de terceiros						
Aluguéis e juros	8.952	5.948	9.290	6.522		
Remuneração de capitais próprios						
Lucro (Prejuízo) retido	3.936	(6.568)	3.936	(6.568)		
Dividendos desproporcionais	3.550	(0.500)	112	1.284		
Participação de não controladores	_	_	19	(374)		
r articipação de riao controladores	3.936	(6.568)		(5.658)		
Resultado financeiro líquido	59.363	45.665	52.998	42.004		
nesaltado inidificiilo liquido	256.342	178.034	331.980	245.123		
As notas explicativas são parte integrante destas infor						

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras individuais e consolidadas

Marcos Aurélio Couto Diretor-President

Guilherme Silveira Barroso Netto Sênior Vice-Presidente Finanças, M&A e RI

Adriano Carvalho dos Santos

Superintendente de Controladoria - Contador - CRC 1SP184902/08

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão disponíveis na sede da empresa. **EMBRAMACO - EMPRESA BRASILEIRA**

DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO S.A.

CNPJ/MF: 56.883.820/0001-23 - NIRE: 35.300.550.935

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária.

Convocamos os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 09 de maio de 2025, às 10:00 horas, na sede social da empresa Embramaco - Empresa Brasileira de Materiais para Construção S.A., na Avenida Conde Guilherme Prates, nº 382, Sala 03, Bairro Santa Catarina, na Cidade de Santa Gertrudes - SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Deliberar sobre o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2024, e respectiva publicação; e b) Outros assuntos de interesse da empresa. (24, 25 e 26)

SPE Propriedades 3 Ltda. CNPJ nº 49.526.814/0001-53, NIRE 35260702152

SPE Propriedades 3 Ltda. CNPJ nº 49.526.814/001-53, NIRE 35260702152.

Extrato da Ata de Reunião de Sécios.

Data, Hora e Local: Realizada em 14 (quatorze) de abril de 2025, ás 10:00 horas, na sede social da SPE Propriedades 3 Ltda. ("Sociedade"), situada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Teodoro Sampaio, nº 1020, sala 1303 (parte), Pinheiros, CEP 05.406-050. Presença: Totalidade dos Sócios. Mesa: Bento Odlion Moreira Filho - Presidente: Elbio Moreira - Secretário. Deliberações: (a) aprovação do aumento do capital social da sociedade no valor total de R\$ 2.315.288,00 (dois milhões, trezentos e quinze mil, duzentos e sessenta e oito reais); (b) aprovação da redução do capital social em R\$ 2.235.000,00 (dois milhões, duzentos e trinta e cinco mil) quotas do capital social da Sociedade, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), todas de propriedade da única sócia EBM Propriedades Ltda., a qual receberá o valor da redução em moeda corrente do pais, a título de restituição do valor das quotas canceladas. Para os efeitos do § 1º, do art. 10.84 da Lei nº 10.406/02, o arquivamento da Alteração Contratual resultante se dará no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação deste extrato. Mesa: Bento Odlion Moreira Filho - Presidente; Elbio Moreira - Secretário. Sócia: EBM Propriedades Ltda.

CONTER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S/A

CNPJ Nº. 60.829.215/0001-41 e NIRE 35300055381 EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data, hora e local: 16/04/2025, às 8h, na Sede Social. Participantes: 100% do capital social. Mesa Diretora: Pre sidente: CARLOS PACHECO SILVEIRA e Secretário OLAVO AMORIM SILVEIRA NETO. DELIBERAÇÕES: a) As maté rias da Ordem do Dia foram objeto de votação pelos acionistas e aprovadas por todos: a.i) Relatório da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Auditoria, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024; h) A diretoria foi reconduzida, para Diretora Presidente a Sra. SILENE WALTER PEREIRA, portadora da cédula de identidade RG nº 17.396.550 SSP/SP e CPF/MF sob nº 071.993.958-50; e para Diretores sem designação específica, OLAVO AMORIM SILVEIRA NETO, portador da cédula de identidade RG nº 18.682.222-4 SSP/SP e CPF/MF nº 145.774.148-21 e OTACILIO DE CASTRO PEREIRA, portador da cédula de identidade RG nº 1.315.484 SSP/GO e CPF/MF nº 350.132.901-63; c) todos com mandato de 1 (um) ano, contado da presente data, permanecendo em seus cargos até a posse de seus sucessores, conforme termo de posse arquivado na sede da sociedade. ASSINA-TURAS: Olavo Pacheco Silveira, Acionista; TOKA Participações Ltda., Acionista representada por Olavo Pacheco Silveira; Carlos Pacheco Silveira, Acionista; Lilia Maria Pacheco Silveira e PAPS Participações Ltda., Acionista representadas por Pedro Queiroz Silveira. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. CARLOS PACHECO SILVEIRA - Presidente da Mesa e Acionista, OLAVO AMORIM SILVEIRA NETO - Secretário da Mesa. Registrada na Jucesp sob nº 147.319/25-0 em 17/04/2025. Aloízio E. Soares Júnior - Secretário Geral em Exercício.

Ativo Circulante Caixa e Equivalentes de Caixa

Notas

04 (j) 04 (a) 04 (a1

04 (a1

04 (a2)

04 (a1)/ (b)

04 (a2)/ (b)

04 (c)

04 (c) 04 (d)

04 (f)

04 (q)

06

19.44

714

122

99

2.557.113

1.791.720

3.482.369

3.482.369

1.235.140

702.839

04 (h) / 07 168.343.294 69.726.198 168.343.294 69.726.198

6.816.917

(81.688)

3.037.289

748.835

246.755

4.956.190

4.941.828 17.341.997 17.057.790 2.599.593

2.668.006

1.398.946

3.259.066 245.523

792.175

250.37

33.833

171.681.806

10.644.599

89.023.804 13.930.897

3.037.289

748.835

10 04 (m)

04 (i)

3.667.68

Ativo Circulante Caixa e Equiv. de Caixa

Bancos Conta Movimento (s/restrição)
Bancos Conta Movimento
(c/restrição)
Bancos Conta Aplicações

C/Prazo (s/restr.)
Bancos Conta Aplicações
C/Prazo (c/restr.)
Clientes e Outros

Cursos Extra Curriculares/Mat

Convênio e Subvenções

Outros Ativos Circulantes

Adiantamentos

Não - Circulante

Realizável A Longo Prazo

Convênio e Subven Publicos e Privados

Aluguéis Depósitos Judiciais

Propriedades para nvestimento - Terrenos

Propriedades para Investimento - Edificações

(-) Depreciação Investimento - Edificações

Computadores em Comodato -)Depreciação Acumulada

-)Amortiz.Imóveis de Terceiros

Direitos Autorais
(-) Amortização Acumulada
Total do Ativo
Contas Extra Patrimoniais
Bolsas de Estudo
LC 187/21- 100%

Investimentos

Imobilizado

Bens em Uso

Móveis e Utensílios

Intangível Direitos Autorais

LC 187/21

Apoio Aluno Bolsista Benefícios Complem Bolsa LC 187/21-

Tempo Integral 100% Gratuidades de

Obrigações Fiscais e Sociais a Rec

Receitas Antecipadas

Computadores Comodato

Patrimônio Líquido

Aiustes de Avaliação

Ajuste Valor Presente

Aiustes de Avaliação

Resultado Exercicíos

Total do Passivo Contas Extra Patri Bolsas de Estudo LC 187/21- 100%

sas de Estudo LC 187/21

Bolsa LC 187/21

Superavit/ Deficit do Exercício

Realizável a Longo Prazo Provisão para Contingência Alugueis a Pagar Contratos a Pagar

Bolsa Convenção Coletiva

Assistência Social

Anuidades à Receber

-) PECLD

2023

ASSOCIAÇÃO UNIÃO BENEFICENTE DAS IRMÃS DE SÃO VICENTE DE PAULO DE GYSEGEM

Senhores (as) A Diretoria da Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, submete à apreciação as Demonstrações Contábeis Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 Circulante
Obrigações Trabalhistas
Provisões Trabalhistas
Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher
Convênio e Subvençoes - Públicos e Privados 755.81 **2.775.87** 5.077.05

Bancos Conta Movimento(c/restrição)
Bancos Conta Aplicações c/prazo(s/restr.)
Bancos Conta Aplicações c/prazo(s/restr.)
Clientes e Outros Recebiveis
Anuidades à Receber
Cursos Extra Curriculares/Mat.Didático
(-) PECLD
Estoques Convénio e Subvençoes - Públicos e Privados Fornecedores
Outras Obrigações a Pagar contratos / Alugueis Receitas Antecipadas
Não - Circulante
Provisão para Contingência
Alugueis
Contratos
Computadores em Comodato
Patrimônio Líquido
Patrimônio Líquido
Patrimônio Social
Ajuste de Avaliação Patrimonial Imóveis
Ajustes de Avaliação Patrimonial Móveis
Resultado Exercicios Anteriores
Superavit/ Deficit do Exercicio
Total do Passivo e Patrimônio Líquido
Contas Extra Patrimoniais
Bolsas de Estudo LC 187/21 - 100%
Bolsa - LC 187/21 - Tempo Integral 100%
Apoio Aluno Bolsista-Beneficios Complem.
Gratuidades de Assistência Social
Bolsa Convenção Coletiva stoques Estoques

Convénio e Subvenções

Convénios e Subvenções- Publicos e Privados

Outros Ativos Circulantes

Outros Valores e Bens - Contratos / Alugueis

Impostos a Recuperar

Despesas Antecipadas

Adiantamentos Propriedades para Investimento - Terrenos Propriedades para Investimento -Edificações Bolsa Convenção Coletiva 1.428.690 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (917.395) 272.281.995 272.281.995 324.973.988 3.511.720 10.287.009 Findos em 31 de Dezembro (Em Reais) Bens em Uso (-) Impairment
Total do Ativo
Contas Extra Patrimoniais
Bolsas de Estudo LC 187/21- 100%
Bolsas de Estudo LC 187/21- 50%
Bolsas de Estudo LC 187/21- 50%
Bolsa - LC 187/21 - Tempo Integral 100%
Apoio Aluno Bolsista-Beneficios Complem.
Gratuidades de Assistência Social
Bolsa Convenção Coletiva

Ajuste Patrimonial de Móveis 47.247 Saldo em 31 de

67.126

730

6.248.585

9.306.400

755.817

2.775.878 5.078.338

2.253.966

349.406 349.406

4.851.797

4.851.797

4.746.519

4.047.538

7.230.26

2.929.057

2.417.762

1.428.690

272.281.995

39.454.847)

3.037.289

748.835

246.755

4.956.190

14.335.315

4.870.076

6.981.737

4.864.141

4.913.602

279.939.476

78.757.464

260.548

(42.661) (4.642.109)

311.810.532 28.266.212

3.037.289

748.835

(12.386) (81.688)

224.052

7.800.633 4.436.594

1.347.065

3.056.922

2.257.400 4.477.339

1.532.784

3.452.850

3.452.850

1.106.639

162.681

91.565.410 49.361.956

310.27

(86.112)

1.168.686

656.243

89.526

0 11.773.075

651.04

139.28

4.237.628

816.500

21.456

43.107.769

433,616

7.492.166

2.557.994

1.477.792

3.250.828

623.584

310.27

194.873.244

87.981

1.168.686

656.243

122.893.100 35.084.793

798.984 (7.271.119)

12.303.448 49.390.505 14.356.865 11.773.075

1.317.881

301.472

43.578.039) (9.829.827) (10.175.817)

167

dezembro de 2024

Balanço Segregado - R\$ 2024

Atividade

8.620

578.954

500.751

152.319

462.247

349.406

1.170.971

1.103.984

57.934

183,600

507.785

322.931 110.205

32.493

(777.427)

179.389.577 76.269.603 52.424.739 3.002.555 311.810.532 199.529.203 53.456.620 13.930.897 14.335.315 - 28.266.212 14.356.865 11.773.075

71.329

20.555

13.840

1.219.614

57.934

2.532.820

(241) 1.770.437

3.998.419

Institu-

22.42

762.575

7.654.702

401.336

380.441

14.00

168.100 7.174.615

2.205.000

2.205.000

432.660

(432,660

34.028.902

1.055.555 231.523 214.207

Assist.

16.637

1.239.374

1.150.825

755.717

66.446

66.446

1.369.428

1.939.072

.860.274

5.890

724.057

212.762

996.030

-484.735

1.906.752

928.879 439.040

163.723

(43.822.075) (14.109.099) (10.746.245)

14.335.315

912.624

155.158

1.605.075

2.519.602

60.132.073

46.380.369

65.815.130 14.335.315

(36.318) 1.555 1.773.303 (10.432.374)

1.218.117

5.407.078

79.898

382.211

168.100 5.200

45.592.776

21.732.496

260.548

(7.657

2.246.525

52.799.879

		Superavit/	•	Resultado	
		Deficit do	Ajuste de		
Especificações	Social	Exercício	Avaliação	anterior	Líquido
Saldo em 31 de					
dezembro de 2022 <u>107</u> .			<u> 183.846.36</u> 6		
Transferido p/ Patrimônio (8.0		8.061.384		(14.578)	(14.578)
Resultado Exercício Anterior	14.578	-	-	619.264	633.842
Déficit /Superavit de 2023	-	844.800	-	-	844.800
Ajuste do Valor Presente					
Imoveis 3.	122.560	-	(3.122.560)	-	-
Ajuste Patrimonial de Móveis	56.485		(56.485)	-	-
Saldo em 31 de					
dezembro de 2023 102.	492.860	844.800	180.667.322	619.264	284.624.246
Transferido p/ Patrimonio	844.800	(844.800)	-	(619.264)	(619.264)
Resultado Exercício Anterior	619.264	· -	-	(42.661)	576.603
Déficit/ Superavit de 2024		(4.642.109)			(4.642.109)
Ajuste Patrimonial Imóveis 1.	602.063	-	(1.602.063)	-	-
Ajuste Patrimonial de Móveis	47.247	-	(47.247)	-	(0)

90.826

128.885

2.916.448

504.320

53.020

4.099.536

4.099.536

<u>105.606.234</u> (4.642.109) <u>179.018.01</u>2 (42.661) <u>279.939.476</u>

13.982

8.155.241

1.950.756

622

Institu- Atividade

9.197

38.508

500.471

152.891

428.506

3.065.311

377.785

110.205

32.493

(741.219)

53.814.993 4.255.471 318.608.674 - 26.129.940

78.780

23.240

3.074.580

57.934

3.074.893

99,428

6.443.672

966.564

5.411.080

56.636

259.165

93.900

43.568.340

23.039.264

862.867

307.795

(1.761) 5.209.149

50.471.050

335.652 3.125.607

11.984

93.900 5.390.155 4.404

2.968.899

2.417.762

1.428.690

34.901.381 43.593.893

1.050.975 218.123 214.207

1.477.021

14.629.083

2.455.076

2.463.312 4.530.359

1.961.290

278.353 278.353

7.552.386

4.168.427

5.445.468

2.968.899

2.417.762

1.428.690

310.277

1.168.686

656.243

89.526

7.492.166 11.773.075

4.254.382

7.051.393

4.773.830

850.979 250.375 191.362

310.277

284.624.246

181.017.157

862.867

307.795

619.264

844.800

318.608.674 26.129.940

1.168.686

656.243

7.492.166

89.526

) Material de Consumo

(-) Irabaino Voluntario (-) Despesa Ativo Imobilizado Total das Despesas Superavit/Deficit Educacional Deficit Assistencial

Superavit Atividades Meio Superavit Institucionais

Superavit/Deficit do Exercicio

Material de Consumo
) Despesas Financeiras
) Despesas administrativas
, Rateio administrativas
) Despesas Brujoso de Terceiros PJ/PF
, Trabalho Voluntário
, Trabalho Voluntário

ABCD - Unidade 2 "em 31 de dezembro de 2024.

188.488

129.052

١.	AS IRM <i>Î</i>	š	S DE SÃO VICENTE DE	Ε ΡΔΙ	II O DE (ZVSEGE	M		
ho:	a 96 Vila Maria	nna	, São Paulo - SP, CEP 04110.020	- FAU	LO DE (JIJLGL	IVI		
	CNPJ. : 61.000								
	Relatório da								
ge	m, submete à a	pr	eciação as Demonstrações Contábeis Finan			o social encerrad			
		<u> </u>	Demonstração do Resultado	Maka	0004	2000	Demonstração do Fluxo de Caixa - Me	étodo Indireto	
_	2023 - R\$	He	ceita Bruta Serviços (Atividades Fins) Receita Bruta Prestação Serviço de Ed Anuidades Escolares Bolsas de Estudo LC 187/21 Bolsas de Estudo Convenção Coletiva Deduções s/ Anuidades	Nota	2024 65.311.086 65.649.732	62 020 120	Fluxo de Caixa das Atividades 1 - Atividades Operacionais	2024	_
-	33.133.450	(+)	Anuidades Escolares	ucação. 14	65.649.732	64.466.884	Superavit/ Déficit do Exercício	(4.642.109)	
_	3.258.929	(+)	Bolsas de Estudo LC 187/21	14/27	8.742.313	9.317.095	Depreciação	5.407.779	ļ
	4.254.382	(+)	Bolsas de Estudo Convenção Coletiva	14	4.941.828	4.950.245 (528.756)	Amortização	1.300	
	7.051.393	(-)	Deduções s/ Anuidades		(338.647)	(528.756)	PECLD '	1.008.154	
	7.488.455	(-)	Bolsas de Estudo LC 187/21 - 100%		(3.037.289)	(1.168.686) (656.243)	Provisão para Contigência	581.586	
	332.149 4.773.830	X	Rolsas de Estudo Convenção Coletiva		(40.000)	(4.950.245)	Perdas Diversas / Mensalidades / Apostilas Provisões não Desembolsadas (férias, 1/3 e encargos)	37.962 (2.182.981)	,
	5.974.311	(-)	Bolsa LC 187/21 - Tempo Integral 100%		(4.956.190)	(7.492.166)	Resultado Exercício Anterior	(42.661)	,
_	850.979	Òί	tras Receitas		8.932.223	7.882.680	Apoio ao Aluno Bolsista	246.755	
	250.375	(+)	Atividades Extra Curriculares	14	2.647.214	2.463.473	Receitas não Embolsadas (Recuperação de Créditos,		
	191.362	(+)	Outras Receitas Educacionais (serviços de		0.705.004	0.544.005	Reversões)	(2.145.923)	
	98.965	se	cretaria e outros)	14	2.795.021 67.300	2.511.085	Superávit/Defict do Exercício Ajustado Atividades Operacionais	(1.730.138)	_1(
_	310.277 284.624.246	7	Subvenções Donativos e Contribuições Receita com eventos Alugueis Pageitas Recuperação/ Revorção	14/ 17	150.334	165 295	Diminuição /Aumento Contas Ativo		
_	102.492.861	(+)	Receita com eventos	14	171.740	69.263	Anuidades a Receber	(840.656)	
	180.359.527	(+)	Alugueis	14	75.158	54.752	Adiantamentos Diversos	` 56.941	
	307.795	(+)	Receitas Recuperação/ Reversão	14	1.778.048	1.071.492	Estoques	(71.053)	
	619.264	(+)	Alugueis Receitas Recuperação/ Reversão Trabalho Voluntário Receitas Financeiras	4 (n) /14	1.002.000	1.227.000	Despesas Antecipadas Valores a Recuperar	(35.564) 45.449	
_			Receita Bruta Prestação de Serviços de		243.407	247.213	Outros Ativos	2.849.255	(6
_	26.129.940	As	sistência Social		7.526.118	7.617.544	Denositos Judiciais	(1.784.799)	(0
	1.168.686	(+)	Contribuições I.L.P.I - (Estatuto do Idoso) Convênio e Subvenção - Publicos e Privado	14	931.418	895.419	Diminuição /Aumento Contas Passivo	, ,	
	656.243	(+)	Convênio e Subvenção - Publicos e Privado	os 14	3.384.763	2.9/1.146	Obrigações Trabalhistas	491.532	
	7.492.166 89.526	(+)	Convenir e d'auvençad - rabilités e rinvado Donativos e Contribuições Receita com eventos Receitas Recuperação/ Reversão Trabalho Voluntario Receitas Financeiras	14/ 1/	1.498.605 199.740	188 300	Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher	(69.656) 100.519	
	11.773.075	7	Receitas Recuperação/ Reversão	14	219.927	211 239	Obrigações i Sacale a Godala a recolliei Fornecedores a Pagar Outras Obrigações a Pagar Receitas Antecipadas (Anuidades Escolares)	(2.484.542)	
	4.950.245	(+)	Trabalho Voluntario	4 (n) / 14	1.057.493	1.063.047	Receitas Antecipadas (Anuidades Escolares)	184.311	
		(+)	Receitas Financeiras	14		268.783		(335 538)	_
		(+)	Receita Ativo Imobilizado		5.000	2 000 000	Total Geração Operacional de Caixa	(1.893.801)	<u>(1</u>
0	D - 41 0 1 -	(ب)	Receitas Financeiras Receita Ativo Imobilizado Receita Ativo Imobilizado Material Pedagógigo Mercadorias/Produtos Prestação de serviço - impressões CMV	14	3.387.935 5.767.209	5 615 465	2 - Das Atívidades de Investimentos Baixas de Depreciação	(241.599)	
0	Patrimônio Líquido	(+)	Mercadorias/Produtos	14		1.044.695	Baixas de amortização	(241.555)	
or	Liquido	(+)	Prestação de serviço - impressões	14	70.120	184.039	Adições de Comodato	163.723	
<u>8</u>	283.160.183	(-)	CMV		(3.752.467)	(3.162.108)	Adições a Móveis e Utensílios Adições Construção e Benf.andamento em Imóveis	839.518	
B)	(14.578)	(-)	ICMS Devolução Material Pedagógico		(35.021)	(33.084)	Adições Construção e Bent.andamento em Imóveis Baixa em imobilizado	1.322.689	/4
ś4	633.842		Receita com eventos	14	15	91		(524.795)	(1
-	011.000	1+1	Receites Recuperação/ Reversão	1/	60 121		Baixa em Comodato	(310.276)	
_	_	(+)	Trabalho Voluntário	4 (n) / 14	18.000	18.000	Total das Atividades de Investimentos	1.249.261	(2
-		(+)	Donativos e Contribuições	14/ 17	59.438	17.500	3 - Das Atividades de Financiamentos		
_		(+)	Receitas Financeiras	14	99.297 3.631.425	6 259 677	(+) Emprestimo obtido	-	
	284.624.246	(+)	Trabalho Voluntário Donativos e Contribuições Receitas Inatitucionais Donativos e Contribuições Receitas Institucionais Donativos e Contribuições Receita com eventos Alugueis	14/ 17	8.630	3 786	Empréstimo obtido Opações Patrimoniais Doações Incorporadas ao Patrimônio		
4)	(619.264) 576.603	(+)	Receita com eventos	14	794.856	560.944	Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financia	amentos -	
',	(4.642.109)	(+)	Alugueis	14	593.657	466.781	(1+2+3) Variação das Disponibilidades	(2.374.678)	_
-	-	(+)	Receitas Recuperação/ Reversão Trabalho Voluntário	14	/8.525	65.031	Saldo Inicial das Disponibilidades em 01/01/2024	18.753.336	11
_	(0)	(+)	Receitas Financeiras	4 (n) / 14 14		600.000 837 124	Variação Ocorrida no Período Disponibilidade no Final do Ano	(2.374.678) 16.378.658	
11	279.939.476		Receitas Ativo Imobilizado	14		3.725.000	<u> </u>		-10
1		Re	ceita Bruta,		88.788.787	3.725.000 89.506.095	Demonstrações do Valor Adiciona 2024	do (D.V.A.) %2(023
_		1-	Despesas Área Educacional		(72.470.006)	(71.021.824)	Receitas <u>2024</u> 96.667.636	97.376.6	619
le		(-)	Despesas com Pessoal		(49.159.994)	(48.616.774)	Receitas de Atividades Área Educacional 65.649.732	64.466.8	884
io	Total	(-)	Manutenção - contratos Manutenção / nservação/Reparos/Veiculos		(1.408.698)	(1 177 593)	Bolsas de EstudosLC 187/21 8.742.313	9.317.0	095
8	33.981.619	(-)	Depreciação/Amortização		(3.541.259)	(1.177.523) (3.777.061)	Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) 4.941.828 Receitas de Atividade Meio 6.929.250	4.950.2	
7	18.753.336 63.104	(-)	Material de Consumo PECLD		(2.823.866)	(2.582.872)	Receitas de Atividade Meio 6.929.250 Devolução Material Pedagógico/ Anuidades (338.647)	6.844.1 (528.8	
"	03.104	(-)	PECLD		(934.273)	(836.099)	Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) 931.418	895.4	419
		1-1	Dechacae Financoirae		(5,7/1 007)	(5,340,483)		000.	

	(+) Receitas Recuperação/ Reversão	14	78.525	65.031
	(+) Trabalho Voluntário	4 (n) / 14	600.000	600.000
	(+) Receitas Financeiras	14	1.172.342	837.134
	(+) Receitas Ativo Imobilizado	14	383.416	3.725.000
	Receita Bruta		88.788.787	89.506.095
_	1- Despesas Área Educacional		(72.470.006)	(71.021.824)
Н	(-) Despesas com Pessoal		(49.159.994)	(48.616.774)
1	(-) Manutenção - contratos Manutenção /			
Η	Conservação/Reparos/Veiculos		(1.408.698)	(1.177.523)
۲	(-) Depreciação/Ámortização		(3.541.259)	(3.777.061)
1	(-) Material de Consumo		(2.823.866)	(2.582.872)
1	(-) PECLD		(934.273)	(836.099)
1	(-) Despesas Financeiras		(5.741.907)	(5.249.483)
1	(-) Despesas c/ Subvenção		(67.300)	(73.104)
1	(-) Trabalho Voluntário	4 (n)	(1.002.000)	(1.227.000)
1	(-) Programa de Apoio ao Aluno Bolsista		(246.755)	(89.526)
1	(-) Despesas administrativas		(4.291.023)	(4.222.009)
1	(-) Despesas Impostos, Taxas e Contribuições		(187.238)	(127.335)
1	(-) Despesas Serviços de Terceiros PJ/PF		(3.065.567)	(3.043.039)
1	(-) Despesas Doaçoes		(124)	
1	2 - Despesas de Assistência Social		(17.958.493)	(14.888.663)
1	(-) Despesas com Pessoal		(7.019.226)	(5.729.554)
1	(-) Manutenção - contratos Manutenção /			
	Conservação/Reparos/Veiculos		(449.938)	(269.198)
1	(-) Depreciação/Amortização		(985.601)	(810.248)
1	(-) Material de Consumo		(2.140.682)	(1.336.632)
1	(-) Despesas Financeiras		(54.635)	(22.665)
1	(-) Despesas c/ Subvenção		(3.380.311)	(2.904.349)
1	(-) Trabalho Voluntário	4 (n)	(1.057.493)	(1.063.047)
1	(-) Despesas administrativas		(1.191.329)	(1.084.790)
1	(-) Despesas Impostos, Taxas e Contribuiçoes		(69.320)	(34.248)
1	(-) Despesas Serviços de Terceiros PJ/PF		(1.595.037)	(1.631.745)
1	(-) Despesas Doações		(14.922)	(2.188)
1	3 - Despesas de Atividades Meio		(1.617.498)	(1.701.280)
1	(-) Despesas com Pessoal		(876.808)	(838.561)
1	(-) Manutenção		(49.849)	(52.026)
٦	(-) Depreciação/Amortização		(37.508)	(44.560)
٦	(-) Material de Consumo		(162.191)	(273.940)
1	(-) Despesas Financeiras	4 (-)	(87.192)	(87.024)
1	(-) Trabalho Voluntário	4 (n)	(18.000)	(18.000)
1	(-) Despesas administrativas		(155.547)	(209.187)
1	(-) PECLD		(73.881)	(4.704)
	(-) Despesas Impostos, Taxas e Contribuições		(4.229)	(4.784)
1	(-) Despesas Serviços de Terceiros PJ/PF		(152.292)	(173.198)
	4 - Despesas Atividades Institucionais		(2.329.906)	(1.049.528) (3.314.260)
1	(-) Despesas com Pessoal (-) Rateio Pessoal		2.779.352	3.727.410
J	(-) Manutenção		(255.549)	(299,272)
1	(-) Depreciação		(844.710)	(844.472)
- 1				

tuais perdas na realização dos créditos. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade (média de inadimplência dos últimos três anos), e assim atendendo a Resolução CFC № 1409/12 Parecer de Orientação da CVM 21/90. 2024 (4.556.427)

(1.497) (1.085.965) 2.029.771 (131.838) (856.530)

(10.432.374) 1.770.437 2.246.525 04 (m) (4.642.109)

(88.661.295) 798.984

(7.271.119) 2.107.786

5.209.149 844.800

480.020

423.079

	2024	2023
Estoques	349.406	278.353
 f) Outros Ativos Circulantes: Este grupo é composto pelo 		
tadas, convênios e subvenções não recebidas, impostos a		
das, adiantamento a funcionários, e outros valores a recebe		
cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e	estão representa	
valor nominal.	2024	2023
Outros Ativos Circulantes	9.598.315	12.486.619
Outros Valores e Bens (Contratos/Alugueis)	4.047.538	4.168.427
Convênios e Subvenções Públicos e Privados	4.851.797	7.552.386
Impostos a Recuperár	51.849	97.298
Donness Antosinados	224 052	100 /00

,		423.079	400.020
	g) Realizável a Longo Prazo: Este grupo está composto po	or valores a rece	ber e recupe-
)	rar. Consiste de valores cujo vencimento ultrapassa o exerc		
١	de R\$ 5.334.026 lançado em Deposito Judicial refere-se ao	PIS folha de pa	gamento.
•		2024	2023
)	Realizável a Longo Prazo	7.497.221	5.740.199
5	Aluguéis	168.100	191.362
2	Depósitos Judiciais	7.230.267	5.445.468
5	Contratos	98.854	103.369
	h) Imobilizado (Ativo Não Circulante): Os ativos imobilizado	dos são registrad	los pelo custo
7	de aquisição ou construção, deduzido a depreciação, e leva	em consideraçã	o a vida útil e
6	a utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 NBC T	G 27), as conta	as de móveis,
3	utensílios, máquinas e equipamentos, veículos foram conside	eradas a valor p	resente desde

utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09		
tensílios, máquinas e equipamentos, veículos foram	consideradas a valor	presente desde
ano de 2013.	2024	2023
mobilizado	272.281.995	275.917.958
nóveis	324.973.988	323.651.330
Móveis e Utensílios	10.287.009	10.074.705
Máguinas e Equipamentos	3.511.720	3.409.270
reículos	1.160.386	1.160.386
liblioteca	1.701.596	1.701.596
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	32.493	32.493
Bens em Comodato	163.723	310.277
-) Depreciação Acumulada	(69.454.847)	(64.324.902)
-) Amortização Imóvel de Terceiros	(12.386)	(11.086)
-) Impairment	(81.688)	(86.112)

2023 38.128	Fluxo de Caixa das Atividades			2024		2023
66.884	1 - Atividades Operacionais Superavit/ Déficit do Exercício		(4.6	642.109)	84	44.800
17.095	Depreciação		` 5.	407.779		68.342
50.245	Amortização			1.300	0.0	7.998
28.756) 68.686)	PECLD Provisão para Contigência			008.154 581.586		07.675 91.697
56.243)	Perdas Diversas / Mensalidades / Apostilas			37.962		59.255
50.245)	Provisões não Desembolsadas (férias, 1/3 e	encargos)	(2.1	82.981)	3.45	52.601
92.166)	Resultado Exercício Anterior		. ((42.661)	61	19.264
82.680	Apoio ao Aluno Bolsista	Cuáditas	2	46.755	8	9.526
63.473	Receitas não Embolsadas (Recuperação de Reversões)	Creditos,	(2.1	45.923)	(1.37)	9.312)
11.085	Superávit/Defict do Exercício Ajustado			30.138)		61.846
73.104	Atividades Operacionais					
65.295	Diminuição /Aumento Contas Ativo			10.050	(00	4 000)
69.263 54.752	Anuidades a Receber		(8	840.656) 56.041		4.982)
71.492	Adiantamentos Diversos Estoques			56.941 (71.053)		9.634) 39.712
27.000	Despesas Antecipadas			35.564)		29.592
<u>47.215</u>	Valores a Recuperar			45.449		4.704
17 5 4 4	Outros Ativos			849.255		7.827)
17.544 95.419	Depositos Judiciais		(1.7	(84.799	3	37.881
71.146	Diminuição /Aumento Contas Passivo Obrigações Trabalhistas			491.532	41	13.118
19.601	Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher			(69.656)		5.971)
88.309	Fornecedores a Pagar			100.519	(21	4.472)
11.239	Outras Obrigações a Pagar			84.542)	5.26	61.896
63.047 68.783	Receitas Antecipadas (Anuidades Escolares)			184.311		5.098)
-	Alugueis / Contratos a Longo Prazo Total Geração Operacional de Caixa		(1.8	35.538) 9 3.801)	(1.37	97.688 3.393)
09.066	2 - Das Atividades de Investimentos				11111	,
15.465	Baixas de Depreciação		(2	(41.599)		1.609)
44.695 84 030	Baixas de amortização			162 700	(5)	2.830)
84.039 62.108)	Adições de Comodato Adições a Móveis e Utensílios			163.723 839.518	21	12.727
33.084)	Adições Construção e Benf.andamento em la	móveis		322.689		50.057
(95)	Baixa em imobilizado			24.795)		9.470)
91	Baixas em Investimento			-	(63	4.210)
44.168 18.000	Baixa em Comodato			310.276)	(2.40	E 22E/
17.500	Total das Atividades de Investimentos 3 - Das Atividades de Financiamentos			249.261	(2.40	5.335)
80.395 58.677	(+) Empréstimo obtido			-		-
	(+) Doações Patrimoniais			-		-
3.786	Doações Incorporadas ao Patrimônio			-		-
60.944 66.781	Caixa Líquido Proveniente das Atividades (1+2+3) Variação das Disponibilidades	s de Financia		74.678)	7.00	03.116
65.031	Saldo Inicial das Disponibilidades em 01	/01/2024	18.7	753.336		0.220
00.000	Variação Ocorrida no Período			74.678)	7.00	03.116
37.134	Disponibilidade no Final do Ano		16.3	378.658	18.75	3.336
25.000		lor Adicionad	16.3 lo (D.V.A		18.75	
25.000 06.095	Demonstrações do Va	2024	16.3 lo (D.V.A. %	.)	18.75	3.336 <u>%</u>
25.000	Demonstrações do Va	96.667.636	16.3 lo (D.V.A.	.) 20 97.376.6	18.75 023 019	
25.000 06.095 21.824) 16.774)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional	96.667.636 65.649.732	16.3 lo (D.V.A.	.) 20 97.376. 6 64.466.8	18.75 023 519 384	
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523)	Demonstrações do Va	96.667.636	16.3 lo (D.V.A.	.) 20 97.376.6	18.75 023 519 384 095	
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.061)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250	16.3 lo (D.V.A. 	97.376.6 64.466.8 9.317.0 4.950.2 6.844.1	18.75 023 519 384 095 245 199	
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.061) 82.872)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidade:	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647)	16.3 lo (D.V.A. 	97.376.6 64.466.8 9.317.0 4.950.2 6.844.1 (528.8	18.75 023 519 884 095 245 199 51)	
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.061) 82.872) 36.099) 49.483)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidades Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso)	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418	16.3 lo (D.V.A. 	97.376.6 64.466.8 9.317.0 4.950.2 6.844.1 (528.8 895.4	18.75 023 619 384 095 245 199 51) 419	
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.061) 82.872) 36.099) 49.483) 73.104)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos.LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidader Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Contribuições	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647)	16.3 lo (D.V.A. 	97.376.6 64.466.8 9.317.0 4.950.3 6.844.1 (528.8 895.4 3.725.0	18.75 023 519 384 095 245 199 51) 419 000	
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.061) 82.872) 36.099) 49.483) 73.104) 27.000)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidades Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso)	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562)	16.3 do (D.V.A. %	20 97.376.6 64.466.8 9.317.0 4.950.3 6.844.1 (528.8 895.4 3.725.0 7.706.6 16.661.8	18.75 023 519 384 095 245 199 51) 419 000 628 51)	
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.061) 82.872) 36.099) 49.483) 73.104) 27.000) 89.526)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidades Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 6 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.467)	16.3 do (D.V.A. %	20 97.376.6 64.466.8 9.317.0 4.950.2 6.844.1 (528.8 895.3.725.0 7.706.6 16.661.8 (3.162.1	18.75 023 519 384 095 245 199 51) 419 000 528 51) 08)	
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.061) 82.872) 36.099) 49.483) 73.104) 27.000) 89.526) 22.009) 27.335)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidade: Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562)	16.3 do (D.V.A. %	20 97.376.6 64.466.8 9.317.0 4.950.3 6.844.1 (528.8 895.4 3.725.0 7.706.6 16.661.8	18.75 023 519 384 095 245 199 51) 419 000 528 51) 08)	
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.061) 82.872) 36.099) 49.483) 73.104) 27.000) 89.526) 22.009) 27.335)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidader Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 6 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.467)	16.3 do (D.V.A. %	20 97.376.6 64.466.8 9.317.0 4.950.2 6.844.1 (528.8 895.3.725.0 7.706.6 16.661.8 (3.162.1	18.75 023 519 384 095 245 199 51) 419 000 528 51) 08)	
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.061) 82.872) 36.099) 49.483) 73.104) 27.000) 89.526) 22.009) 27.335) 43.039)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidade: Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.467) (10.467.095)	16.3 do (D.V.A 	.) 97.376.6 64.466.8 9.317.0 4.950.3 6.844.1 (528.8 895.4 3.725.0 7.706.6 16.661.8 (3.162.1 13.499.7	18.75 193 319 384 395 245 199 51) 419 500 528 51) 08) 43)	
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.061) 82.872) 36.099) 49.483) 73.104) 27.000) 89.526) 22.009) 27.335) 43.039)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidades Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.467) (10.467.095)	16.3 do (D.V.A 	20 97.376.6 64.466.8 9.317.0 4.950.3 (528.8 895. 3.725.0 7.706.6 (3.162.1 13.499.7	18.75 193 319 384 395 245 199 51) 419 500 528 51) 08) 43)	
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.061) 82.872) 36.099) 49.483) 73.104) 27.000) 89.526) 22.009) 27.335) 43.039) 	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos.LC 187/21 Bolsas de Estudos.LC 187/21 Bolsas de Estudos.Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidade: Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Líquido Produzido	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (10.467.095) 82.448.074 (5.409.078)	16.3 do (D.V.A 	20 97.376.6 64.466.8 9.317.1 4.950.2 6.844.1 (528.8 895.3 7.706.6 16.661.8 (3.162.1 13.499.7	18.75 023 519 384 199 51) 419 628 51) 08) 43)	
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.523) 77.523) 77.523 36.099) 49.483) 73.104) 27.000) 89.526) 22.009) 27.335) 43.039) 88.663) 29.554) 69.198)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidades Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.467) (10.467.095)	16.3 do (D.V.A 	.) 97.376.6 64.466.8 9.317.0 4.950.3 6.844.1 (528.8 895.4 3.725.0 7.706.6 16.661.8 (3.162.1 13.499.7	18.75 023 519 384 199 51) 419 628 51) 08) 43)	
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.061) 82.872) 36.099) 49.483) 73.104) 27.000) 89.526) 22.009) 27.335) 43.039) 88.663) 29.554) 69.198) 10.248)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos.LC 187/21 Bolsas de Estudos.LC 187/21 Bolsas de Estudos.Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidade: Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Líquido Produzido	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (10.467.095) 82.448.074 (5.409.078)	16.3 do (D.V.A 	20 97.376.6 64.466.8 9.317.1 4.950.2 6.844.1 (528.8 895.3 7.706.6 16.661.8 (3.162.1 13.499.7	18.75 1923 519 5884 199 519 519 519 628 51) 6328 51) 648 449 448	
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.061) 82.872) 36.099) 49.483) 73.104) 27.000) 89.526) 22.009) 27.335) 43.039) 88.6631 29.554) 69.198) 10.248) 36.632)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidades Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções	2024 96.567.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.467) (10.467.095) 27.038.995 3.463.224 1.717.007	16.3 do (D.V.A 	20 97.376.6 64.466.8 9.317.0 4.950.2 6.844.1 (528.8 895.2 3.725.0 7.706.6 16.661.8 (3.162.1 13.499.7 80.714.7 (5.476.3 75.238.4 6.683.5 5.250.4	18.75 1023 139 1384 1995 1419 1419 1419 1400 1419 1400 1400 1400 1400 1428 1400 1428	
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.061) 82.872) 36.099) 49.483) 73.104) 27.000) 89.526) 22.009) 27.335) 43.039) 88.6631 29.554) 69.198) 10.248) 36.632) 22.665)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidader Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CM/ Custos de Manutenção das Atividades Materials, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Equido Produzido Pela Entidade Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.467) (0.467.095) 82.448.074 (5.409.078) 77.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217	16.3 lo (D.V.A	20 97.376.6 64.466.8 9.317.0 4.950.2 6.844.1 (528.8 895.4 3.725.0 7.706.6 6.661.8 (3.162.1 13.499.7 80.714.7 (5.476.3 75.238.4 6.683.9 1.433.5	18.75 19.23 19.93 19.94 19.99 19.90 19	%
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.061) 82.872) 36.099) 49.483) 73.104) 27.000) 89.526) 22.009) 27.335) 43.039) 88.663] 29.554) 88.6632) 22.665) 04.349) 63.047)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidades Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Decebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras Valor Adicionado Total a Distribuir	2024 96.567.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.467) (10.467.095) 27.038.995 3.463.224 1.717.007	16.3 lo (D.V.A	20 97.376.6 64.466.8 9.317.0 4.950.2 6.844.1 (528.8 895.2 3.725.0 7.706.6 16.661.8 (3.162.1 13.499.7 80.714.7 (5.476.3 75.238.4 6.683.5 5.250.4	18.75 19.23 19.93 19.94 19.99 19.90 19	
25.000 06.095 21.824] 16.774) 77.523) 77.061) 82.872) 36.099) 49.483) 73.104) 27.000) 89.526) 22.009) 27.335) 43.039) 88.6631 29.554) 69.198) 10.248) 36.632) 22.665) 04.349) 63.047) 84.790)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidader Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CM/ Custos de Manutenção das Atividades Materials, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Equido Produzido Pela Entidade Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.467) (0.467.095) 82.448.074 (5.409.078) 77.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217	16.3 lo (D.V.A	9.7.376.6 64.466.8 9.317.0 4.950.1 6.844.1 (528.8 895.3 3.725.0 3.725.0 16.661.8 (3.162.1 13.499.7 75.238.4 6.683.9 5.250.4 1.433.9	18.75 384 395 399 519 9000 519 619 619 619 619 619 619 619 619 619 6	%
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.061) 82.872) 36.099) 49.483) 73.104) 27.000) 89.526) 22.009) 27.335) 43.039) 88.6631 29.554) 89.6631 29.554) 80.632) 20.656) 60.4349) 63.047) 84.0	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidades Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras Valor Adicionado Total a Distribuir Distribuição do Valor Adicionado Colaboradores Bolsas de Estudos LC 187/21	2024 96.567.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.470 (5.409.078) 77.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217 80.502.219 56.606.582 8.742.313	16.3 do (D.V.A. % - (() () ()	9.317.0 97.376.6 64.466.8 9.317.0 4.950.1 6.844.1 (528.8 895.4 3.725.0 7.706.6 16.661.8 (3.162.1 13.499.7 80.714.7 (5.476.3 75.238.4 6.683.9 5.250.4 1.433.5 81.922.3	18.75 18.75 18.84 19.95 19.99 19.90 19	% 66,86 11,37
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.523) 77.523) 77.523) 82.872) 36.099) 49.483) 73.104) 27.000) 89.526) 22.009) 27.335) 43.039) 88.6631 29.554) 69.198) 10.248) 36.632) 22.665) 04.349) 63.047) 84.790) 84.790) 84.790) 84.790) 84.790) 84.790) 84.790) 84.790)	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidader Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CM/ Custos de Manutenção das Atividades Materials, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Acecebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras Valor Adicionado Total a Distribuir Distribuição do Valor Adicionado Colaboradores Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva)	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9423.326 (14.219.562) (3.752.467) (10.467.095) 77.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217 80.502.219 56.606.582 8.742.313 4.941.828	16.3 lo (D.V.A	97.376.6 64.466.8 9.317.0 4.950.2 6.844.1 (528.8 895. 3.725.0 7.706.6 16.661.8 (5.476.3 75.238.4 6.683.9 5.476.3 81.922.3 54.771.1 9.317.0 4.950.2	18.75 223 319 384 995 51) 9000 528 440) 428 960 432 228 7738 787 788 798 798 798 798 798 798 798 79	% 66,86 11,37
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 77.061) 77.523) 77.061) 98.872) 98.663] 98.526) 99.524) 99.524) 99.524) 99.524) 99.524) 99.5254) 99.526) 99.526) 99.526) 99.526) 99.526) 99.526) 99.526) 99.526) 99.526) 99.526) 99.526) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.527776) 99.527776) 99.527776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.52776) 99.527760) 99.527760) 99.52776) 99.52776) 99.527	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidades Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Ciquido Produzido Pela Entidade Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras Valor Adicionado Total a Distribuir Distribuição do Valor Adicionado Colaboradores Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Gratulidade Assistência Social	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.467) (10.467.095) 27.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217 80.502.219 56.606.582 8.742.313 4.941.828 8.742.313 4.941.828	16.3 do (D.V.A. % - (1) (1) (1) (1) (2) (1) (2) (3) (4) (4) (4) (5) (6) (6) (6) (6) (6) (6) (6) (6) (6) (6	97.376.64.466.8 9.317.7 4.950.2 6.844.1 (528.8 895.3 3.725.6 6.661.8 80.714.1 (5.476.3 75.238.4 6.683.1 5.250.0 6.841.4 9.317.4 9.317.4 9.317.4 9.317.4 9.317.4 9.317.4 9.317.4 9.317.4 9.317.4 9.317.4	18.75 223 319 384 384 199 551) 080 443) 428 660 428 7788 995 7788 995 7788 995 7798	% 66,86 11,37 6,04 14,37
25.000 06.095 21.824) 16.774) 17.523) 82.872 36.099 37.3104) 89.526 927.335 43.039 92.235 10.248 36.632 98.198 10.248 36.632 98.198 10.248 36.632 98.198 10.248	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de EstudosLC 187/21 Bolsas de EstudosLC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidader Receitas Centribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções Valor Adicionado Total a Distribuir Distribuição do Valor Adicionado Colaboradores Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Gratuidade Assistência Social Apoio Aluno Bolsista	2024 96.567.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.467 (10.467.095) 82.448.074 (5.409.078) 77.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217 80.502.219 56.606.582 4.941.828 14.935.315 246.755	16.3 lo (D.V.A. %	97.376.64.466.7 9.317.4 4.950.2 6.844.1 (528.8 895.7 7.706.6 6.661.3 3.755.0 7.706.6 6.661.3 8.755.2 7.706.6 6.681.3 8.755.2 7.706.6 6.681.3 8.755.2 7.706.6 6.893.3 8.755.2 7.706.6 6.893.3 8.755.2 8	18.75 223 2119 2319 234 245 245 249 260 2768 260 2768 260 2788 260 2788 2788 2788 2788 2788 2788 2788 278	% 666,86 111,37 6,04 14,37 0,11
25.000 06.095 21.824) 16.774) 17.523) 36.099) 38.093 38.663) 29.554) 43.039) 88.663) 29.554) 43.039, 4	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidades Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Ciquido Produzido Pela Entidade Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras Valor Adicionado Total a Distribuir Distribuição do Valor Adicionado Colaboradores Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Gratulidade Assistência Social	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.467) (10.467.095) 27.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217 80.502.219 56.606.582 8.742.313 4.941.828 8.742.313 4.941.828	16.3 do (D.V.A. % - (1) (1) (1) (1) (2) (1) (2) (3) (4) (4) (4) (5) (6) (6) (6) (6) (6) (6) (6) (6) (6) (6	97.376.64.466.8 9.317.7 4.950.2 6.844.1 (528.8 895.3 3.725.6 6.661.8 80.714.1 (5.476.3 75.238.4 6.683.1 5.250.0 6.841.4 9.317.4 9.317.4 9.317.4 9.317.4 9.317.4 9.317.4 9.317.4 9.317.4 9.317.4 9.317.4	18.75 1023 119 1384 199 1419 1428 1428 1430 1428 1440) 1428 1440) 1428 1440) 1428 1440) 1448 1440)	% 66,86 11,37 6,04 14,37
25.000 06.095 21.824) 16.774 77.523 77.523 77.523 82.872 948.483 73.104 98.525 98.633 99.554 10.248 36.632 99.554 10.248 36.632 99.554 10.248 36.632 99.554 10.248 36.632 10.248 36.632 10.248 36.632 10.248 36.632 10.248 36.632 10.248 36.632 10.248 36.632 10.248 36.632 10.248 36.632 10.248 36.632 10.248 36.632 10.248	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidades Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras Receitas Financeiras Valor Adicionado Total a Distribuir Distribuição do Valor Adicionado Colaboradores Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Gratuidade Assistência Social Apolo Aluno Bolsista Governo	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.467) (10.467.095) 77.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217 8.502.219 56.606.582 8.742.313 4.941.828 14.335.315 246.755 271.536	16.3 lo (D.V.A) 2(2) 97.376.64.466.64.94.64.950.24.	18.75 123 123 1319 1319 1319 1319 1319 1319 1	% 66,86 11,37 0,11 14,37 0,11
25.000 06.095 21.824) 16.774) 17.523) 36.099) 38.093 38.663) 29.554) 43.039) 88.663) 29.554) 43.039, 4	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidades Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras Valor Adicionado Rocebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Gratuidade Assistência Social Apoio Aluno Bolsistia Governo Superavit Deficit do Exercício Valor Adicionado Total Distribuído i) Passivo Circulante e Não Circulante: O	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (10.467.095) 77.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217 80.502.219 56.606.582 8.742.313 4.941.828 14.335.315 246.755 271.536 (4.642.109) 80.502.219 \$8.0502.219 \$8.0502.219	16.3 lo (D.V.A) 2(2) 97.376.64.466.64.94.64.94.950.164.466.64.95.94.950.16.844.1.950.16.844.19.950.16.844.19.950.16.844.19.950.16.844.19.950.16.845.19.950.17.706.661.84.99.7.706.661.84.99.7.706.661.84.99.7.706.661.84.99.7.95.96.89.95.95.95.95.95.95.95.95.95.95.95.95.95	18.75 1519	% 66,86 11,37 0,11 1,03 0,21 1,03 0,21 1,03 0,21 1,03 9,21
25.000 06.095 21.824 16.774 16.774 16.774 16.77.961 182.872 36.099 19.80	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidades Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras Valor Adicionado Total a Distribuir Distribuição do Valor Adicionado Colaboradores Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos LC 187/	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.467) (10.467.095) 82.448.074 (5.409.078) 77.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217 80.502.219 56.606.582 8.742.313 4.941.828 4.941.828 4.435.315 2.46.755 271.536 (4.642.109) 80.502.219 80.502.219 80.502.219	16.3 to (D.V.A. %	97.376.64.466.7 4.950.2 4.950.2 4.950.2 4.950.2 6.844.1 6.528.8 895.5 7.706.6 6.661.3 3.499.7 75.238. 6.683.3 81.922.2 81.922.3 84.4 81.922.3 81.922.3 81.922.3 81.922.3 81.922.3 81.922.3 81.922.3 81.922.3 81.922.3 81.922.3 81.923.3 81.933.	18.75 1519	% 66,86 11,37 6,04 14,37 0,11 1,03 100,00 trados
25.000 06.095 21.824) 16.774) 17.523) 17.523) 36.099) 89.526) 89.526) 89.526 89.198 89.526 89.198 89.526 89.198 89.526 89.198 89.526 89.198 89.526 89.198 89.326 89.198 89.327 89.337 89	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidader Receitas Centribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CM/ Custos de Manutenção das Atividades Materialis, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras Valor Adicionado Total a Distribuir Distribuição do Valor Adicionado Colaboradores Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Gratuidade Assistência Social Apoio Aluno Bolsista Governo Superavir/ Deficit do Exercício Valor Adicionado Total Distribuído i) Passivo Circulante e Não Circulante: O demonstrados pelos valores conhecidos ou d com os encargos incorridos até a data do bi	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 6(338.647) 931.418 388.416 9423.326 (14.219.562) (3.752.467) (10.467.095) 77.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217 80.502.219 56.606.582 8.742.313 4.941.828 14.335.315 246.755 271.536 (4.642.109) 8 passivos ciralculáveis. Qui alanço patrimo	16.3 lo (D.V.A % %	97.376.64.466.6 64.466.69.9 9.317.7 4.950.2 6.844.7 4.950.2 6.844.7 6.621.8 895.7 7.706.6 6.661.8 807.7 6.661.8 6.661.8 6.63	18.75 1519 1519 1519 1519 1519 1519 1519 15	% 66,86 11,37 6,04 14,37 0,11 0,21 1,03 es são trados
25.000 06.095 21.824) 16.774) 77.523) 82.872, 82.872, 83.6099	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidades Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras Valor Adicionado Osto a Distribuir Distribuição do Valor Adicionado Colaboradores Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Gratulidade Assistência Social Apoio Aluno Bolsista Governo Superavit/ Deficit do Exercício Valor Adicionado Total Distribuído Úp Passívo Circulante e Não Circulante: O demonstrados pelos valores conhecidos ou com os encargos incorridos até a data do b. Tos que refletem o prazo, a moeda e o risco	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.467) (10.467.095) 82.448.074 (5.409.078) 77.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217 80.502.219 56.606.582 8.742.313 4.941.828 8.742.313 8.942.8128 8.742.313 8.942.8128 8.742.313 8.942.8128 8.742.313 8.942.8128 8.742.9128	16.3 to (D.V.A. %	97.376.64.466.7 64.466.7 4.950.2 4.950.2 4.950.2 6.844.1 6.528.8 895.2 7.706.8 805.2 7.706.1 80.714.1 (5.476.3 80.714.1 (5.476.3 80.714.1 (5.476.3 80.714.1 (5.476.3 80.714.1 (5.476.3 80.714.1 (5.476.3 80.714.1 (5.476.3 80.714.1 (5.476.3 80.714.1	18.75 1023 1093 1094 1095 1099	% 66,86 11,37 0,11 1,03 0,21 1,03 100,00 ss são trados de ju-
25.000 06.095 21.824) 16.774 16.775 23.77.061) 82.872 17.061) 82.872 17.061) 82.872 17.061) 82.872 17.061) 82.872 18.061) 83.099 49.483) 73.104 49.483) 73.104 40.989 526 69.198 10.248	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidader Receitas Centribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materials, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras Valor Adicionado Total a Distribuir Distribuição do Valor Adicionado Colaboradores Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Gratuidade Assistência Social Apoio Aluno Bolsista Governo Superavit/ Deficit do Exercício Valor Adicionado Total a Distribuído i) Passivo Circulante e Não Circulante: O demonstrados pelos valores conhecidos ou o com os encargos incorridos até a data do b ros que refletem o prazo, a moeda e o risco	2024 96.567.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 9.423.326 (14.219.562) 77.038.995 77.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217 80.502.219 56.606.582 8.742.313 4.941.828 14.335.315 246.755 271.536 (4.642.109) 80.502.219 s passivos ciri alculáveis. Qualanço patrimo de cada trans tao saldo crita o saldo crita cri	16.3 lo (D.V.A. %	97.376.6 4.466.6 4.466.6 4.466.6 6.844.4 4.590.3 7.706.6 6.844.8 895.7 7.706.6 6.661.8 895.7 7.706.6 897.7 80.714.1 80.714.1 9.317.7 9	18.75 1023 1199 1384 1995 1999 151) 108) 1080	% 66.86 11,37 6,04 14,37 0,11 0,21 1,03 100,00 is são te ju- mpos- deral, and the same trados de ju- mpos- geral, and trados de ju- mpos- geral, and trados de ju-
25.000 06.095 21.824) 16.77-23 17.523 17.523 17.523 18.826 18.827 18.828	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidades Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras Valor Adicionado Osto a Distribuir Distribuição do Valor Adicionado Colaboradores Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Gratulidade Assistência Social Apoio Aluno Bolsista Governo Superavit/ Deficit do Exercício Valor Adicionado Total Distribuído Úp Passívo Circulante e Não Circulante: O demonstrados pelos valores conhecidos ou com os encargos incorridos até a data do b. Tos que refletem o prazo, a moeda e o risco	2024 96.567.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 9.423.326 (14.219.562) 77.038.995 77.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217 80.502.219 56.606.582 8.742.313 4.941.828 14.335.315 246.755 271.536 (4.642.109) 80.502.219 s passivos ciri alculáveis. Qualanço patrimo de cada trans tao saldo crita o saldo crita cri	16.3 to (D.V.A. %	97.376.6 64.466.6 64.466.6 6.844.4 6.80.6 6.844.6 6.844.6 6.845.6 6.844.6 6.846.6 6.84	18.75 119 123 119 119 119 119 119 119	% 66.86 11,37 6,04 14,37 0,11 0,21 1,03 100,00 ss são de ju- mporal, provi-
25.000 06.095 21.824) 16.774 17.523 177.523 177.523 177.523 177.523 177.523 177.523 173.104 182.872 183.6099 184.6099 185.6099 185.6099 186.6099 187.6099 18	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidader Receitas Centribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Bruto Depreciações / Subvenções Receitas Financeiras Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras Valor Adicionado Total a Distribuir Distribuição do Valor Adicionado Colaboradores Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Gratuidade Assistência Social Apoio Aluno Bolsista Governo Superavit Deficit do Exercício Valor Adicionado Total Distribuído I) Passivo Circulante e Não Circulante: O demonstrados pelos valores conhecidos ou c omo se necargos incorridos até a data do b ros que refletem o prazo, a moeda e o risco to pelo seu valor nominal, original e represe obrigações fiscais e empregaticias, tributáris sões sociais. Circulante	2024 96.567.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 9.423.326 (14.219.562) 77.038.995 77.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217 80.502.219 56.606.582 8.742.313 4.941.828 14.335.315 246.755 271.536 (4.642.109) 80.502.219 s passivos ciri alculáveis. Qualanço patrimo de cada trans tao saldo crita o saldo crita cri	16.3 lo (D.V.A. % %	97.376.64.466.6 64.466.6 9.317.7 4.950.6 8.945.7 7.706.6 66.661.8 (3.162.1 (5.476.3 75.238.4 6.683.8 89.5 7.709.6 80.714.1 (5.476.3 80.714.1 (5.476.3 81.922.1 81.922	18.75 1023 1019 1023 1019 1023 1019 1024 1035 1036 1043 1056	% 66,86 11,37 0,11 1,03 0,11 10,03 1
25.000 06.095 21.824) 16.774) 17.523 36.099 36.092 27.335 43.039 27.305 43.039 27.305 43.039 27.305 43.039 27.305 43.039 27.335 43.039 27.305 43.039 27.335 43.039 27.335 43.039 27.335 43.039 27.335 43.039 27.335 43.039 27.335 43.039 27.335 43.039 27.335 43.039 27.335 43.039 27.335 43.039 27.335 43.039 27.335 43.039 27.335 43.039 27.335 43.039 27.335 43.039 27.335 43.035	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidades Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras Valor Adicionado Ostal a Distribuir Distribuição do Valor Adicionado Colaboradores Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Gratuidade Assistência Social Apoio Aluno Bolsista Governo Superavit/ Deficit do Exercício Valor Adicionado Total Distribuído i) Passivo Circulante e Não Circulante: O demonstrados pelos valores conhecidos ou como se encargos incorridos até adata do bo sque readres polos valores conhecidos ou como se encargos incorridos até adata do to so sque readres empresacionas. Circulante Obrigações Trabalhistas	2024 96.567.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 9.423.326 (14.219.562) 77.038.995 77.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217 80.502.219 56.606.582 8.742.313 4.941.828 14.335.315 246.755 271.536 (4.642.109) 80.502.219 s passivos ciri alculáveis. Qualanço patrimo de cada trans tao saldo crita o saldo crita cri	16.3 to (D.V.A. % %	97.376.6 64.466.7 4.950.1 4.950.1 4.950.1 4.950.1 4.950.1 528.8 895.2 7.706.8 895.2 7.706.1 3.499.7 5.238.7 5.238.7 5.250.1 4.333.1 89.5 5.250.1 4.33.2 5.250.1 4.33.2 5.250.2 54.771.1 89.5 54.791.1 89.5 6.683.1 89	18.75 119 123 119 119 119 119 119 119 119 119 119 11	% 66,86 11,37 0,11 1,03 0,21 1,03 100,00 is são trados de ju- mpos- geral, 2023 33,450 8,929
25.000 06.095 21.824) 16.774 16.775 23.77.523 77.611 82.872 83.632 83.632 83.632 83.632 83.632 83.632 84.730 84.790 84.790 87.024 84.790 87.024 88.633 83.631 84.745 12.188 87.024 88.7024	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidader Receitas Centribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materials, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras Valor Adicionado Total a Distribuir Distribuição do Valor Adicionado Colaboradores Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Gratuidade Assistência Social Apoio Aluno Bolsista Governo Superavit/ Deficit do Exercício Valor Adicionado Total Distribuído i) Passivo Circulante e Não Circulante: O demonstrados pelos valores conhecidos ou o com os encargos incorridos até a data do b ros que refletem o prazo, a moeda e o risco pelo seu valor nominal, original e represe obrigações fiscais e empregaticias, tributária Sões sociais Circulante Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher	2024 96.567.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 9.423.326 (14.219.562) 77.038.995 77.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217 80.502.219 56.606.582 8.742.313 4.941.828 14.335.315 246.755 271.536 (4.642.109) 80.502.219 s passivos ciri alculáveis. Qualanço patrimo de cada trans tao saldo crita o saldo crita cri	16.3 lo (D.V.A % % 70.32 10.86 6.14 17.81 0.31 0.34 (5.77) 100,00 culantes elando aplientado el forigações, 31.35 6.98	97.376.64.466.4 4.66.64.8 4.52.8 4.52.8 4.52.8 4.52.8 5.25.8 5.25.8 5.25.8 5.25.8 5.25.8 5.25.8 5.25.8 6.683.8	18.75 119	% 66,86 111,37 6,04 14,37 0,11 1,03 100,00 is são trados de jumpos- geral, provi- 2023 33,450 8,929
25.000 06.095 21.824) 16.77-23 77.523 77.523 87.523 88.633 89.99 89.526 89.526 89.526 89.526 89.526 89.526 89.526 89.198 80.627 89.526 80.427 80.6266 80.6266 80.6266 80.6266 80.6266 80.6266 80.6266 80.6266 80.6266 80.6266 80.6266 80.6266 80.6266 80.6266 80.62666 80.62666 80.62666 80.626666 80.6266666 80.6266666666666666666666666666666666666	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidades Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade Valor Adicionado Recebido em Transferência Deações / Subvenções Receitas Financeiras Receitas Financeiras Valor Adicionado Rocebido em Transferência Deações / Subvenções Receitas Financeiras Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos LC 187/21 Gratuidade Assistência Social Apoio Aluno Bolsista Governo Superavir Deficit do Exercício Valor Adicionado Total Distribuído i) Passivo Circulante e Não Circulante: O demonstrados pelos valores conhecidos ou c com os encargos incorridos até a data do b ros que refielem o prazo, a moeda e o risco to pelo seu valor nominal, original e represe pórigações Fiscais e empregaticias, tributária sões sociais. Circulante Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher Formecedores	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.467) (10.467.095) 82.448.074 (5.409.078) 77.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217 80.502.219 56.606.582 8.742.313 4.941.828 8.742.313 4.941.828 8.742.313 4.941.828 8.742.313 4.941.828 8.764.2109 98.502.219 s passivos circalculáveis. Qualculáveis. Qualculáveis. Qualculáveis o cada trans na o saldo cras e outras observas contras o saldo cras e outras observas es cada contras es c	16.3 to (D.V.A. % % % % % % % % % % % % % % % % % %	97.376.64.466.7 64.466.7 4.950.1 4.950.1 4.950.1 6.844.1 6.528.8 895.2 7.706.8 895.2 7.706.8 16.661.8 3.162.1 3.199.7 75.238.7 6.683.9 5.250.2 1.433.8 81.922.1 9.11.773.8 81.922.1 9.11.773.8 9.11.773.	18.75 119 123 119 119 119 119 119 119 119 119 119 11	% 66,86 11,37 0,11 1,03 0,21 1,03 0,21 1,03 0,21 1,03 0,21 1,03 0,21 1,03 0,21 1,03 0,21 1,03 0,21 1,03 0,21 1,03 0,21 1,03 0,21 1,03 0,21 1,03 0,21 1,03 0,21 0,21 0,21 0,21 0,21 0,21 0,21 0,21
25.000 06.095 21.824) 16.774 16.775 23.77.523 77.611 82.872 83.632 83.632 83.632 83.632 83.632 83.632 84.730 84.790 84.790 87.024 84.790 87.024 88.633 83.631 84.745 12.188 87.024 88.7024	Demonstrações do Va Receitas Receitas de Atividades Área Educacional Bolsas de Estudos LC 187/21 Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Receitas de Atividade Meio Devolução Material Pedagógico/ Anuidader Receitas Centribuições (Estatuto do Idoso) Receitas Patrimoniais Outras Receitas Insumos Adquiridos de Terceiros CMV Custos de Manutenção das Atividades Materials, energia, serviços de terceiros e outros Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Bruto Depreciações / Amortizações Valor Adicionado Recebido em Transferência Doações / Subvenções Receitas Financeiras Valor Adicionado Total a Distribuir Distribuição do Valor Adicionado Colaboradores Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva) Gratuidade Assistência Social Apoio Aluno Bolsista Governo Superavit/ Deficit do Exercício Valor Adicionado Total Distribuído i) Passivo Circulante e Não Circulante: O demonstrados pelos valores conhecidos ou o com os encargos incorridos até a data do b ros que refletem o prazo, a moeda e o risco pelo seu valor nominal, original e represe obrigações fiscais e empregaticias, tributária Sões sociais Circulante Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher	2024 96.667.636 65.649.732 8.742.313 4.941.828 6.929.250 (338.647) 931.418 388.416 9.423.326 (14.219.562) (3.752.467) (10.467.095) 82.448.074 (5.409.078) 77.038.995 3.463.224 1.717.007 1.746.217 80.502.219 56.606.582 8.742.313 4.941.828 8.742.313 4.941.828 8.742.313 4.941.828 8.742.313 4.941.828 8.764.2109 98.502.219 s passivos circalculáveis. Qualculáveis. Qualculáveis. Qualculáveis o cada trans na o saldo cras e outras observas contras o saldo cras e outras observas es cada contras es c	16.3 to (D.V.A. %	97.376.64.466.4 4.66.64.8 4.52.8 4.52.8 4.52.8 4.52.8 5.25.8 5.25.8 5.25.8 5.25.8 5.25.8 5.25.8 5.25.8 6.683.8	18.75 223 119 231 1995 51) 908 908 908 9095 228 9095 228 9095 228 9095 228 9095 228 9095 228 9095 228 9095 228 9095 228 9095 238 9095 245 258 9095 268 9095 275 268 9095 338 3.25 7.055 334 7.74 7.48	% 66,86 111,37 6,04 14,37 0,11 1,03 100,00 is são trados de jumpos- geral, provi- 2023 33,450 8,929

4.254.38 5.974.31

Aluguéis
Contratos
Contra

Resultado do Exercício

Resultado do Exercício

Déficit/ Superávit do Exercício

N Trabalho voluntário: Em atendimento a NBC TG 2002, e resultado mesmo não havendo desembolso financeiro para custeá-lo, o referido valor é contabilizado em Receita e Despa, tornando nulo seu efeito no resultado de Exercício. O trabalho voluntário for realizado pelas associadas em todas as unidades, juntamente com outros voluntários esporádicos.

Trabalho Voluntário

2024

2023

Trabalho Voluntário Cartício Despois de Servicio de Servicio Despois de Servicio De

Trabalho Voluntário

7. Trabalho Voluntário

8. Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acoto com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos sujeitos a essas premissas incluem o valor residual do Ativo Imbolizado, Provisão para Devedores Duvidosos e Provisão para Contingências de Ativos e Passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e a premissas anualmente.

8. Nota 06 - Ativo Não Circulante - Investimentos: Conforme determinação da Resolução do CFC Nº 1.178/09 (NBC TG 28) - Propriedades para Investimentos, este grupo está composto por bens (terrenos e imóveis) mantidos pela Entidade para auferir renda,

está composto por bens (terrenos e imóveis) mantidos pela Entidade para auferir renda e estes são registrados pelo valor de aquisição ou custo de construção e desde 2012 pelo custo atribuído nas contas de terrenos e edificações. A Entidade adotou o critério de mensuração pelo método do custo da NBC TG 27 - Ativo Imobilizado.

•	ue mensuração pelo	melodo do cu	SIU UA INDU	1021	- Alivo IIIIOD	IIIZauu.		
i		Valor bruto			Valor bruto		Valor	
	Descrição	contábil			Contábil	Deprec.	Líquido	
	do Bem	2023	Adições		2024		Contábil	
1	Terrenos	2.417.762			2.417.762		2.417.762	
	Edificações	1.428.690	0	0	1.428.690	(917.395)	511.295	
	Total Investimento	s 3.846.452	0	0	3.846.452	(917.395)	2.929.057	
	-							
	os pelo custo de aquisição ou construção. A partir de 2013 pelo custo atribuído, deduzidos							
е	recuperação dos bens e direitos do imobilizado são periodicamente avaliados para que							

Nota 07 - Ativo Não Circulante - (Imobilizado): Os ativos Imobilizados são contabilizado da depreciação e do impairment do período, originando o valor líquido contábil. O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizados <u>são períodicamente availados</u> para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação, as quais foram consideradas adequadas, com a finalidade de atender a Lei Nº 11.638/07. Deliberação CVM Nº 583/2009, Deliberação CVM Nº 644/2010, Resolução do CFC Nº 1.177/2009 (NBC TG 27) e Resolução do CFC Nº 1.330/10 (NBC TG 04) e ITG 10. A reavailação dos imóveis (terrenos e edificações) foi efetuada em outubro de 2012, e a dos móveis e utensilios foi efetuada em junho de 2013 pela empresa Stima Engenharia LTDA CNPJ/MF 06.932.665/0001-10, utilizando o método comparativo direto, ou seja, efetuado pesquisa sobre valores de venda e locação mensal de terrenos comparativos por comparativos en acestos por caso provede o provincio de su transfer o comparativo de por comparati ráveis e situados na mesma região geoeconômica dos terrenos avaliados, bem como dos móveis e utensílios, apropriando as taxas de depreciação de acordo com a vida útil de cada

Receitas Antecipadas
Não Circulante

uadro Demonstrativo do Imobilizado Em 31/	12/2024						
escriçãodo Bem	Valor bruto		Saídas e	Valor bruto	Deprec.		Valo
	contábil em 2023	Entradas	Transferencias	contábil em 2024	amortiz. acumul.	Impairment	Líquido Contáb
errenos	193.416.238		(86.000)	193.330.238	-	-	193.330.23
dificações	130.185.035	370.056	(234.030)	130.321.061	(54.535.489)	-	75.785.57
óveis e Utensílios +Máquinas e Equipamento	os 13.483.975	322.224	(7.469)	13.798.730	(12.079.621)	(81.688)	1.637.42
eículos	1.160.386	-	• •	1.160.386	(1.138.141)	Ò	22.24
iblioteca	1.701.596	-	-	1.701.596	(1.701.596)	-	
onstrução em Andamento	0	1.322.689	-	1.322.689	· · · · · ·	-	1.322.68
enfeitorias em imóveis de terceiros	32.493			32.493	(12.386)	-	20.10
enfeitoria Andamento Imoveis	50.057	147.238	(197.295)	0		-	
ens em Comodato	310.277	163.723	(310.277)	163.723			163.72
			(005.074)				

	2024	202
Receitas Antecipadas	6.158.622	
lota 09 - Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido é apres		
compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado		
ecebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de a		
ão computados no resultado do exercício em obediência a		
ontrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuí		lo ativo e d
assivo, em decorrência da sua avaliação e preço de merca		

Patrimonio Social	105.606.234	102.492.861
Ajustes Patrimoniais	179.018.012	180.667.322
Resultado Exercício Anterior	(42.661)	619.264
Superávit/ Déficit do Exercício	(4.642.109)	844.800
Patrimônio Líquido	279.939.476	284.624.246
Nota 10 - Resultado dos Exercícios Anteriores: Em	atendimento a R	esolução CFC
.179/09 que aprova a NBC TG 23 - Políticas Contábeis,	Mudança de Estir	nativa e Retifi-
ação de Erro, foram lançadas nesta conta valores refere	ntes a Řeceitas e	Despesas dos
anos anteriores, que não foram reconhecidos no referid	lo período, como:	reembolso de
anuidades escolares e pequenas despesas a débito e	reversão de PE	CLD, reversão
mpairment, e Donativos.	2024	2023
Resultado Exercício Anterior	(42.661)	619.264

ı	Resultado E	xercicio Anterior		(4	2.661)	619.264	(
	Nota 11 - Su	ibvenções e/ou Convênios Públ	icos - I	Resolução (CFC Nº 1.30	05/10 (NBC	(
	TG 07) e ITG	TG 07) e ITG 2002: São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com ór-										
		ãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades r										
	pré-determinadas. Periodicamente, a Éntidade presta conta de todo o fluxo financeiro e											
		os órgãos competentes, ficando										
	para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social											
l		e as despesas de acordo com si										
		jovernamentais, a Entidade, aten										
		ontabilidade - CFC que aprovou										
		ais e a Resolução do CFC № 140										
		ecorrer do período as seguintes si	ubvençõ	es do Poder	Público Fe	deral, Esta-	f					
	dual e Municip	pal.					. 5					
			Exer-	Valor		Valor	6					
	Concedente		cicio	Contrato	Recebido	Realizado	0					
	Prefeitura	Termo de Fomento-					ı					
		Transferência	2023	264.720								
		de Recursos Financeiros	2024	505.955	505.955	505.955	1					
	Paulista	Termo de Fomento 14/2023 -					(
	I	Emenda Parlamentar	2023	152 679	152 679	23 456	19					

PNAE

Janeiro

152.67

175.000

68.750

152.679

27.65

36.68

264	Centro de Convivência São Vicente de Paulo		21.000	2
300	Centro Comunitário Nossa Senhora de Fatima		20.000	2
246	Concedente	Caritas	3	
FC	Lar Nossa Senhora das Graças	2024	10.000	1
etifi-	Total Geral	2023	73.618	7
	Total Geral	2024		10
de	Nota 13 - Provisão Para Contingências (Resolu	ção CFC	Nº 1
são	25): Em atendimento a Resolução CFC 1.	180/09,	e respalo	lado
23	recebidos da Assessoria Jurídica, constando	os prod	cessos adn	ninis
264	ciais (trabalhistas e/ou tributários e/ou cível)	, a resp	ectiva pro	visã
BC	cia foi considerada pela probabilidade de p	erdas	de alguns	prod
	em andamento. No fechamento do balanço			
des	no montante de R\$ 250.375, os quais foran	n conta	bilizadas d	levio
о е	de pagamento.			
	Contingências			20
	Educação			50.3
	Nota 14 - Receitas (Resolução NBC TG 47)			
	47, as receitas (fontes de recursos) da Entidade			
	conforme art. 71 do Estatuto Social, e em ate			
ade	2023, são mensuradas pelo valor da vaga da	contrapr	estação red	cebio

nungencias	2024	2023
ucação		250.375
ta 14 - Receitas (Resolução NBC TG 47): Em atendin		
as receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas da		
nforme art. 71 do Estatuto Social, e em atendimento ao	Art. 24 do de	creto 11.791/
23, são mensuradas pelo valor da vaga da contraprestaç		
malizada pelo contrato de prestação de serviços educacion		
guem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for		
pnômicos associados à transação fluirão para a entidade.		
cada categoria significativa (relevante) de receita reconhe	cida durante o	período:
ceitas	2024	2023
uidades Escolares	65.649.732	64.466.884
terial Pedagógico/Mercadorias/Impressão	6.929.251	6.844.199

itas	2024	2023
ades Escolares	65.649.732	64.466.884
ial Pedagógico/Mercadorias/Impressão	6.929.251	6.844.199
ènio e Subvenção - Públicos e Privados - Assistência		
•	3.384.763	2.971.146
ivos e Contribuições	1.717.007	2.206.182
s Receitas Educacionais	2.795.021	2.511.085
ta com Eventos	1.166.351	818.607
eis	668.815	521.533
tas Recuperação/ Reversão	2.145.924	1.391.930
ades Extras Curriculares	2.647.214	2.463.473
mentos Financeiros	1.746.218	1.433.527
enções Municipais Educacionais	67.300	73,104
tas Ativo Imobilizado	388,416	3.725.000
buições - Estatuto do Idoso	931.418	895,419
lho Voluntário	2.677.493	
de Estudo (LC 187/21)	8.742.313	
de Estudo Convenção Coletiva	4.941.828	
das Receitas		107.497.477

sendo complem. Gratufidades de Assistância Moita Explicativas Demonstrações Contabels Exercícios Findos am 31 de Dezembro de 224 e 2033 Notas Explicativas Demonstrações Contabels Exercícios Findos am 31 de Dezembro de 2024 e 2033 Notas Desembro de Contracto Operacionasis A Associação funidas Demonstrações Contabels Exercícios Findos am 31 de Dezembro de 2024 e 2033 Notas Desembro de Contracto Operacionasis A Associação funidas Demonstrações Contabels Exercícios Findos am 31 de Dezembro de 2024 e 2033 Notas Desembro de Operacionasis A Associação funidas Demonstrações Contabels Exercícios Findos am 31 de Dezembro de 2024 e 2033 Notas Desembro de Contracto Operacionasis A Associação funidas Demonstrações Contabels Exercícios Findos am 31 de Dezembro de 2024 e 2033 Notas Desembro de Contracto Operacionasis A Associação funidas Demonstrações Contabels Exercícios Findos am 31 de Dezembro de 2024 e 2033 Notas Desembro de Contracto Operacionasis A Associação funidas Demonstrações Contrabels Exercícios Findos am 31 de 300 per a portaçõe de 200 per a contractor Operacionasis A Associação funidas de 200 per a contractor Operacionasis A Associação funidas de 200 per a contractor Operacionasis A Associação funidas de 200 per a contractor Operacionasis A Associação de 200 per a contractor Operacionasis A Associação funidas de 200 per a contractor Operacionasis Associação de 200 per a contractor Operacionasis Associação de 200 per a contractor Operacionas de 200 per a contractor Operacionasis Associação de 200 per a contractor Operacionas de 200 per a con	Bolsa LC 187/21 -	040.755	_		•	040.755	7 400 400			
Beneficio Complen. Social Dissa Convenção Cotelhia. Nota o Trontostro Operacional: A Associação União Beneficente das Irmãs de São 71 Lar Nosas Espeñada Vertende de Paulo de Organe, no mose de na cidade de São Paulo, A Paul Dona India. 2 9 D. 44.383.31 4.950.245 1.773.075 D. 44.48 878 l. 4.950.245 0.91 1.773.075 D. 4.48 878 l. 4.950.245 0.91 1.00 1.00 1.00 1.00 1.00 1.00 1.00	Tempo Integral 100%	246.755	0	0	0	246.755	7.492.166	0		
Gratuldades de Assistência Boise Començão Cuelava Notas Esplicativas Demonstrações Contábela Exercicios Findas em 31 de Discentino de 2024 2º 80 Vicente de Paulo de Gysegem, com sede na cidade de São Paulo, à fluis Doran Indias de 100-80, 300-11. Jun Associação Unidade de São Paulo, à fluis Doran Indias de 100-80, 300-11. Jun Associação Unidade 2º 120 Nuida (Long, 98) Libradora, de Vicente de Paulo de Gysegem, com sede na cidade de São Paulo, à fluis Doran Indias de 100-80, 300-11. Jun Associação Unidade 2º 120 Nuida (Long, 98) Libradora, de Vicente de Paulo de Gysegem, com sede na cidade de São Paulo, à fluis Doran Indias de 2º 99 Educandáno São Vicente de Paulo — Penha; 1 de Long, 98 Nuida Mariana, CEP de 101-90 Capa na cidade de São Paulo, à fluis Doran Indias de 2º 90 Educandáno São Vicente de Paulo — Penha; 1 de Long, 98 Nuida Mariana, CEP de 101-90 Capa na cidade de São Paulo, a fluida de 2º 120 Nuida (Long) (Long		4 956 190	۱ ،	0	0	4 956 190	89 526	0		
Social Bolas Convenção Coletiva 0			ľ		·		00.020			
Nota of I Contexto Operacional: A Associação Unido Beneficiente de Asundo de Gyasegem, com sede na cidade de São Paulo, à Rua Dona Indica. 2. Place de Paulo de Gyasegem, com sede na cidade de São Paulo, à Rua Dona Indica. 2. Place de Paulo de Gyasegem, com sede na cidade de São Paulo, à Rua Dona Indica. 2. Place de Paulo de Gyasegem, com sede na cidade de São Paulo, à Rua Dona Indica. 2. Place de Carte de Paulo de Gyasegem, com sede na cidade de São Paulo, à Rua Dona Indica. 2. Place de Carte de Paulo de Gyasegem, com sede na cidade de São Paulo, Carte de Marcina, com compositoria de director de Paulo de Gyasegem, com advidade preponderante na éra de EDUCAÇÃO. Considerade da Unidade Pública. Federal, conforme Decretor nº 60.914 de 300.061987, de Utilidade Pública Lestadua, conforme Decretor nº 10.629 de 2800.81928, de Utilidade Pública Carte de Carte de Carte de Paulo São Paulo, undal, Pratique de Judice de São Paulo, undal, Iraquia de Carte de Carte de Carte de São Paulo, undal, Iraquia de La Sasisfacia Social, nas colades de São Paulo, undal, Pratique de Carte de São Paulo, undal, Iraquia Paulota, Prosau Certificado de Entidade Beneficiente de Assistência Social para sociales de Judice A Entidade social de Entidade Beneficiente de Assistência Social para sociales de Judice A Entidade social de Entidade Beneficiente de Assistência Social para sociales de Judice A Entidade Sando de La Carte de Judice A Entidade Sando de São Paulo, Unidad, Entidade Pública de Carte de Judice A Entidade Sando de La Carte de La		0	14.335.315	0	0			11.773.075		
Victor de Paulo de Gysegem, com sed na cidade de São Paulo, à Nua Dona Indiaz é ; 9 Educadarión São Vicente de Paulo Casa Pía Uchoa, 96, Vila Mariana, CEP -04110-200, inscrita no CNP-JMF: sob r 9 filo 1,000.883/0011- ABCD, 11) Ingredientes ABCD - Unidade 2; 12) Activatores de director pravido, otro providente la composition de director pravido, otro pravido otro 2,000.0012- (CEP) 40110-200, inscrita no CNP-JMF: sob r 9 filo 1,000.883/0011- ABCD, 11) Ingredientes ABCD - Unidade 2; 120 Activatores, de natural de director pravido, otro pravido otro 2,000.0012- (CEP) 40110- Penha; 14 cureza religiosa, cardeter correlessional, educaciónal, beneficente e de assistência social, compositione de compositione e se compositione de la compositional de la compositiona	Bolsa Convenção Coletiva		0	0	<u>0</u>	4.941.828		0		
Vicente de Paulo de Gysegem, com sede na cidade de São Paulo, à Nua Dona Indica 2. 99 Educandário São Vicente de Paulo - Casa Pia. Uchoa, 98, Nila Mariana, CEP- del Turb. 2001, nortan no Conselho Municipal de Los Mariana, carriedo de direito privado, do tipo "ASSOCIAÇÃO", sem fins lucrativos, de natura religiosa, carafetro corressiona, electración per la conforme Derceto nº 10,021 de 300 (1918). Estadua, conforme Derceto nº 10,029 de de Olivida Municipal de Educação nas cercitor de 10,029 de 280/081973. Registrada no Conselho Municipal de Educação nas cercitor de 10,029 de 280/081973. Registrada no Conselho Municipal de Educação nas cercitor de 10,029 de 280/081973. Registrada no Conselho Municipal de Educação nas cercitor de 10,029 de 280/081973. Registrada no Conselho Municipal de Educação nas cercitor de 10,029 de 10,003										
Uchoa, 98, Vila Mariana, CEP: 04110-020, inscrita no CNPJMR: sob nº 61.000.6830001- ABCD. 11) Ingredientes ABCD — Unidade 2; 12) Nuid 71, pessoa jurídica de direito pravio, do tipo "ASSOCIAÇA" sem fins functarios, de na Hubert, 13) Codejos São Vicente ABCD — Unidade 2; 12) Nuid 71, pessoa jurídica de direito pravio, de proportiorante na rate da EDUCAÇÃO. Considerada de Utilidade Pública do Utilidade Pública de Control de Composition de										
71, pessos jurídica de direito privado, do tipo "ASSOCIAÇÃO", sem fins lucrativos, de na. Hubbert. 13) Cólegio São Vicente de Paulo — Penins, 14 lucraza religiosa, caráter cordescinal, educacional, penedicente de des assistências acida com atividade preponderale na área da EDUCAÇÃO. Considerado de Utilidade Pública Federal, cordenar Pia de Composito Proprio de Control Pia Con	Lichoa 06 Vila Mariana CED:	0/110-020 inscrite no CN	DI/ME cob n	a mua dona maci						
lureza religiosa, caráter confessional, educacional, beneficente e de assistência social com atividade proponderante na area da EDUCAÇÃO. Considerada de Utilidade Pública Estadual, con formo Decretor 1º 60.914 de 2006/1957 de Utilidade Pública Estadual, con formo Decretor 1º 60.914 de 2006/1957 de Utilidade Pública Estadual, con formo Decretor 1º 60.914 de 2006/1957 de Utilidade Pública Estadual, con formo Decretor 1º 60.914 de 2006/1957 de Utilidade Pública Estadual, con formo Decretor 1º 60.914 de 2006/1952 de Utilidade Pública Estadual, con formo de 2004 de	71 pessoa jurídica de direito pr	rivado do tino "ASSOCIAC	ÃO". sem fin	s lucrativos de na	- Hubert	13) Colégio Sá	io Vicente de	Paulo – Per	ha 14	
com alvidide preponderarie na área da EDUCAÇAO. Considerada de Utilidade Pública Estadual, com Federal, conforme Decreto nº 60 240 de 3004/1962 e de Utilidade Pública Municipal, conforme Decreto nº 60 250 de 3004/1962 e de Utilidade Pública Municipal, conforme Decreto nº 60 250 de 3004/1962 de Utilidade Pública Municipal de Educação nas conditional de 10 250 de 3004/1962 de Utilidade Pública Municipal de Lebragão nas conditional de 10 250 de 3004/1962 de Utilidade Pública Municipal de Lebragão nas conditional de 10 250 de 3004/1962 de 10 250 de 10 2	tureza religiosa, caráter confes	ssional, educacional, bene	ficente e de	assistência socia	I. dos Pob	res: 15) Centro	Comunitário	Nossa Senho	ora de	
florme Decreto nº 4.0.028 de 30/04/1962 e de Utilidade Pública Municipal, conforme Decreto nº 4.0.026 de 2000 1973. Registrada no Conselho Municipal de Educação nas escondades de São Paulo, Jundial, Pindamorhangaba e Rio de Janeiro; no Conselho Estadula de Educação nas adrigos da Lei nº 6.40476 em aspectos relativos à elaboração de São Paulo, Jundial, Laranial Paulista, Pindamorhangaba e Campo Grande; no Conselho Municipal de Assistência Social and Conselho Municipal de Assistência Social para adrigos da Lei nº 6.40476 em aspectos relativos à elaboração de Apresentação des Dem Paulista, Pindamorhangaba Conselho Municipal, do Idogo no Conselho Municipal, control de Janeiro, no Conselho Municipal, do Idogo no Conselho Municipal (Idogo no Conselho Municipal Conselho Municipal Conselho Municipal (Idogo no Conselho Municipal Co	com atividade preponderante n	na área da EDUCAÇÃO. C	onsiderada d	e Utilidade Públic	a Nota 02	 Apresentaç 	ão das Demo	nstrações C	contábe	
creto nº 10.629 de 28/08/1973. Registrada no Conselho Municipal de Educação nas ci- dades de São Paulo, Jundia, Infoamohangaha e a Rei de Janeiro; no Conselho Municipal de Assistência Social, nas cidades de São Paulo, Jundia, Larganial Paulista, Pridamonhangaha e Campo Grande; no Conselho Municipal de Assistência Social, nas cidades de São Paulo, Jundia, Larganial Paulista, Pridamonhangaha e Campo Grande; no Conselho Municipal do Libsos na Campo Grande; no Conselho Municipal do Libsos na Campo Grande e no Conselho Municipal do Libsos na Campo Grande e no Conselho Municipal do Libsos na Campo Grande e no Conselho Municipal do Libsos na Campo Grande e no Conselho Municipal do Libsos na Campo Grande e no Conselho Municipal do Libsos na Campo Grande e no Conselho Municipal do Libsos na Campo Grande e no Conselho Municipal do Libsos na Campo Grande e no Conselho Municipal do Libsos na Campo Grande e no Conselho Municipal do Libsos na Campo Grande e no Conselho Municipal do Libsos na Campo Grande e no Conselho Municipal do Libsos na Campo Grande e no Conselho Municipal do Libsos na Campo Grande e no Conselho Municipal do Libsos na Campo Grande e no Cam	Federal, conforme Decreto nº 6	60.914 de 30/06/1967, de	Utilidade Púb	lica Estadual, cor	n- findas e	m 31 de dez	embro de 20	24, foram el	laborad	
idades de São Paulo, Jundial, Pindamonhangaba e Rio de Janeiro; no Conselho Estadu- al de Educação, co Conselho Municipal de Assistência Social, nas cidades trações contabeis, especialme Resolução nº 2º 1.2 de São Paulo, Jundial, Laranjal Paulista, Pindamonhangaba e Campo Grande; no Con- selho Municipal do Cinança e do Adolescente nas cidades de São Paulo, Jundial, Laranjal Paulista, Pindamonhangaba, Campo Grande e no Conselho Municipal do Idogo, na cidade de de Jundiar SP, Possul Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social colliborações da Comissão de Valores Molhalinos (CPC) en especial a de de de Jundiar SP, Possul Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social colliborações da Comissão de Valores Molhalinos (CPC) en especial es de de Jundiar de Contabilidade (CPC) em especial es de Jundiar de Contabilidade (CPC) em especial es possobilidades de São Possobilidades de São Possobilidades de São Possobilidades de São Possobilidades de Possobilidades de São Possobilidades de Possobilidades de São Possobilidades de São Possobilidades de Possobilidades de São Possobilidades de Possobilidad										
al de Educação de São Paulo; no Conselho Municipal de Assistência Social, nas cidades trações contábeis, especialmente Resolução nº 1. 20 de São Paulo, Jundial, Laranjal Paulista, Pindamonhangaba e Campo Grander, no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente nas cidades de São Paulo, Jundial, Laranjal Paulista, Pindamonhangaba c Campo Grande e no Conselho Municipal de Idespo										
des São Paulo, Jundial, Laranjal Paulista, Pindamonhangaba e Campo Grande; no Conseilual para a Elaboração e, opersentação das Dem selho Municipal da Criança e do Adolescente nas cidades de São Paulo, Jundial, Laranjal P. 1375/11 (NBC TG 26), que trata da Aprasentação de de Jundial-187. Prosau Cartificado de Entidados Beneficente de Assistência Social Deliberações da Comissão de Valores Mobilários (CVM) de de Jundial-187. Prosau Cartificado de Entidados Beneficente de Assistência Social Deliberações da Comissão de Valores Mobilários (CVM) a de de Jundial-187. Prosau Cartificado de Entidados Beneficente de Assistência Social Deliberações da Comissão de Valores Mobilários (CVM) a de 1010/2012 para para para para para para para par										
Paulista, Pindamonhangaba, Campo Grande e no Conselho Municipal do Jdoso na cidade de Jundiari-SP. Possui Cartificado de Entidade Beneficente de Assistència Social In Ceferal de Contaisión (CFC) em sepecial a Resol (CEBAS), renovado pela Portaria do MEC/MDS/MS Nº 652 de 09/05/2022 publicado no vou a 17G 2002, que estabelece critérios e procedime di 1005/2022 papidina? (n. Diáno Official da União, exarada nos autos do processos nº registros dos componentes variações patrimoniais e de 23000.023300/2015-41 que certificou a entidade pelo período de 01/01/2016 a 31/1/20 contábeis, e as informações mínimas a serem divulgada 23000.03594/2022-52 de 161/22/022 e Geral realizada em 25 de março de 2002. Nota 03 - 23000.05594/2022-62 de 10/1/20204 que estabe de ma nailes. Em por finalidade a edu-cata finalidade pelo período de 10/1/2016 a certifica e de descrituração uniforme de seus ademonstraçõe permorção da infancia, da adolescência, da juventude e de adultidos em sintónia com a Lai de materia de Diretrizas e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei Orgânica da Assistência Social como instrumento de delesa, proteção e promoção da infancia, da adolescência, da juventude e de adultidos em sintónia com a Lai de minimeros de identificação dos lançamentos relaciona de Diretrizas e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Estatuto do Cinaco, como de co										
(ide de Jundiai- SP. Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social Info-Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resol (CEBAS), removado pela Portaria do MEC/MDS/MS/NS 96 52 de 09/05/2022 publicado no va 170 2002, que estabelece critérios e procedimen dia 1005/2022 pagina 78, no Diáno Oficial da União, exerada nos autos do processo nº registros dos componentes e variações patrimoniais e de 2000.02390/151-41 que certificou a entidade pelo periodo de 01/01/2016 a 31/122 coltado 2018 de com protocolos de renovação 23000.04009/72018-26 de 11/12/2018 des sem finalidade de lucros. A emissão das demonstração 23000.042/20 com 2019/2019 de 12/12/2014, 2000.03959/40/2025 de 16/12/2021 e esta em aralise. Tem por finalidade a educação, o ensino, a cultura, e a assistência social como instrumento de deletas, proteção de seminalidade de lucros. A emissão das demonstração com como a cultura, e a assistência como instrumento de deletas, proteção de seminalidade de lucros. A emissão das demonstração como como como como como como como co					al № 1.376	3/11 (NBC TG	26), que trat	ta da Aprese	entação	
(ICEBAS), renovado pela Portaria do MEC/MDS/MS Nº 652 de 09/05/2022 publicado no vou a ITG 2002, que estabelees critérios e procedimen dia 1005/2022 pagina 78, no Diaño Oficial de União, exarada nos autos do processos nº real processos de renovação se responsa dos se responsa do se vulnerabilidade e risco pessoa e social; VI - promover ações de proteção Social. Básica e Especial dedade e risco pessoa e social; VI - promover ações de proteção Social. Básica e Especial dedade e risco pessoa e social; VI - promover ações de proteção Social. Básica e Especial dedade e risco pessoa e social; VI - promover ações de proteção Social. Básica e Especial dedade e risco pessoa e social; VI - promover ações de proteção Social. Básica e Especial de confidencial por se social vi - promover ações de proteção Social. Básica e Especial de encomenciação de vulnerabilidade e risco pessoa e social; VI - promover ações de proteção de vulnerabilidade e risco pessoa e social; VI - promover ações de proteção de vulnerabilidade e risco pessoa e social; VI - promover ações de proteção de vulnerabilidade e risco pessoa e social; VI - promover ações de proteção de vulnerabilidade e risco pessoa e social; VI - promover ações de proteção de vulnerabilidade e risco pessoa e social; VI - promover ações de proteção de vulnerabilidade e risco pessoa e social; VI - promover ações de proteção de vulnerabilidade e risco pessoa e renovaç	Paulista, Pindamonhangaba, Ca	ampo Grande e no <u>Conse</u>	ho Municipal	do Idoso na cida	a- Delibera	ções da Comis	são de Valores	Mobiliários (CVM) 6	
dia 1005/2022 página 78, no Diário Oficial da União, exarada nos autos do processo n° registros dos componentes e variafções patrimoniais e de 22000.02340/2015-41 que certificou a entidade pelo período de 1010/2018-6 a 317/2/2021 e com protocolos de renovação 23000.04597/2022-25 de 117/202013 de 17/20201 de 27/20202 de 127/202012 de 127/202012 que estão em análise. Tem por finalidade a edu-cação, o ensino, a cultura, e a assistência social como instrumento de defeas, proteção e de adultos em sintonia com a Lei de Diretirzes e Bases de Educação Nacional (LDAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto base de Sassa de	(CEPAS) repoyeds pole Ports	TITICADO DE ENTIDADE BEN	eficente de A	ASSISTENCIA SOCIA	al ino rede	rai de Contabi	nade (CFC) e	em especiai a	edimon	
23000,02330/2015-41 que certificou a entidade pelo período de 01/01/2016 a 31/12/2018. 2018 e orm protocolos de renovação 2000,043/110/2021-11 de 21/12/2021, 23000,03539/2022-52 de 16/12/2022 e de realizada em 25 de março de 2025. Nota 03 - 23000,05230/2024-26 de 12/12/2024, 2 de seláce ma natilise. Tem por finalidade a educação Nacional (LDB), a Lei Orgânica da Assistência Social orm instrumento de deflesa, proteção e descrituração uniforme de seus atos e fatos administra promoção da infinacia, da adolescência, da juventude e de adultos em sintonia com a Lei tida (LOS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do 1600. Conforme familia en sinto médio em consonância com o Plano Nacional de Educação. PNE na forentela e ensimo médio em consonância com o Plano Nacional de Educação. PNE na forentela e ensimo médio em consonância com o Plano Nacional de Educação. PNE na forentela e ensimo médio em consonância com o Plano Nacional de Educação. PNE na forentela e ensimo médio em consonância com o Plano Nacional de Educação. PNE na forentela e ensimo médio em consonância com o Plano Nacional de Educação. PNE na forentela e ensimo médio em consonância com o Plano Nacional de Educação. PNE na forentela e ensimo médio em consonância com o Plano Nacional de Educação. PNE na forentela e ensimo médio em consonância com o Plano Nacional de Educação. PNE na forentela e ensimo médio em consonância com o Plano Nacional de Educação. PNE na forentela e ensimo e dicadana e inclusão social el tendo e de utilidades e de utilidades e ensimo e dicadades e de utilidades e de util										
2016 e com protocolos de renovação 23000.040097/2011-201 de 11/12/2021-1 de 21/12/2021-2 de 11/12/2021-2 de 11/12/2021-2 de março de 2025. Nota 03 - 23000.05320/2024-26 de 12/12/2021 que estão em análise. Em por finalidade a edu-cação, o ensino, a cultura, e a assistência social como instrumento de defesa, proteção e de central para de assistência social como instrumento de defesa, proteção e de sentruação uniforme de seus atos e fatos administra promoção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos em sintonia com a Lei de Direttrizes e Bases de Educação Nacional (LIDAS), a Lei Organica da Assistência Social (LIDAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso. Conforme a de seriduração religios de Sasso de Conforme a de Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso. Conforme a dere desenvolver a educação para base de Educação e PINE na forma do art. 214 da Constituição Péderal; II – Orfecere e desenvolver a educação para o exercicio da cidadanta e inclusão social tendo como meio, o ensino, a assistência social, a entravês de desenvação, e compresão de unicação com o Plano Nacional de Educação - PINE na forma do art. 214 da Constituição Federal; II – Forecere e dissenvolver a educação religiosa, e formação humana integral; III — promover atividades de promoção de cursos, encortizos, palestras, congressos, serinidades a descripcia de actual de	23000 023380/2015-41 due ce	rtificou a entidade nelo n	eríodo de 01	/01/2016 a 31/12	2/ contábei					
23000.052320/2024-26 de 12/12/2024 que estão em análise. Tem por finalidade a edu- cação, o ensino, a cultura, e a assistência social como instrumento de defeas, proteção e promoção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos em sintonia com a Lei to de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso. Conforme artigo 8º de seu Estatuto Social, para atendimento de suas finalidades, a ASSOCIAÇÃO envida esforços, dentro de suas possibilidades e especialidades no sentido de: 1 - ofere- er e desenvolver a educação básica constituida pela educação infantil, ensino funda- mental e ensino médio em consonância com o Plano Nacional de Educação: PNE na for- ma do ant. 214 da Constituição Federa! II - oferecer e desenvolver a educação para ao ma do art. 214 da Constituição Federa! II - oferecer e desenvolver ae ducação para o social, inclusive com a promoção de cursos, encontros, palestras, congressos, seminá- se das oscial, inclusive com a promoção de cursos, encontros, palestras, congressos, seminá- gáo social, inclusive com a promoção de cursos, encontros, palestras, congressos, seminá- mento as pessoas idosas; IV - desenvolver atividades de atendimento de forma continua- ra de individuos em situação de vulnerabilidade e riso pessoal e social; VI apromover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas em indivíduos em situação de vulnerabilidade e riso pessoal e social; VI - promover aposoa e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riso pessoal e social; VI - promover aposoas idosas em mistruação de vulnerabilidade e riso pessoal e social; VI - promover aposoas idosas em mistruação de vulnerabilidade e riso pessoal e social; VI - promover a pessoas idosas em mistruação de vulnerabilidade e riso pessoal e social; VI - promover a legislação vigente; A personado de vulnerabilidade e riso pessoal e social; VI - promover a legislação vigente; A personado	2018 e com protocólos o	de renovação 23000.040	0097/2018-26	de 11/12/2018	3, des sem	finalidade de la	ucros. A emiss	ão das demoi	nstraçõ	
cação, o ensino, a cultura, e a assistência social como instrumento de defesa, proteção e promoção de infância, da adolescência, da juventude e de adultos em sintonia com a Lei den Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOS), o Estatuto do Cinarga e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Bloso. Conforme (LOS), o Estatuto da Cinarga e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Cinarga, e dos Adolescentes (ECA) e o Estatuto da Cinargo, de des su estatuto Social, para atendimento de suas finalidades, a ASSOCIAÇÃO en evidencia de sua possibilidades e especialidades no sentido de I - oferece deservolver a educação básica constituída pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio em consonância com o Plano Nacional de Educação. PNE na forema do art. 214 da Constituição Federai; II - oferecer e deservolver a educação para o exercício da cidadania e inclusão social tendo como meio, o ensino, a assistência social, educação, na técnica educação, de atividades esportivas, culturas, religiosas e de comunica-calcado religiosa, e formação humana integral; III - promover atividades de promoção de cursos, encontros, palestras, congressos, seminidas da adolescência, a dividades esportivas, culturas, religiosas e de comunica-calcado e religiosa, e formação humana integral; III - promover atividades de promoção de cursos, encontros, palestras, congressos, seminidas da final de actuação de valuracibilidade e risco pessoas de social y III - promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas em misturação de vulnerabilidade e risco pessoas el escoia; IVI - promover apriar e assistir pressoas socialas em situação de vulnerabilidade e risco pessoas el escoia; IVI - promover apriar e assistir pressoas sociales de vulnerabilidade e risco pessoas el escoia; IVI - promover apriar e assistir pressoas sociales en meturação de vulnerabilidade e risco pessoas el escoia; IVI - promover apriar e assistir pressoas sociales en meturação de vulnerabi	23000.034110/2021-11 de 2	21/12/2021, 23000.03595	<u>1/2022-52</u> d	e 16/12/2022	e Geral re	alizada em 25	de março d	e 2025. Not	a 03 -	
prómoção da Infância, da adolescência, da juventude e de adultos em sintonia com à Lei têm números de identificação dos lançamentos relacione de Diretirzes e Bases da Educação Nacional (LDR) a Lei Orgânica da Assistência Social orgem externo un interna ou, na sua falta, em elemento de lorietir de seu Estatuto Social, para atendimento de suas infaildades, a ASSOCIAÇÃO envida esforços, dentro de suas possibilidades e especialidades no sentido de: 1 - oferea de este estatuto de lorie de senson volver a educação básica constituída pela educação infaili, ensino funda en en incidencia de entre de senson de la composição de legais e estatut de ensino médio em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE na fore da da nat. 214 da Constituíção Federa; III - oferecer e desenvolver a educação prida de atoma do ant. 214 da Constituíção Federa; III - oferecer e desenvolver a educação pridação metidade mantém em boa ordem a de aducação incide e inclusão social tendo como meio, o ensino, a assistência social. Entidade são: 4.1 Base de mensuração: As demonstrações da educação, de atividades esportivas, culturais, religiosas e de comunica-de contrações, encortos, palestras, comporessos, seminás da educação netido de la contração de proteção social através da educação, de atividades esportivas, culturais, religiosas e de comunica-de contrações de Proteção Social Básica e Especial diade atua ("moeda funcional"). As demonstrações finamento as pessoas idosas; V − desenvolver atividades de atendimento de forma continua-rios, simpósios e conferências; IV − promover ações de Proteção básica e especial, para as familias e moeda oficial do país sem os centavos can projetos e concessão de benefícios de proteção básica e especial, para as familias e moeda oficial do país sem os centavos, a concessão de benefícios de proteção básica e especial, para as familias e moeda oficial do país sem os centavos, a concessão de benefícios de vulnerabilidade e risco pessoa i dosas de mistuação de vulnerabilidade e risco pessoa i dosas de mistuaç										
(id.OAs), o Estatuto do Cinaga e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Cinaga e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Cinaga e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Cinaga e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Cinaga e de Adolescente (ECA) e o Estatuto do Cinaga e de Adolescente (ECA) e de Estatuto do Cinaga e de Adolescente (ECA) e de Estatuto do Cinaga e de Sacial de Sacial para e desenvolver a educação básica constituída pela educação infantil, ensino fundamental e ensimo médio em consonância como Plano Nacional de Educação P.PIR a forma do art. 214 da Constituição Federal; II - oferecer e desenvolver a educação para e vercico da cidadania e inclusões social endo como meio, o ensino, a assistência social, educação, de atividades esportivas, culturais, religiosas e de comunicação social através da educação, de atividades esportivas, culturais, religiosas e de comunicação social através da educação, de atividades esportivas, culturais, religiosas e de comunicação social através da educação, de utinerabilidade e risco pessoal e social estatentime en planejada, através de persetação de serviços, execução de programa ou projetos e concessão de benefícios de proteção básica e especial, para as familias en dividuos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VIII - promover ações de proteção básica e especial, para as familias e pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VIII - promover ações de proteção básica e especial, para as familias e dos porteção de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VIII - promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoa e social; VIII - propiera ma assistit pressoas socialmente excluídade e risco pessoa e social; VIII - propiera ma existit pressoas ocialmente excluídade e risco pessoa										
(LOAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso. Conforme fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrarios de seu Estatuto Social, para atendimiento de suas indiaddes, a ASSOCIAÇÃO envida estorços, dentro de suas possibilidades e especialidades no sentido de: 1 - oferea de Intidade. A documentação contábil e hábil, revestida en el desenvolver a educação básica constituída pela educação infalli, ensino funda en atoma do art. 214 da Constituição Federa; III - ofereper e desenvolver a educação para exercicio da cidadania e inclusão social tendo como meio, o ensino, a assistência social, educação religiosa, e formação humana integrai, III - promover atividades de promoção social, inclusive com a promoção de cursos, encontros, palestras, congressos, eseminarios, simpósios e conferências; IV - promover ações de Proteção Social, Básica e Especial, inclusive com a promoção de cursos, encontros, palestras, congressos, eseminarios, especial de adultação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; vi - promover actividades de adendimento de forma continua, pessoas idosas; V - desenvolver ações de Proteção Social, para as familias, pessoas idosas e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VI - promover assistência, ampero e defeas das crianças, dos adolescentes, cos jovens, das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VI - promover assistência, ampero e defeas das crianças, dos adolescentes, cos jovens, das concas de de des entre de calva (syrestrição) a pessoa idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VI - promover assistência, ampero e defeas das calcinaças, dos adolescentes, cos jovens, das concas de de des entre disconstituiças e concessão de beneficios de proteção básica e especial, promover assistência, ampero e defeas das calcinaças, dos adolescentes, cos jovens, das concas de devida de la defea de adolescentes, cos jovens, das concas de devida de la destadimento es concesão de pessoa de social e	de Diretrizes e Bases da Educa	ação Nacional (LDB), a Le	 Orgânica da 	Assistência Socia	al origem e					
envida esforços, dentro de suas possibilidades e especialidades no sentido de: 1 - ofere- der e desenvolver a educação instituída pela educação infatil, ensino funda- mental e ensino médio em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE na for- ma do art. 214 da Constituíção Federal; II - oferecer e desenvolver a educação para de constituída pela educação in eligilosa, e formação humans integral; III - pormover aducação religiosa, e formação humans integral; III - pormover aducação religiosa, e formação humans integral; III - pormover aducação religiosa, e formação de cursos, encontros, palestras, congressos, seminá- rios, simpósios e conterências; IV - promover advidades de promose, so e contento de cursos, encontros, palestras, congressos, seminá- rios, simpósios e conterências; IV - promover advidades de promover associal entendi- mento as pessoas idosas vo de vulnerabilidade e risco pessoal e social e atendi- mento as pessoas idosas, vo desenvolver atividades de risco pessoal e social e atendi- mento as pessoas idosas e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; para as familias concessão de beneficios de proteção básica e especial, para as familias concessão de beneficios de proteção básica e especial, para as familias do CFC N° 1.376/11 (NBC TG 28) - Apresentação das la pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - promover ações de proteção à familia, à infáncia, à adollescência, a adultos e a velhice; VIII - promover ações de proteção à familia, à infáncia, à adolescência, a adultos e a velhice; VIII - promover acções de proteção à familia, à infáncia, à adolescência, a adultos e a velhice; VIII - promover as sistit pessoas socialmente excluídas e/o em situação de vulnerabilidade e risco social e aconómico; IX - preporcionar às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e de vulnerabilidade e risco social e aconómico; IX - proporcionar às pessoas idosas institucionalizadas assistência apora perservação de sua saúde física e emental, de su	(LOAS), o Estatuto da Criança	e do Adolescente (ECA) e	o Estatuto d	 Idoso. Conform 	e fatos e a	a prática de ato	os administrativ	vos. As demo	onstraç	
cer e desenvolver a educação básica constituída pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE na for e costumes". A entidade mantém em boa ordem a do ma do art. 214 da Constituição Federal; II - oferecer e desenvolver a educação para o exercicio da cidadania e inclusão social tendo como meio, o ensino, a assistência social, a fundade são religiosa, e formação humana integral; III - promover atividades de promoção social, inclusive com a promoção de cursos, encontros, palestras, congressos, semito das com base no custo histórico e de acordo com as para funda sistema e indivíduos em situação de vulcerabilidade e risco pessoal e social; a dada e la media de vulcerabilidade e risco pessoal e social; a dada su ("moeda funcional"). As demonstrações fini dade da utilidade sidade su su expecial para as famílias, pessoas idosas e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - amparar e assistir pessoas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - amparar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - amparar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - amparar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - amparar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - amparar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco pessoal es social; VII - amparar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco pessoal es social; VII - amparar e assistir pessoas idosas de relevância, a adultos e a velhice; VIII - amparar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco pessoa es social; VII - amparar e assistir pessoas idosas institucional com característica domiciliar desti						as, elaboradas	s por disposiç	ões legais e	estatul	
mental e ensino médio em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE na for- and o art. 214 da Constituição Federal; II - ofercer e desenvolver a educação apara o a dra da 124 da Constituição Federal; II - ofercer e desenvolver a educação apara o avercicio da cidadania e inclusão social tendo como meio, o ensino, a assistência social, exercicio da cidadania e inclusão social tendo como meio, o ensino, a assistência social. Entidade são: 4.1) Base de mensuração: As demonstra cão social, inclusive com a promoção de cursos, encontros, palestras, congressos, seminá- nos, simpôsios e conferências; IV – promover ações de Proteção Social, Básica e Especial as familias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social e atendi- mento as pessoas idosas; V – desenvolver atividades de atendimento de forma continua- tacidade, pramanente e planejada, através de prestação de serviços, execução de proteção básica e especial, para as familias, a pramanente e planejada, através de prestação de serviços, execução de proteção básica e especial, para as familias, a promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas e mistuação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII – promover ações de proteção à familia, à infância, à adolescência, a adultos e a velhice; VIII - am- parar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco social a e pessoal, quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convivio com os familiares, através de unidade institucional com característica domiciliar destinada a acolhier pessoas idosas e assistência social e de atendimento de sacolhier pessoas idosas e assistência social e de atendimento de saúde voltadas as assi- político, pem como a legislação vigente, se mespecial o Estatuto do tloso, visando se mor a legislação vigente, em especial o Estatuto do tloso, visando sem os conta Aplicações c/Prazo (c/restrição) b) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações fina comunidade	envida estorços, dentro de sua	is possibilidades e especia	ildades no se	ntido de: 1 - otere						
ma do art. 214 da Constituição Federal; II - oferecer e desenvolver a éducação para o principais Práticas Contábeis Adotadas: As principais exercício da cidadania e inclusão social tendo como meito, o ensino, a assistência social, assistência social, através da educação, de atividades esportivas, culturais, religiosas e de comunicação social, inclusive com a promoção de cursos, encontros, palestras, congresos, semina-contros, simpósios e conferências; IV - promover ações de Proteção Social, Básica e Especial has famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social e atendimento de forma continuada, permanente e planejada, através de prestação de se evriços, execução de programas ou projetos e concessão de beneficios de proteção básica e especial, para as famílias, pessoas idosas e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VI - promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VI - promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VI - promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VI - promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VI - promover a assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social e social e social de atendimento e avelhice; VII - promover a assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e/ou risco social e econômico; IX - prestar serviços de relevância publica, bem como a legislação vigente, as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social e espiritual, bem como alterial proportionar às pessoas idosas en emita, de sua ti										
educação religiosa, e formação humana integral; III — promover atividades de promoção social, inclusive com a promoção de cursos, encontros, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências; IV — promover acções de Proteção Social, Básica e Especial a atendimento as pessoas idosas; V — desenvolver atividades de atendimento de forma continual, a permanente e planejada, através de prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de benefícios de proteção básica e especial, para as famílias o pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VI — promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII — promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII — promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII — promover a assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII — promover a assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII — promover a casida e atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social de atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas institucionalizadas assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, bem como atividades culturais e recreativas, bulico, per proprocionar às pessoas idosas institucionalizadas sassistência material, moral, intelectual, social e espiritual, bem como atividades de calidade intelectual, social e espiritual, bem como atividades de calidade intelectual, social e espiritual, bem como atividades de calidade intelectual, social e espiritual, bem como atividades de calidade intelectual, s										
social átravés da educação, de atividades esportivas, culturais, religiosas e de comunica cão social, inclusive com a promoção de cursos, encontros, palestras, congressos, seminários, simpôsios e conterências; IV – promover ações de Proteção Social, Básica e Especial tádade atua ("moeda funcional"). As demonstrações finas familias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoa e social e atendinado u projetos e concessão de beneficios de proteção básica e especial, para as familias, pessoas idosas e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VI – promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII – promover ações de proteção à familia, à infância, à adolescéncia, a adultos e a velhice; VIII - amparar e assistir pessoas socialmente excluidas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco social e econômico; IX - prestar serviços de relevância pública e social de atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e vicu risco social e econômico; IX - proprocionar às pessoas idosas de messoas sociales es a velnidades de autos acolhimento excluidas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco social e econômico; IX - proporcionar às pessoas idosas institucionalizadas esta econômico; IX - proporcionar às pessoas idosas institucionalizadas esta esta excluidade e de vicu social e de atendimento de saúde voltadas e acsepcial por a participação de vidnerabilidade e risco social e de atendimento de saúde voltadas e acsepcial por a participação de vidnerabilidade e risco social e de atendimento de saúde voltadas e acsepcial por a participação de vidnerabilidade e risco social e de atendimento de saúde voltadas e acsepcial por a participação de vidnerabilidade e risco social e de atendimento de saúde voltadas e acsepcial por a participação de vidnerabilidade e risco social e de atendimento de saúde voltadas a essepublica, por a participação de										
ção social, inclusive com a promoção de cursos, encontros, palestras, congressos, semináns, simpósios e conferências; IV – promover ações de Proteção Social, Básica e Especial ricos, simpósios e conferências; IV – promover ações de Proteção Social, Básica e Especial ricos, simpósios e Conferências; IV – promover ações de penstação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de beneficios de proteção básica e especial, para as familias, personas idosas e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VI – promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das persoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VI – promover ações de proteção à familia, à infância, à adolescência, a adultos e a velhice; VIII - amparar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social de atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social de atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social e atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social de atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social de atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social de atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social de atendimento e acolhimento de saúde volvadas a sestenta de autoridade e de sua esta esta possibilidade e risco pessoal e social de atendimento e saúde volvadas a sestenta de sua saúde física e mental, de sua liberada e de sua dignidade; XI – propiciar um ambiente acolhedor às pessoas idosas institucionalizadas, visando em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vínculo familiar como formas de sociabilidades										
iños, simpósios e conferências; IV − promover ações de Proteção Social, Básica e Especial se familias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social e atendimento as pessoas idosas; V − desenvolver atividades de atendimento de forma continua- mento as pessoas idosas; V − desenvolver atividades de atendimento de forma continua- pessoas idosas; V − desenvolver atividades de atendimento de forma continua- pessoas idosas e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII − promover aspessoas idosas e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII − promover ações de proteção à familia, à infância, à adolescência, a adultos e a velhice; VIII − am- parar e assistir pessoas socialmente excluidas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco social e econômico; IX − prestar serviços de relevância pública e social de atendimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco social e econômico; IX − prestar serviços de relevância pública e social de atendimento resultados a conher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, respeitando a socilher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, respeitando a socilher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, respeitando a sopliticas públicas de assistência social e de atendimento de saúde voltadas a esse público, bem como a legislação vigente; X − proprocicar as a pessoas idosas institucionalizadas a sespelutado a preservação de sua saúde física e mental, de sua liberdade e de sua dignida- do as políticas públicas de assistência social e de atendimento de saúde voltadas a esse público, bem como a legislação vigente; X − proporcicar as pessoas idosas institucionalizadas visando em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vinculo familiar como formas de sociabilidade; XII − propiciar um ambiente acolhedor às pessoas idosas institucionalizadas visando em todas as ações a integração social e o fortalecime	social atraves da educação, de	e atividades esportivas, cult	urais, religios	as e de comunica	1- 4.2) MOG					
às famílías e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social e atendimento a persesoas idosas; V – desenvolven atividades de atendimento de forma continuamento e planejada, através de prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de beneficios de proteção básica e especial, para as famílias, pessoas idosas e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VI – promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII – promover ações de proteção à família, à infância, à adolescência, a adultos e a velhice; VIII - amparar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social de atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social de atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social de atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas as possibilidades de autosustento e convivio com os familiares, através de unidade institucional com característica domiciliar destinada a legislação vigente; X − proporcionar às pessoas idosas institucionalizadas assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, bem como atividades culturais e recreativas, do as políticas públicas de assistência social e de atendimento de saúde voltadas a esse público, bem como a legislação vigente, em especial o Estatuto do idoso, visando sempre sua longevidade e bem-estar; XII − incentivar e promover a participação de família e da ações a integração social e o fortalecimento do vínculo famíliar como formas de sociabilidades de autosas os apressoas idosas institucionalizadas, visando em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vínculo famíliar como formas de sociabilidades de autores, palestras, eventos, venda de artigos recebidos em doação, la família e da comercialização de	rios simnósios e conferências	IIOÇÃO DE CUISOS, ELICOLIDOS IV — promover ações de Pr	ntecão Social	Rásica e Especia	al tidade a	tua ("moeda f	uncional") As	demonstrace	nico ai	
mento as pessoas idosas; V - desenvolver atividades de atendimento de forma continua- da, permanente e planejada, através de prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de benefícios de proteção básica e especial, para as famílias, personas idosas e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - promover agões de proteção à família, à infância, à adolescência, a adultos e a velhice; VIII - am- parar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco social e conômico; IX - prestar serviços de relevância, pública e social de atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco social e espondimento de sudidade institucional come característica domiciliar destinada a acolher pessoas idosas de unidade institucional come caracteristica domiciliar destinada a acolher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, respeitando a acolher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, respeitando a acolher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, respeitando a acolher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, respeitando à preservação de sua saúde física e mental, de sua libertade e de sua dignida- de; XI − propiciar um ambiente acolhedor às pessoas idosas institucionalizadas, respeitan- do as políticas públicas de assistência social e de atendimento de saúde voltadas a esse- público, bem como a legislação vigente, em especial o Estatuto do Idoso, visandos em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vínculo familiar como formas de sociabili- dade; XII − propiciar um ambiente acolhedor às pessoas idosas institucionalizadas, visando em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vínculo familiar como formas de sociabil										
da, permanente e planejada, através de prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de benefícios de proteção à básica e especial, para as tamílias, pessoas idosas e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - promover assistência, amparo e defesa das cránças, dos adolescentes, dos jovens, das pesas a idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - promover ações de proteção à família, à infância, à adolescência, a adultos e a velhice; VIII - ampara e assistir pessoas socialmente excluidas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco social e econômico; IX - prestar serviços de relevância pública e social de atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e or incos social e econômico; IX - prestar serviços de relevância pública e social de atendimento de acolher pessoas idosas as possibilidades de autossustento e convivio com os familiares, através de unidade institucional com característica domiciliar destinada a acolher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, respeitando a legislação vigente; X - proporcionar às pessoas idosas institucionalizadas assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, bem como atividades culturais e recreativas, de yludentes de Caixa (Caixa Equivalentes de Caixa (Serstrição) anos ou na característica domiciliar destinada a gode se não dispendidos em 2024; e a valores pertencer das poblicas públicas de assistências entendimento de saúde voltadas a esse público, bem como a legislação vigente, em especial o Estatuto do Idoso, visando sempre sua longevidade e berm-estar; XII - incentivar e promover a participação de recursos ceridade; XIII - Relaizar atividades meio com a finalidade de de geração de recursos e rendas que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de de sor como como a finalidade de de geração de recursos e rendas que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de recursos e rendas que garantam a sua	mento as pessoas idosas; V -	desenvolver atividades de	atendimento	de forma continua	a- xa: a.1)	Caixa e Equ	ivalentes de	Caixa (s/rest	trição):	
pessoas idosas e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - promover acções de proteção à familia, à infância, à adolescência, a adultos e a velhice; VIII - amparar e assistir pessoas socialmente excluidas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco social e econômico; IX - prestar serviços de relevância pública e social de atendimento e convivio com sa familiares, através de unidade institucional com característica domiciliar destinada a acolher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, respeitando a legislação vigente; X - proporcionar às pessoas idosas institucionalizadas este sulforupor de característica o material, moral, intelectual, social e espiritual, bem como atividades culturals e recreativas, visando à preservação de sua saúde física e mental, de sua liberdade e de sua dignidado à preservação de sua saúde física e mental, de sua liberdade e de sua dignidado à preservação de sua saúde física e mental, de sua liberdade e de sua dignidado à preservação de sua saúde física e mental, de sua liberdade e de sua dignidado à preservação de sua saúde física e mental, de sua liberdade e de sua dignidado à preservação de sua saúde física e mental, de sua liberdade e de sua dignidado as políticas públicas de assistência social e de atendimento de saúde voltadas a essepublico, bem como a legislação vigente, em especial o Estatuto do Idoso, visando em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vínculo familiar como formas de sociabilidade; XIII - finealizar atividades menior de saúde voltadas e despínidades (VIII - promover a participação de bem es eserviços, incluindo a comercialização de levinos, serviços gráficos, atividades de editora de livros, atividades de cartina, atividades educacionais, de cultura de de de desponidades (VIII - promover a participação de levinos eserviços, inc	da, permanente e planejada, a	través de prestação de se	erviços, execu	ıção de programa	s ção do (CFC Nº 1.296/	10 (NBC TG C	Demons	stração	
promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - romover ações de proteção à família, à infância, à adolescência, a adultos e a velhice; VIII - amparar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco conscial e económico; IX - prestar serviços de relevância pública e social de atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e/ou risco socia el epessoad, quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares, através de unidade institucional com característica domiciliar destinada a legislação vigente; X - proporcionar às pessoas idosas institucionalizadas assistência wisando à preservação de sua saúde fisica e mental, de sua liberdade e de sua dignidade; XI - propiciar um ambiente acolhedor às pessoas idosas institucionalizadas, respeitand oa se políticas públicas de assistência social e de atendimento de saúde voltadas a esse público, bem como a legislação vigente, em especial o Estatuto do idoso, visando sempre sua longevidade e bem-estar; XII - incentivar e promover a participação da família e da comunidade na atenção as pessoas idosas institucionalizadas, visando em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vínculo famíliar como formas de sociabilidade; XIII- Realizar atividades meio com a finalidade de geração de recursos e rendas que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de bense revidades meio com a finalidade de recursos. A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Centro de Contava Aplicações CiPrazo (c/restrição) Bancos Conta Aplicações					s, do CFC	Nº 1.376/11 (N	IBC 1G 26) -	Apresentação	o das I	
pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - promover a assistir pessoas socialmente excluidas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco cacial e econômico; IX - prestar serviços de relevância pública e social de atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convivio com se familiares, através de unidade institucional com característica domiciliar destinada a acolher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, respeitando a legislação vigente; X - proporcionar às pessoas idosas institucionalizadas assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, bem como atividades culturais e recreativas, visando à preservação de sua saúde física e mental, de sua liberdade e de sua dignidade; XI - propiciar um ambiente acolhedor às pessoas idosas institucionalizadas, respeitando as políticas públicas de assistência social e de atendimento de saúde voltadas a esse público, bem como a legislação vigente, em especial o Estatuto do Idoso, visando em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vinculo familiar como formas de sociabilidade; XIII- Fibealizar atividades mediata ou até 90 (nove acolar de lordades (Caixa a Equivalentes de Caixa a Equivalentes de Caixa (Ses e não dispendidos em 2024; e a valores pertencer dos no Lar Nossa Senhora das Graças (Instituição de sos). (Altiva e Equivalentes de Caixa a Equivalentes de Caixa (Exis e Equivalentes de Caixa a Caixa e Equivalentes de Caixa a Caixa e Equivalentes de Caixa a	nromover assistência amnaro	n siluação de vulherabilida e defesa das criancas, do	ue e risco pe: s adolescente	ssuai e suciai, vi s dos iovens da	s conta ha					
iações de proteção à família, à infância, à adolescência, à adultos e a velhice; VIII - amparar e assistir pessoas socialmente excluidas e/ou me situação de vulnerabilidade e risco social e econômico; IX - prestar serviços de relevância pública e social de atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social e aconômico; IX - prestar serviços de relevância pública e social de atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e/ou risco socia s familiares, através de unidade institucional com característica domiciliar destinada a acolher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, respeitando a legislação vigente; X - proporcionar às pessoas idosas institucionalizadas assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, bem como atividades culturais e recreativas, des públicas de sua saúde fisica e mental, de sua liberdade e de sua da sugnidade; XII - propiciar um ambiente acolhedor às pessoas idosas institucionalizadas, respeitando as políticas públicas de assistência social e de atendimento de saúde voltadas a esse público, bem como a legislação vigente, em especial o Estatuto do Idoso, visando sempre sua longevidade e bem-estar, XII - incentivar e promover a participação da família e do so políticas públicas de assistência social e de atendimento de saúde voltadas a esse público, bem como a legislação vigente, em especial o Estatuto do Idoso, visando sempre sua longevidade e bem-estar, XII - incentivar e promover a participação de recursos e rendas que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de tecursos, revenda de artigos recebidos em doação, a la filação de lotre se serviços, incluindo a comercialização de livros, serviços gráficos, atividades de editora de livros, atvividades de cerursos. A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Perdas	pessoas idosas em situação d	e vulnerabilidade e risco p	essoal e soc	ial: VII - promove	er de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (nove					
parar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco social e a tendomino; IX - prestar serviços de relevância pública e social de atendimento e acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e/ou risco socia de atendimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e/ou risco socio da familiares, através de unidade institucional com característica domiciliar destinada a acolher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, respeitanda a legislação vigente; X - proporcionar às pessoas idosas institucionalizadas assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, bem como atividades culturais e recreativas, de su a saúde física e mental, de sua liberdade e de sua dignidade; XI - propiciar um ambiente acolhedor às pessoas idosas institucionalizadas, respeitando as políticas públicas de assistência social e de atendimento de saúde voltadas a ese público, bem como a legislação vigente, em especial o Estatuto do Idoso, visando sempre sua longevidade e bem-estar; XII - incentivar e promover a participação da familia e da aceção social e o fortalecimento do vínculo familiar como formas de sociabilidade; XIII- Realizar atividades meio com a finalidade de geração de recursos e rendas que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de bens e serviços, incluindo a comercialização de levinos, serviços gráficos, atividades de editora de livros, atividades de cantina, atividades edeucacionais, de cultura, atividades de geradoras de recursos. A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio Joãos e Raphaela Passalacqua; 3) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Di	ações de proteção à família, à	infância, à adolescência,	a adultos e a	velhice; VIII - am	n- insignific				,	
acolhimento institucional as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e/ou risco soci al e pessoal, quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívior com os familiares, através de unidade institucional com característica domiciliar destinada a acolher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sesseante) anos ou mais, respeitante a legislação vigente; X — proporcionar às pessoas idosas institucionalizadas assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, bem como atividades culturais e recreativas, des visando à preservação de sua saúde física e mental, de sua liberdade e de sua dignidade; XI — propiciar um ambiente acolhedor às pessoas idosas institucionalizadas, respeitando as políticas públicas de assistência social e de atendimento de saúde voltadas a esse público, bem como a legislação vigente, em especial o Estatuto do idoso, visando sempre sua longevidade e bem-estar; XII — incentivar e promover a participação da familia e da ações a integração social e o fortalecimento do vínculo familiar como formas de sociabilidade; XIII- Realizar atividades meio com a finalidade de geração de recursos, palestras, eventos, venda de artigos recebidos em doação, atividades de editora de livros, atividades de cantina, atividades educacionais, de cultura, atividades de geradoras de recursos. A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Perda Estimadas para Créditos de Liquidação Di Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Din	parar e assistir pessoas socialm	nente excluídas e/ou em sit	uação de vulr	nerabilidade e risc	0					
al e pessoal, quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com s familiares, através de unidade institucional com característica domiciliar destinada a acolher pessoas idosas e ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, respeitando a legislação vigente; X — proporcionar às pessoas idosas institucionalizadas assistência de; XI — proporcionar às pessoas idosas institucionalizadas assistência de; XI — propicar um ambiente acolhedor às pessoas idosas institucionalizadas, respeitando as políticas públicas de assistência social e de atendimento de saúde voltadas a esse público, bem como a legislação vigente, em especial o Estatuto do Idoso, visando sempre sua longevidade e bemestair, XII — incentivar e promover a participação da familia e da comunidade na atenção as pessoas idosas institucionalizadas, visando em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vínculo familiar como formas de sociabilidade; XIII- Realizar atividades meio com a finalidade de geração de recursos o rendas que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de bens móveis e imóveis, promoção de cursos, palestras, eventos, venda de artigos recebidos em doação, comercialização de bens e serviços, incluindo a comercialização de livros, atividades de editora de livros, atividades de geradoras de recursos. A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Centro de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colégio João e Ropa de autos de conviência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) (1) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Di						Equivalentes	de Caixa			
os familiares, através de unidade institucional com característica domiciliar destinada a caciher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, respeitando a legislação vigente; X – proporcionar às pessoas idosas institucionalizadas assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, bem como atividades culturais e recreativas, des visando à preservação de sua saúde física e mental, de sua liberdade e de sua dignidade; XI – propiciar um ambiente acolhedor às pessoas idosas institucionalizadas, respeitando as políticas públicas de assistência social e de atendimento de saúde voltadas a esse público, bem como a legislação vigente, em especial o Estatuto do Idoso, visando sempre sua longevidade e bem-estar, XII – incentivar e promover a participação da familia e do comunidade na atenção as pessoas idosas institucionalizadas, visando em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vínculo familiar como formas de sociabilidade; XIII – Realizar atividades meio com a finalidade de geração de tecursos, venda de artigos recebidos em doação, de custos, palestras, eventos, evenda de artigos recebidos em doação, atividades de editora de livros, atividades de geradoras de recursos. A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Di	al e nessoal quando escotadas	s todas as nossihilidades c	e vuillelabillud le autossustei	nto e convívio cor	n Bancos	Conta Movime	nto (s/Restricão	0)		
acolher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, respeitando a legislação vigente; X — proporcionar às pessoas idosas institucionalizadas assistência com a legislação vigente; X — proporcionar às pessoas idosas institucionalizadas assistência com a legislação audici física e mental, de sua liberdade e de sua dignidado à preservação de sua saudide física e mental, de sua liberdade e de sua dignidado à preservação de sua saudide física e mental, de sua liberdade e de sua dignidado a políticas públicas de assistência social e de atendimento de saúde voltadas a esse público, bem como a legislação vigente, em especial o Estatuto do ldoso, visando sempre sua longevidade e bem-estar; XII — incentivar e promover a participação da familia e da ações a integração social e o fortalecimento do vinculo familiar como formas de sociabilidade; XIII— Fibealizar atividades meio com a finalidade de geração de recursos e rendas a ações a integração social e o fortalecimento do vinculo familiar como formas de sociabilidade; XIII— Fibealizar atividades meio com a finalidade de geração de recursos e rendas comercialização de be posse sevriços, incluindo a comercialização de le filoros, sevriços gráficos, atividades de editora de livros, atividades de geradoras de recursos. A Associação União Beneficente das Irmás de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Di										
matéral, "moral, "intelectual, "social e espiritual, bem como atividades culturais e recreativas, dos no Lar Nossa Senhora das Graças (Instituição de visando à preservação de sua saúde física e mental, de sua liberdade e de sua dignidades de sua sua patrica proprior de visando à preservação de sua saúde física e mental, de sua liberdade e de sua dignidades possibilico, bem como a legislação vigente, em especial o Estatuto do Idoso, visando sempre sua longevidade e bem-estar; XII – incentivar e promover a participação da família e da comunidade na atenção as pessoas idosas institucionalizadas, visando em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vínculo famíliar como formas de sociabilidade; XIII- Realizar atividades meio com a finalidade de geração de recursos e rendas que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de bense sevriços, incluindo a comercialização de les de recursos. A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Perda Satra Curriculares / Material Didático (Perda Centro de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Di	acolher pessoas idosas de amb	os os sexos, com 60 (sess	enta) anos ou	ı mais, respeitand	o a.2) Equ	ivalentes de	Caixa (c/restr	ição): Refere		
visando à preservação de sua saúde física e mental, de sua liberdade e de sua dignida de; XII – propiciar um ambiente acolhedor às pessoas idosas institucionalizadas, respeitando as políticas públicas de assistência social e de atendimento de saúde voltadas a esse público, bem como a legislação vigente, em especial o Estatuto do Idoso, visando sempre sua longevidade e bem-estat; XII – incentivar e promover a participação da familia e da comunidade na atenção as pessoas idosas institucionalizadas, visando em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vínculo familiar como formas de sociabalidade; XIII- Realizar atividades meio com a finalidade de geração de recursos e rendas que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de bens móveis e imóveis, promoção de cursos, palestras, eventos, venda de artigos recebidos em dosção, comercialização de bens e serviços, incluindo a comercialização de livros, serviços gráficos, atividades de editora de livros, atividades de cantina, atividades ed eucacionais, de cultura, dater, esporte, dentre outras atividades queradoras de recursos. A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Centro de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colédo de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colédo de Sao Vicente de Paulo de Convivência São Vicente de Paulo; 5) Colédo de Sao Vicente de Paulo de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colédo de Sao Vicente de Paulo de Convivência São Vicente de Paulo de Convivência São Vicente de Paulo; 5) Colédo de Sao Vicente de Paulo de Sac Vicente de Paulo; 5) Colédo de Sao Vicente de Paulo; 5) Colédo de Sao Vicente de Paulo; 5) Colédo de Sao Vicente de Paulo; 5) Colédo Desa Sao Vicente de Paulo; 5) C										
de; XI — propiciar um ambiente acolhedor às pessoas idosas institucionalizadas, respeitando as políticas públicas de assistência social e de atendimento de saúde voltadas a esse público, bem como a legislação vigente, em especial o Estatuto do Idoso, visando sempre sua longevidade e bem-estar; XII — incentivar e promover a participação da familia e do su loros conta Movimento (c/Restrição) Bancos Conta Aplicações c/Prazo (c/restrição) sua longevidade e bem-estar; XII — incentivar e pormover a participação da familia e do sulores originais aplicados, acrescidos dos rendimento dade; XIII— Realizar atividades meio com a finalidade de geração de recursos e rendas que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de bens móveis e imóveis, promoção de cursos, palestras, eventos, evenda de artigos recebidos em doação, comercialização de bens se serviços, incluindo a comercialização de lotros, serviços, gráficos, atividades de editora de livros, atividades de geradoras de recursos. A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Di Operadas Estimadas para Créditos de Liquidação Di						Lar Nossa Ser	nhora das Gra	ças (Instituiç	çao de	
do as políticas públicas de assistência social e de atendimento de saúde voltadas a esse publicas públicas de assistência social e de atendimento de losa, visando sempre sua longevidade e bem-estar, XII – incentivar e promover a participação da família e da comunidade na atenção as pessoas idosas institucionalizadas, visando em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vínculo familiar como formas de sociabilidade; XIII- Realizar atividades meio com a finalidade de geração de recursos e rendas que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de bens móveis e imóveis, promoção de cursos, palestras, eventos, venda de artigos recebidos em doação, comercialização de bens e serviços, incluindo a comercialização de livros, serviços gráficos, atividades de cartina, atividades de cartina, atividades de cartina, atividades de recursos. A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Centro de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colédio do Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Di						Fauivalentes	de Caixa			
públicó, bem como a legislação vigente, em especial o Estatuto do Idoso, visando sempre sua longevidade e bem-estar; XII – incentivar e promover a participação da família e da comunidade na atenção as pessoas idosas institucionalizadas, visando em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vinculo familiar como formas de sociabilidade; XIII- Realizar atividades meio com a finalidade de geração de recursos e rendas que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de bens móveis e imóveis, promoção de cursos, palestras, eventos, venda de artigos recebidos em doação, comercialização de bens e serviços, incluindo a comercialização de livros, serviços gráficos, atividades de editora de livros, atividades de cantina, atividades ed eucacionais, de cultura, lazer, esporte, dentre outras atividades geradoras de recursos. A Associação União Beneficente das Irmás de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Centro de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colégio João Paghaela Passalacqua; 3)	do as políticas públicas de assi	istência social e de atendir	nento de saú	de voltadas a ess	e Bancos			0)		
comunidade na atenção as pessoas idosas institucionalizadas, visando em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vínculo familiar como formas de sociabilidade, XIII- Realizar atividades meio com a finalidade de geração de recursos e rendas que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de bens móveis e imóveis, proção de cursos, palestras, eventos, venda de artigos recebidos em doação, comercialização de bens e serviços, incluindo a comercialização de livros, serviços gráficos, atividades de cantina, atividades de cantina, atividades de cultura, datore, esporte, dentre outras atividades geradoras de recursos. A Associação União Beneficente das Irmás de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Centro de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colédio de Pedas Estimadas para Créditos de Liquidação Di										
ações a integração social e o fortalecimento do vínculo familiar como formas de sociabilidade; XIII- Realizar atividades meio com a finalidade de geração de recursos e rendas que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de bens móveis e imóveis, procomercialização de bens se serviços, incluindo a comercialização de bens e serviços, incluindo a comercialização de virvos, serviços gráficos, atividades de editora de livros, atividades de cantina, atividades ed eucacionais, de cultura, atividades de recursos. A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Di Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Di	sua longevidade e bem-estar;	XII – incentivar e promove	r a participaç	ão da família e d	a b) Aplic	cações de Liq	uidez Imediat	a: As aplicaç	ões fin	
dáde; XIII- Ñealizar atividades meio com a finalidade de geração de recursos e rendas que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de bens móveis e imóveis, promoção de cursos, palestras, eventos, venda de artigos recebidos em doação, comercialização de bens e serviços, incluindo a comercialização de livros, serviços gráficos, datividades de editora de livros, atividades de cantina, atividades educacionais, de cultura, lazer, esporte, dentre outras atividades geradoras de recursos. A Associação União Beneficente das Irmás de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Centro de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colé-	comunidade na atenção as p	essoas idosas instituciona	alizadas, visa	ndo em todas a	s los valor	es originais api	icados, acreso	idos dos rend	dimento	
que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de bens móveis e imóveis, pro- moção de cursos, palestras, eventos, venda de artigos recebidos em doação, comercialização de bens e serviços, incluindo a comercialização de livros, serviços gráficos, atividades de editora de livros, atividades de cantina, atividades educacionais, de cultura, lazer, esporte, dentre outras atividades geradoras de recursos. A Associação União Beneficente das Irmás de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas se- guintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Centro de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colé- O Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Di						Conta Anlicação	es c/Prazo (s/r	estricão)		
moção de cursos, palestras, eventos, venda de artigos recebidos em doação, comercialização de bens e serviços, incluindo a comercialização de livros, serviços gráficos, atividades de cantina, atividades educacionais, de cultura, lazer, esporte, dentre outras atividades geradoras de recursos. A Associação União Beneficente das Irmás de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas sequintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) (Centro de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colégio João de Raphaela Passalacqua; 3) (Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Di Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Di										
atividades de editora de livros, atividades de cantina, atividades educacionais, de cultura, do balanço. lazer, esporte, dentre outras atividades geradoras de recursos. A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas se- guintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Centro de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colé- di Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Di	moção de cursos, palestras	, eventos, venda de a	dos em doação	o, c) Ativo	s circulantes	 Contas a r 	eceber de cl			
llazer, esporte, dentre outras atividades geradoras de recursos. A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas se- guintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) (Centro de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colé d) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Di	comercialização de bens e servi	iços, incluindo a comercializ	ação de livros	s, serviços gráficos	s, ber de d) e de usuário	os conforme	Estatut	
Beneficente das Irmās de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas se- guintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Cursos Extra Curriculares / Material Didático (Centro de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colé- d) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Di	atividades de editora de livros,	atividades de cantina, ativ	ocursos A	cionais, de cultura	a, do balar	iço.				
guintes unidades: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Cursos Extra Curriculares / Material Didático (Centro de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colé- d) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Di	Beneficente das Irmãs de São	auviuaues gerauoras de r o Vicente de Paulo de G	ISEGEM. É CO	ssociação UNIA Imposta nelas se	o a- Anuida	des a Recebe	r			
Centro de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colé- d) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação De	guintes unidades: 1) Editora	Vicentinos; 2) Colégio Jos	io e Raphael	a Passalacqua: 3	Cursos			rial Didático		
(gio Santo Antonio de Lisboa; 6) Núcleo de Formação e Promoção São Vicente de Paulo; foi constituída em montante considerado suficiente pela A	Centro de Convivência São Vic	cente de Paulo; 4) Colégio	São Vicente	de Paulo; 5) Colé	- d) Perda	as Estimadas	para Créditos	s de Liquida		
	gio Santo Antônio de Lisboa; 6) Núcleo de Formação e F	romoção São	Vicente de Paulo	o; foi const	ituida em mont	ante considera	ido suficiente	pela A	

0 4.4318 88 4.569.24 pt 20 0 0 4.590.7 pt Flassa Shrindra de Graphic State Valor bruto Contibilition A. Septimbro de moderni de l'August Principale Findra d de ca insign Caixa
Banco
a.2) E
ções e
dos no
sos).
Caixa
Banco
Banco
b) Ap
los val

aixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) nificante risco de mudanca de valor.) dias e que es	stão sujeitos a
,	2024	2023
a e Equivalentes de Caixa	15.622.111	16.169.208
a .	67.126	63.104
cos Conta Movimento (s/Restrição)	6.248.585	1.477.021
cos Conta Aplicações C/Prazo (s/restrição)	9.306.400	14.629.083
Equivalentes de Caixa (c/restrição): Referem-se a re	ecursos recebido	os de subven-
e não dispendidos em 2024; e a valores pertencentes	aos usuários (i	dosos) abriga-
no Lar Nossa Senhora das Graças (Instituição de Lo	nga Permanêr	icia para Ido-
	2024	2023
a e Equivalentes de Caixa	756.547	2.584.128
cos Conta Movimento (c/Restrição)	730	129.052
cos Conta Aplicações c/Prazo (c/restrição)	755.817	
plicações de Líquidez Imediata: As aplicações financ		
alores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos p	ró-rata até a da	ta do balanço;
•	2024	2023
cos Conta Aplicações c/Prazo (s/restrição)	9.306.400	14.629.083
ana Camta Amiliana ana a/Dunma (a/unatria an)		
cos Conta Aplicações c/Prazo (c/restrição)	755.817	2.455.076

		2024	2023
3	Bancos Conta Aplicações c/Prazo (s/restrição)	9.306.400	14.629.083
	Bancos Conta Aplicações c/Prazo (c/restrição)	755.817	2.455.076
	c) Ativos circulantes - Contas a receber de clientes: R		
	ber de clientes (alunos) e de usuários conforme Estatuto d	lo Idoso, vencid	los até a data
,	do balanço.		
)		2024	2023
	Anuidades a Receber	5.077.057	4.530.359
)	Cursos Extra Curriculares / Material Didático	2.255.248	1.961.290
	d) Dandas Estimadas non Cuédites de Linuidases Dunie	HOOD (DECL D).	Ento provinão

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes for integras diessa publicações en contram-se disponíveis no site https://www.iornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

de assistência social educacional, concede Gratulidades Educacionais e outras na forma da Lei, objetivando a promoção de seus usuários e e a aplicação de seu ceuros e os relativos a das ou operações res destinatários, da coletividade e do bem comum. As atividades de assis- tância social foram realizadas de forma 100% gratulitas a seus usuários de la cultura de assis- se destinadas as condições do Estatuto do Idoso. As gratuldades de educação atenderam todos os requisitos da Lei Complementar 187/ auditor independente legalmente habilitado no Conseiho Regional o União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, atende todos os requisitos da imunidade tributária: A Associação Contabilidade. Nota 23- Segregação Contábil por Área de Atuação atende todos os requisitos da imunidade tributária os quais podem sen entidade apresenta se escrituração contábil segregada por área e observados em seu Estatuto Social e nos livros Diário e Razão: a) Não atuação, de modo a evidenciar seu patrimônio, as suas receitas, a cultada a cultada con la carda farea de atuação, conforme demonstra observados em seu Estatuto Social e nos livros Diário e Razão: a) Não atuação, de modo a evidenciar seu patrimônio as suas receitas, os distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a custos e as despesas de cada área de atuação, conforme demonstrativa de história de vida para fundos integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos tação de Serviços Educacionais desenvolvidos pela Associação União seus objetivos institucionais (artigo 71 do Estatuto Social); c) Manítem a Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem são nas mescrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art. 77 do Estatuto Social); ca a contribuições Sociais por força da Lei Nº 9.532/97 e LC 187/21 e (CEBAS), a Entidade cumpriu as diretizes e metas do Plano Nacional regulamentada pelo Decreto Federal 11.791/2023, nos seguintes de reducação (PNE) vigente na forma do artigo 214 da Constituição Ferentuais: Contribuições Sociais Usufruídas: à 20% sobre folha deral. Nota 25 - Demonstrativo do Cumprimento do Minimo de Bol-percentuais: Contribuições Sociais Usufruídas: à 20% sobre folha deral. Nota 26 - Demonstrativo do Cumprimento do Minimo de Bol-percentuais: Contribuições Sociais Purimento a serviços de autônomos e individuais; à RAT/SAT (1%), à sas Integrals: Em atendimento LC 187/21 para cada 5 alunos pagantes. As Bolsas LC 187/21 - Esquireira - CPE 864 619 388-68

Nota 15 - Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC): A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC): A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC): A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução tude da Resolução 1.409/12 item 98 em 2016 deixaram de ser Educação Básica 2024 2023 (CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa (Exto incluído pela ITG 2002 (R11). Demonstramos apenas Alunos Naciticulados 2.524 2.692 tração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa (Exto incluído pela ITG 2002 (R11). Demonstramos apenas Alunos Necessários (relação 1X5) 539 xa que a Entidade optou foi o INDIRETO. Abaixo as atividades de investimentos. 2024 2023 (241.599) (241.599 Bolsas Integrais (convenção coletiva)
Bolsas LC 187/21- Tempo integral 100%
Alunos oriundos de Convênio Público

Nota 27 - Demonstrativo da composiça ceita - Educação Básica Educação Básica Bolsas de Estudo LC 187/21- (100%) Bolsas de Estudo LC -187/21 - (50%) Bolsas LC 187/21- Tempo integral 100% Total de Bolsa de Estudo - LC 187/21

bolsa de estudo integral concedida a aluno matriculado na educação Social. Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Entidade bolsa de estudo integral concedida a aluno matriculado na educação social. Os serviços de assistencia social desenvolvidos pela Entidade do valor da bolsa de estudo integral.

Nota 27 - Demonstrativo da Composição de Gratulade Sobre Receita - Educação Básica

2024 2023

Bolsas de Estudo LC 187/21 - (100%)

Bolsas de Estudo LC 187/21 - (50%)

Bolsas de Estudo LC 187/21 - (50%)

Bolsas LC 187/21 - Tempo integral 100%

2024 2023

2025 2024

2026 2028

Resolução AS Nº 16/10, e por este motivo está inserida no Sistema Unico de Assistência Social (SUAS) e por este motivo está inserida no Sistema Com Consequência, por elas, regulamentada. A Entidade possui vínculo à rede SUAS e para isso teve como requisitos: 1. prestar serviços, projetos, programas ou beneficios como requisitos: 1. prestar serviços, projetos, sem qualquer discriminação; 2. desperádos por 2. quantificar e qualificar suas atividades de atendimento, de acordo com

Tração dos Fraxos de Caixa. O Metodo ha elaboração do Fraxo de Cai- Tesuridado. (texto incluido				stericia occiai (cono) e		
xa que a Entidade optou foi o INDIRETO. Abaixo as atividades de in- os valores apurados no e		LČ 187/21- (100%) 105 41 Educação Básica20		A Entidade possui víncul		
vestimentos. Contribuições	2024 2023 Bolsas de Estudo	LC -187/21 - (50%) 52 49 Bolsas de Estudo LC 187/21- (100%) 3.037.2	289 1.168.686 como requisito	s: 1. prestar servicos, p	projetos, programa	as ou benefícios
Das Atividades de Investimentos 2024 2023 Imunidade Usufruída Cot			335 656.243 gratuitos, conf			
Baixas de Depreciação (241.599) (271.609) Imunidade Usufruída CO	DFINS 2.283.348 2.229.148 Bolsas LC 187/21		190 7.492.166 quantificar e q			
Baixas Amortização 0 (52.830) Total	14.612.042 14.178.985 Alunos oriundos d		314 9.317.095 a Política Nac			
		ncessão dos Recursos em Assistência Educacio- Apoio a Alunos Bolsistas - Benefícios		rede socioassistencial, c		
Adicões em Comodato 163.723 0 ASSOCIAÇÃO ÚNIÃO BE	ENEFICENTE DAS IRMAS DE SÃO VICENTE DE nai – Educação I	Básica: A entidade, em conformidade com a LC 187/ Complementares	755 89.526 por cento da s	sua capacidade ao SUAS	S; e 4. disponibili	izar esses servi-
Baixa em Imobilizado (524.795) (1.889.470) PAULO DE GYSEGEM. é	é uma entidade beneficente de assistência soci- 21 ofereceu holsa	s educacionais para alunos hipossuficientes, na forma Total de Apolo a Aluno Bolsista 246.7	755 89.526 cos nos territó	rios de abrangência dos	Centros de Refe	erência da Assis-
		s matriculados da educação infantil ao 3º ano do ensi- Gratuidades de Assistência Social 14.335.3	315 11.773.075 tência Social -	- CRAS realizado nos n	municínios do São	n Paulo lundiaí
	107/01 aumari aa aasuintaa vasuisitaa aa média faram	contemplados com bolsas de 100%. A entidade não Total de Gratuidades de Assistência Social 14.335.	11.770.075 tellola 000lai	lists Note 20 Forms	iliancão dos Dra	o i auio, duilulai
Baixa em Comodato (310.276) 0 ESTATUTÁRIOS: • não	percebem seus diretores, conselheiros, socios, cobrou custeio do	material didático. Na concessão de bolsas educacio- Nota 28 - Obrigações da Área Assistência Socia	il para fins de sistencia Soc	cial: A Entidade no d	iesenvolvimento	de suas ações
Total das Atividades de Investimentos 1.249.261 (2.485.336) instituidores ou benfeitor	res, remuneração, vantagens ou benefícios, di- nais a Entidade ut	ilizou o seguinte critério de renda: • A bolsa de estudo Cebas: Conforme determinação a Lei complementar	187/2021 a Enti- socioassistenc	iais formaliza <i>para</i> cada _l	programa um plar	no com: os obje-
Nota 16 - Cobertura de Seguros: Para atender medidas preventivas reta ou indiretamente, po	or qualquer forma ou título, em razão das com- integral - 100% -	foi concedida a aluno cuja renda familiar mensal per dade procedeu o recadastramento no Ministério do	Desenvolvimento tivos, origem d	le recursos, infraestrutura	 a, tipificando os s 	serviços a serem
adotadas permanentemente a Entidade efetua contratação de segui- petências funções ou a	tividades que lhes seiam atribuídas pelos res- capita não excede	eu o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo. • A Social e Combate à Fome. A Entidade de Assistência	Social iá efetuou executados (c	onforme Resolução do	CNAS Nº 109/09	19 e Decreto Nº
		arcial - 50% - foi concedida a aluno cuja renda famili- o recadastramento no Conselho Municipal de Assistênc				
experience displayers a construction of the co	o cous recursos o eventual cunerávit integral or monad per con	ita não excedeu o valor de 3 (três) salários mínimos. • dades de São Paulo, Jundiaí, Laranjal Paulista, Pinda	manhangaha a nangairaa uti	lizadaa raauraaa hum	nanca anvolvida	o obrongônoio
eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Frincipio an, aprica suas rendas	s, seus recursos e eventual superavit integral- al mensal per cap	ita nao excedeu o valor de 3 (tres) salanos minimos. • dades de Sao Fadio, Jundan, Laranjar Fadista, Finda	amonnangaba, e nancenos un	iizauos, recursos riuri	ilanos, envolvido	is, abiangencia
Contabil da Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos mente no territorio naci	ionai, na manutenção e desenvolvimento de A bolsa- Tempo II	ntegral 100% - foi concedida a aluno cuja renda fami- Campo Grande - Mato Grosso do Sul, conforme dete	rmina a Hesolu- territorial e de	monstração da forma de	ie participação do	os usuarios e/ou
		pită não excedeu o valor de 1 1/2 (um é meio) salário ção CNAS № 16/2010, este procedimento é o reconh				
		ne artigo 20 da LC 187/21, para fim de CEBAS, cada das ações realizadas pela Entidade no âmbito da Polític	a de Assistência elaboração, ex	recução, avaliação e mo	onitoramento do p	programa.
buições Recebidas: Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou patrimônio, sob qualquer	r forma ou pretexto (artigo 16. parágrafo único					
contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatu- do Estatuto Social): • at	tondo o princípio da universalidade de atendi. NOTA 30 - LIDITIO	cação das Ações Assistenciais, Custos Envolvidos e Forma de Contabilização: A entidade em atendim				
to Social, artigo 71, item VII e VIII, conforme demonstrativo: mento, onde não direcio	ona suas atividades exclusivamente para suas executou suas acc	pes, projetos é programas de forma continuada, gratuita e relacionados com o desenvolvimento (objetivos institu	ucionais) aos usuários em situaci	ão de vulnerabilidade e i	risco social e pes	ssoal. A Entidad
Departure One in the first of the control of the co	Jila suas aliviuaues exclusivallielle pala suas , ,, , ,	Resolução CNAS nº 16/10 e Lei complementar 187/2021 na realização de suas atividades de assistência socia				
	ao nos seus atos constitutivos, em caso de dis-	100010000 C. 1. 10. 10 C. Lot componential 107/2021 ha rounzayar do cado anvidades de assistencia socia	, acc.ioira oo rooditaaoo quant	The second secon		Gratuidades
Doações de Pessoas Físicas 234.810 1.170.134 solução ou extinção, a d		ncial Resultado das Acões Assistenciais	Unidade	Dúblico Alve A	Ano Atendidos	
Doacões de Pessoas Jurídicas 112.458 295.304 te a entidade benefice	ente devidamente certificada e portadora do Serviço Assister				Ano Atendidos	Concedidas
Donativos em Espécie 1.266.626 740.744 CEBAS - Certificado de		rivência • Ambiente acolhedor com oferta de serviços; • Fortalecimento da convivência familiar, comunitária	Núcleo de Promoção e	Crianças e		
	ativo social (Art 93 do Estatuto Social): • consta e Fortalecimento		Formação São Vicente de	adolescentes de 20		
		 Reconhecimento das potencialidades e ampliação do universo informacional, cultural e artístico; 	Paulo (Laranjal Paulista - SP)	06 a 15 anos 20	023 442 ano	2.754.234
	a natureza, objetivos e publico-aivo compativeis	Acolhimento das demandas diante das necessidades dos usuários e possibilidades:	Núcleo de Convivência	Crianças e		
Nota 18 - Imunidade Tributária: A entidade é imune à incidência de com a Lei Nº 8.742/93 (LUAS) e Decreto Nº 6.308/07 (art.07 do Esta-	Efetivação dos direitos socioassistenciais e prevenção de risco e vulnerabilidade social;	Madre Maria Hubert	adolescentes 20	024 62 ano	385.588
impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo tuto Social); Operacional	is e Contabels: • possui certidão negativa ou	Diminuição de situações de violação de direitos e riscos de vulnerabilidade social;		do 06 o 15 opos	027 02 8110	
4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outu- certidão positiva com efei	ito de negativa de débitos relativos aos tributos		(Centro Oeste – MS)	ue ub a 15 anos 20	023 71 ano	336.242
bro de 1988. Nota 19 - Característica da Imunidade: A ASSOCIA- administrados pela Secre	etaria da Receita Federal do Brasil e certificado	 Diminuição da evasão escolar, da ociosidade e da exploração do trabalho infantil, bem como 	Educandário	Crianças e		
CÃO UNIÃO BENEFICENTE DAS IRMÃS DE SÃO VICENTE DE PAULO de regularidade do Fundo		da drogádição;	São Vicente de	adolescentes		
DE GYSEGEM é uma entidade sem fins lucrativos, de natureza religio- mantêm sua escrituração			Paulo-Casa Pia	de 06 a15 anos 20	024 68 ano	1.722.893
DE CISCOEM e una enicace sem inis iucrativos, de natureza reingo-	contabil regular que registra as receitas e des-	 Elevação da autoestima, descoberta de talentos e potencialidades; 	Centro	Crianças e		
sa, caráter confessional, educacional, beneficente e de assistência so- pesas, bem como a aplic		Convívio em grupo:	Comunitário	adolescentes		
cial com atividade preponderante na área da EDUCAÇÃO. No atendi- consonância com as nor	rmas emanadas do Conselho Federal de Con-					
mento de suas finalidades institucionais, a ASSOCIAÇÃO em sua ação tabilidade; • conserva er	m boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos,	Acesso as atividades de Lazer e Esporte.	Nossa Senhora	de 06 a		4
de assistência social educacional, concede Gratuidades Educacionais e contado da data da emis			de Fatima	14 anos e 20		
outras na forma da Lei, objetivando a promoção de seus usuários e e a aplicação de seus rec	curene a ne relativos a atos ou operações reali-		(Jardim Gaivotas- SP)	11 meses 20	023 195 ano	1.702.932
destinatários, da coletividade e do bem comum. As atividades de assis- zadas que impliquem mo		 Minimização de danos por violência e abusos; Preservação de sua identidade e história de vida; 	Centro de	Adultos em		
	ounicação da situação patrimoniai, • cumpre as [=	Redução das violações dos direitos socioassistenciais: Melhora na autopromoção, respeito e	Conveniência	situação		1
tência social foram realizadas de forma 100% gratuitas a seus usuári- obrigações acessórias es	Stabelectuas na legislação inbutana, • elabora		São Vicente	de rua		1
os, respeitadas as condições do Estatuto do Idoso. As gratuidades de as demonstrações contá	ibeis e imanceiras devidamente additadas por l			ue rud		1
educação atenderam todos os requisitos da Lei Complementar 187/ auditor independente lec	nalmente habilitado no Conselho Regional de VINCUIOS para Ad			l		1
21. Nota 20 – Requisitos para Imunidade Tributária: A Associação Contabilidade. Nota 23-			(Bairro Campos		024 382 ano	
União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, (Art. 6 da Lei Complei	monter 197/2021 o Docreto 11 701/2022) A	 Exercício da Cidadania; Redução e prevenção de situações de isolamento social. 	Elíseos - SP)	20	023 650 ano	2.609.679
oniao benenicene das illidas de são vicente de Fadro de disseguent, (Art. 6 da Lei Complet	imentar 187/2021 e Decreto 11.791/2023). A Instituição de Lo		Lar Nossa			
atende todos os requisitos da imunidade tributária, os quais podem ser entidade apresenta sua	escrituração contabil segregada por area de promissos de segregada de segregada de segregada de segregada por area de segregada de segreg		e. Senhora das	Idosos de		
observados em seu Estatuto Social e nos livros Diário e Razão: a) Não atuação, de modo a evi	ndenciar seu patrimonio, as suas receitas, os				024 84 ano	4.902.370
distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a custos e as despesas de	e cada área de atuação, conforme demonstrati-	segurança e conforto e local de referência; • Aumento da autoestima e do autocuidado; • Preservaçã				
qualquer título (artigo 16, parágrafo único do Estatuto Social); b) Apli- vo. Nota 24 - Obrigaçõe	es da Educação para fins de Cebas: A pres-	da história de vida preservada; • Alimentação nutricional; • Desenvolvimento das capacidades e	(Jundiaí - ŚP)	mais 20	023 82 ano	4.369.987
cam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos tação de Serviços Educa	acionais desenvolvidos nela Associação União	ampliação do universo cultural e informacional • Desenvolvimento do protagonismo e da autonomia;				
seus objetivos institucionais (artigo 71 do Estatuto Social); c) Mantêm a Beneficente das Irmãs de	la Cão Vicente de Deule de Cuercom ese nos	 Espaço de Convivência, com direito a espaços reservados; Acesso a serviços socioassistenciais e 				
		demais servicos públicos: • Melhora do convívio familiar, social e comunitário: • Vivências pautadas ao				
escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de forma- modalidades de: Berçário		respeito a si próprio e aos outros: • Acesso a atividades, de acordo com suas necessidades, interesses	.			1
lidades capazes de assegurar sua exatidão (art. 77 do Estatuto Soci- sino Médio. Em atendim			?			
al). Nota 21 - Imunidade Tributária: A entidade é imune à incidência tenção do Certificado de	e Entidade Beneficente de Assistência Social	e possibilidades; • Melhora na qualidade de vida; • Rompimento do Ciclo de Violência.				
das Contribuições Sociais por força da Lei Nº 9.532/97 e LC 187/21 e (CEBAS), a Entidade cur	moriu as diretrizes o metas de Plane Nacional Nota 31 - Demor	Istrativo dos Valores Aplicados em Gratuidades em Assistência Social			2024	202
regulamentada pelo Decreto Federal 11.791/2023, nos seguintes de Educação (PNE) viger		Assistência Social			14.335.315	11.773.07
regularine nada pelo Decreto Federal 11.791/2023, nos seguintes de Educação (PNE) viger	ille lia lollia uo alluo 214 ua Colistituicao Fe- 🚊 🚊	ades de Assistencia Social			14.335.315	
percentuais: Contribuições Sociais Usufruídas: à 20% sobre folha deral. Nota 25 - Demons	strativo do Cumprimento do Minimo de Boi- Total de Gratdidi	nation and interest and open different and an arrangement and arrangement and arrangement and arrangement and arrangement and arrangement and arrangement arrangem			17.000.010	

Estas notas explicativas referem-se as demonstrações contábeis findas em 31/12/2024. São Paulo, 31 dezembro de 2024.

NEIDE DO CARMO CALANDRIN FERREIRA DOS SANTOS - CPF 108,146,018-04 - CRC 1SP 182,379/0-1

HELENA GHIRALDI - Diretora Presidenta - CPF 860.722.508-15

Relatorio dos Auditores independentes sobre às Demonstrações Contabeis.

Aos administradores da Associação União Beneficente das Irmãs de ceiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com das operações. Os responsáveis pele governança da Entidade a que da por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de gações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nos-sos Vicente de Paulo de Gysegem - São Paulo - SP. Opinião: Examios princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional les com responsáveis pelevantes previsão do processo de elaboração auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de sa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões namos as demonstrações contábeis da Associação União Beneficente do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federa auditoria apropriada e sudificente para fundamentar nossa opinião. O estão fundamentadas namos evidências de auditoria apropriada e sudificente para fundamentar nossas objetivos são obter risco de não detecção de distorção relevante reportado e porta de sudificação de moistrações contábeis. Nossas conclusões fundamentar nos as demonstrações contábeis in auditoria apropriada e sudificação de moistrações contábeis reportados explanadas portados portados explanadas portados explanadas portados portados explanadas portados portados exp

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis namos as demonstrações contábeis da Associação União Beneficente da minas de São Ufcente de Paul de Gorsaloilidade, e cusar normas profissionais emitidas pelo Conselhio Federado no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimonial em a forma de sa de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria adedemonstrações contábeis. Responsabilidades da Administração evalva e demonstrações contábeis, contábeis maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver vas demonstrações contabeis, contábeis ad demonstrações contábeis de acuditor a desta demonstrações contábeis de acuditor ade administração de valor e as presentação de auditoria a presentação de auditoria a presentação de auditoria contidades de auditoria a presentação de auditoria a presentação de auditoria de auditoria

ISABEL DA CONCEIÇÃO - Tesoureira - CPF 854.619.388-68

387.296 26.679

(307)

1.346

Dividendos recebidos

Venda de associadas

Imposto de renda e contribuição social pagos

Compras de imóveis, plantas e equipamentos,

Empréstimo concedido a partes relacionadas

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais Atividades de investimento

ativos intangíveis e direito de uso

Aquisição de ativos intangíveis

TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES

de renda e da contribuição social com o caixa íquido gerado pelas atividades operacionais:

Depreciáção e amortização Depreciação - direito de uso (CPC 06 (R2)/ IFRS 16)

IRKS 16)
Despesa de juros - direito de uso (CPC 06
(R2)/IFRS 16)
Baixa do imobilizado
Crédito extemporâneo

Oromplemento (reversão) da provisão para perda de crédito esperada Provisão (reversão) para demandas judiciais Provisão para perdas nos estoques Rendimento sobre cotas subordinada - FIDC

Resultado de equivalência patrimonial /ariações nos ativos e passivos operacionais: Contas a receber

Fornecedores (39.032)
Obrigações cotas seniores - FIDC
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias 12.928
Adiantamento de clientes (4960)

Contas a receber Estoques Impostos e contribuições a recuperar Tributo diferido Depósitos judiciais Créditos diversos Partes relacionadas, líquido Fornecedores

413.668

445.404

(307) 26.372

2023 26,679

Sumitomo Corporation do Brasil S.A. 🗆

C.N.P.J. (MF) 60.492.212/0001-65

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a VSas, as Demonstrações financeiras em milhares São Paulo (SP) abril de 2025 Balanço Patrimonial Balanço Patrimonial 2023 2024 2023 Passivo Circulante 21.816 15.340

Cortas a pagar
Contas a pagar
Passivos de arrendamento
Salários e férias a pagar
Outras contas a pagar
Total do circulante
Não circulante
Passivos de arrendamento Caixa e equivalentes de caixa 2.770 4.627 Contas a receber Estoque 870 6.893 138.530 $\begin{array}{c}
138.530 \\
\underline{12.434} \\
418.797
\end{array}$ $\begin{array}{c}
12.013 \\
\underline{391.302}
\end{array}$ Total do circulante Não circulante 1.519 1.472 Imposto de renda e contribuição social diferido ativo Outras contas a receber 131 34.718 1.972 40.515 2.603 8.776 Investimentos Imobilizado Direito de uso de ativo Reserva legal 13.271 11.752 195.348 166.477 3.786 Reserva de lucros Outros resultados abrangentes Total do patrimônio líquido 1.754 445.404 472.732 434.129 551 **53.935** 701 **42.827** Total do não circulante Total do passivo e patrimônio líquido Total do ativo Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Capital Reserva Reserva Outros resultados Lucros (prejuízos) $\frac{\text{legal}}{11.129} \quad \frac{\text{de lucros}}{140.421}$ abrangentes 715 Saldo em 31/12/2022 26.679 Variação cambial sobre investimento no exterior (307)(26.679) Saldo em 31/12/2023 235.031 11.752 166.477 408 Resultado do exercício
Variação cambial sobre investimento no exterior 30.390 $\frac{-}{235.031} \frac{-}{13.271} \frac{28.871}{195.348}$ (30.390)Transferência para reservas 1.754 Saldo em 31/12/2024 **Demonstrações dos Resultados** Receita operacional líquida Custo das vendas e serviços prestados Demonstrações dos Resultados Abrangentes cro líquido do exercício 1.346 31.736 Lucro bruto Resultado abrangente total Despesas administrativas e de vendas (50.061)adotadas no Brasil. **3 - Resumo das principais práticas contábeis:** a) Uso de estimativa e julgamentos são revisadas de maneira contínua e reconhecidas no período que são revisadas. b) Receitas e Despesas: as Receitas são reconhecidas Outras receitas Outras despesas Resultado antes do resultado financeiro, resultado em linha com o CPC 47 e as Despesas pelo regime de competência. c) Ativos e Passivos: Provisão para Perdas são constituídas em valores suficientes para de equivalência patrimonial e impostos (14) (16.361) 44.693 44.138 Receitas financeiras cobertura de eventuais perdas na realização; Créditos e Obrigações em moeda (4.746)Despesas financeiras (6.537)Resultado de equivalência patrimonial Resultado antes dos impostos

estrangeira são atualizadas à taxa de câmbio vigente na data do balanço; Investimentos: As participações em controladas são ajustadas pelo método de equivalência patrimonial; Imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. Depreciações são calculadas pelo mé-todo linear com utilização de taxas que levam em consideração o tempo de vida 5.363 43.505 (13.069) 11.990 35.021 (8.195) útil-econômica dos bens; Intangível estão registrados em rubrica própria; Direi-IRPJ/CSLL Diferidos 30.390 to de Uso de Ativo é mensurado inicialmente pelo custo e deduzido das depre-26.679 Lucro líquido do período ciações acumuladas: Passivos de arrendamento: Mensurado inicialmente pelo Notas Explicativas valor presente dos pagamentos que não foram realizados na data de 1 - Contexto Operacional: A Sumitomo Corporation do Brasil S.A., com sede descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento. 4 - Capital Social: descontados peta taxa de juros implicita no arrendamento. 4 - Lapital Social: Totalmente Integralizado, é composto por 134,963.671 ações ordinárias nominativas, não conversíveis e sem valor nominal, sendo 34.896.503 ações de R\$ 1,00 cada e 200.134.337 ações de R\$ 2,00 cada. Percentual de participação da Sumitomo Corporation é de 99,999999% e da Sumitomo Corporation Chile Limitada de 0,000001%. em São Paulo (SP), tem como objeto social as atividades de comércio exterior, inclusive intermediações por conta própria ou de terceiros e investimentos As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme práticas contábeis

2023		
de Reais (MR\$), relativas ao ano calendário encerrado em	31 de dezem	bro de 2024. A Diretoria
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2024	2023
Atividades operacionais		
Lucro do período (antes dos impostos)	43.505	35.021
Ajustes:		
Depreciação (Ativo Fixo)	996	1.170
Amortização (Intangível)	259	120
Investimento	-	167
Depreciação (Arrendamento)	2.788	2.357
Provisão de juros (Arrendamento)	1.011	819
Provisão de juros sobre empréstimos com		
partes relacionadas	(20.843)	(13.530)
Reversão de provisão para contingências	36	45
Imposto de renda e contribuição social	(13.069)	(8.195)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	(46)	(147)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.363)	(11.990)
	9.274	5.837
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) diminuição em contas a receber	(6.476)	909
(Aumento) diminuição dos impostos recuperáveis	(3.079)	2.019
(Aumento) diminuição em outros ativos	(993)	(6.960)
Aumento (diminuição) em contas a pagar	(547)	2.988
Aumento (diminuição) de impostos a pagar	349	178
Aumento (diminuição) de impostos de renda e		
contribuição social	17.726	8.039
Aumento (diminuição) em outros passivos	449	787
Atividades operacionais		
Juros recebidos	19.812	-
Juros nagos sobre arrendamentos	(1.011)	(819)

(11.580)

24.835

(1.629)

 Controladora
 Consolidado

 2024
 2023
 2024
 2023

 70.004
 134.120
 70.004
 134.120

70.004 134.120 70.004 134.120

77.465

14.676

29.920

30.413 2.762 (17.485)

5.522 (466) (1.148)

(154.966) (54.530) 41.842 (62) 3.970 (15.465)

10.795

28.168

(6.563) 6.538 (2.277)

22.996 21.734 (12.703) 46.695 (3.364) (743)

16.897 36.222 4.563 (75) 8.131 280.795 (9.931)

61

61.134 269.837

24.435 (73.383)

507

66.746

9.198

26.942

(6.135) 6.397 (2.277) 98

(23.316)

67.566 23.097 (12.635) 44.686 (3.390) 2.586 (1.317) 6.979

5.023 (75) 5.987 244.760

243.732

(15.789) (500)

(30.043) 2.265

61

(82.160) (112.484) (84.771) (114.220)

(70.826) 87.242 (72.078) 96.963

191.450 104.208 244.573 147.610

120.624 191.450 172.495 244.573

(75.000) (125.000)

6.822

22.769

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento Atividades de financiamento Pagamentos do principal de arrendam Caixa líquido gerado (utilizado) nas (2.730) (3.009) (2.730)(3.009)atividades de financiamento Aumento (diminuição) líquido de caixa e equival. (54.633) (99.639) Saldo de caixa e equival. no início do ano Saldo de caixa e equival. no final do ano 166.834 221.467

Yuji Watanabe - Diretor Presidente - CPF: 901.622.888-83 Mitsuhiro Ishida - Diretor Financeiro - CPF: 231.758.768-62 Leticia Teixeira Akahoshi - CRC: 1SP 332647/0-1

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

72.283

11.174

28.381

28.610 3.239 (17.276)

5.900 (277) (653) (53) (19.364)

(4.866) 64.647 (6.600)

(53.047)

(32.302)

(*) As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis na sede da empresa.

CIPJAMPIA (1984)

CIBRAMACO PARTICIPAÇÕES S.A.

13" Vara Civel do Foro Central da Capital/SP. Processo **0045314-23.2024.8.26.0100** (apensado ao processo 1136498-48.2021.8.26.0100) processo principal 1136498-48.2021.8.26.0100) - Cumprimento de sentença - Serviços Hospitalares - R.D.S.L.U.I. - - A.M.A.A.A. - Vistas dos subtos â(s) parte(s) para ciência acerca da republicação: Vistos. Considerando que os devedores foram citados por cefidal na fase de conhecimento. Zez-se necessária a intimação, para pagamento de forma editalicia, nos termos do artigo 513, inciso IV do Código de Processo Civil. Esse Juízo FAZ SABER a SARAH ELIZA DOS REIS UMBELINO, CPF 30023062827 e JOSE RUMÃO UMBELINO, CPF 76908240800, domiciliado em AZ SABER à SARAH ELIZA DUS REISU MIBELINO, CPF 3002306282 / a JUSE RUMAO UMBELINO, CPF /690824080d, domiciado er caci incerdo e não sabido, que he for invoido cumprimento de sentença por Almeida, Mendonça de Almeida Advogados Associados e Rede DY 30 a Luiz S.a. - Unidade Itaim, pelo valor de R\$ 255.723,70 (Outubro de 2024). Encontrando-se a parte ré em Jugar incerto e não sabido, fo eterminada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da a ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, aprimar las páso de deurs o prazo do presente edita, efetue o pagamento, acrescido de correção e juros até a data do depósito, sob pena de prosseguimento do cumpriment atos de constrição patrimorial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prace do 20 dias. Recolh parte autora as custas referentes a publicação no DUE, no valor de R\$ 321.90, providenciando, no mais, a publicação do edital em jornais d rando circulação comproviendos a pore autre o no carzo de 10 (des di dise, elivinas e de productiva de comproviendos a pore autre o no carzo de 10 (des dise, elivinas e da productiva de comproviendos a pore autre o no carzo de 10 (des dise, elivinas e da productiva de comproviendos a pore autre o no carzo de 10 (des dise, elivinas e da ...)

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF 48.343.871/0001-34 | NIRE 35300602854

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 3º (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO PARA AS DEBÊNTURES DA 1º (PRIMEIRA) SÉRIE E COLOCAÇÃO PRIVADA PARA AS DEBÊNTURES DA 2º

(PRIMEIRA) SERIE E COLOCAÇÃO PRIVADA PARA AS DEBENTURES DA 2°
SÉRIE DA BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os debenturistas da 3º (Berceira) Emissão de Debéntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfaria, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, Sob Registro Automático de Distribuição, e para Oferta Privada, da Bamboo Securitizadora SA. ("Debenturistas", "Debentures", "Emissao" e "Emissão", "Emissao" e "Emissão", o para Oferta Privada, da Emissão ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissoar, em atemção ao disposto na Cláusula 4.2, da Escritura de Emissão ("Escritura de Emissão") e Resolução CVM nº 60°), a se reunirem em assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 19 de maio de 2025, ás 10-30, e em segunda convocação no día 27 de maio de 2025, ás 10-30 de forma exclusivamente dicital (vide informações serais abaiva) a firm de deliberarem sobre a sequinte Ordem do Diarealizada, em primeira convolvação, em 13 de maio de 2023, as 10:30, e em seguinda convolvação no una 27 de maio de 2023, às 10:30, de forma exclusivamente digital (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, 1 da Resolução CVM nº 60, das demonstrações financeiras do patrimônio separado das Debêntures da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Informações Gerais. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Debenturistas está disponível (i) no site da Emissora: https://bamboodcm.com/emissoes/ e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia está edizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, por videocorderência, via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora securitzadora@bamboodcm.com e ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br preferencialmente, com no minimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos. (a) quando pessoa física- documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica- cópia dos atos societários e documentos documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Debenturista poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://bamboodcm.com/emissoes/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Debenturistas na página eletônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturistas ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos dientificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 24 de abril de 2025. BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE S.A. CNPJ/MF nº 44.673.382/0001-90 - NIRE 35.300.653.149 - Companhia de Capital Fechado

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2025 . Local, Data e Hora: realizada na sede social da Omint Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de SP, SP, na Rua Franz Schubert, 33, Jardim Paulistano, em 31/03/2025, às 11:00hs, II. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º da Lei 6.404/76 e do §1º do Artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capita social. **III. Composição da Mesa:** Juan Carlos Villa Larroudet (Presidente); e André do Amaral Coutinho (Secretário). **IV. Ordem do Dia: (i)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2024; (ii) deliberar sobre as publicações da Companhia previstas na Lei 6.404/76; e (iii) aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2024. V. Deliberações: Apó examinarem e discutirem os assuntos constantes da Ordem do Dia e estando presente à Assembleia os administradores da Companhia, tendo sido dispensada a presença do representante da auditoria externa ndependente, as acionistas tomaram as seguintes deliberações, por unanimidade de votos, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, quando exigido por lei: i. Após examinarem (a) as demonstrações financeira: elativas ao exercício social findo em 31/12/2024; (b) o respectivo relatório da administração; e (c) o parece dos auditores independentes, elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda, em 27/02/2025, documentos esses devidamente publicados no jornal "O Estado de São Paulo", na edição do dia 28/02/2025, tendo sido sanada a falta de publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, conforme o previsto no 84º desse artigo; as acionistas decidiram aprovar sem qualquer ressalva, os documentos elencados no tens (a), (b) e (c) supra, que ficam arquivados na sede da Companhia; **ii. Aprovar** a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2024, no montante total de R\$ 139.261.724,40, da seguinte forma (i) R\$ 6.963.086,22 serão destinados à Reserva Legal; (ii) R\$ 130.906.020,94 serão destinados à Reserva de nvestimentos; e (iii) R\$ 1.392.617,24 serão destinados à distribuição de dividendo mínimo obrigatório às acionistas, proporcionalmente à participação de cada uma delas no capital social da Companhia; **iii. Registra**i que os dividendos serão pagos às acionistas até 31/12/2025; VI. Encerramento: Nada mais havendo a trata foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada poi todos os presentes. **VII. Assinaturas:** Assinam eletronicamente a presente ata: Mesa: Juan Carlos Villa Larroude Presidente; e André do Amaral Coutinho - Secretário. Acionistas presentes: VL Participações em Seguros Ltda e Premium Assistance Servicos de Assistência Ltda. São Paulo. 31/03/2025. Juan Carlos Villa Larroudet Presidente. **André do Amaral Coutinho -** Secretário. <u>Acionistas</u>: **Villa Larroudet Y Compañia S.A. -** p.p. Andre do Amaral Coutinho. Cobo Cichero Y Compañía S.A. - p.p. André do Amaral Coutinho. Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda. - p. Juan Carlos Villa Larroudet. JUCESP - 131.105/25-5, em 10/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

OMINT SEGUROS S.A.

CNPI/MF nº 20.646.890/0001-10 - NIRE 35.300.479.548 - Companhia de Capital Fechado ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2025

I. Local, Data e Hora: realizada na sede social da Omint Seguros S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de SP, SP, na Rua Franz Schubert, 33 – 3º andar, sala 3C, Jardim Paulistano, em 31/03/2025, às 11:00hs. II. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º da Lei 6.404/76 e do §1º do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presenca de acionistas representando a totalidade do capital social Julia. Composição da Mesa: Juan Carlos Villa Larroudet (Presidente), e André do Amaral Coutinho (Secretário). W. Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2024 (ii) deliberar sobre as publicações da Companhia previstas na Lei 6.404/76; (iii) aprovar a destinação do resultado de un de metera sobre as publicas y de Companina previsas in Eccitorio V, un proprior a destinação de Companhia para o exercício social findo em 31/12/2024; e (iv) fixar a remuneração global da administração da Companhia para o exercício de 2025. V. Deliberações: Após examinarem e discutirem os assuntos constantes da Ordem do Dia e estando presente à Assembleia os administradores da Companhia, tendo sido dispensada a presenca do representante da auditoria externa independente, as acionistas tomaram as seguintes deliberações, por unanimidade de necessaria de adulción externa independente, as acionistas tomaram as seguintes deliberações, por unanimidade de volos, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, quando exigido por lei: i. Após examinarem (a) as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2024; (b) o respectivo relatório da administração; e (c) o parecer dos auditore independentes, elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 27/02/2025, documentos esses devidamente publicados no jornal "O Estado de São Paulo", na edição do dia 28/02/2025, tendo sido sanada a falta de publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, conforme o previsto no §4º desse artigo; as acionista decidiram **aprova**r sem qualquer ressalva, os documentos elencados nos itens (a), (b) e (c) supra leciam arquivados na sede da Companhia; **ii**. Considerando que não houve lucro no exercício social findo em 31/12/2024, não haverá distribuição de dividendos às acionistas e o prejuízo apurado de R\$ 4.306.442,34 será absorvido pela reserva de lucro da Companhia; e iii. Fixar para a Diretoria da Companhia uma remuneração anual e global de até R\$4.000.000,00 para o exercício de 2025, a ser distribuída entre seus membros. Caso os diretores mantenham contratos de trabalho ou relações estatutárias sem vínculo empregatício com a Companhia, suas remunerações serão aquelas prevista no(s) respectivo(s) contrato(s). Os diretores que porventura mantiverem contrato de trabalho ou relação estatutária sem vínculo empregatício com outras empresas do grupo econômico a que pertence à Companhia, serão somente remunerados por estas, nos termos dos respectivos contratos; e VI. Encerramento: Nada mais havendo a trata foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada por todo: os presentes. **VII. Assinaturas:** Assinam eletronicamente a presente ata: Mesa: Juan Carlos Villa Larroudet - Presidente e André do Amaral Coutinho – Secretário, Acionistas presentes: VL Participações em Seguros Ltda, e Premium Assistance erviços de Assistência Ltda. São Paulo, 31/03/2025. <u>Mesa</u>: **Juan Carlos Villa Larroudet** - Presidente. **André do Amara** Coutinho - Secretário. Acionistas: VL Participações em Seguros Ltda. Por.: André do Amaral Coutinho. Premiun Assistance Servicos de Assistência Ltda. Por: André do Amaral Coutinho. JUCESP - 133.969/25-3. em 16/04/2025

CNPJ/MF 61.069.373/0001-03 BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (Valores expressos em milhares de reais - R\$) e as notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.* LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO BALANCO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO Consolidado 124 2023 ____Consolidado __2024 __2023 Controladora 2024 2023 PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO PASSIVO CIRCULANTE ATIVO ATIVO CIRCULANTE Controladora Consolidado

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Lucro antes do imposto de rendo a de 79.118 55.620 2.581 20.514 31.853 189.686 107.496 34.610 2.740 18.888 16.211 179.946 Caixa e equivalentes de caixa Títulos e valores mobiliários 120.624 191.450 172.495 244.573 Fornecedores Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto Estoques Contas a receber - Partes Relacionadas Créditos Diversos Impostos a recuperar Arrendamentos Outras contas a pagar Total do passivo circulante PASSIVO NÃO CIRCULANTE 11.544 87.222 851.273 31.009 49.576 939.898 45.852 643.877 Total do ativo circulante ATIVO NÃO CIRCULANTE 33.621 603 33.621 34.129 715,160 Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias Adiantamento de clientes 34.119 25 36.222 288.875 12.966 372.206 601 181.143 1.619 5.520 3.717 Contas a receber Contas a receber - Partes Relacionadas Obrigação Cota Sêniores Arrendamentos 13.289 15.657 36.078 455 120.898 96.299 4.848 13.289 15.657 40.459 Arrendamentos
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ci
Total do passivo não circulante
PATRIMÔNIO LÍQUIDO Impostos a recuperar Depósitos judiciais Tributos diferidos Cotas Subordinada - FIDC Investimentos 19.627 31.861 402 69.233 65.982 4.618 229.688 4.732 207.878 12.179 235.698 690.176 1.280.048 Capital social Reserva de capital 229.688 4.732 207.878 12.179 231.630 4.732 207.878 18.885 115 132.528 5.371 lmobilizado Reserva de Incentivos - subvenção 207.878 18.885 Intangível
Direito de uso de ativos
Total do ativo não circulante
TOTAL DO ATIVO Reserva legal Reserva de lucros Total do patrimônio líquido TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Controladora 2024 2023 Consolidado 2024 2023 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA CUSTOS OPERACIONAIS LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 72.283 66.746 77.466 74.339 Imposto de renda e contribuição social correntes (6.600) (15.592) (9.931) espesas administrativas e gerais espesas comerciais (358.892) (121.185) correntes imposto de renda e contribuição social diferidos, **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** Lucro por ação MR\$ Básico - Ação Diluído - Ação 30.078 76.509 (39.964) 40.921 utras receitas operacionais, líquidas UCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO Outras contas a pagar Caixa gerado pelas atividades operacionais Imposto de renda e contribuição social pagos Caixa líquido gerado pelas atividades 0,74 0,74 1,42 1,42 0,74 0,74 1,42 1,42 Despesas financeiras Receitas financeiras operacionais

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Títulos e valores mobiliários DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO) LÍQUIDO Reserva Lucros Total do Capital social Reservas de capital 1.029 incentivos fiscais Reservas de lucros acumulados patrimônio líquido 588.574 Aquisição de imobilizado e intangível Aquisição de cotas subordinada - FIDC <u>legal</u> 12.17 Aumento de capital por ILP
Aumento de capital por incorporação
Lucro Ilguido do exercício
Distribuição de lucros
Distribuição de juros sobre o capital próprio (ISCP)
Reserva de ágio por aquisição Via Morena
Reserva de incentivos fiscais
Retengão de lucros SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 588.574 1.028 4.298 134.120 Investimento nas controladas Caixas advindos de incorporações Venda imobillizado partes relacionadas 134.120 (53) Contas a pagar - Sócios Via Morena Caixa liquido utilizado pelas atividades de (41.495) | Mark | 3.703 207 878 (161 827) (46.051) (46.574) 690.176 1.942 70.004 SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 4.732 12.179 207.878 229.688 1.942 Aumento de capital por ILP Lucro líquido do exercício Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) 70.004 atividades de financiamento Aumento (redução) no caixa e Equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa no ir Distribuição de lucros (247) Distribuição de juros sobre o capital próprio (JSCP) (33.504) (33.504) 6.707 6.707

4.732 18.886

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1004029-35.2021.8.26.0004. Classe: Assunto: Procedimento Comum Civel - Serviços Hospitalares. Requerente: Hospital São Camilo – Santana. Requerido: Jessica Daiana Cezar. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DÍAS. PROCESSO Nº 1004029-35.2021.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Dirieto da 1º Vara Civel, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dría, I. UICIA HELENA BOCCHI FAIBICHER, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JESSICA DAIANA CEZAR, CPF 23091898806, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Civel por parte de Hospital São Camilo - Santana, objetivando a quaita de R\$ 4.394.92 (março de 2021), decorrente da prestação de serviços médico-hospitalares recibos provisórios de serviço nºs 181191 e 181207. Encontrando-se o reu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, com fundamento no Art. 256, inciso II do CPC para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital da data da publicação única ou, haveno mais de um de primeira (Art. 257, inciso III do CPC), apresente resposta. Não sendo contestada a ação, presumirse-ão aceitos, pelo rêu, como verdadeiros, os fatos articulados pela autora conforme previsto no artigo 344 do C.P.C., ficando advertido de que no caso de revelês será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrata, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de abril de 2025.

Reserva de incentivos fiscais

Retenção de lucros SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

SALDUS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (i) O saldo de reserva que excedeu ao capital social será ajustado em abril/2025 na AGE

Marcus Vinícius Pinto Homem Santos - Diretor Administrativo Financeiro

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS, PROCESSO Nº 1006510-04.2020.8.26.0554, O(A) MM, Juiz(a) de Direito de ^a Vara Cível do Foro de Santo André, Estado de São Paulo, Dr(a). SIDNEI VIEIRA DA SILVÁ, na forma dá Lei, etc. FAZ ABER a(o) ELI GONÇALVES FERREIRA, RG 28.304.776-8, CPF 260.062.318-32 e a Leia Candida Maciel Gonçalves. CPF 295.399.818-75, RG 39.332.985, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Sai Can Empreendimentos Impolitários e Comercio Ltda e outro, referente ao inadimplemento de um contrato de compromiss de compra e venda do lote nº 04, quadra 20, loteamento denominado Jardim Nova Cidade, Santo André/SP, em que o executados deixaram de realizar os pagamentos das prestações mensais vencidas a partir de 06/2018, corrigido e acres cido de multa e juros previstos em clausula contratual, totaliza o valor de R\$ 13.890,25 (base 150/10202). Encontrando-sos réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL, para que no prazo de 03 (três) dia contar dos 20 (vinte) dias do presente edital, paque a quantia devidamente atualizada, custas e despesas processuais estando os honorários reduzidos pela metade em caso de pronto pagamento, ou ofereça embargos à execução, no praz le 15 dias, contado após o prazo supra deste edital, ou ainda reconhecendo o crédito exequente e o depósito de 309 do valor em execução, poderá requerer o parcelamento do saldo remanescente em até 6 parcelas mensais, acrescida de correção monetária e juros de 1% ao mês (CPC, art. 745 -A), decorridos os prazos retro sem manifestação, ser-lhe -nomeado Curador Especial para apresentação de embargos. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Santo André

ntes de caixa no início do

(6.707) 728.370

29.793

Luís Carlos Silva de Oliveira - CRC 1SP180145/0-3

207.878

(36.500)



ODONTO SEG OPERADORA DE PLANOS ODONTOLÓGICOS S.A.

CNPJ nº 14.891.935/0001-10 ES FINANCEIRAS

RESULTADO LÍQUIDO

Descrição

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado

suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber.

As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação

contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.5 da

Resolução Normativa nº 528/2022 e alterações vigentes da ANS.

7) Despesas Diferidas: A Companhia fez a compra de um Canal de Vendas no valor de

RS 20 milhões de um projeto massificado e vem fazendo esta amortização mensalmente.

Operações de Assistência à Saúde" está representada pelas contas der

(+) Contraprestações pecuniárias a receber - Plano Individual

(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC - Plano Individual (=) Individual

(+) Coletivo sem Administradora de Benefícios como Estipulante

(=) Coletivo sem Administradora de Benefícios como Estipulante

(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC - Coletivo sem Administradora de Benefícios como Estipulante

Créditos de Operações com Assistência à Saúde

conforme período de vigência do contrato.

Despesas Diferidas

Despesas Diferidas a L.P

Bens e Títulos a Receber

Bens e Títulos a Receber

Bloqueios Judiciais (b)

Adiantamentos a Fornecedores (a)

cuja liquidação ocorreu ao longo de 2024.

a) Trata-se de adiantamentos realizados a fornecedores por

b) Trata-se de bloqueio judicial ocorrido no exercício de 2024.

10) Outros Títulos a Receber L.P.: A Odonto Seg em 31 de dezembro de 2024 possui depósitos judiciais e está representada pelas contas demonstradas a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

nares de reais, exceto quando indicado de outra

N.E.

2024

53.916

57.564

(3.648)

(2.227)

51.690

49.214

(30.007)

738

(20) 4.013

(805)

2.898

366

1.655

2024

serviços de corretagem

150

1.655

2023

INSS a Recolher

(1)

	ES FINANCEIRAS									
BALANÇO PATRIM	BALANÇO PATRIMONIAL - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EX									
ATIVO	N.E.	2024	2023	PASSIVO	N.E.	2024	2023	(Em milhares de reais, exceto quando indicado		
ATIVO CIRCULANTE		22.260	16.052	PASSIVO CIRCULANTE		8.407	6.892	_		
Disponível	4	4.906	-	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	2.080	2.659	Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano		
Realizável		17.355	16.052	Provisões de Prêmios / Contraprestações	12	1.970	2.551	de Assistência à Saúde		
Aplicações Financeiras	5	14.654	13.705	Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG	12	1.970	2.551	Receitas com Operações de Assistência à Saúde		
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	5	9.550	479	Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para				Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		
Aplicações Livres	5	5.104	13.226	Outros Prestadores	12	65	64	(-) Tributos Diretos de Operações com Planos		
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	366	150	Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados				de Assistência à Saúde da Operadora		
Contraprestação Pecuniária / Prêmio a Receber	6	366	150	(PEONA)	12	45	45	Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		
Despesas Diferidas	7	1.655	1.655	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	13	4.477	2.658	Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		
Créditos Tributários e Previdenciários	8	678	534	Comercialização sobre Operações		4.477	2.658	Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos		
Bens e Títulos a Receber	9	1	8	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	351	415	e Não Avisados		
ATIVO NÃO CIRCULANTE		10.223	11.879	Débitos Diversos	15	1.499	1.161	RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS		
Realizável a Longo Prazo		10.217	11.872	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		833	593	DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		
Aplicações Financeiras				Provisões		219	213	Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência		
Títulos e Créditos a Receber	10	10	10	Provisões para Ações Judiciais	16	219	213	à Saúde		
Despesas de Comercialização Diferidas	7	10.207	11.862	Débitos Diversos	17	615	380	Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência		
Imobilizado	11	7	7	PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	18	23.244	20.446	à Saúde		
Imobilizado de Uso Próprio	11	7	7	Capital Social / Patrimônio Social	18.1	20.170	20.170	Provisão para Perdas Sobre Créditos		
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos				Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados				RESULTADO BRUTO		
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos	11	7	7	ou Resultado	18.2	3.074	276	Despesas de Comercialização		
TOTAL DO ATIVO		32.484	27.931	TOTAL DO PASSIVO		32.484	27.931	Despesas Administrativas		
As notas e	explicat	ivas são p	arte integ	rante das demonstrações financeiras.				Resultado Financeiro Líquido		
				DNSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS				Receitas Financeiras		
				2023 (Todos os valores expressos em milhares de reais)				Despesas Financeiras		
				quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúd		. ~		RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		

constituída em 15 de julho de 2011, com sede no município de São Paulo e tem como objetivo social a intermediação de prestação de serviços de odontologia preventiva e 2) Apresentação das Demonstrações Financeiras: As Demonstrações Financeiras do

exercício findo em 31/12/2024 encontram-se apresentadas em reais. A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, e com os padrões da Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme plano de contas estabelecido pela RN nº 528/2022 e alterações vigentes, como também parcialmente aos aspectos relacionados às Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009, e as Regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigentes para a Escrituração Contábil. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2023, de forma a permitir a comparabilidade. Ao elaborar as demonstrações contábeis, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar em operações em futuro previsível e declara que não tem a intenção de liquidá-la ou cessar seus negócios, ou ainda não apresenta evidências realistas para a descontinuação de suas atividades

3) Principais Práticas Contábeis: 3.1. Regime de Escrituração - A ODONTO SEG adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. 3.2. Estimativas Contábeis - As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. 3.3. Aplicações Financeiras - As aplicações financeiras não foram consideradas para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa como Equivalentes a Caixa. 3.4. Créditos de operações com planos de assistência à saúde - São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento em contrapartida à: (i) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência odontológica. A ODONTO SEG constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do ANEXO I da RN nº 528/2022, da Agência Nacional de Saúde, considerando de difícil realização os créditos: I. Nos planos individuais com preço preestabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada; II. Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada; III. Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada, 3.5. Ativo Imobilizado - O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A Lei nº 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/1996. As depreciações foram calculadas pelo método linear à taxa que levam em conta a vida útil dos bens, as quais as taxas estão demonstradas em nota explicativa específica do Imobilizado. 3.6. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde - As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 569/2022 e alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas odontológicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 574/2023 e RN nº 528/2022 e suas alterações vigentes. a) Provisões Técnicas de Assistência Odontológica: i. Provisão de Eventos a Liquidar, para as obrigações que envolvem os custos com assistência odontológica dos usuários odontológico da operadora; ii. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA, destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base nos parâmetros previstos na Resolução Normativa - RN nº 574/2023 e alterações, expedida pela ANS. 3.7. Imposto de renda e contribuição social - São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. 3.8. Ativos e passivos contingentes - Ativos contingentes: são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais, e é provável que uma saída de benefícios econômicos será requerida para liquidar uma obrigação. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Na constituição das provisões, a Administração considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que perda for avaliada como provável. 3.9. Contratos de Planos Odontológicos - A Companhia efetuou o processo de classificação de todos os contratos de planos de assistência odontológica com base no período de cobertura do primeiro ao último dia de cada mês, sendo assim, os contratos pessoa jurídica têm início de vigência subsequente ao contratado. Os contratos pessoa física possuem início de cobertura do risco 24 horas após a adesão do associado ou após o pagamento da 1ª parcela, dos dois casos o que ocorrer primeiro, de acordo com a RN nº 528/2022, 3.10. Apuração de resultado e reconhecimento de receita - O resultado é apurado pelo regime contábi de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis a tributos e provisões. 3.11. Reconhecimento dos eventos indenizáveis - Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada na identificação da ocorrência da despesa odontológica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente nor meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas odontológicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores que não são cobrados/avisados na totalidade à Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados calculada mediante nota técnica atuarial. 3.12. Normas Internacionais de Contabilidade - A Operadora vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

com exceção da CPC 11 de seguros, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC

34 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 - Demonstrações Separadas, monstrações Combinadas, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC PME

- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e da ICPC-10 do Imobilizado as

quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas
pelas operadoras dos planos de saúde. As demais Normas Internacionais de
Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis
às demonstrações contábeis da Operadora no que não contrariarem a Resolução
Normativa nº 528/2022 e alterações vigentes, no qual em alguns casos não aplica
integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras
específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

4) Disponível: Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da conta Disponível é composto pelos valores mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	2024	202
Banco Itaú	1.151	
Bancos Conta Movimento	1.151	
Aplicação Fundi TRUST Itaú	3.755	
Aplicação de Liquidez Imediata	3.755	
Disponível	4.906	
Os valores registrados em Bancos – Conta Corrente referei	m-se a recursos dis	sponíve

em instituições financeiras de primeira linha, utilizados para as operações normais da $empresa. As \ Aplicações \ Financeiras \ de \ Liquidez \ Imediata \ correspondem \ a \ investimentos$ de curto prazo, com resgate imediato e baixo risco, realizados em instituições financeiras devidamente regulamentadas. Essas aplicações são classificadas no ativo circulante por nossuírem alta liquidez e estarem disponíveis para uso imediato, conforme a necessidade da empresa. Essa nota explicativa tem por objetivo apresentar de forma transparente a composição dos saldos disponíveis da Operadora em 31 de dezembro de 2024. aplicações garantidoras das provisões técnicas junto aos bancos Santander e Itaú, bem

-	como possui aplicações livres no Banco Itaú, conforme demonstr	ado abaiyo		Saldos	11.862	13.517
s.	como possui aplicações livres no Banco itau, comorme demonstra	auo abaixo).	C) Coddition Tellers tellers - Description of the control of Coddition and Coddition a		1 - 2024
ra	Descrição	2024	2023	8) Créditos Tributários e Previdenciários: A ODONTO SEG em 31 o		
le	Aplicação Itaú Renda Fixa	9.023		possui a composição dos "Créditos Tributários e Previdenciários" pelas contas demonstradas a seguir:	' e está repr	esentada
0	Santander ANS	527	479	Créditos Tributários e Previdênciários	2024	2023
m	Aplic. Garantidoras de Provisões Técnicas	9.550	479	IR Retido na Fonte	422	359
le	Banco Santander FLOT	5.104	13.226	CSLL Retido na Fonte	140	130
io	Aplicações Livres	5.104	13.226	IRRF sobre Aplicações Financeiras	116	46
2,	Total de Aplicações Financeiras	14.654	13.705	Saldos	678	534
S	A - A - II			9) Adiantamentos		

As **Aplicações Financeiras** são classificadas em dois grupos, conforme regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS): - Aplicações Garantidoras das Provisões Técnicas: Mantidas junto aos bancos Santander e Itaú, essas aplicações seguem as exigências da ANS, sendo destinadas exclusivamente à garantia das provisões técnicas da Odonto Seg. Os investimentos devem obedecer aos critérios estabelecidos pela Resolução Normativa da ANS. - Aplicações Livres: Mantidas no $Banco\ Ita\'u, essas\ aplica\~ções\ representam\ recursos\ financeiros\ da\ empresa\ investidos$ em ativos sem bloqueios junto à ANS e sem vinculação direta às provisões técnicas. Essa nota explicativa tem por objetivo apresentar de forma transparente a composição dos saldos disponíveis da empresa em 31 de dezembro de 2024, bem como reforçar o cumprimento das normativas da ANS relacionadas à gestão dos ativos garantidores das provisões técnicas.

11) Imobilizado: O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A Lei nº 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/1996. As depreciações foram calculadas pelo método linear à taxa que leva em conta a vida útil dos bens, as quais as taxas estão demonstradas

	iana uc		Aquisi-	Depreciação	riovisao para rerua por	valui Culitabii	valui Culitabii
ontas Contábeis	depreciação média	Custo	ções	Acumulada	Redução ao Valor Recuperável	Líquido	Líquido
nobilizado Odontológico							
lóveis e Utensílios	10%	-	-	-	-	-	-
láquinas e Equipamentos	10%	-	-	-	-	-	-
eículos	20%	-	-	-	-	-	-
quipamentos Proc. Eletrônico de Dados	20%						
nobilizado Não Hosp. / Odont.			7			7	7
lóveis e Utensílios	10%	-	7	-	-	7	7
láquina e Equipamentos	10%	-	-	-	-	-	-
quipamentos Proc. Eletrônico de Dados	20%	-					
stalações	10%	-	-	-	-	-	-
eículos	20%						
otal do Imobilizado			7			7	7
2) Provisões Técnicas: A ODONTO SEG em	31 de dezembro de 20	124 nossi	ıi a comno	suieitas às se	guintes exigências estabelecidas pe	ela RN nº 569/2022	. RN nº 574/2023

sição das Provisões Técnicas e está representada pelas contas demonstradas a seguir: Provisões Técnicas de Operações de Assistencia à Saúde Provisão de Contraprestação Não Ganha (a) Provisões de Eventos a Lig. p/ Outros Prestadores (b) 2.080 2.659 a) Provisão de Contraprestação Não Ganha Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG Provisão de Contraprestação Não Ganha 2.551 2.551 1.970

Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela Operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo se baixada a crédito de Receita de Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

b) Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores					
Provisões de Eventos a Liq. p/ Outros Prestadores	2024	2023			
Provisões de Eventos a Liq. p/ Outros Prestadores	65	64			
Saldos	65	64			
Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN nº 574/2023 e alterações vigentes, que determinou a constituição desta provisão a partir de 1º de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa odontológica pela comunicação do prestador de servico, independentemente da existência de qualquer					
mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas odontológicas.					
Conforme publicação da normativa e alterações vigentes, que deter	minou que	a provisão			

para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN nº 521/2022 e alterações vigentes. A provisão constituída está lastreada por ativos arantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas e não vinculadas Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA

Saldos	45	45
Regulamentado pela RN nº 574/2023 da ANS, a Operadora a		
metodologia própria para provisão de PEONA, calculada por cálc	ulo atuaria	al. Cálculo
atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS em outubro o	le 2022, a C	Operadora
obteve autorização da ANS mediante ofício nº 1918/2022/COAG	OP/GEAOP	/GGAME/
DIRAD-DIOPE/DIOPE referente à metodologia atuarial da PEONA.	A regra de	transição
do cálculo de Margem de Solvência para o modelo de Capital Base	ado em Ris	scos (CBR)
foi atendida a partir de 1º de janeiro de 2023. As Operadoras de P	lano de Sa	úde estão

fator variável "K", obtido no ANEXO I da RN nº 569/2022, pelo capital-base de 2024 o valor de R\$ 11.701.894,34; e (R\$ 11.226.992,56 em 2023). A OPS encontra-se na região de comercialização 4 com fator 0,48%. O resultado calculado do Capital-Base para OPS é RS 56.169. O Capital Baseado da OPS é de RS 56.169 em 31.12.2024 e o valor do PLA (R\$ 10.819.924) exigido pela Norma Técnica está suficiente em R\$ 10.763.755 para a data-base findo 31.12.2024, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Descrição	Dez/24
Recursos Próprios Mínimos	
Fator K	0,48%
Capital-Base Conforme IPCA	11.701.894
C.B. Calculado	56.169
Patrimônio Líquido Ajustado	10.819.924
Suficiente / Insuficiente	10.763.755
Situação - Suficiente / Insuficiente	Suficiente
eado em Riscos (CBR): Regra de capital previsto na	RN nº 569/2022 que
	m função do fotoros

- Capital Base define montante variável a ser observado pela Operadora em função de fatores cido pela ANS, comp principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional. O CBR calculado para data-base 31.12.2024 é de R\$ 4.079.471, tendo a OPS o montante de Patrimônio Líquido em R\$ 10.819.924 encontrando-se a OPS em volume suficiente no valor de R\$ 6.740.453. Exercício

Análise do PLA	
+) Patrimônio Líquido / Patrimônio Social	23.243.623
-) Créditos Tributários Decorrentes de Prejuízos Fiscais de Imposto	
de Renda e Bases Negativas de Contribuição Social	561.630
-) Despesa de Comercialização Diferida	11.862.069
-) Despesas Antecipadas	
=) Patrimônio Apurado com Ajustes para CBR	10.819.924
CBR	dez/24
CRC	954.817
CRS	2.473.815
CRO	941.416
CRM	233.086
CBR	4.079.471
PLA	10.819.924
Suficiência / Insuficiência	6.740.453
Situação - Suficiente / Insuficiente	Suficiente
DALILO OTAVIO MONTALVAO CAMISOTTI DIDETOD DRESID	CNITC

ADRIANO RODRIGO DA SILVA - Contador - CRC SP nº 262.136/0-9

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES OPERACIONAIS 2023 2024 (+) Recebimento de Planos de Saúde Resgate de Aplicações Financeiras (+) Outros Recebimentos Operacionais 9.692 (-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Servico de Saúde 49.668 (2.130)(1.782) (-) Pagamento de Pessoal (370)(905)) Pagamento de Servicos Terceiros (11.119)(-) Pagamento de Aluguel (395)(-) Pagamento de Promoção / Publicidade (2.531) 44.559 (-) Outros Pagamentos Operacionais (4.733)(765) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (-) Pagamento de Participação nos Resultados (100)CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (1.803) **42.751** <u>4.906</u> (30.230)CAIXA - Saldo Final Ativos Livres no Início do Período (*) Ativos Livres no Final do Período (*) 13.226 10.010 ento / (DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (38) (1.916) (3.216) 13.219 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras (19) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) (1.944) Descrição das Mutações Acumulados 6) Créditos de Operações com Assistência à Saúde: A composição dos "Créditos de Saldo Final em 31.12.2022 20.170 Resultado Líquido do Exercício

(100) 20.170 276 (100) Distribuição Antecipada de Lucros Resultado Líquido do Exercício Saldo Final em 31.12.2024 20.170 3.074 23.244 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações fina 13) Débitos de Operações de Assistência à Saúde: A ODONTO SEG em 31 de dezembro de 2024 possui valores a pagar relacionado à comercialização das operações que serão

Débitos de Operações de Assistência à Saúde 4.477 2.658 possui a composição de Tributos e Contribuições a recolher e está representada pelas contas demonstradas a seguir: Tributos e Contribuições a Recolher 2024 2023 COFINS a Recolher 169 215 IRRF a Recolher

realizadas seus respectivos pagamentos no próximo período, conforme quadro abaixo

FGTS a Recolher ISS Retido na Fonte a Recolher 15 ISS a Recolher 85 108 CSLL a Recolher 351 15) Débitos Diversos: Os débitos de diversos com saldo findo em 31 de dezembro de 2024 são relacionados aos valores a serem pagos de salários e férias para os colaboradores bem como os valores a serem pagos para fornecedores, com a seguinte composição: Débitos Diversos 2024 2023 Provisões para Férias

14 Provisões para Encargos sobre Féria Obrigações com Pessoa 31 Fornecedores 800 496 Outros Débitos a pagar 699 634 16) Provisões para Acões Judiciais: A Administração da Companhia constitui provisões baseadas na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, e considera que

os valores provisionados na rubrica "provisões para contingências", no exigível em longo prazo, são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais. A Companhia é parte em processos judiciais envolvendo contingências cíveis como segue: **Débitos Diversos** 2024 2023

Contingência Processos Jurídicos 219 213 17) Débitos Diversos – LP: Os débitos de diversos com saldo findo em 31 de dezembro de 2024 classificados no passivo não circulante são relacionados aos valores a serem pagos a longo prazo a fornecedores. Segue abaixo: **Débitos Diversos** 2024 2023

18) Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido da ODONTO SEG no exercício social findo em 31.12.2024 foi de R\$ 23.244 e em 31.12.2023 foi de R\$ 20.446. Segue abaixo as contas que compõem o grupo de contas do Patrimônio Líquido. **18.1. Capital Social:** O capital social da Companhia é de R\$ 20.169.500,00 (vinte milhões, cento e sessenta e nove mil e quinhentos reais) dividido em 20.169.500 quotas, no valor nominal de RS

1,00 (um real) cada uma, neste ato sendo totalmente subscrito e integralizado en

moeda corrente do País. 18.2. Lucr./Prej. - Superávits/Déf. Acum. Result. - No exercício

de 2024 foram efetuados lançamentos no grupo de contas lucros ou prejuízos acumulados ou resultado, conforme demonstrado abaixo. Descrição Valores (R\$) Valores (R\$) Lucros / Prejuízos Acumulados 2023 (-) Adiantamento Antecipado de Lucros (100) Lucro / Prejuízo Apurado no Exercício 2.898 (1.944)Lucros / Prejuízos Acumulados 2024

19) Detalhamento das Contas de Resultado 19.1. Despesas de Comercialização Despesas de Comercialização 2024 2023 30.007 30.230 19.2. Despesas Administrativas - A Operadora iniciou suas atividades operacionais no

final de 2019 e foi identificada a necessidade de uma reestruturação administrativa o acional, gerando um grande aume 2024 tiveram reflexo decorrente dos honorários contratados da empresa Brazil Denta Servicos Compartilhados Despesas Administrativas

13.153 Serviços de Terceiros (ii) 8.397 Localização e Funcionamento (iii) 1.030 Publicidade e Propaganda 2.531 Taxas e Tributos Despesas c/Contribuições, Donativos e Administrativas Diversas 126 15.913 14.963 (i) Despesas com salários e benefícios para colaboradores e encargos sociais sobre

folhas de pagamentos. (ii) Despesas com serviços de terceiros relativo a trabalho advocatícios, auditorias, consultoria, entre outros. (iii) Despesas com aluguel condomínio, taxas, IPTU, entre outros. 20) Partes Relacionadas: A Companhia não possui operações com partes relacionadas, a Administração entende que quando houver, essas devem ser negociadas em condições

semelhantes àquelas aplicadas entre partes não relacionadas ao qual contratassem com base em sua livre vontade e em seu melhor interesse. 21) Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras

m aprovadas e autorizadas pela Administração da ODONTO SEG no dia 27 de fevereiro de 2025.

CONTBAM ASSESSORIA CONTÁBIL - CRC 2SP030208/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Administradores da ODONTO SEG Operadora de Planos Odontológicos Ltda. CNPJ: 14.891.935/0001-10 Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da ODONTO SEG Operadora de Planos Odontológicos Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro operações. Os responsáveis pela governança da ODONTO SEG Operadora de Planos Odontológicos Ltda., são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da operadora **ODONTO SEG Operadora de Planos Odontológicos Ltda.**, em 31 de dezembro de 2024, o contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de auditoria sempre detectam as eventuais distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: A Empresa, enquanto Operadora de Plano de Saúde, deve atender e cumprir integralmente as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A empresa conta com um atuário responsável, que apresentou de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria relatório livre de inconsistências. Além disso, possui autorização da ANS para realizar cálculos atuariais próprios, cuja responsabilidade é exclusivamente do atuário res As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido em 27 de março de 2024. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento da profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para entar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o at para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o obietivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planeiado, da época da auditoria

> Bebedouro - SP, 27 de fevereiro de 2025. MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES - CNP) 03.805.426/0001-00 - CRC 2SP 021390/0-7
> MARCELO BOCK - CONTADOR - CRC 1SP 128524/0-0 CVM 11207



O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.









isso 0010438-48.2024.8.26.0001 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2º Vara Civel, do Foro Regional a Dabus Guimarães e Souza, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JOHNNY ANTONIO PIMEN 1º 648 552/1001 52, representado por JOHNNY ANTONIO PIMENŢA, brasajeiro, portador do RC

EDITAL-PRAZO DE 20DIAS PROCESSO Nº1012618-04.2023.8.26.0438 O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 4ªVara Civel,do Forc Central Civel,Estado de São Paulo,D(a),Lais Helena Bresser Lang,na forma da Lei,etc.Faz saber ao público em geral,nos termos do artigo 726.§1°, do Código de Processo Civil, que tamita neste juizo uma Ação de Protesto Contra Alienação de Bens (processo número 1012618-04.2023 8.26.0438), ajuizada por AGROPECUARIA CINTRA E VASCONCELOS. LTDA, inscrita no CNPI so to número 04.145.878/0001-76,e MARIA CONCEIÇÃO CINTRA VASCONCELOS. inscrita no CPF sob o número 114.238.338-56, eñace de BANCO VOTORANTIM SA, inscrita no CNPI sob o número 59.588.111/0001-103, a fim de cientra terceiros acerca de existência de uma potencial e futura contenda entre as partes discutindo o direito à propriedade dos imóveis objeto das matriculas rº 6.237, 13.518, 6.235 e 13.519, todas registradas perante o Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Penápolis/SP. E para que chegue ao conhecimento de todos e que não aleguem ignorância em relação ao seu teor, será o presente edital, por extrato afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de março de 2025. [24,25]

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1031632-29.2020.8.26.0001. Classe: Assunto: Procedimento Comum Civel-Serviças Hospitaláres. Requerente: Hospital São Camilo – Santana. Requerido: Luana Lance Reis e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1031632-29.2020.8.26.0001. (O,4) MM. Juiz(a) de Direito da 7-Vara Civel. do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo. Dría Rodrígues Thomazelli, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Luana Lance Reis, CPF: 415-513.045-30 e Saulo Lance Reis, CPF: 384-903.935-70, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Civel por parte de Hospital São Camilo – Santana, alegando em sintese: objetivando a quantia de R\$ 27.571,92 (janeiro de 2021), decorrente da prestação de serviços médico-hospitalares, Recibo Proviscino de Serviços "18 1929 - Encontrando-se o reiu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente dital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de março de 2025.

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS PROCESSO N°1014980

-23.2023.8.26.0100 O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 36º Vara Civel, do Foro Central Civel, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULA DA ROCHA ESILVA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A RILSON CRUZEIRO, CPF 04/768661890, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Civel por parte de Luis Ostavo Brito Costa, para ocharaça de R8 4.693.96 (Feveriero/2023), referente ao contrato de prestação de serviços advocacitos na eira pervedenciára, devidamente corrigido e acrescido das custas e despesas processuais, e honorários advocacitos. Biccontrando-se o referen fugar incorte na despesado, foi definidado posta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edifial, procente resposta Não sendo contestada a ação, o rêu será considerado revel, caso em que será considerado revel,

Jornal O Dia SP

VESÚVIO INCORPORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ n° 41.163.681/0001-96 - NIRE 35.300.566.025

RESUMO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 12/04/2021 Aprovação da renúncia dos Diretores Ailton Roja e Luis Antônio Roja e eleição dos novos Diretores Fernando Miziara de Mattos Cunha, João Paulo Franco Rossi Cuppoloni e Renata Rossi Cuppoloni Rodrigues, com mandato até a AGO subsequente ao exercício de 2023; alteração da sede social para Rua Henri Dunant, nº 873, 6º andar, conj. 601 a 605, Santo Amaro, São Paulo/SP; alteração e consolidação dos artigos 2º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 18º, 19º, 20º e 24º do estatuto social, mantendo-se as demais cláusulas inalteradas. JUCESP nº 214.700/21-5 em 12/05/2021. Gisela Siminas Gráfio Secretión Secreti

A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

lhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(-) Contribuição Socia

idades Operacionais

de Serviço de Saúde

-) Pagamentos de Pessoal

(-) Pagamentos de Aluguel

-) Aplicações Financeiras

Atividades de Investimento

Caixa - Saldo Inicial

Caixa - Saldo Final

IRPJ a recolher

CSLL a recolher

12. Tributos e Encargos Sociais

ISS Retido na Fonte a Recolher

ISS a Pagar sobre Faturamento

Provisões para Férias / 13º Salário

Emprétimos e Financiamentos

Provisões para Ações Judiciais

Saldo

2024

Contingência Aquisição Prevident

Provisões para Encargos sobre Férias / 13º Salário

14. Provisões para Contingências: A Administração da Companhia constitui

provisões baseadas na opinião de seus assessores jurídicos internos

externos, e considera que os valores provisionados na rubrica "provisões

15. Ativos Garantidores: A Resolução Normativa nº 521/2022 atualizada

relacionadas, a Administração entende que quando houver, essas devem ser negociadas em condições semelhantes àquelas aplicadas entre partes não relacionadas as quais contratassem com base em sua livre vontade e

Equação Contábil - CRC 2SP022128/O-4

em processos judiciais envolvendo contingências cíveis, como segue

13. Débitos Diversos

Débitos Diversos

Retenção de CSLL / PIS / COFINS

Tributos e Contribuições a Recolher

(-) Pagamentos de Contingências

(Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)

(+) Recebimentos de Plano Saúde

Resgate de Aplicações Financeiras

) Pagamentos de Serviços Terceiros

(-) Pagamentos de Promoção/Publicidado

Caixa Líquido das Atividades Operacionai

(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado

(+) Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento

Caixa Líquido das Atividades de Investimento

Caixa Líquido das Atividades de Financiamento

-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores

2024 181.299

(10.176)

191.475 83.777 191.475 83.888

141.645 50.864

141.635 50.857

(27 205) (12 926

(99.658) (34.859 14.772 (3.073

(147)(2.554) (122)

(928)

(398)

11.249

2024

187.839

99.824

(82.640)

(105)

(34)

(90.466)

3.304

4.611

2024

1.703

208

1.013

1.790

89.819

280

99.658 34.859

6.070 21.738

2.907 3.513

1.267

(37.300) (27.367 (24.054) (4.116)

46.348

(16.724 (3.779

(45) (5.550)

(60.075

14.000

14.000

11

(10)

(3.802 (39.654) (29.112) (39.479) (28.864) (175) (248)

Prevident Assistência Odontológica S.A.

de 2024 e 2023 em conformidade com dispositivos legais, estatutários e a regulamentação da ANS. Visão Geral da Companhia & Mercado de Atuação: A Prevident tem por objetivo social a operação de planos privados de assistência odontológica. A Companhia conta com uma rede credenciada com mais de 10.000 opções de atendimento distribuídos geograficamente de acordo com a concentração de seus clientes. Performance Operacional Financeira: A empresa presentou um aumento de 101,3 milhões de Reais de Receita Operacional Líquida comparado com exercício de 2023. O aumento de Receita não gerou aumento de lucratividade devido, principalmente, ao aumento das Despesa comerciais em R\$ 14,3 milhões de reais e Despesas Administrativas em R\$ 64,8 milhões de Reais. Perspectivas: A Companhia possui boas perspectivas de crescimento no mercado de planos exclusivamente odontológicos para 2025 continuaremos acelerando nossa expansão comercial em âmbito nacional e gestão diferenciada no relacionamento com clientes, credenciados e parceiros comerciais. A Empresa seguirá investindo na capacitação dos seus funcionários investindo em tecnologia, instalações e inovações que aumentem a satisfação de nossos clientes e gerem sustentabilidade ao crescimento de nossos negócios. O programa de credenciamento está orientado ao crescimento dimensionamento e especialização de acordo com as necessidades das empresas e beneficiários. Relacionamento com Auditores Independentes: A MB Auditores Independentes S.S. é contratada pela Companhia para serviços de

auditoria externa das demonstrações financeiras e	alinhar	nento co	m as nor	m
Balanços Patrimoniais - 31/1	2/2024	e 2023	(Em milh	ar
Ativo	Nota	2024	2023	
Ativo Circulante		36.488	32.967	
Disponível		4.611	1.307	
Realizável		31.877	31.660	
. Aplicações Financeiras	4	8.620	16.610	
 Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas 		4.730	3.766	
- Aplicações Livres		3.890	12.844	
. Créditos de Operações c/ Planos de Assist. à Saúde		18.967	10.657	
- Contraprestação Pecuniária a Receber	5	18.967	10.657	
. Créditos Tributários e Previdenciários	6	3.740	3.656	
. Bens e Títulos a Receber		550	736	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.907	12.238	
Realizável a Longo Prazo		11.731	12.058	
. Títulos e Créditos a Receber	7	11.731	11.578	
. Ativo Fiscal Diferido		-	480	
Imobilizado	8	163	164	
. Imobilizado de Uso Próprio	8	163	164	
- Não Hospitalares / Odontológicos		163	164	
Intangível	9	13	15	
Total Ativo		48.394	45.205	
Demonstração das Mutações do Patrim	nônio L	íquido		

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) Lucros/ Social de Lucro Acumulados

Saldos em 31/12/2022	29.278	213	(10.382)	19.10		
Resultado Líquido do Período			2.217	2.21		
Saldos em 31/12/2023	29.278	213	(8.165)	21.32		
Resultado Líquido do Período			11.249	11.24		
Saldos em 31/12/2024	29.278	213	3.084	32.57		
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras						
Exercícios findos em	31 de de	zembro de	2024 e 2023			
/ -						

 Contexto Operacional: A Sociedade foi constituída em 7 de agosto de 1986, com sede no município de São Paulo e filiais em Florianópolis, Guarulhos, Campo Grande, Feira de Santana, Belém, Canoas, João Pessoa, Manaus, Recife, São Luiz, Curitiba, Palmas e Vitória e tem como objetivo social a intermediação de prestação de serviços de odontologia preventiva e assistencial. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, normas estabelecidas pela ANS — Agência Nacional de Saúde Suplementar e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos emitidos pelo CPC — Comitê de Pronunciamentos Contábeis que estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade, bem como a legislação fiscal e tributária. É adotado o plano de contas instituído pela Resolução Normativa — RN n^{o} 390, de 2 de dezembro de 2015. Estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior. Essas demonstrações contábeis foram autorizadas pelos cotistas da Companhia em 24/02/2025. 3. Principais Diretrizes Contábeis: a) Moeda funcional e de apresentação -As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b) Uso de Estimativas e Julgamentos - A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas e pronunciamentos do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. c) Aplicações Financeiras - São demonstradas acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do Balanço. d) Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria correspondem às aplicações financeiras classificadas como ativos circulantes. e) Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde As contraprestações pecuniárias a receber decorrentes das operações com plano de saúde correspondem aos valores das Faturas a Receber dos associados dos planos comercializados pela Empresa. f) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valores suficientes para cobrir eventuais perdas desses créditos, constituída segundo a análise das perdas prováveis sobre créditos a receber vencidos acima de 90 dias para contratos de pessoa jurídica e acima de 60 dias para contratos de pessoa física, em consonância com as determinações da ANS, considerando toda a carteira do cliente. As perdas com clientes foram registradas na conta "provisão para perdas sobre créditos" no resultado do exercício. A Provisão para Perda sobre Créditos é constituída segundo orientações do CPC 48, nos quais as perdas com clientes são registradas na conta "Provisão para Perda sobre Crédito" no resultado do exercício. g) Imobilizado - O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e considera os efeitos da reavaliação espontânea de bens do imobilizado, efetuada em exercícios anteriores. Neste exercício, para os Bens Móveis não foram realizados testes de recuperabilidade de seus ativos (Impairment), conforme Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 01, por não haver indício de desvalorização do Imobilizado A depreciação foi calculada pelo método linear, às taxas usuais permitida pela legislação fiscal, com base na vida útil dos bens. h) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros - Com base no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração revisa anualmente o valor contábil de seus ativos imobilizado e intangível, para fins de determinar a necessidade de provisão sobre esses valores, em caso de não recuperabilidade. Para esse ano os bens permanecem com o valor contábil adequado. i) Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde - Refere-se aos valores nominais decorrentes de serviços odontológicos prestados pela rede credenciada no atendimento aos associados dos planos de assistência odontológica comercializados pela Empresa, e registrados pelo valor das contas odontológicas conhecidas até dezembro de 2024. Os valores de Eventos são pagos, em sua maioria, dentro do próprio mês de aviso. j) Provisões Técnicas de Operações de Assistência Odontológica - Foram constituídas, mensalmente, de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 574/2023 e alterações, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, k) Ativos e Passivos Contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados com base nos critérios a seguir: **Contingências Ativas** - Não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. *Contingências Passivas* - São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como Perdas Possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados

ADEMIR FRATRIC BACIC - Diretor-Presidente

mpreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado,

desde 2023. Outros assuntos: A Prevident Assistência Odontológica S.A., enquanto Operadora de Plano de Saúde

deve atender e cumprir integralmente as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A empresa conta com um atuário responsável, que apresentou relatório livre de inconsistências. Além disso, possui

autorização da ANS para realizar cálculos atuariais próprios, cuja responsabilidade é exclusivamente do atuário

responsável. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores são

apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre

as demonstrações financeiras emitido em 28 de março de 2024. Outras informações que acompanham as

demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da operadora é responsável por essas outras

informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis

não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse

relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório

da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorcão relevante no

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração da

Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com

as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde

Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração

de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na

elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empres

stração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

mas da ANS. Declaramos que a MB Auditores não no	os pres	tou quais	quer servi	ços que possam afetar a sua independência operaci	ional. A
ares de reais, exceto quando indicado de outra for	Demonstração do Resultado - Exercícios findos	em 31/			
Passivo	Nota	2024	2023	(Em milhares de reais, exceto quando indica	ado de
Passivo Circulante		14.030	8.613		Nota
Provisões Técnicas de Operações de Asssit. à Saúde		3.834	3.665	Receita de Contraprestações Efetivas	
. Provisão de Contraprestações	10	587	337	. Receitas com Operações de Assistência à Saúde	1 1
 Provisão de Contraprestações Não Ganhas 		587	337	. Contraprestações Líquidas	1
. Prov. de Eventos a Liquidar Outros Prestadores	10	2.402	2.657	. (-) Tributos Diretos de Oper. com Planos de Assist.	_
. Prov. de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA	10	846	671	(-) Eventos Indenizáveis Líquidos	_
Débitos de Operações de Assist. à Saúde		5.948	3.033	. Eventos Conhecidos ou Avisados	
 Comercialização sobre Operações 	11	5.948	3.033	. Var. da Prov. de Eventos Ocorridos e Não Avisados	
Tributos e Contribuições a Recolher		1.703	981	(=) Resultado das Operações com Planos de Assist.	
- Tributos e Contribuições	12	1.703	981	(+/-) Outras Rec. / Desp. Operacionais	
Débitos Diversos	13	2.545	933	. (-) Outras Desp. Operac. com Planos de Assist. à	Saúde_
Passivo Não Circulante		1.790	15.267	. Outras Desp. Operac. de Planos de Assist. à Saúde	!
 Provisões para Ações Judiciais 	14	1.790	1.267	. Provisão para Perdas de Crédito	_
Débitos Diversos			14.000	(=) Resultado Bruto	
Patrimônio Líquido		32.574	21.325	. (-) Despesas Comercialização	17.1
. Capital Social	16	29.278	29.278	. (-) Despesas Administrativas	17.2
- Reservas de Lucro		3.296	-	(=) Resultado Operacional	_
. Prejuízos Acumulados			(7.953)	. Resultado Financeiro	_
Total Passivo		48.394	45.205	. Receita Financeira	
classificação de todos os contratos de planos de assistência odontológica . Despesa Financeira					
com base no período de cohertura de primeiro ao último dia de cada mês					

sendo assim, os contratos pessoa jurídica têm início de vigência programada, transferindo sua cobertura sempre para o primeiro dia do mês subsequente ao contratado. Os contratos pessoa física possuem início de cobertura do risco 24 horas após a adesão do associado ou após o pagamento da 1ª parcela, dos dois casos o que ocorrer primeiro, de acordo com a IN32 ANS, de04 de julho de 2009. n) Instrumentos Financeiros - A empresa opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são mensurados ao valor justo por meio do resultado. o) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio - A distribuição de divid juros sobre capital próprio para os cotistas da Prevident Assistência Odontológica S.A. é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis. **4. Aplicações Financeiras**: As aplicações financeiras estão discriminadas conforme quadro a seguir e referem-se ao numerário mantido junto à instituição financeira em atendimento à RN 159 de 2007, com a

Aplicações Financeiras	2024	2023
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas -		
Banco Safra	4.730	3.766
Aplicações Livres	3.890	12.844
Saldo	16.610	16.610
As aplicações em CDB, fundos e debêntures, são cl	assificadas	no ativo

de liquidez diária integral oferecida pela contraparte para a grande maioria do saldo. 5. Contraprestação Pecuniária a Receber: As contraprestações pecuniárias a receber decorrentes das operações com Plano de Assistência Odontológica correspondem aos valores das Faturas a Receber dos associados pessoa jurídica e associados pessoa física estão demonstrados da seguinte forma

)	Contraprestação Pecuniaria a Receber	2024	2023
3	Faturas a Receber	22.014	13.604
)	Cessão de Crédito a Receber	100	100
3	(-) Provisão para Perdas sobre Créditos (a)	(3.047)	(3.047)
2	Saldo	19.067	10.657
r	(a) Constituída pela totalidade a provisão de créditos du	ıvidosos pe	rtinentes
5	aos planos individuais com preço preestabelecido, que	apresenta	ram pelo
9	menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90	(noventa)	dias para

clientes pessoa jurídica e apresentaram pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias para clientes pessoa física até a data-base de 31/12/2024. 6. Créditos Tributários: A Companhia utiliza a

sistemática do Lucro Real e calcula seus impostos com base nas aliquotas						
efetivas vigentes na data de fechamento das Demonstrações Financeiras.						
Os Créditos tributários referem-se a impostos retidos na fonte sobre						
faturamento.						
Créditos Tributários e Previdenciários	2024	2023				
IR Retido na Fonte	1.280	1.280				
CSLL Retida na Fonte	624	601				
PIS/COFINS Retidos na Fonte	1.836	1.775				
Saldo	3.740	3.656				
7. Outros Créditos a Receber						
Realizável a Longo Prazo	2024	2023				
Direitos a Receber (a)	10.513	10.513				
Depósitos Judiciais	376	252				
Cessão de Crédito a Receber	800	800				
IRPJ & CSLL sobre Ágio	-	480				
Depósito Caução (Aluguel)	14	14				
Saldo	11.703	12.058				
a) Trata-se de um valor que está ganho em 1ª, 2ª e no T	IJ conforme	processo				
nº 0736846- 39.2019.8.07.0001 na 17º Vara Cível de Brasília detalhadamente						

para contingências", no exigível em longo prazo, são suficientes para cobri eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais. A Companhia é parte submetido à ANS, processo que está garantido com Depósito Judicial efetuado pelo cliente desde o início.

	Instalações	20%	11	11	15. Ativos Garantidores: A Resolução Normativa			
	Máguinas e Equipamentos	10%	77	75	pela Resolução Normativa nº 573/2023, da Diretor			
	Equipamentos de Informática	20%	315	309	Nacional de Saúde Suplementar – ANS descreve a diversificação dos At			
r	Móveis e Utensílios	10%	195	181	das Operadoras de Planos Privados de Assistência			
,	Veículos	20%	94	94	como Ativos Garantidores das Provisões Técnicas			
r	Direito de Uso de Imóveis	50%	-	-	Técnicas, no montante de R\$ 846 em 31 de dezem			
9	(-) Depreciação Acumulada		(528)	(505)	2023), possuem como Ativos Garantidores Aplicaçõe			
	Saldo	_	164	164	no montante de R\$ 4.730 em 31 de dezembro de 2			
	9. Intangível	_			(vide Nota 4). 16. Capital Social: O capital so			
3	5. mangree	Taxa de			representado por 29.279.000 quotas, com valor nom			
2	Intangível	Depreciação	2024	2023	cada quota, perfazendo um capital de R\$ 29.			
3	Sistemas Aplicativos Softwares	20%	658	658	e integralizado e 980 de capital social a integraliz	ar em moeda	corrente	
5	(-) Amortização Acumulada		(646)	(643)	do país.			
2	Saldo	_	12	15	17. Detalhamento das Contas de Resultado			
	10. Provisões Técnicas de Operações	do Accistância à S			17.1. Despesas de Comercialização			
1			auue		Despesas Comercialização	2024	2023	
	As provisões técnicas estão composta	•			Despesa com Comissão	27.205	12.926	
	Provisões Técnicas de Operações de	Assistência à Saúd	e <u>2024</u>	_2023	Saldo	27.205	12.926	
2	Provisão de Contraprestação Não Ga	nha	587	337	17.2. Despesas Administrativas: A Operadora	teve a necess		
1	Provisão de Eventos a Liquidar Outro	s Prestadores	2.402	2.657	aumentar suas Despesas Administrativas. A Operadora teve a necessidade de			
5	Provisão de Eventos Ocorridos e Não	Avisados - PEONA	846	671	clientes no exercício de 2024.	inuer o crescii	nemo de	
5	Saldo		3.834	3.665		2024	2022	
					Despesas Administrativas	2024	2023	

A ANS publicou em 22/12/2009 a RN nº 209, alterada pelas RNs nsº 227 e Pessoal Próprio 243/10, RN 246/11 e RN 313/12, que estabelece as regras para constituição Serviços de Terceiros Localização e Funcionamento de provisões técnicas, critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo, dentre outras. A provisão está devidamente garantida por uma aplicação Publicidade e Propaganda financeira (Nota 4). O cálculo utilizado para a constituição da PEONA é a Taxas e Tributos Nota Técnica Atuarial PEONA (NTAP) desde 28/02/2013, aprovada através do Ofício 337/2013, com data contábil vigente em 12/2014. 18. Partes Relacionadas: A Companhia não possui operações com partes

como Perda Remota, não requerem provisão ou divulgação. I) Apuração do Resultado - As receitas e despesas foram apropriadas de acordo com o 11. Débitos de Operações de Assistencia à Saude Débitos de Operações de Assistência à Saúde regime de competência. As contraprestações emitidas de planos de assistência à saúde são contabilizadas com base em relatórios de Comercialização sobre Operações 5.948 **5.948** 3.033 faturamento, na data de competência da cobertura dos planos. m) Contratos de Planos de Assistência Odontológica - A empresa efetuou o processo de

Valor referente à comissão a pagar sobre planos empresariais.

em seu melhor interesse

Jacinto Bruno Scagliusi - Contador - CRC 1SP234266/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Aos Diretores e Administradores da Prevident Assistência Odontológica S.A. CNPJ: 56.269.913/0001-62 continuar operando, divulgando, quando apl continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operaciona Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da operadora Prevident Assistência Odontológica S.A., que

correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as patrimonial e financeira da operadora Prevident Assistência Odontológica S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na secão a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Sem alterar nossa opinião, em consonância com a nota explicativa nº 08, o assunto quanto à caracterização do montante como ativo contingente está sendo tratado junto nforme ofício 23/2023/COAOP/GEAOP/GGAHE/DIRAD – DIOPE/DIOPE e a devida resposta da Operadora,

e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as das operações. Os responsáveis pela governança da Prevident Assistência Odontológica S.A. são aqueles cor onsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do** auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionai de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas cionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planeja procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas onstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, evento ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Bebedouro - SP, 27 de fevereiro de 2025. Marcelo Bock - Contador CRC - 1SP128.524/O-0 - CVM 11207

MB Auditores Independentes Sociedade Simples - CNPJ 03.805.426/0001-00 - CRC - 2SP021390/O-7.

Cinco dirigentes do INSS são afastados por suspeita de irregularidades

As informações que auditores da Controladoria-Geral da União (CGU) e investigadores da Polícia Federal (PF) reuniram enquanto apuravam as suspeitas de que organizações da sociedade civil desviaram bilhões de reais de aposentados e pensionistas motivaram a Justiça Federal a determinar o afastamento cautelar de cinco dos principais dirigentes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Além do presidente da autarquia, vinculada ao Ministério da Previdência Social, Alessandro Stefanutto, foram afastados de suas funções o diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, Vanderlei Barbosa dos Santos; o procurador-geral junto ao INSS, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho; o coordenadorgeral de Suporte ao Atendimento ao Cliente, Giovani Batista Fassarella Spiecker, e o coordenadorgeral de Pagamentos e Beneficios, Jacimar Fonseca da Silva.

Procurador federal, Stefanutto ficou à frente da Procuradoria-Federal Especializada junto ao INSS de 2011 a 2017. Em 11 de julho de 2023, assumiu a presidência da autarquia por indicação do ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, que hoje o ministro defendeu o direito de todos os investigados à presunção de inocência.

"Queremos punir exemplarmente qualquer cidadão que tenha cometido erros e crimes [...] mas todo mundo é inocente até que se prove o contrário", disse Lupi, durante entrevista coletiva da qual também participaram os ministros da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e da CGU, Vinicius de Carvalho, além do diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues.

"A indicação do doutor Stefanutto é de minha inteira responsabilidade", acrescentou Lupi, ao comentar o motivo para ter demitido o presidente afastado do INSS. "Ele é procurador da República, um servidor que, até o momento, tem nos dado demonstração de ser exemplar [...] Se o processo [investigação] está em curso, não sou eu que tenho que concluí-lo. Não posso tomar nenhum tipo de decisão antes do fim da apuração [...] Vamos esperar pelo resultado, garantindo o amplo direito de defesa. Até para não colocarmos estas pessoas em uma fogueira", comentou o ministro da Previdência

Segundo o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, um policial federal também foi afastado cautelarmente. "Ele atuava em São Paulo e teve atuação vinculada a esse grupo criminoso, prestando algum tipo de suporte para o grupo", afirmou Rodrigues.

"O agente federal se aproveitou do cargo para cometer atos criminosos. Ele foi objeto de buscas, e nós mesmos da PF solicitamos seu afastamento", acrescentou Rodrigues, ao detalhar que, a pedido dos investigadores, a Justiça Federal determinou o afastamento cautelar dos seis servidores públicos e autorizou o cumprimento de 211 mandados de busca e apreensão e de seis prisões temporárias, além do sequestro de bens dos investigados que, juntos, totalizam mais de R\$ 1 bilhão.

Segundo Rodrigues, a deflagração da chamada Operação Sem Desconto, nesta manhã, é apenas um passo importante, porém, inicial, em uma investigação que está só começando. "Esta é uma investigação complexa que está no seu começo e que, certamente, vai ter desdobramentos", reforçou Vinicius de Carvalho, da CGU.

De acordo com a PF e a CGU, organizações da sociedade civil são suspeitas de descontar, ilegalmente, de aposentados e pensionistas, e com autorização do INSS, as chamadas mensalidades associativas - uma contribuição que aposentados, pensionistas ou pessoas de uma determinada categoria profissional pagam, periodicamente, para fazer parte de uma associação, sindicato ou entidade de classe sem fins lucrativos que represente os interesses de seus membros do Regime Geral

da Previdência Social (RGPS). Informações fornecidas pelas autoridades durante a coletiva da quarta-feira indicam que, desde 2016, o montante obtido por meio de descontos associativos - autorizados ou não - cresceu ano após ano. Em 2016, foram R\$ 413 milhões; em 2017, R\$ 460 milhões; em 2018, R\$ 617 milhões e, em 2019, R\$ 604 milhões. Em 2020, em meio à pandemia de covid-19, o valor caiu para R\$ 510 milhões. Em 2021, foram descontados R\$ 536 milhões. Em 2022, R\$ 706 milhões. Em 2023, R\$ 1,2 bilhão. E, no ano passado, R\$ 2,8 bilhões.

"Mas seria precipitado dizer que todo esse montante é ilegal; que 100% dos aposentados que pagam o desconto associativo tiveram seus consentimentos fraudados. Só na amostra que a CGU fez, com 1,3 mil beneficios, deu 97% de fraudes, com as pessoas dizendo não estar de acordo, não saber ou não ter autorizado o desconto", completou o ministro da CGU.

Para o ministro da Justiça e Segurança Pública, os investigadores agora tentarão descobrir qual o grau de envolvimento de cada um dos investigados com o suposto esquema. Se ficar provada a participação, eles poderão responder pelos crimes de corrupção ativa, passiva, violação de sigilo funcional, falsificação de documento, organização criminosa e lavagem de capitais.

"Ainda vamos identificar o modus operandi de cada um dos agentes envolvidos, algo que não está muito claro. O que temos é um afastamento cautelar, determinado pela Justiça, de determinados servidores do INSS, sobretudo da cúpula do instituto", concluiu Lewandowski. (Agência Brasil)

R\$ 1,5 bilhão em 1,6 mil km: pavimentação transforma áreas rurais do Paraná

Distritos, cidades e regiões que antes só eram acessíveis por estradas de terra estão se transformando, com mais de 1,6 mil quilômetros de obras de pavimentação em rodovias ou vias rurais distribuídas por todo o Paraná. Desde 2019, foi mais de R\$ 1,5 bilhão investidos nestas estradas, capilarizando o desenvolvimento econômico e melhorando a mobilidade de centenas de milhares de paranaenses.

As obras contemplam desde estradas vicinais, que garantem o escoamento da produção agrícola de comunidades rurais, até rodovias estaduais, que aguardaram décadas para receber pavimentação e conectar cidades por novas vias de asfalto.

As pavimentações também facilitam o acesso a serviços públicos, tornando mais ágil o trânsito de ambulâncias e viaturas policiais, e até impactando na frequência escolar de crianças e adolescentes, que não perdem mais aulas em dias de chuva por não conseguirem transporte escolar.

"A pavimentação de estradas vai além da trafegabilidade. Estradas bem estruturadas ajudam a preservar recursos naturais, como o solo e a água, fator que afeta diretamente a agricultura da região. Elas também melhoram o acesso entre regiões rurais e urbanas, facilitando o turismo e impulsionando o desenvolvimento econômico das comunidades rurais", afirmou o secretário de Agricultura e Abastecimento, Márcio Nunes.

O programa Estradas Rurais Integradas aos Princípios e Sistemas Conservacionistas, conhecido popularmente como Estradas da Integração, é responsável pela maior parte destes avanços. Por meio dele, 1.350 quilômetros já foram pavimentados em convênios com centenas de prefeituras. Ao todo o investimento realizado por meio do programa foi de R\$ 521 milhões, que impactaram 100 mil famílias de distritos rurais paranaenses. (AENPR)

Luc

Luc

2023

Lucro líquido antes das participações

Outros resultados abrange

Acervo técnico

10. Fornecedores

Passivo circulante

Receita base de cálculo - Imposto de renda

745.152

594.000

10.206.660 10.485.067

Consolidado

Consolidado

2024 3.360.348

3.360.348

10.206.660

Consolidado

9 173 598

Controladora

7.103.346

Adições Baixas Amortização 31/12/2024

(278.407

Controladora

Controladora

2024



TALUDE CONSTRUÇÕES S.A.

CNPJ 14.914.786/0001-67

		BALANÇOS	PATRIMON	IAIS EM 31 D	DE DEZEMBR	0
		Controladora		Conso	lidado	
ATIVO	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	F
Ativo circulante		25.048.359	13.103.668	31.079.314	13.703.488	F
Caixa e equivalentes de caixa	3	17.575.132	8.203.290	19.769.094	8.724.600	F
Contas a receber de clientes	4	348.639	348.639	4.384.032	2.612.268	Е
Adiantamentos	-	694.353	650.000	897.074	663.675	(
mpostos a recuperar	5	26.711	-	40.626	692	(
Partes relacionadas	6	6.403.525	3.901.740	5.988.489	1.702.252	F
/alores a receber	-	-	-	-	-	
Ativo não circulante		57.724.570	29.532.103	55.447.562	28.408.668	F
/alores a receber	-	790.512	789.891	790.512	789.891	F
Partes relacionadas	6	2.565.000	2.035.000	2.565.000	2.035.000	Е
nvestimentos	7	27.803.934	16.052.377	25.137.421	14.905.946	F
mobilizado	8	16.358.464	169.767	16.747.968	192.763	(
ntangível	9	10.206.660	10.485.067	10.206.660	10.485.067	F
•						F

Total do ativo

Prejuízo do exercício

Prejuízo do exercício

Constituição de reserva legal Outros resultados reflexos

Saldos em 31 de dezembro de 2022

Saldos em 31 de dezembro de 2023

Efeito reflexo da distribuição de lucros realizados em controladas

Efeito reflexo da distribuição de lucros realizados em controladas

Capital

10.211.660

D DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em reais) Controladora Consolidado Notas 31/12/2024 31/12/2023 31/12/2024 31/12/2023 Passivo e patrimônio líquido Passivo circulante 9.480.108 6.800.610 11.885.736 8.229.020 Fornecedores de bens e servicos 10 212.189 Obrigações trabalhistas, salários e encargos 297.630 636.813 Obrigações fiscais 12 832.075 1.243.950 344.605 Partes relacionadas 1.746.521 2.774.654 5.454.220 Demais contas a paga 1.872.433 3.813.767 **7.125.054** 7.125.054 Passivo circulante 8.942.195 8.942.195 7.125.054 2.803.393 2.803.393 Patrimônio líquido 64.350.626 28.710.107 64.681.115 26.084.998 10.211.660 2.534.338 1.037.298 2.534.338 Reserva legal Reserva de lucros 51.604.628 17.461.150 51.935.117 14.836.040 64.350.626 28.710.107 65.698.944 82.772.930 42.635.771 86.526.876 42.112.156 Total do patrimônio líquido consolidado Total do passivo e patrimônio líquido 82.772.930 42.635.771 86.526.876 42.112.156

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em reais) Reserva Reserva Total atribuído aos Total atribuído aos acionistas acionistas controladores (2.695.802)(1.976.712 (719.090)(2.695.802) (3.503.119) (1.478.000) (4.981.119) (4.981.119 7.791 9.882.517 1.037.298 15 509 124 26 084 998 673 084 26 758 082 40.872.117 1.017.830 40.872.117 (8.272.798)(7.599.714)(673.084)(8.272.798)1.497.040 2.534.338 1.017.830 64.681.115 65.698.944

Participação total em sociedades em conta de participação % 2024

SCP - DER LOTE 36 - 3048

Constituição de reserva legal (1.497.040) Outros resultados reflexos 10.211.660 52.952.946 Saldos em 31 de dezembro de 2024 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma) 1. Contexto operacional: A Talude Construções S.A.("Companhia"), com sede na Rua Ibateguara,170, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, tem como objeto social a o ramo da construção civil em geral, Participação total em sociedades conforme mencionado em seu Estatuto Social artigo 3º. As funções administrativas e estrutura financeira são compartilhadas entre empresas relacionadas, sendo os custos administrativos rateados entre as partes envolvidas. Pelo fato de pertencerem ao mesmo grupo econômico, não há incidência de encargos financeiros sobre transações entre partes relacionadas por tratar-se de operações de conta corrente mercantil.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis: <u>Demonstrações financeiras individuais da Controladora</u> - As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Desde 2014, com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB e Deliberação CVM nº 733/2014, que aprovou o Do-cumento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionada a citada revisão do IAS 27, as demonstrações financeiras individuais da Controladora passaram a estar em conformidade também com a IFRS. <u>Demonstrações financeiras consolidadas</u> - As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2023, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões ras consolidadas de 31 de dezenibilo de 2025, seriou que a companha adoud todas as indirias, revisoes de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado. Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações contábeis incluem portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, provisões para créditos de liquidação duvidosa, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às esti-mativas. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **2.2. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **2.2.1.** Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósito bancários. 2.2.2. Instrumentos financeiros: a) Classificação e mensuração - A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado - Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Empréstimos e recebíveis - Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. b) "impairment" de ativos financeiros - A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ('impairment'). Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem: • Dificuldade financeira para determina se na evidenta objetiva de unita perca por impariment incluent. • Dilicularia internate int dificuldades financeiras; * Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais, como condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferenca entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados a taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado, c) Instrumentos derivativos - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. 2.2.3. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente (quando da ocorrência de efeitos significativos), deduzidas da estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa. A estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e na experiência de acordos realizados em anos anteriores para o retorno de algumas vendas. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. 2.2.4. Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelas alíquotas regulares de 15%. cidos de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de lucro presumido, sendo que as bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social são calculadas à razão de 8% e 32%, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. 2.2.5. Imobilizado: Registrados ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 8 (que se aproximam das respectivas vidas úteis dos ativos). Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no MVB Locação valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o 2SS padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. **Redução ao valor recu** perável de ativos - O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Não houve constituição de estimativa redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. 2.2.6. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis compreendem direitos de uso de software e marcas e patentes. São demonstra custo de aquisição deduzidos da amortização no período, apurados de forma linear com base na vida útil definida, 2.2.7. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhía é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. 2.2.8. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em Nota Explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas di-

vulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são

provisionados divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da

avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucio-

nalidade de tributos. 2.2.9. Benefícios a funcionários: a) Benefícios de demissão - Os benefícios de

demissão são pagos sempre que o vínculo empregatício do funcionário é encerrado antes da data normal

de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

A Companhia reconhece os benefícios de demissão quando está comprometida com o encerramento do

vínculo empregatício do funcionário, segundo um plano formal e detalhado sem possibilidade de desistên-

cia ou com a concessão de benefícios de demissão devido a uma oferta de demissão voluntária. **b) Outros**

benefícios - Os benefícios concedidos a funcionários e administradores da Companhia incluem remune-

ração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário). Esses benefícios

são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime

de competência, à medida que são incorridos. **2.2.10. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios eco-

nômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com

segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico

seja requerido para liquidá-lo. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores

conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações mone-

tárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco

de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resul-

tado que deram origem ao referido ativo é/ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação

e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método

do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. Os ativos e passivos são classificados como circulantes

quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são

demonstrados como não circulantes. 2.2.11. Reconhecimento de receita: As receitas de prestação de serviços são reconhecidas pela efetiva prestação dos serviços, sendo apresentadas líquidas de descontos e impostos relacionados às vendas. 2.2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e

passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes (quando da ocorrência de efeitos relevantes). Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas

e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação

Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada

de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). A existência e o efeito

de possíveis direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são consideráveis quando se avalia se

a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que

o controle é transferido para o grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia

deixa de ter controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados. As políticas contábeis das

controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas Software

aos fluxos de caixa contratuais. 2.2.13. Consolidação: Controladas são todas a entidades nas quais a

70% * SCP - DER - 3049 - 5 LAGOS - VACINA SCP - DER - 3056 - CAMPO LIMPO - VICIN SCP - 3057 - CCR - SP - 330 - KM 22 - OS 75% 75% SCP - 3061 - ABV - TÁXIS - PPD SCP - DER - 3062 - EMERGENCIAL - SP312 SCP - VIARIO PAULINIA - 3067 61% SCP - 3069-ABV-FRESA E CAPA-2024 SCP - 3073-AENA-CGH-HANGARES SCP - VIARIO JK - 3074 (*) Sociedades em conta de participações encerradas em 2024 Sociedades em conta de participações iniciadas em 2024 Caixa e equivalentes de caixa 2023 5.795.363 4.753.792 6.014.338 4.753.825 17.575.132 8.203.290 19.769.094 8.724.600 Controladora 2023 Consolidado Ativo circulante 2024 Clientes nacionais 4.384.032 2.612.268 348.639 Consolidado 2024 2023 A vencer Fm até 30 dias 4.384.032 2.612.268 348.639 Mais de 360 dias 348.639 348.639 4.384.032 2.612.268 Consolidado 5. Impostos a recuperar Controladora Ativo circulante 2023 IRRF sobre aplicações financeiras IRRF sobre faturamento 218 204 INSS sobre faturamento 26.711 40.626 692 Partes relacionadas: Companhia apresenta, no balanço patrimonial, o saldo líquido de valores a receber e a pagar junto a partes relacionadas classificado como ativo ou passivo circulante e não circulante As transações com partes relacionadas representam operações de conta corrente com empresas perten-centes ao mesmo grupo econômico registradas pelo valor original, as quais foram realizadas em condições estabelecidas entre as partes, não havendo vencimento estipulado, bem como não há remuneração dos montantes. Sua composição é conforme segue.

Ativo circulante e não circulante Consolidado 2024 2023 2023 Contas correntes a receber (ativo circulante) Talude Comercial e Construtora Ltda Consórcio Romeirão SCP - DVR - 3038 - Acesso Viário Limeira Talude Construções - Consórcio Estoril 714.506 705.224 Arpa Coml. e Construtora 2SS Contruções 560.101 SCP Talude Construções S.A. - 3048 729.100 309.974 SCP Talude Construções S.A. - 3055 SCP Talude Construções S.A. - 3049 SCP Talude Construções S.A. - 3056 SCP Talude Construções S.A. - 3057 SCP Talude Construções S.A. - 3059 813.801 1.863.967 SCP Talude Construções S.A. - 3058 SCP Talude Construções S.A. - 3064 1.447 SCP Talude Construções S.A. - 3073 1.977.252 Consórcio Viário JK 3.901.740 1.702.251 Consolidado 2024 Controladora 2024 2023 2023 Contas correntes a receber (ativo não circulante) 2.565.000 2.035.000 2.565.000 2.035.000 Passivo circulante e não circulante Controladora Consolidado Contas correntes a pagar (passivo) Manipuera Empreendimentos 2023 2024 2024 7.125.054 Dalla Engenharia Ltda. 820.492 1.220.452 Engenik Arpa Comercial e Construtora Ltda 28.500 2.136 Talude Construções SPEL 2.136 Talude Comercial e Construtota Ltda 278.294 416.795 300.494 448.104 47.550 315.530 Consórcio Japy SCP 2022 1.311.709 SCP Talude Construções S.A. - 3049 157.504 162.388 1.301.913 SCP Talude Construções S.A. - 3058 SCP Talude Construções S.A. - 3061 160.747 35.665 SCP Talude Construções S.A. - 3065 SCP Talude Construções S.A. - 3068 31.901

Posição de investir SCP - 3057 SCP - VIARIO SCP - DER CCR - SP - 330 KM22 - OS PAULINIA - 3067 Quotas **70,00** 1.000 Participação 75.00 **61,40** 1.000 1.687.768 (3.437.831)(28.469.571) Reserva de lucros Lucro/(prejuízo) do período Movimentação de investir (665.144) 946.862 28.542.526 Aporte Inicial 614 Em 31 de dezembro de 2023 871.046 (154.509 (2.729.683) 862.207 45.408 Equivalência patrin Adiantamentos p/AFAC Em 31 de dezembro de 2024 716.537 (1.867.476) 45.408 SCP-3069 SCP - 3073 ABV - FRESA AENA - CGH SCP - VIARIO E CAPA - 2024 **HANGARES** JK - 3074 614 Participação 61,40 65,00 60,00 1.000 (372.185) Capital socia 1.000 1.000 (7.606.228) Reserva de lucros Lucro/(prejuízo) do período 7.758.984 1.179.978 372.188 Movimentação de investimentos Aporte inicial 650 600 614 Em 31 de dezembro de 2023 99.292 Equivalência patrimonia Adiantamentos p/AFAC 708.587 Em 31 de dezembro de 2024 99.942 616 8. Imobilizado Controladora Taxa anuais de depreciação Equipamentos de informática 20% 1.697 1.226.590 15.127.086 Máquinas e equipamentos 16.358.464 169.768

1.433.813

 631
 204.611
 229.333

 7.885.323
 9.899.708
 8.047.020
 12.579.274

Consórcio Talude Japy-F1-2023 - 3066

Japy Engenharia e Comércio Ltda

7. Investimentos em Controladas

Máquinas e equipamentos

Triângulo do Sol

	Saldos em				Saldos em
	31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2024
Móveis e utensílios	9.920	-	-	(5.132)	4.788
Equipamentos de informática	1.697	-	-	(1.697)	-
Veículos	-	1.523.000	-	(296.410)	1.226.590
Máquinas e equipamentos	158.151	15.703.671		(734.735)	15.127.086
	169.767	17.226.671		(1.037.974)	16.358.464
			Cons	olidado	
		Taxa anual d	e depreciaç	ão 2024	2023
Móveis e utensílios			10	7.817	19.692
Equipamentos de informática			20	0% 12.776	1.697
Veículos			25	5% 1.576.870	-
Máquinas e equipamentos			10	0% 15.150.505	171.373
				16.747.968	192.762
	Saldos em				Saldos em
	31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2024
Móveis e utensílios	19.692	26.009	(29.801)	(8.082)	7.817
Equipamentos de informática	1.697	16.633	(3.390)	(2.165)	12.776
Veículos	-	1.943.000	-	(366.130)	1.576.870

17.699.509 (33.191) (1.111.112) 16.747.968 9. Intangíve Controladora Taxa anual de amortização 2024 10.206.660 10.206.660 Software 278.407 10.206.660 10.485.067 Saldos em Saldos em **31/12/2023** 10.206.660 **31/12/2024** 10.206.660 Baixas Amortização

278.407 10.485.067 (278.407

DEMONSTRAÇÕES DO F EM 31 DE DEZEMBRO DE					
		Contro	ladora	Conso	lidado
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ceita operacional líquida	16	65.072.297	28.713.966	109.179.673	97.108.029
stos dos serviços prestados	17	(38.601.635)	(20.042.819)	(73.809.170)	(70.830.678)
cro Bruto		26.470.663	8.671.147	35.370.503	26.277.350
ceitas/(despesas) operacionais:					
dministrativas e gerais essoal	18	(7.476.638)	(7.887.682)	(11.258.238)	(25.356.718)
esultado de equivalência patrimonial	7	3.336.564	(17.858.247)	20.968.902	(646.010)
outras receitas (despesas) operacionais,	líquidas	10.458.850	17.219.627	-	-
(1 , 1		6.318.776	(8.526.301)	9.710.664	(26.002.728)
sultado operacional antes					
o resultado financeiro		32.789.439	144.846	45.081.167	274.622
sultado financeiro					
espesas financeiras	19	(379.762)	(10.742)	(503.565)	(146.190)
eceitas financeiras	19	109.665	284.822	203.156	286.171
		(270.097)	274.079	(300.409)	139.981
cro antes do IR e da CS		32.519.342	418.925	44.780.758	414.603
R e CS corrente	12.1	(2.578.539)	(942.475)	(3.908.641)	(3.110.405)
cro antes da participação					
e não controladores		29.940.802	(523.550)	40.872.117	(2.695.802)
rticipação de não controladores				1.017.830	(719.090)
cro líquido (prejuízo) do exercício		29.940.802	(523.550)	39.854.288	(1.976.712)
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTA EM 31 DE DEZEMBRO DI					NDOS
		Contr	oladora	Conso	lidado
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
cro líquido antes das participações		29.940.802	(523.550)	40.872.117	(2.695.802)

Resultado abrangente do exercício	29.940.802	(523.550)	40.872.117	(2.695.802)
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE C				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E D				
	Control	adora	Consol	idado
Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/prejuízo do exercício	29.940.802	(523.550)	40.872.117	(2.695.802)
Ajustes para reconciliar o superávit do				
exercício com o caixa líquido gerado pelas				
(aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	1.037.974	14.367	1.111.112	26.151
Participação de quotista não controladores	-	-	-	-
Outras movimentações	5.699.716	4.750.840	6.341.543	9.882.517
Aumento (redução) nos ativos operacionais:				
Contas a receber	-	45.587	(1.771.763)	1.786.236
Adiantamentos	(44.353)	135.032	(233.398)	144.771
Impostos a recuperar	(26.711)	-	(39.933)	3.609
Valores a receber	(622)	(2.035.000)	(622)	(2.035.000)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores de bens e serviços	-	(2.806)	3.360.348	(2.806)
Obrigações trabalhistas, salários e encargos	85.441	(15.542)	16.138	(182.536)
Obrigações fiscais	832.075	(44.271)	899.346	(919.645)
Demais contras a pagar	(1.941.335)	1.660.925	(1.804.564)	(303.627)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	35.582.988	3.985.580	48.750.324	5.703.868
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimentos	(11.751.557)	638.146	(10.231.475)	(3.178.689)
Adições de bens do ativo imobilizado e intangível	(16.948.263)	-	(17.387.910)	-
AFAC - Aumento futuro aumento de capital	` -	-	` -	-
Caixa líquido aplicado nas atividades				
de investimentos	(28.699.820)	638.146	(27.619.385)	(3.178.689)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Distribuição de lucros	-	-	(8.272.798)	(4.981.119)
Empréstimos e financiamento	7.534.844	-	7.534.844	-
Partes relacionadas	(5.046.170)	2.708.314	(9.348.491)	1.821.920
Caixa líquido aplicado nas atividades				
de investimentos	2.488.674	2.708.314	(10.086.445)	(3.159.199)
Aumento (redução) de Caixa e equivalentes de caixa	9.371.842	7.332.040	11.044.494	(634.020)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.203.290	871.250	8.724.600	9.358.620
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.575.132	8.203.290	19.769.094	8.724.600
Aumento (redução) de Caixa e equivalentes de caixa	9.371.842	7.332.040	11.044.494	(634.020)
		Consolic	lado	
Tax	a anual de ar		2024	2023
Acervo técnico			10.206.660	
Coffware		200/		270.407

Vincendos	2024	2023	2024	2023
Em até 30 dias		-	3.360.348	
Vencidos				
Em até 30 dias	-	-	-	-
			3.360.348	
11. Obrigações trabalhistas, salários e encargos s	ociais			
3. g.,	Control	dora	Consoli	dado
Passivo circulante	2024	2023	2024	2023
Salários a pagar	62.607	7.452	137.153	147.265
13º Salário a pagar	6.767	-	6.827	-
Férias a pagar	35.112	-	39.655	-
INSS a recolher	174.753	192.451	266.751	288.595
FGTS a recolher	16.834	12.286	91.582	78.993
Rescisões a pagar	984	-	93.779	102.005
Pensão alimentícia	573	-	573	2.753
Estágio	-	-	493	1.063
-	297.630	212.189	636.813	620.674
12. Obrigações tributárias	Controla	adora	Consoli	dado
Passivo circulante	2024	2023	2024	2023
PIS a recolher	63.515		73.641	17.824
COFINS a recolher	293.145	-	339.881	82.267
Imposto de renda e contribuição social	464.369	-	742.639	179.356
Retenções a recolher	11.047	-	58.999	65.158
ISS a recolher	-	-	28.791	-
	832.075		1.243.950	344.605
12.1. Reconciliação da despesa do Imposto de Re	nda e da Cont	ribuição So	ocial	

A abertura por vencimento do saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é conforme segue

Saldos en

31/12/2023 10.206.660

Aliquota eletiva do imposto de renda	1370	1370					
(=) Imposto de renda	1.065.502	1.376.040					
Receita base de cálculo - Imposto de renda	6.859.372	8.483.916					
Alíquota efetiva do imposto de renda	10%	10%					
(=) Imposto de renda	685.937	848.392					
Receita base de cálculo - Contribuição social	9.910.453	13.015.830					
Alíquota efetiva da contribuição social	9%	9%					
(=) Contribuição social	891.941	1.171.425					
(-) IR retido	(991.094)	(1.116.996)					
(-) CSLL retido	-	-					
(=) Imposto de renda e contribuição social	1.652.286	2.278.860					
Recolhimento efetuado	(1.187.917)	(1.536.221)					
Saldo a recolher	464.369	742.639					
12.2. Revisão da apuração de tributos: De acordo com a legislação vig	ente, as operações	da Companhia					
estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos							
(Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS). Não há prazo	de prescrição para	exame dos re-					
colhimentos de contribuição previdenciária (INSS e FGTS). Como decorr							

e recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias. A Administração considera que estes impostos foram devidamente recolhidos ou pro dos nas demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 Consolidado Controladora

Passivo circulante e não circulante	2024	2023	2024	2023
Empréstimos e financiamentos - CP	5.109.618	-	5.109.618	
(-) Juros sobre empréstimos e financiamentos - CP	(378.168)	-	(378.168)	-
Empréstimos e financiamentos - LP	3.567.507	-	3.567.507	-
(-) Juros sobre empréstimos e financiamentos - LP	(764.114)	-	(764.114)	-
	7.534.844	-	7.534.844	-
Financiamentos utilizados para compra de máquinas	equinamento	s e veículos	os quais com	nõem o Ativo

Imobilizado da Companhia. O montante contido no passivo circulante, corresponde às parcelas vincendas no ano de 2025 e o montante contido no passivo não circulante, as parcelas vincendas de 2026 a 2028. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social totalmente subs crito e integralizado está dividido em 10.211.660 ações de R\$ 1,00 cada uma distribuídas da seguinte forma:

2023	Quantidade de ações
Talude Comercial Construtora Ltda.	10.211.660
	10.211.660
2024	Quantidade de ações
Talude Comercial Construtora Ltda.	10.211.660
	10.211.660
15. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instru	

destaque para caixa e equivalentes de caixa, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornece dores. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco que não tenham finalidade de proteção. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos descritos a seguir: 15.1. Considerações sobre riscos: (i) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) - Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerência permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de geren ciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. (ii) Risco de crédito - A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanha mento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. (iii) Risco de liquidez - É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de mento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a li quidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria

	2027	2023	2027	2020	
ceita bruta de prestação de serviços	70.213.084	30.989.447	117.840.416	105.031.490	
) Impostos e abatimentos	(5.140.787)	(2.275.481)	(8.660.743)	(7.923.461)	
	65.072.297	28.713.966	109.179.673	97.108.029	
receitas dos serviços prestados estão sujeitas resentados na rubrica Impostos e abatimentos.	à tributação	pelo PIS (0,	65%), COFIN	S (3%) e ISS	
Custo dos serviços prestados	Contro	ladora	Conso	lidado	
	2024	2023	2024	2023	

Controladora

Consolidado

16. Receita líquida dos serviços prestados

(-)

10.206.660

17. Custo dos serviços prestados	Contro	ladora	Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Custo com mão de obra e encargos	5.143.858	4.106.139	11.717.041	16.845.790	
Custos com serviços de terceiros	910.885	2.499.309	8.649.188	13.959.584	
Custos com materiais	67.127	2.804.930	28.551.399	12.586.831	
Custos com ocupação	74.682	40.609	656.033	365.181	
Custos com utilidades e serviços	227.421	228.816	254.513	241.706	
Custos com locação de equipamentos	320.001	134.148	4.425.760	13.466.966	
Custos com concretagem	-	-	-	344.433	
Custos com combustível	192.700	1.026.188	2.013.514	2.853.110	
Custos gerais	31.664.960	9.202.681	17.541.723	10.167.076	
	38.601.635	20.042.819	73.809.170	70.830.678	

TALUDE CONSTRUÇÕES S.A. - CNPJ 14.914.786/0001-67 (Continua...)

18. Despesas gerais e administrativas	Control	adora	Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prestação de serviços de terceiros	6.282.547	7.776.758	9.416.816	24.795.127
Despesas cartório	16.873	9.320	16.873	10.760
Despesas com tributos e contribuições	116.597	87.237	124.217	383.650
Despesas com comunicação	970	-	970	1.398
Outras despesas gerais	1.059.650	14.367	1.699.362	165.782
	7.476.638	7.887.682	11.258.238	25.356.718

dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas

na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis"

da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administra-

Aos acionistas e administradores da Talude Construções S.A. - Barueri - SF

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma 19. Resultado financeiro Controladora Despesas financeiras 108.544 Multas e iuros 319.003 53.743 319.003 Despesas bancárias 379.762 10.742 503.565 PAULO ARTHUR BORGES - Direto

Receitas financeiras Consolidado 2024 2024 2023 21.169 (109.665)(284.822)(203.156)(286.171) Receitas sobre aplicações financeira 146.190 (109.665) (284.822) (203.156) DIEGO FRANCA DE SOUSA - Contador - CRC 1SP 310.455/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do Oninião sobre as demonstrações contábeis com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis so de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das da **Talude Construções S.A.** em 31 de dezembro de 2024 que compreendem o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Talude Construções S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações empre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções nacionais de auditoria se conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas nadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações ndentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilide apresentação adequado. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, dade – ČFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras** informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, inção. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não dependentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para funda-mentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria monstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Admiomissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevar tes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não nistração somos requeridos e comunicar o fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilicom o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre adequação do uso, pela Administração, da base as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas se existe uma incerpara permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente teza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsáa capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza signivel pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade

operacional. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos con as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituen que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstância extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável superar os benefícios da comunicação para o interesse público. **Outros:** Foram objetos de análise dessa auditoria as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia controladora e suas controladas, as quais se dão através de Sociedade em Conta de Participação, atuando esta como Sócia Ostensiva nas sociedades cujo seguem relacionadas abaixo

Participação total em sociedades em conta de participação Sócia Ostensiva (%) Controladas Participação SCP - DER LOTE 36 - 3048 SCP - 3057 - CCR - SP - 330 - KM22 - OS SCP - VIARIO PAULINIA - 3067 61,40% SCP-3069-ABV-FRESA E CAPA-2024 SCP-3073-AENA-CGH-HANGARES SCP - VIARIO JK - 3074

para execução de obras, conforme relação que segue: Consórcio Viário Paulínia - CNPJ: 50.489.289/0001-22; Consórcio Viário Cordeirópolis - CNPJ: 55.262.348/0001-49; Consórcio TJJ Interlagos-2024 - CNPJ: 56.480.240/0001-5; Consórcio Viário JK - CNPJ: 57.11.868/0001-48. Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 1199, de 14 de outubro de 2011 em seu artigo 3º, inciso 5º; foi registrado nos próprios livros contábeis da Companhia intitulada Sede, a sua proporção da

Além das participações societárias citadas acima, a Companhia tem participado de consórcios de empresas

Receitas, Custos e Despesas incorridas nos Consórcios supracitados Osasco, 17 de abril de 2025 Manoel Luiz Luciano Vieira ontador - CRC/SP - CT 1SP 115.091/O-8 - IBRACON - 1172 - CPF 029.429.178-49

UNO PPP HABITAÇÃO S.A.

					0.308/0001-52 - 1	•	2.551
Balanço P	atrimonial - Em 3	31 de dezemi					
Ativo	2024	2023	Passivo e l	atrimôni	o Líquido	2024	2023
Circulante			Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa	175.516	109.341	Fornecedor	es		69.825	7.765
Tributos Compensáveis	785	785	Obrigações	Trabalhist	as	-	7.258
Adiantamento a Fornecedores	1.127	-	Obrigações	Tributária	s	7.492	2.731
Despesas do Exercício Seguinte	-	6.111	Outras Con	tas a Paga	ar	4.727	-
Total do Ativo Circulante	177.428	116.237	Total do Pa	ssivo Cir	culante	82.043	17.754
Não Circulante			Não Circula	ante			
Partes Relacionadas	3.932.933	4.901.485	Impostos Di	iferidos		521.420	278.965
Créditos com Impostos Diferidos	891.562	450.102	Total do Pa	ssivo Não	Circulante	521.420	278.965
Imobilizado	4.169	4.169	Patrimônio Líquido				
Depreciação Acumulada	(1.529)	(695)			to	56.329.500	56.329.500
Total do Átivo Não Circulante	4.827.134	5.355.061	(-) Capital S	ocial a Int	egralizar	(50.692.500)	(50.692.500)
			Lucros ou Prejuízos Acumulados			(1.235.901)	(462,421)
			Total do Pa			4.401.099	5.174.579
					o Patrimônio		
Total do Ativo	5.004.563	5.471.298	Líquido			5.004.563	5.471.298
Demonstração das Mutaç	ões do Patrimôn	io Líquido E	m 31 de Deze	embro de	2024 (Valores ex	xpressos em Re	ais)
-		•			Lucros ou	•	Total do
		Capital	Reserva	Reserva	Prejuízos	Resultado	Patrimônio
		Social	de Capital	Legal	Acumulados	do Exercício	Líquido
0 11	_				(00= 000)	(450 500)	

Demonstração das Mutações do Patrimô	nio Líquido E	m 31 de Dez	embro de	2024 (Valores e.	xpressos em Re	ais)
Lucros ou						Total de
	Capital	Reserva	Reserva	Prejuízos	Resultado	Patrimônio
	Social	de Capital	Legal	Acumulados	do Exercício	Líquide
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.637.000			(285.899)	(176.522)	5.174.57
Capital Subscrito						
Capital a integralizar	-	-	-	-	-	
Prejuízos Acumulados	-	-	-	(176.522)	176.522	
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	-	
Resultado do Exercício					(773.480)	(773.480
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.637.000			(462.421)	(773.480)	4.401.09
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.637.000			(76.526)	(209.373)	5.351.10
Capital Subscrito						
Capital a integralizar	-	-	-	-	-	
Prejuízos Acumulados	-	-	-	(209.373)	209.373	
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	-	
Resultado do Exercício					(176.522)	(176.52
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.637.000			(285.899)	(176.522)	5.174.57
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de dezembro de 2024						
1. Considerações sobre a empresa: A empresa UNO F	PPP Habitação	Composi	ção dos	saldos ativos	de imposto	de renda

da Consolação, nº 247, andar 12, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, iniciou suas atividades em 06/01/2021, constituída com o propósito específico de celebrar Contrato de Concessão Administrativa com a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo nos termos do Edital da Concorrência Internacional COHAB-SP 001/2020. 2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e os padrões internacionais de contabilidade (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standarts Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), implantadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas (ICPC) e orientações (OCPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. 2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis: A moeda funcional da Companhia é o Real. 3. Principais políticas e práticas contábeis: As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis. 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Política Contábil: A administração define como "Caixa e equivalente de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender compromissos financeiros e não para investimento ou outros fins As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedam o seu valor de mercado ou de valorização.

	2024	2023
Caixa e Bancos	175.516,12	109.340,93
	175.516,12	109.340,93
3.2. Tributos compensáveis: Polític		

sendo realizados por meio de compensações de débitos junto à

	2024	2023		
IRRF a Compensar	785,41	785,41		
	785,41	785,41		
3.3. Despesas do Exercício Seguinte: Política Contábil: Referem-				
se a contratos de seguros de garantia de obras que são apropriados				

Seguros a Apropriar 6.111,32

2023

ao resultado do exercício à medida que transcorra sua vigência.

3.4. Contrato de Mútuo Pessoas ligadas: Política Contábil:
Referem-se a numerários emprestados aos sócios a título de contrato
de mútuo, atualizados mensalmente pela taxa de 7,19% a.a.
As receitas provenientes dos juros e/ou demais encargos serão
oferecidas à tributação no momento de sua quitação.

	Valor atualizado	Valor atualizado		
	em 31.12.2024	em 31.12.2023		
Construtora Itajai Ltda.	983.233,21	1.225.371,30		
Construtora e Incorporadora				
Faleiros Ltda.	983.233,21	1.225.371,30		
Saned Engenharia e				
Empreendimentos S.A.	983.233,21	1.225.371,30		
HE Engenharia Comércio e				
Representações Ltda.	983.233,21	1.225.371,30		
	3.932.932,84	4.901.485,20		

3.5. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes: Política Contábil: São apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias incorridas. 3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social: Política Contábil: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Imposto corrente: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. Imposto diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitas à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será o montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis. Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal da compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende

Composição dos saldos ativos contribuição social diferidos:	de imposto	de renda e
3	2024	2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	2.622.239,97	1.323.828,95

	2024	2023
Prejuízo antes do imposto de renda		
e da contribuição social	2.622.239,97	1.323.828,95
Alíquota normal vigente	34%	34%
IRPJ Diferido	655.560,00	330.957,24
CSLL Diferido	236.001,60	119.144,61
	891.561,60	450.101,85
Composição dos saldos passivos de	imposto dife	ridos:
	2024	2023
IRPJ Diferido	347.652,38	180.025,75
CSLL Diferido	125.154,86	64.809,27
PIS Diferido	6.795,32	4.770,91

41.817,48 **521.420,04** 3.7. Receitas Diferidas: Política Contábil: Trata-se da receita oriund de ativo financeiro que poderá ser tributada à medida do efetivo recebimento. Em relação aos contratos de parceria público-privada os aportes de recursos realizados poderão ser excluídos do lucro líquido para fins da determinação do lucro real e do resultado ajustado A parcela excluída, deverá ser computada para fins de apuração do lucro real e do resultado ajustado, em cada período de apuração durante o prazo restante do contrato, considerado a partir do início da prestação de serviços públicos. 3.8. Fornecedores: Política Contábil: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bem ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento devido no período de até um ano. Caso contrário.

2024 69.824,51 Fornecedores Nacionais 3.9. Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes: Política Contábil: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigívei acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias. Não houve contabilização de ajuste a valor presente, em razão do curto prazo de liquidação dos títulos a pagar. 3.10. Obrigações tributárias: Política Contábil: As obrigações tributárias são os impostos, contribuições e taxas que a Companhia está obrigada a informar ou a pagar ao poder público. São demonstrados pelos valores exigíveis, na forma de declaração ou pagamento de tributos. 3.11. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social da Companhia é de R\$ 56.329.500,00 (cinquenta e seis milhões, trezentos e vinte e nove mil e quinhentos reais) representados por 56.329.500 (cinquenta e seis milhões, trezentos e vinte e nove mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pelo preçó unitário de R\$ 1,00 (um real), sendo R\$ 5.637.000,00 (cinco milhões, seiscentos e trinta e sete mil reais) integralizados em moeda corrente nacional e R\$ 50.692.500,00 (cinquenta milhões, seiscentos e noventa e dois mil e quinhentos reais) a serem integralizados no prazo máximo de sete anos contados da assinatura do contrato

	Integralizado	A integralizar
Construtora Itajai Ltda.	1.409.250,00	12.673.125,00
Construtora e Incorporadora		
Faleiros Ltda.	1.409.250,00	12.673.125,00
Saned Engenharia e		
Empreendimentos S.A.	1.409.250,00	12.673.125,00
HE Engenharia, Comércio e		
Representações Ltda.	1.409.250,00	12.673.125,00
Total	5 637 000 00	EU 603 EUU UU

3.12. Exercício Social e Lucros: Política Contábil: I - O exercício social terá início em $1^{\rm o}$ de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. II — Ao fim de cada exercício social serão levantadas as demonstrações de resultado de acordo com o disposto na legislação sendo que, dos resultados apurados, serão inicialmente deduzidos respectivamente os prejuízos acumulados, a provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social. Do lucro remanescente será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social: III – A Companhia deverá distribuir como dividendos ou juros sobre capital próprio, pelo menos 1% (um por cento) do seu lucro líquido consolidado, calculado nos termos da Lei 6.404/76, sendo certo que um percentual maior poderá ser distribuído conforme decidido pela Assembleia Geral; IV - A Companhia poderá levantal balancos semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia por deliberação da Diretoria, "ad referendum" da Assembleia Geral poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros social. V – A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral pagar a seus acionistas juros sobre o capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei, os quais poderão ser imputados como dividendo mínimo obrigatório. 3.13. Receitas/Custos: Política Contábil: As receitas e custos a partir do ano de 2015 são reconhecidos de acordo com o andamento da obra, de acordo com a orientação do OCPC 04 editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, essa orientação trata do reconhecimo setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias. O impacto deste controle pelo método POC ocorre na contabilidade societária através da orientação do OCPC 47 (IFR 15), onde os valores de receita e custo são considerar o valor recebido. Sobre o regime tributário, os impostos são calculados pelo regime de caixa, nos termos do artigo 30 da normativa 8981/95, onde não gera registro contábi Receitas e Custos

Demonstração do Resultado do Exercício					
Em 31 de Dezembro de	e 2024 (Valore		n Reais)		
		2024	2023		
(-) Custo na Execução de	e Obras	(1.049.009)	-		
Custo dos Materiais		(384)	-		
Custo da Mão de Obra		(4.030)	-		
Outros Custos		(1.044.594)	-		
Despesas (Receitas) Oper	racionais				
Administrativas		(178.287)	(684.787)		
Pessoal		(52.663)	(103.360)		
Tributárias		(15.236)	(19.169)		
Depreciação		(834)	(695)		
Não Dedutíveis		(4)	(1.322)		
		(247.023)	(809.333)		
Resultado Operacional ar	ites dos				
efeitos financeiros		(1.296.032)	(809.333)		
Resultado Financeiro Líquido		309.065	357.587		
Resultado do Exercício ar	ntes do				
IRPJ e da CSLL		(986.967)	(451.746)		
Impostos Correntes		-	-		
Impostos Diferidos		213.488	275.224		
Resultado do Exercício		(773.480)	(176.522)		
Demonstração	do Resultad	o Abrangente			
Em 31 de Dezembro de			Reais)		
	2024	20			
Resultado Líquido do					
Exercício	(773.480)	(176.5	(22)		
(+/-) Resultados		,	•		
Abrangentes	311.448	359.0	59		
Ajustes Instrumentos					

Financial and an entro	044 440		250 250	
Financeiros	311.448		359.059	
Ajustes Passivos				
Financeiros	-		-	
(+/-) Outros Resultados				
Abrangentes	-			
Ajustes Reorganização				
Societária	-		-	
Variações Cambiais	-		-	
(+/-) Resultados Abrangent	tes			
em Investida - Método da				
Equivalência Patrimonial	-		-	
Equivalência Patrimonial - G	anhos/			
Perdas Abrangentes	-		-	
(=) Resultado Abrangente	(462.032)		182.537	
Parcela dos Sócios				
da Controlada	(462.032)	100%	182.537	100%
Parcela dos Sócios				
Não Controladores	-	0%	-	0%
Demonstraçõ	es dos Flu	xos de	Caixa	
Em 31 de Dezembro de				eais)
	•		2024	2023
Fluxo de caixa das atividad	les operac	ionais		

Fluxo de caixa das atividades operaciona	is		
Resultado do Exercício	(773.480)	(176.522)	
Depreciação	834	695	
	(772.646)	(175.827)	
Redução (aumento) nos ativos			
Adiantamento a Fornecedores	(1.127)	-	
Despesas do Exercício Seguinte	6.111	-	
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	(441.460)	(275.224)	
	(436.476)	(275.224)	
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores	62.060	(9.477)	
Obrigações Trabalhistas	(7.258)	7.258	
Obrigações Fiscais e Tributárias	4.761	2.720	
Outros Passivos	4.727	-	
Impostos Sobre Receitas Diferidos	242.455	16.696	
	306.744	17.197	
Recursos líquidos utilizados nas			
atividades operacionais	(902.378)	(433.854)	
Fluxo de caixa das atividades de investim	ento		
Aquisições de imobilizado e Intangível	-	(4.169)	
Recursos líquidos das atividades			
de investimento	-	(4.169)	
Fluxo de caixa nas atividades de financia	mento		
(+) Crédito a Longo Prazo Pessoas Ligadas	968.552	520.941	
Recursos líquidos provenientes das			

968.552

520.941

1.472 1.472

(176.522)

`(176.522

2.383

2.383

(773.480)

do período	109.341	26.423
Caixa e equivalentes de caixa no final		
do período	175.516	109.341
Variação no caixa e equivalentes de caix	a 66.175	82.918
Demonstração do Valor Ac	dicionado	
Em 31 de Dezembro de 2024 (Valores	expressos en	n Reais)
	2024	2023
Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.269.169)	(774.624)
Custo na Venda de Imóveis e Prestação		
de Serviços	(1.269.169)	(774.624)
Valor Adicionado Produzido pela		
Entidade	(1.269.169)	(774.624)
Valor Adicionado Recebido em		
Transferência	311.448	359.059
Transferências	311.448	359.059
Receitas Financeiras	311.448	359.059
Valor Adicionado Total a Distribuir	(957.722)	(415.565)
Distribuição do Valor Adicionado	(957.722)	(415.565)
Impostos, Taxas e Contribuições	(186.625)	(240.515)
Impostos Federais	(187.379)	(242.988)
Impostos Estaduais	537	1.042
Impostos Municipais	216	1 /31

atividades de financiamento

Variação no caixa e equivalentes de caixa

Remuneração de Capitais de Terceiros

Remuneração de Capitais Próprios

Despesas Financeiras

3.14. Despesas e Receitas operacionais: Representado por:

c goldio		
Despesas Administrativas	(178.286,69)	(684.786,9
Despesas com Pessoal	(52.663,06)	(103.359,8
Despesas Tributárias	(15.236,01)	(19.169,1
Despesas não Operacionais	(3,72)	(1.322,0
Depreciação	(833,76)	(694,8
Despesas Financeiras	(2.382,82)	(1.471,6
Receitas Financeiras	311.447,64	359.058,89
IRPJ e CSLL	213.487,53	275.224,0
Total	275.529,11	(176.521,5
3.15. Demonstração dos resultados	abrangentes:	Atendendo

disposto no CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das demonstrações contábeis, a Empresa informa que existem diferenças a serem apresentas entre a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente para o exercício social findo em 31 de dezembro

(+) Resultados Abrangente Ajustes Instrumentos Financeiros (=) Resultado Abrangente	2024 (773.479,57) 311.447,64 311.447,64 (462.031,93)	2023 (176.521,52 359.058,88 359.058,88 182.537,36
	(462.031,93) (462.031,93) 0,00	182.537,36 182.537,36 0,00

Uno PPP Habitação S.A Luiz Antonio Zamperlini - CPF 744.513.838-20

Como pedir exclusão de desconto indevido em benefícios do INSS

O aposentado ou pensionista do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) afetado por descontos indevidos por associações pode suspender a retirada do dinheiro. Todo o processo pode ser feito digitalmente, por meio do aplicativo Meu INSS ou pelo site de mesmo nome.

Na quarta-feira (23), a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram a Operação Sem Desconto, que investiga descontos não autorizados em aposentadorias e pensões do INSS por organizações da sociedade civil. Entre 2019 e 2024, essas entidades descontaram R\$ 6,3 bilhões de segurados do INSS, mas a parcela desse montante que decorre de descontos ilegais não foi divulgada.

Após a operação, o governo suspendeu todos os acordos de cooperação técnica que permitiam retiradas mensais por organizações da sociedade civil. Mesmo assim, é recomendado que o segurado exclua o desconto.

Por meio de convênios com o INSS, o segurado podia ter descontada uma mensalidade por entidades que representam aposentados e pensionistas em troca de benefícios como auxílios funerários, odontológicos e psicológicos; colônias de férias, academia e consultoria jurídica. No entanto, havia queixas de retiradas não autorizadas. Segundo a PF e a CGU, o esquema começou em 2016, intensificou-se em 2019 e ganhou força em 2022, quando uma instrução normativa simplificou o fechamento de convênios.

Consulta

Antes de pedir a suspensão do desconto, o aposentado ou pensionista deve consultar o extrato do INSS para saber se sofreu alguma retirada não autorizada. O documento lista todas as retiradas, tanto de crédito consignado como de mensalidades associativas. Qualquer movimentação desconhecida, valor diferente do habitual ou novos benefícios deve ser investigado.

Ao entrar no aplicativo ou no site Meu INSS, o segurado deve seguir os seguintes passos: Acessar o aplicativo ou site

Meu INSS Fazer login com CPF e senha

do Gov.br Na página inicial, clicar em

"Extrato de beneficio" Em seguida, clicar sobre o número do benefício

Aparecerá o extrato, onde constará o valor do benefício e os descontos

de mensalidades associativas

Verificar todos os descontos

Abertura de reclamação

O INSS recomenda a abertura de uma reclamação na ouvidoria do órgão, pelo telefone 135 ou no próprio site ou aplicativo Meu INSS. O segurado também pode procurar a plataforma Fala.br, da CGU, que unifica a ouvidoria de diversos órgãos federais.

O aposentado ou pensionista também deve registrar uma ocorrência no Portal do Consumidor. Isso porque a entidade que fez os descontos indevidos pode ser suspensas e até ter o contrato com o INSS rescindido, caso o volume de queixas e de

sanções seja grande. Exclusão de descontos não autorizados Ao constatar eventuais descontos associativos não autorizados, o aposentado ou pensio-

nista deve pedir a exclusão da

O site e o aplicativo do Meu INSS oferecem o "excluir mensalidade associativa". Para chegar lá, o usuário deve seguir as seguintes etapas:

Entrar no Meu INSS (site gov.br/meuinss ou aplicativo para celular)

Fazer login com CPF e senha Ir em "Serviços", em "Mais

acessados" Clicar no botão "Novo pedi-

Digitar no campo de busca "Excluir mensalidade"

Clicar no nome do serviço/ beneficio não autorizado

Ler o texto que aparece na tela e seguir as instruções

Bloqueio de mensalidade

O usuário também pode suspender os descontos. Diferentemente da exclusão, o bloqueio de mensalidade permite que o aposentado ou pensionista retome a retirada no futuro. Os passos a serem seguidos são os seguin-

Entrar no Meu INSS (site gov.br/meuinss ou aplicativo para celular)

Fazer login pelo CPF e a senha do Gov.br

No campo de pesquisa da página inicial, digitar "solicitar bloqueio ou desbloqueio de mensalidade"

Clicar no nome do serviço ou do beneficio na lista que apare-

Ler o texto que aparece na tela e seguir as instruções

Ressarcimento

Os procedimentos anteriores bloqueiam novos descontos, mas a devolução do dinheiro retirado sem autorização é mais complicada. Primeiramente, o aposentado ou pensionista deve ligar para o telefone 0800 da entidade (associação, sindicato ou confederação). O número aparece no holerite.

Além de pedir o dinheiro à entidade, o segurado pode enviar um e-mail para acordo. mensalidade@inss.gov.br em que informa a retirada indevida. Nesse caso, o INSS entra em contado com a entidade e verificará se há documentos que autorizaram o desconto em folha. Caso contrário, o órgão determinará a devolução dos valores.

Além desses passos, a abertura de ocorrência na Ouvidoria do INSS para dar início do ressarcimento. Isso porque a queixa na ouvidoria é um passo essencial para a abertura de processo administrativo.

O segurado deve ainda protocolar um pedido de ressarcimento pelo Meu INSS ou ir a uma agência do órgão. Caso vá a um posto de atendimento, deverá agendar horário. Recomenda-se reunir todos os documentos que comprovem a fraude, como extratos bancários, documentos pessoais e, se possível, boletim de ocorrência.

O aposentado ou pensionista pode acompanhar o pedido de ressarcimento pela plataforma digital do INSS ou pelo telefone 135. Caso persistam dúvidas, o segurado deve procurar um advogado especializado em direito previdenciário. (Agência Brasil)

www.jornalodiasp.com.br

0,00

(1.049.008.68)

0,00

Receita de Execução de Obras Impostos sobre Receitas

Receita Operacional Líquida



TERMINAL MARITIMO DO GUARUJA S.A. - TERMAG

Prezados Acionistas: Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias os Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Resultados, das Mutações dos Patrimônio: Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios

Balanços Patrimoniais en	n 31 de D	ezembro	de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)		
Ativo	2024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	2024	2023
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	32,129	2.441	Fornecedores	7.904	12.488
Contas a receber de clientes	4.534	3.331	Passivos de operações de arrendamento	10.520	8.84
mpostos a recuperar	4.106	3.368	Partes relacionadas		61.59
Partes relacionadas	13.361		Provisão para benefícios pós empregos	466	
Outras contas a receber	1.181		Obrigações trabalhistas	8.016	8.62
Total do ativo circulante	55.311		Impostos a recolher	2.845	
			Outras contas a pagar		
			Total do passivo circulante	49.485	
Não circulante			Não circulante		
Impostos a recuperar	3.339	4.623	Provisão para riscos tributários,		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.538	8.129	cíveis e trabalhistas	2.754	3.90
Depósitos judiciais e cauções	1.685	1.878	Provisão para benefícios pós empregos	1.082	
Outras contas a receber	81	-	Passivos de operações de arrendamento		26.58
Imobilizado	184.045	196 177	Partes relacionadas	188.166	
Direito de uso		30.099	Provisão para desmobilização de ativos		1.12
Intangível		8.528	Total do passivo não circulante	210,600	
	229.732		Patrimônio líquido		
			Capital social	50	5
			Reserva legal	10	
			Reserva de lucros	24.899	30.74
			Outros resultados abrangentes	(1)	
			Total do patrimônio líquido		30.75
Total do ativo	285.043	285.908	Total do passivo e do patrimônio líquido	285.043	
Demonstrações do Resultado para os Exe	rcícios F	indos em	31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milha	res de reais	s - B\$)
	2024	2023		2024	202
Receita líquida de serviços 1		134.547	Resultado financeiro		
	43.139) (°		Receitas financeiras	3.218	62
	16.721	12.764	Despesas financeiras		(17.890
Receitas (despesas) operacionais			Variação cambial, líquida	10	17
	(1.705)	(1.666)			(17.090
	(1.403)	(86)	Lucro antes do imposto de renda	,,	,
	(3.108)	(1.752)	e da contribuição social	(8.281)	(6.078
Lucro operacional antes do	(0.100)	(1.752)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.435	2.03
	13.613	11.012	Lucro líquido do exercício	(5.846)	(4.047
			os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de		_

(Em milha	ares de	reais - H\$)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	50	10	34.792	_	(45)	34.807	
Prejuízo líquido do exercício	_	_	_	(4.047)	· <u>-</u>	(4.047)	
Perdas de mudanças de premissas atuariais líquido de imposto	_	_	_	_	(5)	(5)	
Constituição de reserva de lucros	_	_	(4.047)	4.047	· <u>-</u>	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	50	10	30.745	_	(50)	30.755	
Prejuízo líquido do exercício	_			(5.846)		(5.846)	
Perdas de mudanças de premissas atuariais líquido de imposto	_	_	_	`	49	` 49	
Constituição de reserva de lucros	_	_	(5.846)	5.846	_	_	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	50	10	24.899		(1)	24.958	
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras p	ara os E	Exercícios	Findos em 3	1 de Dezembro	de 2024 e 202	3	

Fertimport S.A

(Valores expressos em milhares de reais - R\$
1. Contexto Operacional: O Terminal Marítimo do Guarujá S.A
Termag ("Termag" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capi-
tal fechado com sede no município de Guarujá, Estado de São Paulo.
A Companhia tem como objetos sociais e atividades preponderantes a
implantação e operação de instalações portuárias em geral e o direito
de concessão de exploração comercial de um terminal portuário locali-
zado na margem esquerda do Porto de Santos, para movimentação de
granéis sólidos e de outras mercadorias afins e compatíveis. 2. Patri-
mônio Líquido: 2.a) Capital Social: O capital social subscrito da Com-
panhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é de R\$50 representado
por 500.000 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo 300.000 ações
ordinárias Classe A, 100.000 ações Classe B e 100.000 ações Classe
C, todas com direito a voto. O capital integralizado é de R\$50 e corres-
ponde a 10% do total subscrito, conforme quadro a seguir:
Valor %

	valor	
Capital social subscrito	500	1
(-) Capital social a integralizar	(450)	
Capital social integralizado	50	
		_

, ,	do capital social 024 e 2023 está d		_		0111 01
dezembro de 20	024 e 2025 esia u	emonsuaud	COITIC	segue.	
	Ações	C:	apital	Capital	Capit
	ordiná-	- 8	ocial	a inte-	integr
Acionista	rias	% Subs	scrito	gralizar	lizad

300

300.000 60

-	Rumo Malho Norte S.A.100.000 20 100 (90) 10
-	500.000 100 500 (450) 50
)	2.b) Reserva de Lucros: 2b.1 - Reserva Legal: Constituída
3	inicialmente mediante a apropriação de 5% do lucro líquido no fim do
9	exercício social limitada a 20% do capital social, em conformidade com
-	o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. 2b.2 - Retenção de Lucros: Em con-
	formidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, a retenção de lucros no
	montante de R\$ 24.899 (R\$ 30.745 em 2023), está sujeita à destinação
	para atender aos planos de investimentos da Companhia, conforme

В		2024	2023
8	Fluxo de caixa das atividades operacionais		
2	Lucro líquido do exercício	(5.846)	(4.047)
_	Ajustes para reconciliar o lucro líquido	` ′	` ′
1	do exercício com o caixa líquido gerado		
3	pelas atividades operacionais:		
4	polae all'idades opolaeionale.		
6	Depreciação e amortização	38.208	36.317
_	Juros e empréstimos com partes relacionadas		13.239
		20.207	13.239
	Despesas de juros sobre operações	0.000	3.847
4	de arrendamento	3.630	3.647
_	Resultado na venda e baixa de imobilizados	(0.4.0)	4.070
8	e intangíveis	(319)	1.376
2	Imposto de renda e contribuição social		
<u>3</u>	correntes e diferidos	(2.435)	(2.031)
7	Provisão (reversão) para desmobilização		
	de ativos	129	149
0	Provisão (reversão) para perdas de peças de		
0	reposição, classificadas no ativo imobilizado	602	(138)
5	Provisão para Participação nos		
))	Lucros e Resultados	3.756	4.255
5	Provisão para benefícios e custos		
8	com aposentadoria	1.623	(7)
=	Provisão (reversão) para riscos tributários,		` '
_	cíveis e trabalhistas	(1.150)	(294)
3		58.405	52.666
	(Aumento) redução nos ativos operacionais:	00.400	02.000
9	Contas a receber de clientes	(1.203)	(718)
1)	Estoques	(1.200)	3.475
<u>í</u>		(70F)	
1)	Impostos a recuperar	(705)	(4.331)
,	Outras contas a receber	254	(1.259)
١.	Depósitos judiciais e cauções	193	1.039
<u>)</u>	Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
<u>;</u>	Fornecedores	(4.584)	(359)
<u></u>	Obrigações trabalhistas	(4.361)	(4.183)
	Impostos a recolher	3.525	5.233
	Outras contas a pagar	(1.736)	(708)
_	Partes relacionadas	(3.606)	(32.171)
	Caixa proveniente das operações	46.182	18.684
ıl	Pagamento de juros sobre empréstimos	(1.208)	-
7	Pagamento de juros sobre operações		
,)	de arrendamento	(3.653)	(3.867)
	Imposto de renda e contribuição social pagos	(282)	(2.756)
5) 5 5 9	Caixa líquido gerado pelas		
_	atividades operacionais	41.039	12.061
<u></u>	Fluxo de caixa das atividades de investimen		
יי מ	Resultado de venda de ativos imobilizados	196	190
9		(16.136)	(42.178)
8	Caixa líquido aplicado nas	(10.100)	(42.170)
<u>₽</u>		(15.940)	(41.988)
	Fluxo de caixa das atividades de financiame		(41.500)
	Contraprestação paga de arrendamento		(0.224)
de		(9.381)	(9.324)
uC	Captação de empréstimos com	440 444	44 700
	partes relacionadas	113.411	44.700
ıl	Pagamento de juros sobre o capital		(4.040)
1-	próprio e dividendos	-	(4.018)
0	Pagamentos de principal de empréstimos		
0		(99.411)	
0	Caixa líquido aplicado nas atividades		
0	de financiamento	4 589	31 358

Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)

Aumento do saldo de caixa e

Caixa e equivalentes de caixa

2.441

32.129

29.688

1.010

Voepass pede recuperação judicial para reestruturar finanças

A Voepass Linhas Aéreas anunciou na quarta-feira (23) ter entrado na Justiça com um plano de reestruturação para reorganizar seus compromissos financeiros e fortalecer sua estrutura de capital. Segundo a empresa, o pedido de recuperação judicial foi protocolado na terça-feira (22) junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que confirmou a informação.

"Com todo o cenário enfrentado pela companhia nos últimos meses, esta foi a única saída para realizar uma reestruturação completa e garantir que a Voepass volte a oferecer um serviço essencial para o desenvolvimento do Brasil", disse José Luiz Felício Filho, CEO da Voepass Linhas Aéreas, em nota.

Este é o segundo pedido de recuperação judicial da empresa, que já havia entrado com um processo entre 2012 e 2017. Neste período, a companhia disse ter conseguido reestruturar suas operacões e finanças, chegando a transportar mais de 2,7 milhões de passageiros nos últimos três anos.

"Caso o novo pedido de recuperação judicial seja deferido pela Justiça, todos os passivos da Voepass serão congelados e negociados com base em um plano detalhado que será elaborado para atender a todos os credores", escreveu a Voepass.

Por meio de nota, a companhia explicou que a medida é uma "continuidade do processo de reestruturação financeira" iniciado em fevereiro deste ano e tem "o propósito de garantir sustentabilidade financeira" para que ela consiga seguir com o seu compromisso de conectar o interior do país aos grandes pólos.

Neste pedido, não estão englobados os processos indenizatórios ligados ao acidente ocorrido em agosto de 2024 em Vinhedo, no interior de São Paulo. Ao todo, 62 pessoas morreram no desastre aéreo. A companhia aérea ressaltou que esses processos estão sendo "realizados diretamente pela seguradora".

A empresa acrescenta que sua iniciativa ocorre em um contexto desafiador para o setor aéreo regional, que passa por uma diminuição da oferta de acesso ao transporte aéreo no interior do

Atividades suspensas

Desde o início de março deste ano, a Voepass está com suas atividades suspensas por decisão da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Com isso, ela não pode voar. "A suspensão vigorará até que se comprove a correção de não conformidades relacionadas aos sistemas de gestão da empresa previstos em regulamentos", decidiu a Anac.

Em resposta, a companhia informou que pretende retomar suas atividades o mais breve possível. "Desde a notificação recebida pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em março, a Voepass vem atuando de maneira colaborativa e transparente com o órgão regulador, apresentando todas as comprovações tecnicas e operacionais exigidas, com foco na segurança e na retomada das atividades o mais breve possível", escreveu.

Latam

No pedido de recuperação, a Voepass também cita a Latam como uma das responsáveis por sua crise financeira. As duas empresas tinham um acordo de codeshare, que é o compartilhamento de voos ou de venda de bilhetes de uma companhia aérea em voos operados por outra.

"Em que pese o resultado positivo de algumas negociações, as requerentes foram surpreendidas com a decisão da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que suspendeu por tempo indeterminado todos os seus voos, o que acabou por agravar sua situação financeira, já afetada substancialmente pelos inadimplementos da Latam e por sua ingerência nas atividades das requerentes, tendo em vista que, sem geração de caixa, o Grupo Voepass conseguiu apenas manter os pagamentos de algumas de suas obrigações essenciais, aumentando, em consequência, o seu passivo", alega a

companhia em seu pedido. Procurada pela Agência Brasil, a Latam informou que o encerramento da parceria com a Voepass foi motivado pelo acidente ocorrido no ano passado e também pela proibição da companhia em operar voos.

"A Latam Airlines Brasil reforça que o término da parceria comercial com a Voepass foi motivado principalmente pelo acidente ocorrido no voo 2283, operado pela Voepass em 9 de agosto de 2024. A Latam ressalta também que a VoePass não possui Certificado de Operador Aéreo (COA), conforme suspensão determinada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Essa suspensão a impede de operar voos de transporte de passageiros, o que reforça as justificativas da rescisão contratual", escreveu a Latam. (Agencia Brasil)

Lula e Guterres cobram metas ambiciosas contra mudanças climáticas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, cobraram, na quarta-feira (23), que os líderes mundiais entreguem metas ambiciosas de redução de emissões de carbono. Apenas 10% dos países apresentaram suas novas Contribuições Nacionalmente Determinadas, as NDCs, que são os esforços individuais no combate às mudanças do clima.

"A arquitetura de preparação das NDCs é suficientemente flexível para combinar metas ambiciosas e as necessidades de desenvolvimento de cada Estado. Os países ricos, que foram os maiores beneficiados pela economia baseada em carbono, precisam estar à altura de suas responsabilidades. Está em suas mãos antecipar metas de neutralidade climática e ampliar o financiamento até o objetivo de US\$ 1,3 trilhão", disse o presidente.

Lula e o secretário Guterres copresidiram uma reunião virtual de alto nível, com cerca de 20 chefes de Estado e governo, para promover uma mobilização política global diante da emergência climática e a construção de um novo modelo de desenvolvimento baseado em prosperidade econômica, sustentabilidade ambiental e inclusão social.

"Não se pode falar em transição justa sem incorporar a perspectiva de setores historicamente marginalizados, como mulheres, negros e indígenas, e sem considerar as circunstâncias do Sul Global", afirmou o presidente, lembrando o falecimento do Papa Francisco. "Tenho certeza de que seus ensinamentos sobre a necessidade de uma 'ecologia integral', que enxergue a natureza e o ser humano como uma totalidade, vão nos servir de inspiração", acrescentou Lula.

Para o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, a reunião foi bem-sucedida, com a presença de líderes importantes, como da China e União Europeia, e deve repercutir e mobilizar as 196 nações que fazem parte da convenção da ONU sobre mudanças climáticas. "Foram escolhidos países importantes, atores mundiais, não só grandes economias, como também alguns dos chamados SIDS [Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento]", contou, em entrevista à imprensa após a reunião.

"Eles são os que mais sofrem, possivelmente, as questões do impacto ambiental. E, então, foi também importante ter [na reunião], como presidente de Palau e de outras estados insulares, para que dessem também seu testemunho e fizessem um apelo para que todos os países apresentem, até o prazo, as suas NDCs e muito ambiciosas", acrescentou o chanceler.

O prazo de entrega das NDCs era fevereiro, mas foi estendido até setembro, em preparação para a 30^a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), que será realizada em novembro, em Belém. Nos documentos estão as metas determinadas por cada país para reduzir a emissão de combustíveis fósseis - carvão, petróleo, gás natural – e limitar o aquecimento da terra a 1,5°C, conforme determinado no Acordo de Paris.

O Brasil apresentou sua NDC na COP de Baku, no Azerbaijão, em 2024, prevendo redução de 67% de emissões até 2035, abrangendo todos os gases de efeito estufa e todos os setores da economia. "Internamente, estamos formulando um Plano Clima que contemplará estratégias de mitigação, adaptação e justiça climática", explicou Lula.

Ação política

Além de Lula e Guterres, participaram líderes dos seguintes países e instituições:

- China, Xi Jinping
- Conselho da União Europeia, António Costa

- Espanha, Pedro Sanchez

- França, Emmanuel Macron

- Angola, João Manuel Gon-

- Comissão Europeia, Ursula

União Africana - Malásia, Anwar Ibrahim, presidente da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Ase-- Nigéria, Bola Ahmed Tinu-

çalves Lourenço, presidente da

- Turquia, Recep Tayyip Er-

 - Chile, Gabriel Boric - Vietnã, Pham Minh Chinh
 - Ilhas Marshall, Hilda Heine - Tanzânia, Samia Suluhu Has-
- Barbados, Mia Amor Mot-
- tley, presidente da Comunidade do Caribe (Caricom)
 - Kenya, William Samoei Ruto
- Palau, Surangel S. Whipps Jr., presidente da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (Ao-

- Coreia do Sul, Han Duck-soo Em declaração à imprensa após o encontro, o secretáriogeral da ONU afirmou que os diversos líderes se comprometeram em finalizar NDCs no prazo, incluindo a China, que é o maior emissor mundial de carbono e gases de efeito estufa. Segundo Guterres, durante a reunião, Xi Jinping informou que as metas do país abordarão reduções em todos os setores da economia e todos os gases do efeito estufa.

"A China esteve presente na reunião e não apenas anunciou que produziria suas NDCs, mas o presidente Xi disse que essas NDCs vão abranger todos os setores econômicos e todos os gases de efeito estufa. Esta é a primeira vez que a China joga luz sobre essa questão e isso é extremamente importante para a ação climática", disse Guterres.

Durante o encontro, Lula pediu o apoio a quatro iniciativas que o Brasil está propondo, no âmbito da COP30. A primeira é o Balanço Etico Global, com a convocação de uma série de eventos voltados ao engajamento de lideranças jovens e religiosas, artistas, povos originários, cientistas e tomadores de decisão em torno de um novo pacto ambien-

tal para o planeta. A segunda iniciativa é a Aliança Global de Combate à Fome e a Pobreza, lançada pelo Brasil durante sua presidência no G20, no ano passado. Junto com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), foi elaborado um guia para a inclusão de políticas sociais e de transformação de sistemas ali-

mentares nas NDCs. A terceira é a Iniciativa Global pela Integridade das Informações sobre a Mudança do Clima, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que visa valorizar a ciência e combater a desinformação.

Por fim, Lula apresentou o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, a ser lançado na COP30, que vai remunerar países em desenvolvimento que preservam suas florestas. O objetivo é que o fundo esteja operacional até a conferência em Belém.

"A menos de sete meses da COP30, o planeta parece estar entrando em território desconhecido pela ciência. O aquecimento global está ocorrendo em ritmo mais acelerado do que o previsto. Em 2024, a temperatura média da Terra ultrapassou pela primeira vez o limite crítico de 1,5 grau acima dos níveis pré-industriais", alertou Lula em seu discurso aos líderes.

"Muitos ecossistemas, como as florestas, as geleiras e os mares, correm o risco de atingir um ponto de não retorno. A Amazônia registrou a pior seca da sua história, e o calor extremo tem provocado o branqueamento massivo de corais no oceano. Negar a crise climática não vai fazê-la desaparecer", acrescentou o presidente brasileiro.

Para ele, a COP30 deverá ser um "grande mutirão" em prol da implementação dos compromissos climáticos. "Guerras, corridas armamentistas e cortes na ajuda ao desenvolvimento e no financiamento climático nos empurram para trás. O planeta já está farto de promessas não cumpridas", afirmou. (Agência Brasil)

MEC vai avaliar qualidade de cursos de medicina anualmente penho dos Estudantes (Enade) O ministro da Saúde, Alexanram as competências e habilida-

O Ministério da Educação (MEC) lançou na quarta-feira (23) o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed). A proposta é estabelecer um instrumento unificado de avaliação da formação médica no Brasil. Os resultados, segundo a pasta, poderão ser utilizados inclusive para acesso a programas de residência médica.

A prova, realizada anualmente e já com uma primeira etapa prevista para outubro deste ano, será conduzida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em colaboração com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), vinculada ao MEC.

Ainda de acordo com o ministério, o exame vai unificar as matrizes de referência e os instrumentos de avaliação no âmbito do Exame Nacional de Desempara os cursos de medicina e da prova objetiva de acesso direto do Exame Nacional de Residência (Enare).

Durante a cerimônia de lancamento, o ministro da Educação, Camilo Santana, avaliou que o Enamed tem relevância estratégica nacional no que diz respeito à avaliação da formação médica no Brasil e que seus resultados vão impactar diretamente o Sistema Único de Saúde (SUS) e o ingresso de novos profissionais no mercado de trabalho.

"Vamos formar agora um grupo de trabalho a partir do decreto da comissão interministerial para discutir a proposta que o Inep está colocando dessa prova, dessa avaliação. Vamos chamar conselhos, entidades de classe. Vamos chamar todos para discutir o melhor formato. Já queremos aplicar em outubro aqui no Brasil,

dre Padilha, destacou a importância de se ter uma avaliação capaz de aferir o progresso do estudante, que aconteça ao longo da formação e não apenas ao final do curso. "Permite que a gente possa avaliar o progresso desse estudante e trazer à luz a instituição formadora". "Ainda mais no caso do nos-

so país, e em outros países do mundo, onde a formação médica, boa parte, é paga, tem mensalidades. Tem que ter um olhar sobre essa instituição formadora. Ou ela vai continuar faturando com as suas mensalidades enquanto oferece baixa qualidade na formação." Em nota, o MEC citou os se-

guintes pontos como objetivos do Enamed:

dos cursos de medicina adquiri-

- avaliação da formação médica: verificar se os concluintes des exigidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs);

apoio à melhoria dos cursos: fornecer insumos para o aprimoramento das graduações em medicina, contribuindo para a qualidade da educação médica no aprimoramento da seleção

para a residência médica: unificar a avaliação do Enade e a prova objetiva do Enare, otimizando o acesso à residência médica de acesso direto: - fortalecimento do SUS: ga-

rantir que os futuros médicos estejam preparados para atuar de maneira qualificada na rede pública; unificação e transparência:

criar um modelo padronizado de von der Leyen avaliação, democratizando o ingresso nos programas de residência médica de acesso direto. (Agência Brasil)

Chegada espetacular define primeiro endurance da Copa Joy Chevrolet

O primeiro endurance da Copa Joy Chevrolet foi um verdadeiro espetáculo de emoções no Autódromo de Interlagos.

Sob tempo seco e calor, a prova teve uma largada tranquila, mas tudo mudou com o desenrolar da corrida e a parada obrigatória. Gomes, com ritmo constante e preciso, manteve-se na liderança durante praticamente toda a prova, seguido de perto por Aleandro Fortunato e por Nilson Patrone, que vinha em

Na categoria Novatos, André Magno, Vinícius Mendes e a dupla Rogerio Lima/ Francis Sampaio protagonizaram disputas intensas pela vitória. Rafael Rubio também travava um duelo acirrado com Simon Chamorro e Daniel Aguiar.

prova, os pilotos começaram a realizar suas paradas obrigatórias de 5 minutos. Nesse momento, algumas punições foram aplicadas. Já no fim da janela de pit stops, o safety car foi acionado após um acidente com o carro #377, da dupla Karen e Luciano Brito, o que forçou alterações nas estratégias. Eber Gomes foi um dos últimos a parar e só não retornou mais à frente dos concorrentes devido à reorganização provocada pelo carro de segurança.

Nas voltas finais, com a chuva já caindo forte em São Paulo, o desafio aumentou. O traçado ficou escorregadio e traiçoeiro. Sob pressão de Patrone, Eber Gomes precisou se defender até

Pouco antes da metade da a última curva. Os dois carros subiram lado a lado a curva do Café e cruzaram a linha de chegada praticamente juntos. A decisão foi possível apenas por meio do live timing, já que a forte chuva impedia a visualização clara do vencedor. Na categoria Sport, André

> Magno levou a melhor, cruzando a linha de chegada com pouco mais de dois décimos de vantagem sobre Sampaio e Lima. Já entre os Novatos, Rafael Rubio conquistou sua quarta vitória em cinco corridas na temporada 2025, com Simon Chamorro em segundo e Daniel Aguiar em

> A Copa Joy Chevrolet retorna em junho, com a realização da quarta etapa da temporada. Calendário da temporada Copa



Copa Joy - Mini Endurance - Abril 2025

Joy Chevrolet 2025:

1ª etapa: 8 de fevereiro – Interlagos; 2ª etapa: 8 de março – Interlagos; 3^a etapa: 19 de abril

 Interlagos; 4ª etapa: 21 de junho – Interlagos; 5^a etapa: 26 de julho – Interlagos; 6^a etapa: A definir; 7^a etapa: 15 de novemdezembro - Interlagos.

A sexta etapa ainda aguarda definições.

*O calendário pode sofrer alterações ao longo da tempo-

As corridas da Copa Joy Chevrolet podem ser acompanhadas no canal oficial da Alpie Racing no You Tube, https:// www.youtube.com/@alpieoficial, no canal do Portal e TV High Speed Brazil, www.youtube. com/highspeedtvbr, nas multiplataformas do canal, na TV One de Belém, CBTV e CBTV Play.

A Copa Joy Chevrolet conta com o apoio da Chevrolet, Hipper Freios, Wurth, Impacto Amortecedores Especiais, Pro Tune, Portal e TV High Speed

BRB Stock Car 46 anos

Como Chico Landi ajudou na conquista do primeiro título da história



Paulo Gomes (patrocinado pela Coca-Cola) alinhado no primeiro grid da Stock Car

A carreira de Francisco Sacco Landi, conhecido no Brasil e no mundo como Chico Landi, foi desde sempre pautada pelo pioneirismo. È foi isso o que aconteceu em 1979, quando Landi cedeu sua experiência e orientações a um jovem talento brasileiro, Paulo Gomes, que também se tornaria uma lenda do esporte. Naquele mesmo ano, Paulão conquistou o primeiro título da história da BRB Stock Car Pro Series, sob os aplausos e olhares de seu ídolo,

Nascido em 11 de julho de 1907, Landi se desenvolveu como piloto inicialmente no cenário nacional, destacando-se em provas

de rua famosas, como o GP Cidade do Rio de Janeiro, no famoso Circuito da Gávea, onde venceu três vezes (1941, 1947 e 1948). Também em 1947, estreou no exterior no GP de Bari, no sul da Itália, e triunfou na prestigiada prova no ano seguinte a bordo de uma Ferrari, sendo o primeiro brasileiro a vencer uma corrida de automobilismo fora do país.

Tal destaque levou o piloto paulista ao grid do Mundial de Fórmula 1, que no início de 1950 dava seus primeiros passos. Sua estreia, com uma Ferrari alugada - iniciativa habitual à época aconteceu no GP da Itália de 1951, em Monza. Primeiro brasileiro a

correr na categoria máxima do automobilismo, Chico também foi o primeiro piloto oriundo do país a pontuar na Fórmula 1 com o quarto lugar conquistado no GP da Argentina de 1956, na sua última prova no Mundial.

Depois da passagem pela Fórmula 1, Chico Landi voltou ao esporte a motor brasileiro e engatou uma sequência de êxitos até encerrar a carreira em 1974. O que pouca gente sabe é que, cinco anos depois, 'seo' Chico foi determinante na campanha do primeiro campeão da BRB Stock Car Pro Series, o também lendário Paulo Gomes.

Parceria de sucesso — Foi na década de 1970 que os caminhos de Paulão e Chico Landi se encontraram pela primeira vez. Muito antes do próprio nascimento da BRB Stock Car, Gomes já mostrava sua destreza e habilidade nas pistas do Brasil e se destacava em corridas de prestígio, como as Mil Milhas Brasileiras.

Ainda naquela época, Paulão trilhou uma jornada épica ao lado de Alfredo Guaraná Menezes e Marinho Amaral nas 24 Horas de Le Mans de 1978, com o Team Pace, batizado em homenagem a José Carlos Pace, que havia falecido no ano anterior em razão de um acidente aéreo. O trio fez história ao terminar em sétimo lugar na classificação geral e em segundo na classe FIA Grupo 5 a bordo de um Porsche 935/77.

Meses depois do êxito em Le Mans, Paulão Gomes trouxe Chico Landi para trabalhar ao seu lado como consultor técnico em uma categoria concebida inicialmente para promover os Chevrolet Opala, então modelo premium da General Motors e que até hoje povoa o imaginário dos apaixonados por carros. Foi em 22 de abril de 1979 — há exatos 46 anos que nascia a Stock Car, no Autódromo de Tarumã, em Viamão, então uma pequena cidade do Rio Grande do Sul.

Com saudades, Paulão Gomes recorda como era o trabalho tendo como consultor um gênio das pistas. "Minha equipe era sediada em Ribeirão Preto. Meus mecânicos eram todos 'caipiras' de Ribeirão, assim como eu. 'Seo' Chico sempre me dava conselhos e orientações importantes. Ele dizia o que deveríamos fazer no carro. Naquele ano, ele foi super importante para mim e para toda a equipe. Nos ajudou muito na campanha do primeiro título da Stock Car".

O primeiro campeão da BRB Stock Car revela que a presença de Chico Landi ao seu lado foi determinante em vários aspectos naquela campanha, não somente dentro das pistas. "Eu e 'seo Chico' éramos muito amigos. Ele sempre me deu conselhos muito importantes para eu me desenvol-

ver como piloto profissional. Entre esses toques, dizia sobre como eu deveria agir nas entrevistas com os jornalistas, como me alimentar nos finais de semana de corridas e como deveria me preparar fisicamente. Claro, falamos bastante sobre os carros de corrida e, no caso, sobre o meu Stock Car", relembrou.

Já nos anos 1980, Chico Landi foi nomeado administrador do Autódromo de Interlagos e foi um dos responsáveis pela reforma que possibilitou ao traçado receber etapas do Mundial de Fórmula 1. 'Seo' Chico morreu em sete de junho de 1989, aos 81 anos. O lendário piloto foi cremado e suas cinzas foram espalhadas pelo autódromo.

Reverência e gratidão — Paulão entrou para a história do automobilismo brasileiro graças às suas inúmeras vitórias, títulos, arrojo, personalidade e carisma. Sua carreira na BRB Stock Car rendeu marcos impressionantes: Gomes conquistou quatro taças de campeão (1979, 1983, 1984 e 1995), 40 vitórias, 22 poles, 91 pódios e 34 voltas mais rápidas em 247 corridas disputadas. Pai de Marcos Gomes, campeão em 2015, e de Pedro Gomes, vencedor de corrida na categoria, Paulão ainda triunfou nas duas corridas extracampeonato realizadas no Autódromo do Estoril, em Portugal, no ano de 1982, válidas

pelo chamado Torneio Grão Pará. O histórico êxito nas provas da Europa representa muito: "Sou o único campeão mundial da Stock Car", costuma dizer o mineiro e ribeirão-pretano de coração.

Todo esse sucesso começou com a união ao pioneiro e lenda brasileira do automobilismo. Gomes faz questão de demonstrar gratidão: "Prestava muita atenção em tudo o que meu mestre, 'seo' Chico Landi, me orientava. Sem dúvidas, ele me mostrou o caminho do profissionalismo e ensinou a ser um verdadeiro campeão. Sou super grato ao 'seo' Chico até os dias de hoje", emocionou-se Paulão.

Tenho certeza que, lá do céu, o 'seo' Chico aplaude o sucesso da Stock Car, que começou co-nosco lá em 1979", disse Paulo Gomes. "A Stock Car é uma categoria maravilhosa, super competitiva, muito emocionante, tem os melhores pilotos do nosso Brasil. As maiores disputas acontecem dentro das corridas da Stock Car. Fico feliz em lembrar dessa história com o 'seo' Chico na nossa principal categoria, justamente comio. Foi uma honra que tenho a felicidade de relembrar. Ele foi muito importante para mim e também faz parte dessa trajetória que agora completa 46 anos", completou Paulão Gomes.

São Paulo com 44 atletas na seleção brasileira que irá ao 54º Campeonato Sul-Americano

O atletismo paulista terá, América do Sul. mais uma vez, uma participação expressiva em eventos internacionais. Neste fim de semana, entre 25 e 27 de abril, o Brasil disputará o 54º Campeonato Sul-Americano Adulto de Atletismo, na cidade de Mar del Plata, na Argentina, e da delegação de 88 atletas, 44 são de clubes e associações filiadas à Federação Paulista de Atletismo. O estado também contará com seis treinadores, além de uma fisioterapeuta e uma massoterapeuta.

A competição valerá índices, pontos importantes para o Ranking Mundial e vagas aos campeões de Area Sul-Americana (desde que tenham o melhor resultado na prova na área) na corrida pela qualificação ao Mundial de Atletismo de Tóquio, Japão, em setembro. Os atletas mais jovens têm foco em atuações destacadas nos Jogos Pan-Americanos Júnior de Assunção, Paraguai, em agosto.

Os atletas de São Paulo no evento em terras argentinas representam os seguintes clubes e associações: EC Pinheiros, Orcampi, Instituto Elizângela Maria Adriano-IEMA, ASPM Pindamonhangaba, AD Centro Olímpico, Kiatleta Associação Desportiva, Associação Esportiva Taubaté de Atletismo e

A Federação Paulista de Atletismo deseja boa sorte a todos os atletas que estarão defendendo as cores e a hegemonia do atletismo nacional na

Atletas paulistas convoca-

Feminino (22)

Ana Carolina Azevedo (EC Pinheiros-SP) - 100 m - 200 m -4x100 m; Vitória Rosa (Pinheiros-SP) - 100 m - 4x100 m; Lorraine Martins (Pinheiros-SP) -200 m - 4x100 m; Tiffani Marinho (Orcampi-SP) - 400 m - 4x400 m; Jainy dos Santos Barreto (Instituto Elizângela Maria Adriano-IEMA-SP) - 400 m - 4x400 m; Mayara dos Santos Leite (Pinheiros-SP) - 800 m; Tatiane Raquel da Silva (Pinheiros-SP) -5.000 m - 3.000 m com obstáculos; Ketiley Batista (ASP Pindamonhangaba-SP) - 100 m com barreiras; Chayenne Pereira da Silva (Pinheiros-SP) - 400 m com barreiras; Camille Cristina de Oliveira (Pinheiros-SP) - 400 m com barreiras; Mirelle Leite da Silva (Pinheiros-SP) - 3.000 m com obstáculos; Valdiléia Martins (Orcampi-SP) - salto em altura; Arielly Kailane Monteiro Rodrigues (Pinheiros-SP) - salto em altura; Gabriele Sousa dos Santos (Pinheiros-SP) - salto triplo; Regiclecia Cândido da Silva (Pinheiros-SP) - salto triplo; Izabela Rodrigues da Silva (IEMA-SP) - lançamento do disco; Andressa Oliveira de Morais (Pinheiros-SP) - lançamento do disco; Jucilene Sales de Lima (IEMA-SP) - lançamento do dardo; Roberta Almeida dos Santos (Pinheiros-SP) – heptatlo; Gabriela Silva Mourão (Pi-



Federação Paulista de Atletismo nheiros-SP) - 4x100 m; Vanessa

Sena dos Santos (AD Centro Olímpico-SP) - 4x100 m; Rita de Cássia Ferreira Silva (Pinheiros-SP) - 4x400 m.

Masculino (22)

Felipe Bardi dos Santos $(SESI-S\dot{P})$ - 100 m - 4x100 m; Erik Felipe Barbosa Cardoso (SESI-SP) - 100 m - 4x100 m; Vinícius Rocha Moraes (ASPM Pindamonhangaba-SP) - 4x100 m; Rodrigo Pereira do Nascimento (Pinheiros-SP) - 4x100 m; Vitor Hugo Mourão dos Santos (AD Centro Olímpico-SP); Gabriel Aparecido dos Santos Garcia (Pinheiros-SP) - 200 m; Lucas da Silva Carvalho (Pinheiros-SP) -400 m - 4x400 m; Jadson Erik Soares de Lima (Pinheiros-SP) -4x400 m; Eduardo Ribeiro Moreira (Pinheiros-SP) - 800 m; Thiago do Rosário André (Pinheiros-SP) - 1.500 m; Fábio Jesus Correia (Kiatleta Associação Desportiva-SP) - 10.000 m; Thiago Resende Ornelas (Associação Esportiva Taubaté de Atletismo-SP) - 110 m com barreiras; Francisco Guilherme dos Reis Viana (Orcampi-SP) - 400 m com barreiras; Thiago Julio Alfano Moura (Pinheiros-SP) - salto em altura; Fernando Carvalho Ferreira (IEMA-SP) - salto em altura; Lucas Alisson Pedro (Pinheiros-SP) - salto com vara; Lucas Marcelino dos Santos (Pinheiros-SP) - salto em distância; Elton Junio dos Santos Petronilho (Pinheiros-SP) - salto triplo; Welington Silva Morais (Pinheiros-SP) - arremesso do peso; Douglas Junior dos Reis (IEMA-SP) - lançamento do disco; Pedro Henrique Nunes Rodrigues (Pinheiros-SP) - lançamento do dardo; Allan da Silva Wolski (Pinheiros) - lançamento do martelo.

Estão abertas as inscrições para o 2º Brasileiro de Corrida em Trilha e Montanha

Já estão abertas as inscrições para o 2º Campeonato Brasileiro de Corrida em Trilha e Montanha, que será realizado no Parque Nacional de Itatiaia, em Itatiaia, Rio de Janeiro, nos dias 6 e 7 de junho. As inscrições podem ser feitas entre os dias 22 de abril e 6 de maio no site da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). A competição será realizada paralelamente ao evento de trail running da Evolution Itatiaia National Park (que tem regulamento e cronograma próprios).

Poderão participar da competição nacional os clubes regularmente filiados às federações estaduais de atletismo. Para ser convocado para seleções em eventos internacionais o vínculo do atleta com o clube é obrigatório (todas as orientações estão disponíveis na Nota Oficial 69/2025 e no Regulamento do Campeonato Brasileiro de Corrida em Trilha e Montanha, no site da CBAt).

As provas do Campeonato Brasileiro de Corrida em Trilha e Montanha:

Long Trail 100 km 4.900 m d+ (a partir de 20 anos); Short Trail 46,2 km 1.960 m d+ (a partir de 20 anos); Classic 12,4 km 520 m d+ (a partir de 18 anos); Uphill 5 km 1.000 m d+ (a partir de 16 anos); Junior 7 km 220 m d+ (de 16 a 19 anos).

As inscrições das equipes

participantes podem ser feita on-line no site da CBAt pelos clubes e seus atletas (https:/ /sge.cbat.org.br/inscricao/ eventos). Serão disponibilizadas quinze vagas por sexo, por prova, num total de 150 vagas. O atleta poderá ser inscrito em até duas provas, sendo que em uma delas poderá ser somente na Uphill. As vagas serão preenchidas obedecendo o critério de maior pontuação no Ranking Geral da International Trail Run-

ning Association (ITRA). Na inscrição, o atleta poderá fazer duas opções de provas, pois pode ser aceito em sua segunda opção no caso de ficar fora das vagas disponíveis em sua primeira escolha. Por exemplo: primeira Opção - Short Trail Uphill e segunda Opção - Classic. O Ranking da ITRA é sempre a base que será usada para o preenchimento das vagas.

Os equipamentos e vestuários obrigatórios, o sistema de classificação e pontuação das equipes, a premiação dos atletas, regras sobre o apoio e o abandono de provas, sobre o controle antidopagem e o uso de imagem e som são pontos que estão detalhados no regulamento. Todos os atletas deverão passar pelos pontos de controle e os tempos de corte serão informados após a definição dos per-